







CÂMARA DE REAJUSTAMENTO ECONÔMICO  
BIBLIOTÉCA



Vol 53-1121

19497  

---

15

981.03  
T226

## VOLUMES PUBLICADOS PELO AUTOR

### Ficção

LEONOR DE AVILA, romance brasileiro seiscentista

#### Historia do Brasil

GRANDES VULTOS DA INDEPENDENCIA BRASILEIRA  
NA BAHIA COLONIAL  
NA BAHIA DE DOM JOAO VI  
RIO DE JANEIRO DE ANTANHO  
SOB EL REY NOSSO SENHOR  
NO BRASIL IMPERIAL  
A' GLORIA DOS ANDRADAS  
DO REINO AO IMPERIO  
VIAGENS E VIAJANTES.

#### Historia de S. Paulo

NA ERA DAS BANDEIRAS  
A' GLORIA DAS MONÇOES  
HISTORIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS - Tomos de I a VI  
INDIOS! OURO! PEDRAS!  
UM GRANDE BANDEIRANTE: BARTHOLOMEU PAES DE ABREU  
COLLECTANEA DE DOCUMENTOS DA ANTIGA CARTOGRAPHIA PAULISTA  
ENSAIO DE CARTA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS  
ESTUDOS DE HISTORIA PAULISTA  
ANTIGOS ASPECTOS PAULISTAS

#### Historia da Cidade de S. Paulo

S. PAULO NOS PRIMEIROS ANNOS  
S. PAULO NO SECULO XVI  
PIRATININGA  
NON DUCOR DUCO  
HISTORIA SEISCENTISTA DA VILLA DE S. PAULO - Tomos de I a IV  
HISTORIA ANTIGA DA ABBADIA DE S. PAULO - 1598-1772

#### Historia da Litteratura e da Arte no Brasil

A MISSAO ARTISTICA DE 1816  
NICOLAU A. TAUNAY - Documentos sobre sua vida e sua obra  
PEDRO TAQUES E SEU TEMPO  
ESCRITORES COLONIAES

### Linguística

LEXICO DE TERMOS TECHNICOS E SCIENTIFICOS  
LEXICO DE LACUNAS  
VOCABULARIO DE OMISSOES  
COLLECTANEA DE FALHAS  
REPAROS AO DICCIONARIO DE CANDIDO DE FIGUEIREDO  
A TERMINOLOGIA SCIENTIFICA E OS GRANDES DICCIONARIOS PORTUGUEZES  
INSUFFICIENCIA E DEFICIENCIA DOS GRANDES DICCIONARIOS PORTUGUEZES

### Assumptos Scientificos

ENSAIO DE BIBLIOGRAPHIA REFERENTE AO BRASIL E AS SCIENCIAS NATURAES (em collaboração). I. parte: *Litteratura brasileira*  
ENSAIO DE BIBLIOGRAPHIA (II. parte: *Litteratura estrangeira*).

### Traducções

A RETIRADA DA LAGUNA.

### Edições annotadas e commentadas de obras antigas

PEDRO TAQUES: Nobiliarchia Paulistana, Historia da Capitania de S. Vicente, Informação sobre as minas de S. Paulo, Expulsão dos jesuitas de S. Paulo  
FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS: Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, Noticia dos annos em que se descobriu o Brasil  
ANTONIL: Cultura e opulencia do Brasil por suas drogas e minas.

### No prelo

A GRANDE VIDA DE FERNAO DIAS PAES  
SANTA CATHARINA NOS ANNOS PRIMEVOS

### Em preparação

GUANABARA  
A VILLA DE S. PAULO NO SECULO XVIII  
HISTORIA GERAL DAS BANDEIRAS PAULISTAS - Tomo VII.

*Os depositarios geraes das obras do autor são a Comp. Melhoramentos de São Paulo - Rua Libero Badaró, 30 - São Paulo; e no Rio de Janeiro: J. Leite & Cia. - Rua Regente Feijó, 12.*



AFFONSO DE E. TAUNAY

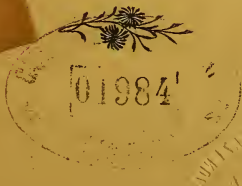
# Historia Geral das Bandeiras Paulistas

ESCRITA À VISTA DE AVULTADA  
DOCUMENTAÇÃO INEDITA DOS ARCHIVOS  
BRASILEIROS,  
HESPANHOES E PORTUGUEZES

TOMO SEXTO

DO SUL DE MATTO GROSSO — A GRANDE JORNADA  
DE FERNÃO DIAS PAES — PESQUISA INFRUCTIFERA DA  
CONQUISTA DO NORDESTE E A "GUERRA DOS BARBAROS"

de  
uma,  
com  
abrica  
e, pro-  
has, ce-  
Bahia, e  
se se faz  
do braço



orão chama-  
io com muita  
o soccorro de  
itio da Bahia e  
liferentes encon-  
certões e fazen-

1930

TYP. IDEAL  HEITOR L. CANTON por Antonio Raposo,  
Rua Ribeiro de Lima N. 26  
S. PAULO *lando-se de tal mo-*

REP.  
A TI

INSUF  
T

ENSAIO  
NA1  
ENSAIO I

A RETIRA

PEDRO TAQ.  
Informaç  
FREI GASPAR  
de S. Vic  
ANTONIL: Cult

A GRANDE VIDA  
SANTA CATHARI

GUANABARA  
A VILLA DE S. P.  
HISTORIA GERAL I

Os depositarios gera  
São Paulo - Rua Libero  
& Cia. - Rua Regente Fa

4 955

*A villa de S. Paulo contem em si e em seu reconcavo mais sete villas e todas terão 20.000 vizinhos; he annexa á capitania de S. Vicente, onde assiste o capitão mór e ouvidor de capa e espada posto pelo donatario o Marquez de Cascaes.*

*A causa de não quererem consentir algumas vezes os ouvidores do Ryo de Janeiro para que persistão na dita villa (posto que os deixem entrar nella em correição) he que sendo amantes da justiça, experimentão que estes ouvidores a alguns criminosos, que nella se acolhem, os multão a dinheiro, sem lhes darem o castigo, que por seus crimes merecem, com que os ouvidores publicão, que estes moradores lhes não consentem fazer ali estas vexações.*

*Sendo que os moradores daquella villa vivam conformes ás leis do Reyno e muito obedientes ás ordens de Sua Alteza e depois da concessão do perdão do Conde de Athouguia, não houve até o presente controversia alguma, antes que estão unidos por casamentos humas familias com outras dando-se ao descobrimento do certão e á fabrica e lavoura dos fructos da terra de que he abundante, provendo o Ryo de Janeiro e mais capitánias de farinhas, cereaes, algodoens, legumes e outros generos até a Bahia, e por sua industria tem fabricado as villas de que se faz menção e outras muitas povoações, sem ajuda do braço de Sua Alteza.*

*Em varios tempos, todas as vezes, que forão chamados para o serviço de Sua Alteza o fizerão com muita promptidão, assi como as pessoas, como com o soccorro de mantimentos, o que se experimentou no sitio da Bahia e guerras de Pernambuco, em que tiverão diferentes encontros com o inimigo, cortando aquelles certões e fazendo-lhe grande damno.*

*Desta villa sahiu o Mestre de Campo Antonio Raposo, em descobrimento dos certões, empenhando-se de tal mo-*

do, que vindo a parar em Guito d'ahi pelo Ryo das Almanzoras, veyo sair ao Maranhão, em cuja viagem passaram grandes trabalhos, e gastarão mais de tres annos.

Estes moradores são aquelles que por varias vezes vierão á Bahia a desbaratarem o gentio Tapuya, que lhe destruiu o Reconcavo, estes mesmos desbaratarão todo o gentio que assistia na parte do Sul para poderem os Portuguezes viverem seguramente em suas fazendas, e casas como fazem actualmente sem molestia alguma."

Plenaria informação para Sua Alteza (o Principe Regente) do Ouvidor Geral da Repartição do Sul Dr. Sebastião Cardoso de Sampaio "sobre a gente de S. Paulo, districto do governo do Ryo de Janeiro, de seus serviços e progressos no descobrimento do Certão".

Lisboa, 6 de junho de 1674.

Os tres maiores factores da civilização brasileira são a obra dos jesuítas, a guerra contra os hollandezes e a função dos bandeirantes. Os jesuítas salvaram, para a raça historica em formação, o mais que foi possível do elemento indígena. As guerras flamengas crearam o sentimento da patria e mantiveram a obra de integridade latina no continente. Os bandeirantes fizeram o Brasil grande como é hoje.

A historia do cyclo das bandeiras é a expansão do grande valor da Raça que trouxe das tragedias do Oceano o seu heroismo ainda vivo para os dramas do Sertão.

ROCHA POMBO

---

## Prefacio

---

*Os assumptos, neste volume ventilados, mais uma vez me convenceram de quanto é enorme a tarefa a que me abalancei ao encetar esta Historia Geral das Bandeiras Paulistas pelos moldes de uma analyse detida da documentação esparsa.*

*Continuam os archivos a mostrar quanto são os seus acervos volumosos refertos de peças documentaes de capital importancia.*

*Assim se deu por exemplo quanto ás que neste tomo apresento relativamente á actuação das bandeiras ao Sul de Matto Grosso graças aos papeis existentes em Sevilha no Archivo General de Indias, apontados por Pastells e jamais até agora divulgadas.*

*Pormenores numerosissimos e importantes angorei-os provenientes do Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, das publicações do Archivo Publico Mineiro, de papeis ineditos do Archivo do Estado de S. Paulo, dos Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, do fructo das pesquisas sobre o passado paranaense de Moysés Marcondes e Francisco de Paula Negrão, dos Inventarios e testamentos do Archivo de S. Paulo, utilizando-os para a recomposição de dous grandes episodios; a jornada esmeraldina de Fernão Dias Paes e as tentativas frustraneas da pesquisa da prata em Itabayana,*

*Paranaguá e Saborabussú, a que se prendem as tentativas mallogradas de Dom Rodrigo de Castel Blanco.*

*Para o fim do volume comecei o capitulo notabilissimo da actuação das bandeiras na conquista do Nordeste, encetado pelas jornadas de Domingos Jorge Velho, no Piauhy, em 1662, e terminado em principios do seculo XVIII pelas campanhas de Manuel Alvares de Moraes Navarro.*

*Encerra a notavel phase que comprehende episodios capitães para a historia do Brasil como a submissão dos tapuyas do Rio Grande do Norte, Parahyba e Ceará, vencidos por Domingos Jorge Velho, Mathias Cardoso de Almeida, Manuel A. de Moraes Navarro; as campanhas subsidiarias de João Amaro Maciel Parente nos sertões bahianos e Francisco Dias de Siqueira no centro do Maranhão; e sobretudo a destruição do quilombo dos Palmares, um dos factos mais celebrados dos nossos annaes.*

*A publicação dos Documentos Historicos veio trazer enorme contingente de elementos novos para a pormenorisação destes acontecimentos até hoje pouco analysados, e sobre os quaes havia artigos especiaes, varios de real valor como os de Stuardart, Basilio de Magalhães, Joffily, Capistrano, Vicente de Lemos, Padre Heliodoro Pires, Tavares de Lyra, Coriolano de Medeiros, etc.*

*Tal a abundancia destes papeis que apenas me foi dado tratar do inicio da chamada "Guerra dos Barbaros".*

*No tomo VII desta obra, em elaboração adeantada, espero terminar a narrativa da campanha contra os tapuyas e da expugnação aos Palmares, episodio este para o estudo do qual contribuem os Documentos Historicos com grande contingente de novidades.*

AFFONSO DE E. TAUNAY

Taubaté, 12 de outubro de 1929.

Casa de Felix Guisard Filho.

---

## CAPITULO I

*As bandeiras no Sul de Matto Grosso. — O campo entrincheirado e a esquadilha do Mbotetêú. — Os documentos do Archivo General de Indias. — Os depoimentos dos chronicistas e escriptores modernos matto-grossenses.*

Deixámos esboçado, no quarto tomo desta obra, uma summa da actuação das bandeiras no sul e centro matto grossense, e na era seiscentista. Para o fim do seculo XVII, eram vulgares aos paulistas os roteiros da região meridional do nosso grande estado central, desde as expedições de Antonio Castanho da Silva, Antonio Raposo Tavares, André Fernandes, Jeronymo Bueno, Luiz Pedroso de Barros, Manuel de Campos Bicudo, Antonio Pires de Campos, Francisco Pedroso Xavier, etc.

Chegámos, com a nossa narrativa, ao ponto em que de devassadores dos territorios passaram os bandeirantes a ser os seus occupadores estabelecendo a posse portugueza ás margens do Mbotetêú, hoje Miranda, por meio do campo entrincheirado de Paschoal Moreira Cabral Leme e André de Zúnega, ao passo que mantinham nas aguas daquelle grande afluente do Paraguay, uma esquadilha de oitenta canoas de guerra.

Estas particularidades importantissimas vieram os documentos sevilhanos revelar-as. E coube-nos a felicidade de sermos os primeiros desvendadores dos pormenores de tão nota-

veis factos de que os chronistas e historiadores de Matto Grosso parecem não ter tido sciencia.

E realmente em geral todos estes analistas -- sejam elles Barbosa de Sá, Nogueira Coelho, Beaurepaire Rohan, Costa Siqueira, divulgado por Antonio Piza -- nada mais dizem senão umas tantas cousas muito vagas das occurrencias seiscentistas nos fastos matto grossenses.

Costa Siqueira (cf. *Rev. Inst. de S. Paulo*, IV, 10) menciona uma lista insignificante de precursores de Paschoal Moreira, apenas a "Manuel de Campos, paulista, e seu filho Antonio Pires de Campos" e João de Faria Taveira, europeu, e seu filho João de Farias (quando se trata de André de Frias Taveira), Antonio Borralho de Almeida, Pedro Leme e Francisco Xavier, "europeu", quando era paulista.

"Dos capitães das bandeiras antigas não achei memorias", explica o chronista vereador de Cuyabá, escrevendo á vista dos recursos do archivo matto grossense.

Ainda ultimamente no seu extenso e pormenorizado trabalho sobre *As raias de Matto Grosso* não menciona o Dr. Virgilio Correa a occupação paulista antiga do Mboteteté. No volume III da obra: *Fronteira Meridional*, onde com desenvolvimento narrou os primordios da exploração matto-grossense, nada se encostra relativo a tão notavel evento.

E' interessante e pitoresco o modo pelo qual Joseph Barbosa de Sá na sua *Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato grosso de seus principios até os prezentes tempos* (cf. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, XXIII, 5) explica as primeiras incursões paulistas nos grandes territorios centraes. Quasi, porém, sem precisar factos.

"Entre as mais collonias do Brasilico Estado cu America Portugueza merese primasias a celebre cidade de São Paulo, famosa planta do veneravel padre Iosé de Anchieta, da companhia de Jesus, Missionario do Brazil, natural das Canarias, no territorio chamado de seos naturais Piratininga reigado com as agoas' dos rios Tieté e Tamandoatiba, adonde a fé plantou o primeiro padram e arvorou seos estandartes fazendo selleiro da divina palavra para a estender nas dillatadas sementeras deste Largo emisferio cultivando os agrestes Silvados do paganismo en fructiferos vergeis da Igreja Santa.

Continuando os moradores daquella estensa capitania ope-



rarios desta Santa Lavoura em militares progresos e expugnação das barbaridades que aquelles lugares occupavão de onde colhião almas para Deus e utilidades humanas, augmentos com que Sustabellecerão aquelles paizes e seos adjacentes, invadidos os mais propinquos, forão se estendendo aos longes, fazendo com os mesmos neofitos guerra as mais remotas nasçoens huns para os Catagoases, citio chamado hoje Minas gerães, outros para os Caeteses, Coroados, Buris e outras nasçoens varias thé o rio de Sam Francisco.

Outros cortando o vasto poder do Cayapo chegarão aos Guayas, Carayas, Quiriras e outros varios que de todos tiravão muita soma de individuos e reduzião do agreste estado, ao do christianismo. Outros com dobradas foras e duplicada ousadia rodando as agoas dos rios Tieté e Anhandohy chamado hoje rio grande forão colhendo varias gentes thé as barras dos rios Panema e rio pardo entre varios lanses de fortuna em continuação dos tempos de que seguiremos os pasos como objecto da nossa historia. Versando aquelles famosos aventureiros tanto Americanos a quem chamavão paulistas pela nominação da patria como eoropeos chamados emboabas, nome derivado das gallinhas calsudadas por não largarem as meyas e sapatos em todo o serviso, auxiliados dos mesmos indios que amansavão com que fazião guerra as mais barbaridades, acharão os primeiros alép do rio Panema lugares já dantes illustrados pelo veneravel padre Anchieta, algumas povoaçãoens reduzidas a obediencia dos padres missionarios da providencia com Igrejas e oficinas de varias fabricas que expugnarão, ecolherão os Indios para Sam Paulo, lançarão os brancos e destruirão as feitorias...

Achace ainda hoje nestes lugares por memoria hum montam de telha arumada coberto de mato, hum quarto de legoa afastado da barra do rio Panema intrando-se pelo mato dentro carregando a mão direita a rumo de Sudueste e mais diante huns campestres adonde se vem muitos cacos de lousas e telhas signais de que forão aldeyas por aquelles lugares hoje tudo deserto.

Sobindo o rio Pardo tomando a barra do Anhandohy e Anhangohy que são dous rios nascidos de huma madre, navegando estes ásima thé as vertentes que caem para o Paragoai, que formão o rio Matetéu e outros; acharão seis povoa-

çoens de gente castelhana brancos Indios e mestisos com Igrejas cazas de telha oficinas criaçoens de bois cavallos e carneiros a quem os nossos famosos capitaens como fieis portuguezes fizerão guerra por repetidas vezes thé que pondo em fuga os brancos recalherão muitos Indios destruirão e queimarão as feitorias vendo pertencerem aquelles lugares aos dominios de Portugal, adonde se acha por memoria algum gado vaccum, chamados hoje as vacarias, o que causou tanto espanto e temor as povoaçoes da provincias do Paragoai que alli mais não tornarão e ao não ser iso serião hoje de dominio de Espanha todos os nossos lugares thé Sam Paulo Minas gerais Goyas e Cuyabá.

Correndo os tempos e continuando aqueles aventureiros as suas conquistas chegarão a navegar o rio Paragoai descendo huns pelo Coxiim outros pello Matetêu outros pello Cahy que todos saem das mesmas vacarias e intrando pelas grandes bahias que acompanhão as margens deste grande rio forão achando tantas naçoens de gentes que não cabem nos arquivos da memoria e só me lembrão as seguintes: Caroyas, Taquasentes, Xixibes, Xanites, Porudos, Xarorores, Aragoares, Coxipones, Pocuris, Araponenes, Macas, Goatos, Araviras, Buripocones, Arapares, Hytapores, Iaymes, Aycurus, Bororós, Payagoas, Xaraes, Penacuicas e outros. Divirtidos com estas gentes e fertilidade das terras adonde se colhem os fructos sem semiar esquecidos das patrias mulheres e filhos e sobre tudo das obrigaçoens de catholicos passavão as vidas annos e annos.

Dos capitães das bandeiras primeiras não achei noticias e so sim dos que exercitarão estes empregos nos tempos proximos aos descobrimentos de ouro nestes sertoes que são os seguintes: Manoel de Campos e seus filhos Antonio Pires de Campos e Felipe Campos bicudo João de Frias Taveira Pedro Leme da Silva e seos filhos Antam Leme da Silva João Leme da Silva e Lourenço Leme da Silva Antonio Antunes Maciel, João Antunes Maciel e Felipe Antunes Maciel Pascoal Moreira Cabral todos estes Paulistas Francisco Xavier e João de Frias Europeos”.

## CAPITULO II

*A Vaccaria. — Fundação de uma base de operações permanente, no Sul de Matto Grosso, pelos paulistas. — Referencias diversas e dubitativas.*

Em fins do seculo XVII, em seu ultimo quartel, cruzam frequentemente os paulistas em varios sentidos o sul de Matto Grosso na grande região a que davam o nome de Vaccaria, hoje menos vulgar. Delimitava-a Pedro Taques em meados do seculo XVIII, depois de referir que nos campos assim chamados havia enormes rebanhos "sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza não só de gados vaccuns mas tambem dos animaes cavallares" (cf. Rev. Inst. Bras. 35, I, 35).

"Este sertão discorre acima do nosso sitio de Camapuã, onde ha varadouro que navegam á demandar as minas da villa real de Cuyabá e Villa Bella do Matto Grosso; porque do dito Camapuã seguem diversas vertentes para o Cuyabá, e este sertão é habitado do gentio *Guaicurú* vulgarmente chamado *cavalleiro*, por andarem sempre a cavallo, e é gente, por natureza bellicosa e briosa com grande ardor e valor para a guerra."

Joaquim da Costa Siqueira, nas suas *Chronicas de Cuyabá*, entendia provirem os rebanhos da criação dos hespanhoes outróra afazendados no Sul matto grossense e dalli expulsos pelos paulistas, sem dizer porém quaes foram as bandeiras a quem se deveu tal facto o que Antonio Piza censura justamente em nota (cf. Rev. Inst. S. Paulo, 4, 8) julgando que se

trate das expedições de Antonio Raposo Tavares ou Luiz Pedro de Barros.

"Subindo o Rio Pardo e tomando a barra do Anhanduhy e Anhangoby, que são dous rios nascidos de uma madre, navegando estes acima, acharam seis povoações de gente castelhana, brancos, índios e mestiços, com egrejas, casas de telha e officinas de varias operações, bois, cavallos e carneiros. a quem os nossos famosos capitães como fíeis portuguezes, fizeram guerra, e pondo em fuga os brancos recoheram muitos índios, destruíram e queimaram as feitorias, vendo que perentenciam aquelles logares aos dominios portuguezes, adonde se acha por memoria algum gado vaccum, chamado hoje A Vaccaria, o que causou tanto espanto e terror ás povoações castelhanas da provincia do Paraguay que não tornaram a fazer passagem por cá, e si assim não fôra seriam hoje os castelhanos senhores de todos estes nossos logares até S. Paulo, Goyaz e Minas Geraes."

Neste trecho, como reparará o leitor, ha indícios vehementissimos de copia de outro de Barbosa de Sá ha pouco citado.

Era o nome Vaccaria corrente no seculo XVII. A tal proposito commenta Basilio de Magalhães na sua *Expansão geographica*:

"Da zona chamada Vaccaria diz Taques:

"Este sertão discorre acima do nosso sitio de Camapuá..."

E o Dr. Antonio de Toledo Piza, em nota ás "Chronicas de Cuyabá" de Joaquim da Costa Siqueira (in "Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo". IV, 183), della dá ainda mais vaga definição. Ora, como ha em noso mappa dois territorios com aquelle nome, isto é, com o nome de "Campo Grande da Vaccaria" — um em Matto Grosso e outro no Rio Grande do Sul — bom é que se saiba ter sido contra o primeiro que se dirigiram as levas paulistas, e que dos documentos relativos a essas incursões é licito inferir fosse ao tempo comprehendida sob aquella designação toda a vasta zona meridional limitada pelo Rio Paraná, serras de Maracajú e cabeceiras do Rio Pardo."

Segundo Augusto Leverger (*Apontamentos para o dictionario chorographico da Provincia de Matto Grosso*) aliás autoridade de primeira ordem, os Campos de Vaccaria são só

os que existem "no lado occidental da bacia do Paraná desde o Rio Pardo até o Brillhante e o Ivinheima", sendo chamado *rio da Vaccaria* o caudal cu' a confluência com o Brillhante forma o Ivinheima.

Desde quando se puzeram os paulistas a percorrer continuamente os vastos paramos sul matto grossenses é o que se torna difficil dizer..

Sabemos que a estas regiões atravessaram numerosas bandeiras, de rota para terras do Perú, como as de Antonio Castanho da Silva em 1622, Antonio Raposo Tavares em 1648 e Luiz Pedroso de Barros em 1660, por exemplo. Vamos pois distinguir duas directrizes de exploração das bandeiras.

Uma apontada mais para o sul realmente para as terras do Ivinheima, do Brillhante e Iguatemy em direcção ao Paraguay. Bem a caracteriza o anno da grande expedição de 1676 a de Francisco Pedroso Xavier. A outra procura mais as terras centraes do Oeste tentando occupar o Valle do Miranda, do Mboteteú de antanho.

Examinemos, para começar, os factos referentes á parte mais meridional.

Para o estudo das primeiras entradas na Vaccaria ha alguns documentos mais interessantes do que precisos, a troca de cartas entre D. Carlos Morphy, Capitão General do Paraguay e D. Luiz Antonio de Souza, Morgado de Matheus, Capitão General de S. Paulo, a propósito da occupação do sul matto grossense na fronteira do Iguatemy.

Azevedo Marques dá-nos excerptos destes papeis que Piza publicou na integra (*Doc. Interes.*, 34, p. 425 et pass).

Nenhum dos dois governadores era autoridade em materia de historia do bandeirantismo, mas como referem echos de entradas merecem ouvidas as suas palavras, que tomaremos como indices e não provas de factos. Parece-nos comtudo que o consultor do Morgado de Matheus haja sido Pedro Taques.

Como houvesse D. Luiz Antonio de Souza allegado ao seu correspondente do Paraguay que as monções paulistas haviam como que estabelecido um *uti possidetis* no sul matto grossense escrevia-lhe (cf. *Doc. Inter.*, 34, 432), que era "certo e publicamente notorio en toda a parte, tanto nesta Capitania, como nessa Provincia, que a navegação desses Rios fora sem-

pre praticada e seguida pelos Naturaes de S. Paulo de tempos muito antigos.”

Ironico lhe apontava D. Carlos Morphy, a lhe falar nessa “figurada posesion ante Diluviana que V. S. pretende que tenian los Paulistas em virtude de su siempre frequentada Navegacion”. E categorico affirmava:

“Todos los Cosmographos y Historiadores que han escrito en aquellos tiempos sobre las Conquistas de estas Americas, convienen unanimes en el Derecho de España al Pais de Xerez y Territorios de la Ciudad Real del Guayrá que los Paulistas Mamelucos destruyeron en sus invasiones del siglo passado. Agora no se que antiguidad querra V. S. asignar a la posesion que gosa hoy el dicho Alvares en su Camapõa, Jurisdiccion de Xerez; me persuado que no esforará en para ciliar-la (sic) con *los tempos muitos antiguos de Navegação*”.

Ha ahi evidentemente erro de copista.

Respondendo-lhe, fez D. Luiz Antonio uma exposiçõ com pretensões eruditas e recheiada de erros e infantilidades. Mas no tempo mais não se poderia exigir.

O que nos interessa é a parte referente ás expedições ao sul matto grossense em fins do seculo XVII.

Começa a censurar ao seu correspondente a pouca civilidade: “V. S. me promete que ha de dar-me *un plato de gusto*, mas não encontro elle; na sua carta só vejo as azedas palavras de huma mal sazoadada e falsa impostura que notoriamente me ofendem, o que deixarei sem resposta tratando somente do que puramente pertence a defensa do claro direito e justa posse que eu entendo tem El Rey meu Senhor e Amo, em as terras de que se trata.”

Logo depois accrescenta:

“Pelo contrario, os Portuguezes tinham toda a perfeita noticia e posse das ditas terras, como mais claramente se patentea, quando pelas historias do Paraguay e deste Brasil, se lê que os antigos mamelucos, que hoje são os Paulistas, naturaes desta Capitania de S. Paulo, desde o seculo de quinhentos, e principio de seiscentos, e por todo elle se achão fazendo frequentes entradas destes certos, como testificão irrefragaveis monumentos, de que se vê sem a menor contradicção ou duvida que sempre os conquistarão, amançarão e dominarão as nasçoens de indios habitadores delles, assim antes como depois

da glorioza aclamação do Senhor Rey Dom João o 4.º, de feliz memoria, porque sempre destruhirão arrazarão e o combaterão tudo o que se opunha á sua passagem e lhes parecia ser estranho nos referidos certoens com aquellas mesmas in vasoens que V. S. confeça em hum dos capitulos desta sua carta de 18 de Septembro de 1770, a que estou respondendo, pois não, podião cauzar as destruiçoens que V. S. assignala sem entranhar-se muito em os ditos certoens, os quaes muitos annos ainda depois destes successos erão incognitos aos Geographos Espanhoes, como se le em Medrano.

Estas expediçoens continuaram sempre em todos os tempos e em todos os Governos desta Capitania, porque nunca deixarão os Certanistas Paulistas, de tempos mui antigos emtê o presente, de correr e vadiar todas as campanhas e navegar todos os Rios dos certoens de que estou tratando, como pretendo provar, com alguns dos mais notorios e innegaveis successos acontecidos nelles, de que existem os documentos e memorias autenticas nesta Capitania, como tambem nessa Provincia do Paraguay.

Deixando outros muitos factos que podia trazer, referirei somente aquelles de que ainda não hão de estar nessa Provincia esquecidas as memorias.

Entre estas, parece-me que não serão ignoradas as grandes expediçoens de Francisco Xavier Pedroso, morador da Villa de Parnahyba, acontecidas nos annos de 1670 e seguintes, o qual depois de dominar muitas Nasçoens de Indios Brabos entrou com mão armada a Cidade de Assumpção do Paraguay e agregou grande numero de Indios á sua vezinhança de sorte que, vindo sobre elle o Governador da Cidade de Currientes, sobre nome Andino, com força de armas e muita gente, os Paulistas se fizeram fortes em huma mata, donde fizeram fogo tão vivo e tão terrivel sobre elle que com perda de oitocentos homens o fizeram retirar."

Como o leitor viu da leitura dos capitulos antecedentes, a chronologia do morgado de Matheus deixava bem a desejar; não só não foi em 1670 que se deu a incursão de Pedroso Xavier como as perdas de Don Juan ahi estão prodigiosamente exageradas. Nem Pedroso Xavier atacou e expugnou a Assumpção, como Andino não era de todo governador de Currientes.

Continuava D. Luiz Antonio:

“Hé tambem memoravel a outra expedição de Francisco Dias Mainardos, que pouco mais ou menos pelos mesmos annos conquistou os Gentios habitadores dos Rios Jaguary ou Avinheima, Amambahy e os Povos ohamados *Gualachos*.”

Quer nos parecer que ella occorreu nas vizinhanças de 1680. Falando deste Francisco Dias Mainardos escreve Basilio de Magalhães:

“*Mainard* é como vem na citada carta, e *Mainardos* é como grapha o Dr. Washington Luis; *Mainardi* escrevem Taques (“*Nobiliarchia*”, XXXIV, p. 1 p. 84) e Silva Leme (“*Genealogia Paulistana*”, II, 439) os quaes, entretanto, nada dizem desta façanha e apenas informam que Francisco Dias Mainardi era filho do italiano Thomé Dias Mainardi e de Maria Leme, casados em 1635, D. de Vasconcelos (“*Historia Antiga das Minas Geraes*”, 128) attribue aos Mainardis, estabelecidos em S. Paulo e Minas origem escossesa e fidalga, dando-os como descendentes dos condes de Maynard.”

Na citação documental de Basilio de Magalhães ha um engano de imprensa. Deve-se ler XXXV, p. 1, pag. 84.

Ha tambem a reparar que o original da carta do Morgado de Matheus traz *Mainardos* e não *Mainard* como affirma o douto escriptor a quem induziu em engano um erro de copia de Azevedo Marques. Escrevendo á vista do texto dos *Documentos Interessantes*, reproduziu Washington Luis o nome tal qual alli se acha.

Pouco fala Pedro Taques de Francisco Dias Mainardi: “casou em Ytú com... Era filho de Thomaz Dias Mainardi, “natural do reino de Piza (sic!) da cidade de Florença” escreve o nosso linhagista, filho de Bartholomeu Dias (proavelmente algum portuguez de passagem pela Toscana) e Isabel Mainardi. Este Thomaz Mainardi casou-se em S. Paulo no anno de 1635 com Maria da Silva Leme, filha de Aleixo Leme e Ignez Dias. A citação de Diogo de Vasconcellos não sabemos de todo o que a abone mas della duvidamos bastante.

Ao explicar a genealogia de Francisco Dias Mainardi, escreve Antonio Piza uma serie de erros (cf. Doc. Interes., 34, p. 463) pois affirma que Pedro Leme o *Tonto*, era filho de Leonor Leme e Braz Esteves, quando os paes deste famoso



sertanista foram Domingos Leme da Silva e Francisca Cardoso (cf. Rev. Inst. Bras., 5, 35, p. 1, pag. 26).

Era o "Torto" neto de Pedro Leme e bisneto de Leonor Leme e Braz Esteves. Ha aliás nas notas de Piza numerosas cincadas e algumas graves. Basta lembrar a sua teimosia em querer estabelecer a dualidade de pessoas "entre o portuguez Antonio Raposo Tavares do soccorro a Pernambuco e o paulista Antonio Raposo, destruidor do Guayrá." (cf. Doc. Interes., t. 9, p. 90).

Continuando a descrever as bandeiras de Iguatemy relatou o Morgado de Matheus (Doc. Inter., 34, 463):

"Pelos annos de 1680, o Monjolo de S. Paulo com a sua Bandeira entrou pelo rio Jaguary ou Avenheima e correndo as campanhas que rega o Rio Cochym athé o Rio Batetey dally passou o Rio Cachy e correndo todas as terras até o Amambay e Guatemy, daly por varios cazos que lhe acontecerão se passou refugiado ao Paraguay, onde viveu muitos annos".

A este proposito commenta Piza muito procedentemente:

"Houve com certeza erro na copia do nome deste bandeirante porquanto na historia de S. Paulo e nas notas genealogicas das familias da capitania o nome *Monjolo* é inteiramente desconhecido.

Na villa de Paranyhyba havia uma importante familia *Monjellos*, a que naturalmente pertencia o sertanejo aqui mencionado por D. Luiz Antonio.

Mais ou menos no tempo indicado pelo capitão general vivia em Paranyhyba João Monjollo, casado com Catharina Pinheiro e tendo duas filhas, a saber: Maria, que foi casada com Luiz Pedroso de Alvarenga, da notavel familia Alvarenga, e fallecida em 1718, e Marianna Pinheiro, casada em 1699 com Simeão Alvares. Entretanto, no titulo *Alvarenga*, da *Nabliarchia Paulistana*, não se encontra a menor referencia a esta familia Monjel'os e á expedição feita por um dos seus membros aos sertões de Matto Grosso e ao Paraguay o que aliás não quer necessariamente dizer que tivesse havido omisão, pois a referencia pode ter sido feita em algum dos muitos capitulos que se perderam da grande obra de Pedro Taques".

Parece-nos positivo que este Monjolo deva ser Mongelos e não passe de outro individuo diverso de Juan Mongel Garcez o intitulado medico castelhano navarrez de Pamplona, que por

longos annos viveu em S. Paulo, onde era conhecido com o nome de João Mongelos. Como já vimos associou-se á bandeira de Francisco Pedroso Xavier e uma vez no Paraguay apresentou-se aos seus compatriotas como transfuga da expedição, allegando haver vivido em S. Paulo prisioneiro. Estava então acompanhado por dous filhos.

Delle já aliás falámos longamente nesta obra (T. IV, 82, 101, 166). Precisamos porém interromper o relato do Capitão General paulista que logo depois estabelece positiva confusão entre bandeiras que demandaram o Sul de Matto Grosso fronteiro do Paraguay e outras que visaram transpor o rio Paraguay e attingir o territorio do Alto Perú.

Demonstra aliás a allusão ao *Monjolo* quanto eram vagos os conhecimentos que tinha das expedições paulistas de fins do seculo XVII ao sul matto grossense.

### CAPITULO III

*Bandeira de Braz Mendes Paes. — Pedro Leme e sua famosa acção. — Antão Leme da Silva. — Importante documento novo.*

Deu-se em 1682 uma das mais importantes expedições do fim do seculo XVII e no Sul de Matto Irosso: a de Braz Mendes Paes, a quem Basilio de Magalhães chama Braz Domingues Paes, por acompanhar a Silva Leme (*Genealogia*, 2, 241).

Este cabo de tropa era, segundo Pedro Taques, Pero Domingues ou Braz Mendes, sorocabano.

Silva Leme rectifica a *Nobiliarchia* dando Braz Domingues Paes como paulistano. Tinha elle como companheiro, e lugar tenente, seu irmão, sargento mór Pedro Domingues Paes.

Vê-se pois que Taques não estava bem seguro acerca de quem commandava a bandeira.

Vinha Braz a ser cunhado de Paschoal Moreira Cabral Leme o famoso futuro apossador de Cuyabá. Eram os dous irmãos Domingues velhos paulistas já, filhos de Amaro Rodrigues, descendiam dos povoadores seiscentistas Pero Domingues e Clara Fernandes.

A' sua expedição se prende uma das mais celebres anedotas do passado bandeirante, o episodio de Pedro Leme da Silva, o *Torto*, a cada passo citado pelos autores que vivem a copial-o afim de avolumar os seus livros. Delle dá Pedro Taques longo e curioso relato.

Era este Pedro Leme da mais alta grey bandeirante, como filho de Domingos Leme da Silva, neto de Pedro Leme e bisneto de João do Prado. Ouçamos porém a *Nobiliarchia*: (cf. Rev. Inst. Bras., t. 35, p. 1, pag. 35).

“Debaixo do commando de Pedro Domingues ou Braz Mendes, capitão-mór do seu troço, natural de Sorocaba, sahi Pedro Leme da Silva que era destemido e grande soldado de arcabuz e capaz para qualquer facção de temeridade, quanto mais de valor. Postou o corpo da tropa nas campanhas da Vaccaria, cujo sitio fica acima da cidade da Assumpção de Paraguay muitas leguas. Formaram um arraial, sendo as tendas da campanha, casas construidas de madeira, cobertas de palhas, a que no Brasil chamam ranchos. Aproveitava-se a gente deste corpo da abundancia dos gados que inutilmente multiplicam nestas campanhas sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, que não só é dos gados vaccuns, mas tambem dos animaes cavallares.

Este sertão discorre acima do nosso sitio de Camapuã, onde ha varadouro que navegam a demandar as minas da villa real de Cuyabá e Villa Bella do Matto Grosso; porque do dito Camapuã seguem diversas vertentes para o Cuyabá, e este sertão é habitado do gentio *Guaicurú*, vulgarmente chamado *cavalleiro*, por andarem sempre a cavallo, e é gente, por natureza bellicosa, e briosa com grande ardor e valor para a guerra. Neste sertão pois se achava a tropa, como em arraial, esperando monção para seguirem o destino, a que os conduzira o interesse de conquistar gentios, quando appareceu um mestre de campo, castelhanao, da provincia do Paraguay com o seu troço de cavallaria até tresentos soldados. Com cortez urbanidade e occulta politica comprimontou aos paulistas presentando ao capitão mór da tropa com a excellente herva chamada Congonha, por ser a da villa de Cururúatim a mais mimosa que no gosto e seus effeitos excede a das outras partes daquelles continentes.

Deteve-se alli o tal mestre de campo com o seu terço de cavallaria alguns dias, tendo feito o seu abarrancamento em distancia de peça de artilheria do nosso arraial. Entre soldados castelhanos e paulistas se tratava uma sociedade urbana e civil; porque da parte dos portuguezes se não tinha penetrado o occulto fundo do dito mestre de campo (é lastima

que a inercia dos paulistas deixasse sepultar com o tempo o nome deste cabo, o dia do mez e anno do successo acontecido, e que só se conservasse na memoria seguida de pais e filhos a verdade do facto daquelle lance, em que teve todo o louvor Pedro Leme o torto, cujo nome, procedimento e a inveja da sua heroica resolução existe até agora, até que elle em uma manhã veiu ao nosso campo com um sufficiente corpo de soldados a pé, que lhe serviam de guarda e procurando ao capitão da tropa paulistana, travaram pratica sobre a vastidão dquelles sertões e seus habitadores gentios bravos, contra cujas forças triumpharam sempre os portuguezes da villa de S. Paulo em suas entradas e reducções. Subtilmente foi o tal castelhano dispondo o material discurso do capitão-mór de alguns de seus officiaes e soldados que se achavam na pratica, entre os quaes assistia Pedro Leme, sem mais character que o de soldado raso daquelle corpo.

Persuadiu o dito mestre de campo que aquelle sertão da Vaccaria era todo de conquista de el-rei seu amo, como primeiro senhor da provincia do Paraguay, por cuja razão não deviam os paulistas duvidar desta preferencia, e que para todo o tempo assim constar era muito justo (visto se achar naquella occasião, um e outro corpo pastando em dito sertão) que assignasse o capitão mór por si com seus officiaes e soldados, um termo deste reconhecimento. Para este effeito trazia já o mestre de campo lavrado um termo em folha de papel, que logo o apresentou para o determinado fim de ser assignado.

Sem a menor repugnancia pegou na penna o simples e material capitão-mór e assignando-se, foram fazendo o mesmo outras pessoas, que chegaram ao numero de cinco, quando repentinamente enfurecido, Pedro Leme pelo accordo, que lhe ministrára o discurso, o valor e a fidelidade, pegou na sua arma de fogo e levantando-lhe as mollaras, rompeu brioso nestas palavras, que se conservam constantes na tradição dos moradores da villa de Itú, sua patria:

“Vossa senhoria, pelo poder com que se acha neste lugar será senhor da minha vida, mas não da minha lealdade. Estas campanhas são e sempre foram de el rei de Portugal meu senhor, e por nós e nossos avós penetradas, seguidas e trilhadas quasi todos os annos a conquistar barbaros gentios

seus habitadores. O Sr. capitão-mór e mais senhores, que tem assignado sem advertencia o contrario desta verdade, ou estão abandonados como lezos ou como temerosos; eu não, nem os mais que aqui nos achamos em toda esta tropa, porque não havemos de assignar este papel, etc.”

A estas vozes e a este exemplo já todo o corpo paulistano tinha pegado em armas, com cujo brioso movimento foi tão prudente o mestre de campo castelhano, que sem articular vozes, nem obrar acção alguma, se tirou para fóra da barraca, ficando seu intento sem effeito; e adiantando os primeiros passos articulou este seguinte desafoço: Miren el tuerto! E Pedro Leme ouvindo-lhe o vituperio, lhe deu em alta voz esta resposta: E coxo tambem.

Recolheu-se o castelhano ao seu quartel, e na manhã seguinte levantou o campo e delle se ausentou sem acção alguma de despedida, depois de tantas urbanidades praticadas. Ficaram os paulistas envergonhados da facilidade com que o seu capitão-mór e quatro officiaes tinham assignado aquelle termo, sem recordarem que haviam obrado uma acção indecorosa á nação e a seu rei, e natural senhor; e que só Pedro Leme fôra capaz deste accordo, e briosa resolução, que evitou o maligno intento do castelhano.

Continuou o troço o seu destino quando foi tempo de monção, e se recolheu a salvamento.

Applaudiu-se muito em S. Paulo a acção de Pedro Leme tanto quanto se estranhou a materialidade do capitão mór e seus quatro companheiros. E como estas vozes chegaram a Portugal a informar do lance acontecido ao Sr. rei D. Pedro,, nós não descobrimos; sabemos só com toda a pureza da verdade, que chegando em 1698 a S. Paulo Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão general do Rio de Janeiro e capitánias do Sul, confessou ao capitão Bartholomeu Paes de Abreu, pai do autor destas memorias, e ao reverendo Dr. João Leite da Silva e a outras pessoas que tinham vindo a cumprimental-o e dar-lhe as boas vindas, que Sua Magestade lhe ordenava que da sua parte agradecesse a Pedro Leme a acção do honrado vassalo, que praticara na campanha da Vaccaria com o mestre de campo castelhano D. Fulano de tal, em tal anno, etc.

Esta expressão ouvimos muitas vezes communicada a varias pessoas pelo dito capitão Bartholomeu Paes; porém foi



Assim, diz ella, por necessario, prover-se o posto de mestre de campo em pessoa de conhecida nobreza, respeito e abundancia em bens, e tendo attenção a que estas circumstancias se acham na do capitão mór Antão Leme da Silva, de uma das mais nobres familias desta Capitania e haver servido a Sua Magestade que Deus guarde, assim nas Minas Geraes, como nestas, assistindo aos descobrimentos de ouro que se fizeram, accomodando discordias entre os mineiros, e dando favor á justiça quando era necessario fazer-se alguma diligencia, sendo um dos melhores sertanistas desta Capitania; e achando-se no anno de 1682 no sertão da Vaccaria com seu pai Pedro Leme da Silva com outros moradores desta Capitania foram prisioneiros dos castelhanos, que com a força de muita gente, e ameaças que fizeram aos portuguezes, os obrigaram a assignar um papel de que aquelle sertão pertencia á corôa de Castella, o que o supplicante e seu pai não assignaram, querendo antes perder a vida do que a lealdade de vassallos...”

Outro documento de subido valor para o estudo que realisamos vem a ser as *Noticias utilissimas á coroa de Portugal e suas conquistas*, papel revelado pelo inventario dos documentos relativos ao Brasil procedida no Archivo da Marinha e Ultramar de Lisboa, pelo Dr. Eduardo de Castro de Almeida, por incumbencia do Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, então director da nossa Bibliotheca Nacional.

Relata occurrencias do renovamento continuo das pretensões castelhanas, ao Sul de Matto Grosso e a Vaccaria e a tal proposito se refere ao incidente havido com Pedro Leme o *Torto*.

E' o papel anonymo e não está datado, mas sabe-se que procede das vizinhanças de 1695. Foi a causa da consulta do Conselho Ultramarino, a 31 de outubro de 1695.

Seu signatario, infelizmente desconhecido, opinara pela fundação de um presidio na Vaccaria que affirmava achar-se em terra portugueza. Entendia que tal povoação seria uma base de contenção ás pretensões castelhanas e de optimo soccorro para as operações militares futuras, no caso de se tornar necessaria a invasão do Perú desde que irrompesse a guerra entre as duas coroas.

E ainda fazia os maiores elogios á energia e pertinacia



dos paulistas que já imaginava poderem novamente infestar o Perú.

“Fica hum pais chamado hoje chamado dos *Paulistas*, *vacaria* entre o *Rio grande* e o *Rio de Paragoai* que ambos juntos como mais principaes formam o celebrado *Rio da Prata*, chama-se *vacaria* pelo gado amontado que ahi ha, cujo principio trouxerão os Castelhanos, quando intentarão povoar a dita paragem a qual desampararão e dezistirão da povoação que fizerão tambem em outras paragens, receiando a guerra que poderião fazer os Paulistas com a felice acclamação do Senhor Rei D. João o 4.º de Saudoza memoria, auerá 10 ou 12 annos pouco mais ou menos, que os Paulistas continuão as correrias daquella campanha, e achão que os Castelhanos deixarão 2 caluarios ou toscos padroens fabricados de pedra solta afastado hum do outro distancia de meia legoa pouco mais ou menos, em outras paragens outras pedras amontoadas, humas sobre outras ao modo de parede e muito pouca altura, correndo sempre linha direita presume-se com fortissimas conjecturas, que naquelle sitio ha minas de prata e que por isso deixarão estes toscos padroens, para perpetuo sinal.

Reforça esta presumção costumarem os castelhanos, moradores na cidade d'Assumpção de Paragoaia, que fica distante a este sitio 25 dias de viagem pouco mais ou menos a 3 e a 4 legoas por dia, porque todos montão a cavallo, reconhecer e examinar este dito sitio cada anno ou cada 2 annos com pretextos frivolos e muito alheos de razão: hé presumção commum que vem saber se os Portuguezes povoão este lugar, em duas occasioens toparam os castelhanos com muitos poucos Portuguezes, e lhes fizeram requerimentos e protestos de como aquella terra pertencia á Corôa de Castella, e obrigarão aos portuguezes que asinassem o termo que tinham feito, em hum Paulista de cuja vista se não podia esperar assaz illustre, por ser defeituosamente formado da natureza, posto que nobre por sua ascendencia teve valor para rezistir a sua asinatura estes padroens he certo que foram deixados ali para algum fim.

Hum Paulista, por nome *Mañoel Mendes*, que inda he vivo, cuja verdade não aprovo, nem reprovo, conta que dormira huma noite no alojamento dos soldados digo Castelhanos, e que perguntara muito em segredo a hum castelhano a cauza e motivo porque faziam aquellas diligencias, e que respon-

dera que hera para mor das minas de prata que ahi havia; hum clerigo por nome *Pedro da Silva* já defunto, e outro por nome *Cosme Gonçalves*, que ainda he vivo ambos naturaes e moradores nesta vila, pessoas de inteira verdade, certificação que ouvirão dizer hum castelhano em Buenos Aires, onde assistirão 2 annos e meyo por cauza das ordens que hera couza certa aver minas de prata no contorno de Paraguai, que as não lavravão com receio de serem enfestadas dos Paulistas, e não he crível que este grande cume dos castelhanos seja sómente por interesse da terra, a qual temos por infallivel que pertence á Corôa de Portugal; antes queremos que a *cidade de Paraguai* está asituada nas terras de Portugal, e que alguma parte das terras de *Potosi*, que ficam para aquella banda não muito distantes da vacaria, tanto para as fraldas que fas aquella corda, para a banda do Rio de Peragoai como para a banda do Rio Grande, he fertilissimo, assim para fortificar como para crear immensidade de gado, pelos campos que tem, que dizem ser os melhores que ha e quando por nossos pecados se frustem as minas de prata, na vacaria sempre he util aquella povoação, porque nos aveshamos com os castelhanos por aquella parte que confina com as minas do Perú.

Pode-se fazer esta povoação com muito pouco dispendio da fazenda real e para a sua conservação nam he necessario affligir as mais praças com socoros de mantimentos, como se tem experimentado na terra nova. A sua defesa he muito facil quanto aos castelhanos de Peragoai; sómente convocando elles os Indios que administrarão os Padres da Companhia, Castelhanos, os quaes estão situados sobre o Rio Grande, muito rio abaixo, e sobre o Rio de uruguai o que elles nomeão por outros nomes, será para o soccorro necessario empenhar todas as villas de S. Paulo.

Por 4 razoens convem muito á Corôa de Portugal reduzir estas ditas aldeas á sua obediencia, as quaes chamam elles reduçoens. Primeira, porque é tomar posse do que he seu e restituir se naquelle dominio, que se lhe tem usurpado, por quanto os Indios e o Paiz que abitão sem duvida alguma ficção nas terras de Portugal. Segunda porque ficção os Castelhanos dezarmados em todas as suas praças confinantes. Terceira porque conta Amaro Fernandes natural da cidade de Peragoai, o qual está cazado nestas villas e he morador na villa

de Ytú, que pagam a Elrey de Castella cada hum anno 40:000 patacas pagando huma pataca por cada Indio, e que hoje he muito mais o numero (o que os ditos religiosos encobrem com suas industrias) e não permitem que entre hum só Castella no em suas aldeias para embargarem toda a noticia com que se presume que estan logrando ocultamente a'guns averes de prata ou ouro, Quarta porque con estes Indios podemos estender facilmente as nossas povoações athe confinar com o Reino do Perú e avendo guerra entre huma e outra Corôa com os mesmos Indios, capitaneados pelos ditos Paulistas podemos infestar e saquear as praças fronteiras do Reino do Perú por serem abertas em defensas.

Fica distante a dita vacaria de ultima povoaçam de São Paulo 50 dias de viagem pouco mais ou menos, os quaes reduzidos a marchas ordinarias depois de feita estrada real por terra que he plaina e asentada, capaz de carros e bestas carregados, poderem ser 20 dias pouco mais ou menos; porque os Paulistas costumão marchar a respeito do sustento que ham de achar ou buscar no matto, desde a manhã athé ás 10 horas rompendo campos e matos com infinitos rodeos.

Do presente ha dous caminhos hum navegando desde povado pelo *Rio Anhembi* abaixo athé dar no Rio Grande e depois subindo por outro athe a vacaria. Este caminho tem suas cachoeiras onde varão canoas. Outro caminho tem 14 ou 15 dias de viagem por terra e depois rodão por hum rio chamado Paranapanema athé dar no Rio Grande. Este caminho não tem cachoeiras".

Pouco depois visitava S. Paulo o illustre governador fluminense Arthur de Sá e Menezes e cuidava seriamente de examinar o caso da exploração da Vaccaria e do soccorro ao posto fortificado alli mantido pelos bandeirantes.

## CAPITULO IV

*A base do Mboteteú. — Denúncias do Padre Altamirano e de D. Antonio de Vera Mujica. — Inquerito sobre a expedição de Salvador MARECOS.*

Passemos agora a analysar os acontecimentos que se prendem á penetração paulista no valle do Mboteteú (Miranda) no sul de Matto Grosso e em regiões hoje bolivianas. ultimas investidas com as terras que ficariam definitivamente castelhanas.

Assumem elles um character da maxima relevancia no conjunto da historia do bandeirantismo.

Surge a actuação systematica das bandeiras para trancar, aos hespanhoes do Paraguay, o accesso ao Alto Paraguay, facto que teve as mais importantes consequencias para a formação territorial brasileira, como é inutil encarecer.

Graças a elle pôde a Corôa lusitana tranquilamente aposar-se da região e do placer cuyabanos e formar a fronteira de Oeste pelo Guaporé e o Mamoré. Assim valeu esta iniciativa paulista uma area de seguramente mais de milhão e meio de kilometros quadrados ao nosso patrimonio nacional.

Para se aventurarem a tão longas jornadas haviam estabelecido os paulistas no sul de Matto Grosso solida base nas vizinhanças ou no local da antiga Santiago de Xerez destruida, já em 1632, pelas correrias de Antonio Raposo Tavares no Itatim.

Desde antes de 1680, em data que não conseguimos fi-

xar, mostram as bandeiras grande empenho em manter no Sul de Matto Grosso fortes postos avançados e bases de operação.

A documentação hespanhola de tal nos dá demonstração positiva. Já no tomo IV desta obra (pags. 215-223) examinamos diversos papeis comprobatorios do que acabamos de afirmar. Queremos aqui reforçar o allegado.

Em 1683 achava o Padre Diogo Altamirano, Procurador junto á Corôa, da Provincia do Paraguay, muito melindrosa a situação das aldeias jesuiticas do Paraguay, ante a nova investida dos paulistas. Escrevia: "de lo cual resultará la lamentable consecuencia de reducir-se mas de 60.000 almas á los primitivos errores del gentilismo." Dahi o não se poder distrahir forças das missões paraguayas para acudir a Colonia do Sacramento.

Em 1684, o mesmo Padre Altamirano, depois de descrever minuciosamente a situação da colonia portugueza do Sacramento, relatava as operações de guerra da primeira tomada da praça pe'os hespanhoes e a alegria intensa que entre os hispano-sul-americanos causara a queda do baluarte lusitano platino.

Assim haviam todos ficado desolados com a ordem regia de sua restituição a Portugal, a 2 de fevereiro de 1682. Depois de mostrar quão funesta fora esta fraqueza do Governo de Carlos II, narrava o Padre Altamirano muito grave noticia. Estavam os portuguezes de S. Paulo fortificados sobre o Paraguay perto de Assumpção e de Mbaracayú. Era alli a base de suas correrias em terras do Perú.

E a este proposito dizia ainda que os hespanhoes do Paraguay se encontravam muito desfibrados ao passo que os paulistas se mostravam audacisissimos. Transcrevamos o trecho todo, (Pastells, 4, 86):

"El ultimo inconveniente hace de la poblacion de portugueses cerca de la Asuncion, y de Mbaracayú, que puede comunicarse con San Gabriel por agua, aunque dista mas de 400 leguas, como entraron los primeros castellanos con sus navios aun más arriba de Mbaracayú. Y es bien digno de notar que hasta cuatro leguas de Potosi pueden ir por agua del Rio de la Plata, remontar el rio Paraguay, y de éste subir por el rio Pilcomayo que pasa cerca de Potosí, que no cursan los castellanos por estar poblado en su ribera de indios infieles muy be-

licosos y tener muy caídos los animos en aquella provincia, aun para conservar lo conquistado, cuanto más para nuevas conquistas. Por el contrario, los portugueses, ahora dos años, se atrevieron a pasar toda la provincia del Paraguay y llegar 40 de ellos hasta una nacion que habita no lejos de Santa Cruz de la Sierra, y apresaron cantidad de indios, que dejando descuidar á dichos portugueses los mataron á todos.

Qual será esta allusão a uma bandeira "de ha dous annos"? Não pode ser referente á expedição de Braz Mendes Paes, que se recolheu a S. Paulo e não foi exterminada. Trata-se de alguma outra de que não temos noticia maior.

Para assustar o Governo hespanhol, inertissimo, sob a presidencia do semicretino Carlos II, escrevia Altamirano que se preparava em S. Paulo nova expedição de conquista. Portugal, certo de que terminara sua missão na India, pretendia avassalar toda a America do Sul!

"Y este año supo el informante en el Brasil que se presentaba otra escuadra de portugueses de San Pablo á proseguir la misma empresa, y le dijeron que ya no tentan util en la India y que solo por razon de Estado la conservaban, y han entregado á los Padres de la Compañia, de la bahia de Todos los Santos, para que con el cuidado puedan permanecer como lo ha visto el mismo, y estan las plantas crecidas, para con el tiempo dejar la India y poner todo su conato en adelantar sus fuerzas y conquistas adelante del Brasil en la América..."

Em segundo memorial o infatigavel Altamirano pintava, com calorosas vozes, o perigo imminente da existencia do reducto portuguez ao norte de Assumpção, perto do porto de Mbaracayú.

"Mbaracayú: Es un puerto ó embarcadero de la dicha hierba (no lejos del sitio antiguo de la Villa Rica) por donde se meten canoas para bajarla al Paraguay, abajo hasta la Asuncion, aunque tambien parte de ella puede conducirse por tierra en mulas".

E tratando do gravissimo assumpto informava ainda o Padre Procurador:

"Poblacion de los portugueses en el Paraguay. — No lejos de Mbaracayú se han poblado este año los portugueses, lo cual es forzoso que cada dia sea de mayor perjuicio á aquellas provincias, que hasta ahora estaban defendidas con la

grande distancia de montes, pantanos y rios que media entre San Pablo del Brasil y el Paraguay y impedian á los portugueses caminar á pie llevando á costas sus armas, bastimento y ropa, y aunque gastaban seis y ocho meses por el camino hicieron tan graves hostilidades los años pasados, que obligaron a despoblar la provincia del Guayrá con las ciudades llamadas Guayrá, Jerez y otras poblaciones que tentan alli los castellanos, y llevaron en varias veces cautivos más de 300.000 indios, ya reducidos por las misiones de la Compañia de Jesus, que tenian cristianos en pueblos de 4 y 5.000 familias en las sierras del Tape, Tayaoba, etc., sin que esto lo pueda estorbar su mismo Rey de Portugal, pues en los campos del Brasil y pueblos reducidos por la Compañia hacian lo mismo, donde son pocas y de poca gente las reducciones que han quedado. Y que haran de aqui adelante, teniendo ya esta poblacion sobre el Paraguay y la de San Gabriel sobre Buenos Aires; entre las cuales cogen enteras, de punta en punta, las dos provincias de la Plata y Paraguay, pudiendose comunicar por agua en navios, aunque distan entre si 500 leguas, como lo hicieron nuestros primeros conquistadores del Paraguay, que subieron con navios hasta más arriba del Mbaracayú, entrando por el Rio de la Plata? En dichas dos poblaciones tendran los bastimentos necesarios, cerca la retirada, prevenidos los socorros de gente, caballos y mulas, para ensenorear se de las dos provincias, como tenia orden secreta D. Manuel Lobo, y aun hasta Potosi que por agua se puede llegar de las dos poblaciones hasta cuatro leguas por el rio Pilcomayo."

Mas qual! não se movia a Corôa hespanhola.

A 18 de março de 1686 a Sua Magestade escrevia D. Antonio de Vera Mujica sobre a aggravação da situação: e "el miserable estado de la Provincia del Paraguay." No forte da nova cidade de Jerez já tinham os paulistas oitenta canoas e nos seus estaleiros fabricavam-se muito mais, "claro indicio para mayor faccion".

Desesperado bradava o fiel e patriotico vassal'lo, cujo nome tanto figura nas pugnas da Colonia: o antigo padrão da demarcação de duas coroas estava perto de S. Vicente; á latitude de Villa Rica. E no emtanto a expansão portugueza para o Sul e para o Oeste attingira a foz do Prata e a margem esquerda do Paraguay!

A 25 de fevereiro de 1687 voltava a carga o Padre Altamirano pedindo que os arsenaes reaes de Hespanha fornecessem quanto antes 473 mosquetes, metade para cavallaria e metade para infantaria, afim de se defenderem "las doctriñas del Paraguay" novamente ameaçadas pelas invasões dos mamalucos portuguezes.

Houve ordem da *Junta de guerra de Indias*, para que em Sevilha se entregassem as armas que a Companhia aliás se offerecia a adquirir.

A 13 de março de 1687 officiava o novo governador do Paraguay D. Francisco Monforte ao Rei, e ao Duque de la Plata, pintando quão intoleravel era a existencia do campo entrincheirado paulista de Jerez. Pedia "socorro de dinero" para desalojar-o. Expunha os seus pontos de vista e planos para fazer frente a este perigo. Escreve Pastells resumindo este documento:

"Carta del Governador del Paraguay, D. Francisco Monforte, a S. M. Satisface al cargo que se le hizo en un despacho, sobre no haber dado cuenta de una nueva poblacion, que se entendió hicieron los portuguezes en la vecindad de aquella ciudad, y dice lo que se ofrece, cerca de lo que mencionaba el referido despacho, sobre lo que D. Juan Diaz de Andino, su antecesor, habia representtado tocante al estado y disposiciones de aquella provincia. Da cuenta de las hostilidades que antes que el llegase ejecutaron en ella los enemigos, de lo que el obró, luego que tomo posesión, enviando á los campos de Jerez 50 españoles para saber si permanecian en ellas los portuguezes, remitiendose en esto á los autos que envia, por copia, con la declaracion de un indio, que comprende la noticia de las muchas vacas que hay cerca de los campos de Jerez, en que habian los portuguezes enemigos, y discurre sobre el riesgo y daños que pueden ocasionarse de su permanecia en aquellos parajes y de la forma em que marchará á desalojarlos, luego que el Virrey le socorra con los medios que le ha pedido.

Propone, para el logro de las conveniencias que seguiran al servicio de S. M. el que mande formar um presidio de 250 hombres en el sitio en que estuvo la ciudad de Jerez, señalando sueldo competente. Dá cuenta de las municiones que pidió al Governador de Buenos Aires, de las que ofreció re-



mitiria, y del donativo de 600 cabel'erias con que sirvieron á S. M. los Padres de la Compañia de Jesus, para hacer la guerra al enemigo" (cf. Pastells, t. IV, p. 142).

Continuando o seu *clama ne cesses*, apresentava o Padre Altamirano a sua *Carta relacion escrita por orden del consejo, en junta de 25 de septiembre del 1687, tocante á lo que informó el Gobernador del Paraguay, D. Francisco de Monforte en cartas de 20 de abril, 19 y 29 de julio de 1686*, documento que transcreve Pastells (cf. t. IV, p. 164). Era então o Procurador de Indias, por parte da Companhia.

Observava o illustre jesuita, de Madrid, a 5 de fevereiro de 1688 que ao mesmo tempo que os portuguezes se estabe'eceram solidamente em frente a Buenos Aires, na Colonia do Sacramento, implantavam-se com maior fortaleza no sul de Matto Grosso, ás margens do Mboteteú, nas vizinhanças da antiga Jerez que elles haviam destruido. E a coroa de Hespanha, cuja fraqueza se traduzia por uma serie de capitulações de sua politica colonial não sabia que cravos terriveis alli se achavam; á foz do Prata e no centro do Continente.

Já antevia até a perda de Buenos Aires!

"Pero si esto se dilata, los portuguezes ó otra nacion que admita libre el comercio á las demás ocuparan dicho puerto; con que se llenará el Rio de la Plata de naos y armadas extranjeras que impidan la entrada en el á los navios españoles, aun para llegar á Buenos Aires; y si los portugueses han podido conseguir quedarse poblados en la tierra firme enfrente de San Gabriel, más color tendrán para poblarse 50 leguas más hacia el Brasil que está Maldonado, donde hay dilatadas tierras de labranza para trigo, viñas y todo genero de frutos, y gado vacuno, que ha multiplicado alli innumerable, con otras comodidades sin comparacion mayores que las de San Gabriel."

Não menos seria a situação ao sul de Matto Grosso:

"Lo que el Governador representa sobre la poblacion que portugueses han hecho en el sitio donde estuvo la ciudad de Jerez, es materia de mucho cuidado y que ha ya diez años, poco más ó menos, que se dice, y el P. Altamirano se lo oyó como cosa cierta al Goberandor don Felipe Rexe Gorbálán, y procuró persuadile no permitiese que se arraigase dicha poblacion; la cual parece que empezó em 1678, poco despues que una escuadra de portuguezes l'egó á la Villa Rica, que-

dandoles seguro el paso para cautivar 4.000 indios cristianos.

A petición de dicho Gobernador acudieron los indios de las reducciones, con todas armas y bastimentos, al llamamiento; y añadiendoles algunos soldados y Cabos españoles que los gobernasen, los envió al alcance del enemigo, para quitarle la presa; y pareciendoles á los Cabos peligroso acometerle, mandaron desistir de la empresa; los indios más versados en semejantes facciones se ofrecían á despojarlos de toda la presa, pero no se les permitió y se volvió todo el ejercito, con poca reputacion, y después de grandes gastos y trabajos; con el se retiraron todos los vecinos de la Villa Rica á la Asuncion y se poblaron de nuevo de la otra banda de dicha ciudad, 14 leguas hacia las reducciones de los Jesuitas, poniendo al nuevo pueblo el nombre antiguo de Villa Rica, que es el que tuvo la despoblada.

Aos esforços de reconquista e dos sacrificios dos vassallos nullificara a inepecia e quiçá a covardia da diplomacia regia, dizia amargamente o illustre ignacino.

Esta es la presa que se mandó restituysen los portugueses en el Convenio provisional de 1680, en que sólo se ejecutó lo favorable para ellos, que fué restituirles la tierra que habian usurpado, para que en ella reedificasen la ciudadela, que tan justamente les habia demolido el Gobernador. D. José de Garro con 3.000 indios de las doctrinas de los Jesuitas, y se les restituyó toda la artilleria y municion con que la pueden defender, sin que ellós hayan restituido algo de lo que llevaron de la Villa Rica, ni se haya tratado de que dicha restitucion, mandada se ejecute. Y al mismo tiempo que en el Rio de Janeiro se hacia venir gente y proveer á todo lo necesario para la colonia del Sacramento, á vista de Buenos Aires; se estaba haciendo otra poblacion en las ruinas de Jerez y territorio del Paraguay, para darse la mano los portugueses de ambas poblaciones, con daño de las dos provincias del Paraguay y Buenos Aires, que cogen en medio.

Para e le Altamirano a estada dos paulistas no Sul de Matto Grosso ainda mais grave sob certos aspectos se apresentava do que á foz do Prata.

Y en cierto modo es más perjudicial la de Jerez cuanto es más retirada de la vista de los españoles, donde podran tener los portugueses caballos, mulas y otros ganados de que

carecen en el Brasil; y antes marchaban á pies descalzos más de 400 leguas y tardaban seis y ocho meses hasta llegar á las tierras de S. M. sólo por apresar indios, de que se tiene por cierto han llevado más de 300.000 cristianos y gentiles al Brasil, donde los maltratan y venden como esclavos; ahora que estan ya entre los mismos indios y con caballos y bastimentos en abundancia cuantos podran apresar?

Já desde muito se notava que os paulistas cada vez mais audazes se internavam sempre mais e mais em territorio peruano. Afirmavam com a maior arrogancia que as minas de Potosi estavam em terras de Portugal!

Constale al informante de cierto que en 1681, atravesando la provincia del Paraguay, se acercaron á los Llanos de Manso, que estan á la falda de Sañta Cruz de la Sierra, por donde sus vertientes miran al Paraguay y al mar del Norte, y por consiguiente se avecinan á Potosi y pueblos del Perú. Los portugueses que poblaron la primera vez en San Gabriel decian que hasta Potosi y sus minas habian de llegar, porque eran de su Rey. Y a lo van ejecutando, porque en acabando con los indios de Pilcomayo, podran introducirse al comercio con los españoles de Potosi; recoger quanta planta y oro quisieren; conducirlo por agua hasta el Sacramento y de alli en naos de alto bordo hasta Lisboa: á lo cual les ayudaran los castellanos del Perú, por el interés particular en el comercio, sin reparar en el daño comun. Y apoderados del Pilcomayo, Bermejo, Paraguay y Paraná: podran impedir á los españoles de Paraguay y Buenos Aires el paso por dichos rios, irse apoderando poco á poco de todas las tierras y destruir las reducciones de indios, como han destruido ya cuatro ciudades y muchas poblaciones que habia en el Guairá por 100 leguas hasta la Villa Rica, que ultimamente han destruido.

Nada mais legitimo pois do que o pedido de recursos implorado pelo zeloso Governador do Paraguay.

Não podia Sua Magestade esquecer que abandonar aquella colonia á sua sorte, era arriscar a sorte do Perú e de suas minas aquella florão glorioso e imprescindivel de sua Corôa.

Supuesta, pues, la necesidad de pacificar los guaycurús, parece necesario la ayuda de costa que pide el Gobierno, algún dinero no de gente; porque, los indios reducido

ctrinados por los Jesuitas estan á punto, siempre que los llama el Gobernador, para semejantes facciones, y con pocos españoles que los gobiernen y instruyan en el arte militar y alienten con su ejemplo, elean con sumo valor, y tolerancia de inmensos trabajos y concurren con viveres y caballos, de que tenían ofrecidos 600 para la campaña del 1687; y nunca se niegan á quanto su pobreza alcanza para el servicio de S. M. y bien comun. Y aunque los vecinos de la Asuncion y Villa Rica contribuyen con lo que pueden, necesita el Gobernador de más medios; porque los enemigos les impiden cultivar muchas tierras en cuyos frutos cifran todos sus bienes. Colegio Imperial de Madrid, 5 de Febrero de 1688.”

Mas nada se obrou no sentido de se desalojarem os paulistas, como annunciava querer fazel-o Monforte, o governador do Paraguay. Ou antes apenas houve a demonstração platonica de 1688, de que fala o memorial do Padre Francisco Burgés, no seu capitulo VI e o Deão Funes no livro III, cap. 8 do primeiro tomo de sua historia.

“En 1688, por orden del Gobernador del Paraguay, fué mucho numero de soldados gananes con el Mestre de campo Juan de Vargas Machuca á notificar á los mamalucos de San Pablo, que se habian fortificado en las tierras de Jerez, antigua poblacion de castellanos, la desocupasen como perteniente al Rey Católico, en cuya funcion hicieron viaje de más de 180 leguas”.

“De la misma empresa se l'songeoó su sucesor Garcia Ros pero la corta duracion de su gobierno dispó sus esperanzas al respecto. Despues de este el Gobernador Don Manuel Robles Lorenzana tambien se propuso desalojarlos de la antigua Jerez, en 1707 y en efecto envió una expedicion de reconocimiento de las posiciones enemigas pero apercibio se que era mas urgente marchar contra los indios del Chaco que infestaban los caminos con atroces crueldades contra los viajeros” escreve Alexandre Audibert em sua documentada obra: *Los limites de la antigua provincia del Paraguay*.

Ha no archivo de Indias (E76-C2-L22 um documento de que já falámos (IV, 219). Reporta-se a uns autos de inquerito, de 15 de feiveriro de 1687, mandados fazer por Don Francisco de Monforte, sobre a expedição de Salvador Marecos. ner .

Interrogado declarou Marecos que, a 2 de agosto de 1686, sahira para a jornada, com 42 soldados hespanhoes além dos indjos.

Em meiados de novembro, vencidas cem leguas de caminhos fragosos, por montanhas que fora necessario romper a custa de muito trabalho, attingira os antigos campos de Xerez no local chamado Curamia.

Dahi, acompanhado de dous soldados, Miguel Gonzalez e Manuel Jaques, caminhara tres dias, sem saber onde se achava, até que divisasse rastros frescos humanos, num caminho que attingia o rio Jaguary, caudaloso affluente do Paraná.

Encontrara então onze casas de palha e taipa, da chamada franceza, e portas de couro. Estavam desertas e pareciam ter sido habitadas por hespanhoes. A ellas se achavam contiguas uma forja, duas plantações de milho, tabaco e aipim. Como ninguem apparecesse, quer alli, quer em lugares onde havia outras lavouras, a tudo incendeiara passados tres dias, voltando então a incorporar-se á sua gente.

O soldado Manuel Jaques, este depoz que a seu ver seria a aldeia uma povoação abandonada de portuguezes. Lá deveria ter existido muita gente. Parecia-lhe que os paulistas, alli alojados, se teriam retirado ao presentirem a aproximação dos castelhanos.

O gado, aliás pouco numeroso, e muito bravio, mostrava pela desconfiança, quanto devia estar temeroso do contacto humano. O segundo soldado, Miguel Gonzalez, entendia que os moradores fossem hespanhoes. Contou que quando se incendiaram as casas, outros fogos appareceram nas montanhas como correspondendo aos da base. Seriam provavelmente paulistas estes cruzadores de tão ermas e longinquas paragens.

A estes autos se annexa um relato curioso referente a indios escravizados e fugidos de bandeiras paulistas operando no sul matto grossense. Delles já nos utilisamos (V, 110).

E' mais que provavel haverem-se multiplicado, desta data em diante, as incursões da gente de S. Paulo na região central.

A 30 de março de 1693, dizia uma consúta da Junta de Indias, que os milicianos do Paraguay havia muito annos estavam com as armas nas mãos para defenderem e obstar as invasões de indios barbaros "y desalojar los portuguezes de los campos de la antigua ciudad de Jerez."

Queixava-se o Arcebispo de La Plata ao Rei que havia falta geral de matto por causa da invasão paulista que dispersara e captivara os indios hervateiros (Arch. Gener. de Indias, 74-3-8).

Assim, do que se depreheende da documentação sevilhana, parece que o estabelecimento da base permanente bandeirante, ao Sul de Matto Grosso, decorreu como consequencia da grande expedição de Francisco Pedroso Xavier, em 1676.

Foi talvez uma iniciativa desse notavel cabo de tropa que aliás pereceu, de armas na mão, como já relatámos na região tantas vezes taladas pelas suas bandeiras.

Talvez, tambem, haja sido por algum tempo commandante do reducto bandeirante o illustre Gaspar de Godoy Colação, lugar tenente de Pedroso Xavier em 1676 e notavel conhecedor da vasta Mesopotamia parano-paraguaya, circumstancia esta que lhe valeria a commissão regia á Vaccaria em 1698.

Certo é que lguns annos após 1680, vivia Paschoal Moreira Cabral Leme, então moço de seus vinte e muitos annos, como fronteiro do Mbotetêú a ensaiar a marcha para o Norte de que resultaria a posse do Cuyabá.

## CAPITULO V

*Prosecução do relato do Morgado de Matheus. — A bandeira de André de Frias Taveira. — Os dous Gabriel Antunes. — O memorial do Padre Burgés. — As expedições de Manuel de Campos Bicudo. — Tentativas para a elucidação de duvidas.*

A proseguir, escrevia D. Luiz Antonio de Souza esquivando-se aliás quanto á data (cf. Doc. Inter., 34, 450):

“Pelo mesmo tempo entrou tambem André de Frias Taveira, natural da Ilha da Madeira, com Jeronimo Ferraz, natural da Villa de Sorocaba, os quaes vendo que os Padres Theatinos lhes querião agregar os indios da sua conquista os fizerão retirar até o Rio Juguy, onde tiverão grande choque em que perderão muitos as vidas e ficou prisioneiro Gabriel Antunes, que muitos annos viveu na Cidade de Assumpção, donde passou a Lima e daly embarcando-se para Espanha arribou á Bahia e voltou outra vez para São Paulo.”

Commentando estas palavras escreveu Basilio de Magalhães:

“A esta segunda bandeira tambem se refere Taques (“Nobiliarquia”, XXXIV, p. 1188-189 e 235-236). Cotejando esses dois passos, ve-se que o douto linhagista attribue o commando da expedição a Manuel de Campos Bicudo e á data de 1653, que, todavia, declara duvidosa. Esta entrada de Bicudo teria sido pelo sertão de Vaccaria, em Caaçapaguaçú, acima de

Asuncion a preiar indios. Alli, saiu-lhe ao encontro um exercito de mais de 2.000 destes, com armas de fogo, arcos e flechas, capitaneado pelo padre superior da dita redução. A uma affronta do tousurado, respondeu Bicudo matando-o com um tiro da sua escopeta. Travou-se peleja que terminou indecisa, retirando-se das posições as duas forças. Mas nessa refrega caíram prisioneros nove paulistas, entre os quaes Gabriel Antunes de Campos (á pag. 235 é o cognome mudado para *Antunes Maciel*) que cortiram o rigor dos ferros nove annos na cadeia de Asuncion. Este Gabriel Antunes veiu a fallecer em S. Paulo, a 27 de março de 1731."

Quer nos parecer que ha ahí grande confusão provocada pelo texto de D. Luiz Antonio de Souza e a homonymia entre o Gabriel Antunes de que elle fala e o Gabriel Antunes de Campos, do linhagista (Rev. do Inst. Bras., t. 34, I, p. 288), tambem alhures chamado Gabriel Antunes Maciel (Ibid. pag. 235). A nota relativa á duvida, acerca da data 1653, do texto da *Nobiliarchia* não é de Taques, e sim do seu annotador, provavelmente Diogo Ordonhes.

E' esta hesitação a mais procedente.

Se Philippe de Campos, pae de Manuel de Campos Bicudo, terceiro filho, casou-se em S. Paulo em 1643 como poderia Manuel de Campos, em 1653, travar peleja com jesuitas e indios?

A *Nobiliarchia*, impressa, está crivada de erros de chronologia, A referencia á prisão de Gabriel Antunes Maciel, em 1639, citada por Taques, de accordo com a *Historia do Paraguay, em francez*, tomo 2, pag. 392 refere-se á edição princeps de Charlevoix. Pois bem, alli se diz que tal successo occorreu em 1639!

Mostram estes topicos que Pedro Taques estava inteiramente ausente quando os escreveu, taes os disparates que nelles se encerram.

Assim Gabriel Antunes Maciel foi preso em 1639 quando seus avós maternos se casaram em 1643!? E elle proprio, segundo o linhagista, falleceu em 1731, noventa e dous annos após a sua derrota, o que é tudo quanto ha de improvavel! A referencia de Charlevoix reporta-se á derrota, em Caasapaquassú, da bandeira de Paschoal Leite Paes por D. Pedro de



Lugo y Navarra (cf. Hist. Geral das Bandeiras Paulistas, t. 2, p. 296 et pass).

Os documentos do Archivo General de Indias lançam alguma claridade sobre este episodio confuso. Publicou-os Pastells no tomo IV de sua monumental *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay*.

Transcreve o douto jesuita as afirmações de um memorial impresso sem data, quiçá de 1705, da autoria do missionario Padre Francisco Burgés, evangelizador das "missões novas dos indios chamados Chiquitos".

A Missão dos Indios Mojos no valle do Mâmore comprehendia, em 1690, seis grandes reduções, algumas á margem do grande rio, outras entre o Mamoré e o Beni. A leste daquelle ficavam os Chiquitos, em cujas terras se fundara "mission muy principal y de grandisima importancia", dizia o Padre Pedro de Eguiluz, Provincial do Perú, ao Geral da Companhia, Tirso Gonzalez (cf. Pastells, IV, 343).

Eram os Chiquitos "indios gentiles de extraordinario valor y braveza en la guerra pero muy dociles y de excelentes naturales en el trato quienes sin reparar en el desafecto con que han mirado siempre á los españoles de Santa Cruz de la Sierra, fueron alli voluntariamente á pedir Padres que los doctrinasen y dispusiesen al bautismo."

Fundara-se a missão dos Chiquitos em 1674 pelos Padres Marban e Cypriano Barace. Haviam os missionarios reduzido 18.789 pessoas contando ainda com a proxima christianisação de dezenas de milhares de indios. Mais seis missionarios trabalhavam naquella rica vinha do Senhor.

Era pois numa região rica de presas a fazer que a bandeira paulista vinha abastecer-se em 1691, em territorio hoje boliviano, muito ao norte de Santa Cruz de la Sierra, e a enorme distancia de sua base, em S. Paulo.

Transcreve Pastells (ob. cit. IV, p. 512) a descripção do Pe. Francisco Burgés:

"A mediados de Febrero (1691) corrió hasta la reduccion de San Francisco Javier la noticia de que los portugueses de San Pablo del Brasil y otros lugares habian pasado por Enero el Rio Paraguay; y decian, que habian de destruir á Santa Cruz de la Sierra. En vista de esto, el P. José Francisco de Arce, con tres indios practicos, pasó por las naciones

de los Borós, Tabicás, Taucas y otras, con rumbo siempre hacia el Oriente, siendo recibido por todos los indios con grande alegría, pidiendo le los hiciese cristianos; certificóse el Padre de la presencia de los mamalucos, porque desde los Taucas se oían los tiros de sus escopetas, y logró de los indios que se retirasen, y así escogieron el Capoco, donde poco después se fundó la reduccion de San Rafael.

Volvió el Padre á la reduccion de San Francisco Javier, distante 50 leguas de estos parajes, y fué luego a dar cuenta de todo al Gobernador de Santa Cruz de la Sierra, quien despachó a un cabo y 12 soldados para que reconociesen la tierra y certificasen el numero y fuerzas del enemigo. y con su noticia despacho 130 soldados, con su caudillo, y llegados á San Francisco Javier se les juntaron 500 indios chiquitos, flecheros. Mudóse esta reduccion á puesto más seguro y fuerte, sobre el rio Aperé, que los españoles llaman de San Miguel.

Acuartelado el enemigo en la desamparada reduccion de San Francisco Javier, escribió el Capitán portugués desde allí al P. Superior de los misioneros un billete, que, traducido del portugués, dice así:

“Muy Rdo. Padre Superior de la Nacion de los Chiquitos: Aquí hemos llegado dos vanderas de Portugueses, soldados nobles y hidalgos; no venimos a haver mal a los Padres, sino a recoger el gentio que anda por estas tierras, y por eso bien puede V. Paternidad volverse a su casa y traernos todos sus hijos con toda seguridad.”

Nuestro ejercito, con este aviso, volvió sobre el cuartel enemigo, y á las tres de la tarde se puso en distancia de una legua de él. Juzgóse por conveniente dejar el acometimiento para el siguiente dia al amanecer, porque descansasen los soldados y se confesasen, así españoles como indios, con seis Padres misioneros queiban por sus capellanes, y estuvieron hasta más de media noche ocupados en este ministerio. Quebrantado un poco el sueño, dieron los Capitanes las ordenes, y eran: que si requerido el enemigo no rendia las armas, disparando un arcabuz le acometiesen. El ardimiento de seis soldados españoles invirtió la disposicion de los cabos y motivó que un indio tupi, de los enemigos matase de un tiro á uno de ellos. Vengó su muerte el compañero con la de los portugueses y así empeñado, nuestro ejercito invadió el contrario, con tal furia, que des-

trozados sus dos Capitanes. Antonio Ferráez de Araujo y Manuel de Frias, se arrojó el resto precipitadamente de la barranca abajo al rio de S. Miguel, donde á su salvo emp'earon los españoles sus balas y los indios sus flechas, con tal acierto, que de 150 hombres que ten'a el enemigo, sólo quedaron vivos seis: tres mal heridos, que se apresaron, y otros tres que huyeron a dar noticia de su desgracia á otras compañías de portuguezes, que por otra parte habian ido y apresado. 1.500 personas de los peñoquis; con que luego se volvieron a gran prisa á pasar el rio Paraguay, para conducirse al Brasil. Los españoles de Santa Cruz, con sólo perdida de seis de ellos, volvieron triunfantes á la ciudad, con los tres prisioneros.

Assim segundo o relato do Padre Burgés eram os chefes das bandeiras Antonio Ferraz de Araujo e Manuel de Frias e o destroço de sua expedição, aliás vultuosa, fôra o mais completo, pois, de 150 paulistas, apenas seis ficaram vivos: tres malferidos e prisioneiros e os outros tres, haviam dado noticias do desastre a uma segunda expedição conjugada á sua. Esta que já aprisionara 1500 indios peñoquis tratara de atravessar a toda a pressa o Paraguay e fugir para o Brasil. Um dos tres prisioneiros da redução de S. Francisco Xavier era Gabriel Antonio Maciel, accrescenta o Padre Burgés.

Relata Pedro Taques na biographia de Manuel de Campos Bicudo que este celebre sertanista (cf. Rev. Inst. Bras., t. 34, p. 188) "fez a ultima entrada em 1653 (duvido desta data) escreve o annotador anonymo da *Nobiliarchia*, pelo sertão da Vaccaria, levando na companhia do seu troço, ao sobrinho Gabriel Antunes de Campos (o grypho é nosso), do cap. 8.º § 1.º. Avisinou-se á redução dos indios do Rio de Paraguay acima dos padres jesuitas e denominada ... conforme ao Dr. D. Francisco Xarque de Andela, liv. ... cap. ... E para socegar os animos dos paulistas pelos successos antecedentes, com as tropas do capitão mór Manoel Preto e Frederico de Mello com os padressuperiores Simão Mazetta, Antonio Rodrigues e José Cataldino, mandou o capitão mór Manoel de Campos Bicudo por carta segurar ao superior daquella redução que elle vinha de paz, e só pretendia penetrar os sertões a conquistar a barbara nação do gentio ... Porém teve por resposta de tão cortez como civil aviso ao terceiro dia um pé de exercito formado de mais de dois mil indios guerreiros

com armas de fogo, de arco e flechas, fundas e outros instrumentos bellicos ao seu uso. Marchava diante de todo este corpo como seu mestre de campo general o padre superior da dita redução (é lastima não sabermos o nome), montado em um famoso cavallo; chegando ao nosso campo adiantou os passos o capitão-mór Manoel de Campos Bicudo para ter-lhe mão no estribo. A este obsequioso cortejo correspondeu o padre superior com o furor de lhe dar com a estribeira nos narizes, que para logo lançaram sangue. O injuriado Campos sem mais accordo que a resolução que lhe ministrou a offensa, fez pé atrás e tomando a sua arma de fogo fez tiro ao tal mestre de campo jesuita, que ainda estava montado; e quando o corpo cahiu do cavallo em terra, já a alma o tinha deixado. Ao echo deste tiro se poz o campo todo em descargas e se travou uma quasi batalha; porém os indios não sustentaram o ardor das nossas repetições, porque, desanimados da cabeça, que lhes infundia o valor, se puzeram em retirada; e os nossos o fizeram a melhorar de sitio, procurando o receptaculo de uma matta espessa vizinha. Neste lance ainda ficaram prisioneiros nove paulistas, sendo por todos o de maior apreço Gabriel Antunes de Campos, sobrinho do dito capitão mór Manoel de Campos Bicudo. Este, como já dissemos, falleceu em S. Paulo, a 16 de maio de 1722.”

O traço commum das narrativas de Pedro Taques, do Morgado de Matheus e do Padre Burgés é que Gabriel Antunes Maciel cahiu prisioneiro dos jesuitas e hespanhoes. Taques não fala em Ferraz de Araujo nem em Frias algum e dá a chefia da erpedição a Manuel de Campos Bicudo. O Morgado de Matheus chama a Ferraz Jeronymo e dil-o sorocabano e a Frias André de Frias Taveira, madeirense; o Padre Burgés a Frias Manuel; a Ferraz Antonio.

Existiram realmente os dous irmãos Antonio Ferraz de Araujo e Jeronymo Ferraz de Araujo e dous Frias Taveira: André e Manuel. E’ Antonio Piza quem o elucida (cf. Doc. Interes., t. 34, p. 466) aventando a hypothese de que os dous Frias Taveira hajam sido irmãos.

Silva Leme em relação aos dous Frias Taveira deslindou a questão (cf. “Genealogia Paulistana”, V., 413) André era filho e não irmão de Manuel de Frias Taveira, açoriano, de

S. Miguel, e de Philippa Gago, parnahybana. Casou-se em 1703 em Ytú, com Isabel Ribeiro.

Quanto aos irmãos Antonio e Jeronymo Ferraz de Araujo eram elles (Silva Leme, ob. cit., 2, 498), filhos do nobre portuense Manuel Ferraz de Araujo, irmão do abbade benedictino de S. Paulo em 1659, Fr. Jeronymo do Rosario e de Veronica Dias Leite, irmã de Fernão Dias Paes.

Além deste parentesco illustre no campo do bandeirantismo ainda era Antonio genro do primeiro Anhanguera, cuja filha desposara em 1678. Quanto a Jeronymo casara-se em 1684 e em Sorocaba com Maria Riquielme de Gusman, que descendia dos Fernandés Povoadores e vinha a ser a primeira filha de Baltazar Fernandes, o fundador de Sorocaba.

Accresce ainda este facto: era irmão mais velho dos dous Ferrazes, Pedro Dias Leite, cunhado de Manuel de Campos Bicudo. Assim se nos afigura uma hypothese: foram chefes desta bandeira Manuel de Campos Bicudo e seu sobrinho Gabriel Antunes Maciel; os dous irmãos Manuel e Jeronymo Ferraz de Araujo e Manuel e André de Frias Taveira.

E' de crer que á columna da expedição, que se retirou a salvo com os mil e quinhentos indios preados, commandava Manuel de Campos Bicudo. Se algum dos Ferrazes pereceu na refrega de 1691 sabemos que não foi Jeronymo, pois este, em 1710, serviu como juiz em Sorocaba. De Antonio nada podemos adeantar ignorando quando veio a fallecer. Nem Taques nem Silva Leme o elucidam.

## CAPITULO VI

*Um itinerario curiosissimo de bandeira no centro matto grossoense. — Grave revex dos bandeirantes. — Relato de Charlevoix — Alguns dados sobre Paschoal Moreira Cabral e André de Zunega.*

Occorrem no memorial do Padre Burgés paginas interessantissimas; a pormenorisação do itinerario de uma bandeira no territorio de Matto Grosso, em marcha para as terras do Perú. As indicações toponymicas são muito vagas e hoje indenticaveis, mas nem por isto deixam de ser curiosas (cf. Pastells, ob. cit., IV, 514).

“Uno de los tres portuguezes presos en la reduccion de San Francisco Javier, Gabriel Antonio Maziel, suministro al P. José Francisco de Arce la siguiente descripcion del camino por donde los mamalucos del Brasil invadieron á los Chiquitos, y jornadas que hasta ellos hicieron. Segun dicha relacion, salieron del Brasil en canoas por el rio Añembi, que desagua en el Paraná, por el Norte, y entrando en este embocaron por el rio Imuncimá (que por la banda del Sur entra en el Paraná) y navegaron por el rio arriba, ocho dias, á medias jornadas hasta cerca de Jerez, la destruida. Allí dejaron las canoas y gente que las guardase.

Era a base bandeirante, fluvial, á margem do Mbotetêú a que nos referimos e onde se achavam Paschoal Moreira Ca-

bral e André de Zunega. Proseguindo a descripção relata-nos o documento hespanhol:

I.<sup>a</sup> — Saliendo del puerto de Itatines al Poniente, declinando un poco al Norte, llegaron á una laguna salada.

II.<sup>a</sup> — Siguiendo siempre en ella, y casi en todas las demás, pararon en Mbocaytibazon.

III.<sup>a</sup> — Declinando algo al Sur, fueron á un arroyo, donde cavaron algunos pozos.

IV.<sup>a</sup> — De aquí pasaron á una aguada que llaman Guacuruti.

V.<sup>a</sup> — Fueron á un campillo donde hay un arroyo.

VI.<sup>a</sup> — Por un campo, á otro arroyo que está á las orillas de un monte.

VII.<sup>a</sup> — Al campo grande Yacubá, á una aguada.

VIII.<sup>a</sup> — Por un campo, con rumbo al Norte, llegaron á un arroyo.

IX.<sup>a</sup> — De aquí, con el mismo rumbo, por otro campo, á Yacú.

X.<sup>a</sup> — Por monte, con rumbo al Norte, llegaron á una aguada.

XI.<sup>a</sup> — Con rumbo al Poniente, hicieron noche en un campo.

XII.<sup>a</sup> — Por una llanura, al Poniente, llegaron á una poblacion destruida de indios itatines.

XIII.<sup>a</sup> — A otra destruida de indios itatines.

XIV.<sup>a</sup> — Continuando el mismo rumbo, caminaron por un campo hasta llegar á un arroyo.

XV.<sup>a</sup> — Con rumbo al Poniente, curta al Sur, pararon en otro arroyo, abriendo camino por un monte.

XVI.<sup>a</sup> — A otro arroyo, hacia al Poniente, declinando algo al Norte.

XVII.<sup>a</sup> — Fueron á parar entre dos cerritos, con el rumbo al Norte.

XVIII.<sup>a</sup> — Caminaron por el mismo rumbo, hasta llegar á las cabezadas del Tareirí.

XIX.<sup>a</sup> — De aquí, por campo, rumbo al Sur, cuarta al Poniente, pararon en un arroyo, á las laldas de un monte.

XX.<sup>a</sup> — Continuaron por el arroyo arriba, al Poniente, por ocho dias su viaje, hasta llegar á los Taucas, nacion de

los Chiquitos, desde donde se ve el cerro de Añapurahey, que cae hacia el Sur.

XXVIII.<sup>a</sup> — De allí passaram á otro pueblo de Taucas, al Sur, acercandosse más al dicho cerro.

XXIX.<sup>a</sup> — Por monte, llegaron á la orilla de la laguna de los Peñoquis al campo grande con el rumbo al Poniente.

XX.<sup>a</sup> — Siguiendo el mismo rumbo, pararon en el remate de la laguna, donde comienza la cordillera de los Piñocas.

XXI.<sup>a</sup> — Por malos caminos de pantanos, palmares y montes, al Poniente, declinando algo más al Norte, enderezaron por el cerro de los Quimecas, é hicieron cuatro medias jornadas; donde los piñoquis, años antes, dieron sobre Juan Borrallo de Almada, portugués, que venia por cabo de los maulucos del Brasil y le mataron muchos de los suyos.

XXXV.<sup>a</sup> — Con rumbo al Poniente, llegaron al rio Aperé, que los españoles llaman San Miguel.

XXXVI.<sup>a</sup> — Por monte, llegaron en dos dias á los pueblos de los Xamarus.

XXXVIII.<sup>a</sup> — Subiendo el cerro de los Piñocas, bajaron a los pueblos de los indios piñoquis y passaram el dicho rio Aperé.

XXXIX.<sup>a</sup> — Por los pueblos de Quimes fueron ultimamente á dar en la reduccion de San Francisco Javier de los Piñocas, donde fueron derrotados y muertos en el reencuentro arriba mencionado en el parrafo IV.<sup>o</sup>”

Procurou Paulo Prado (cf. *Paulistica*, 58), identificar alguns nomes: assim quer que o rio Imuncimá seja Pardo, o Boinhay talvez o Aquidauana, etc. Seus argumentos parecemos comtudo discutíveis.

Em Charlevoix (vol. 4, p. 156 da *Histoire du Paraguay*), se narram episodios desta bandeira. Deve este autor ter tido conhecimento do memorial do Padre Burgés. Relata elle que esta irrupção paulista foi em 1694 dizendo que, em 1693, soffrera outra bandeira grave revez numa emboscada quando fôra atacar os *Panoquis*, nação chiquita que lhe matara muita gente. Um sekundo “corpo destes bandidos” atacara os Taus, outra nação chiquita de quem aprisionara muita gente, a quem tratara bem fazendo mil promessas de bom agazalho no Brasil. Fora então que o padre José Francisco de Arce acudira



em soccorro dos seus neophitos reunira-os, animara-os, obtendo um socorro de 130 soldados brancos de Santa Cruz de la Sierra e mais trezentos chiquitos com quem acampara á margem do rio de S. Miguel. Ahi recebera a carta de Antonio Ferraz de Araujo (Fierraz). Desta publica versão um pouco diversa da do Padre Burgés. Diz Charlevoix que o chefe paulista escrevera: "vimos buscar alguns dos nossos refugiados neste paiz" e a versão de Burgés é mais aceitavel": vimos "recoger el gentio que anda por estas tierras." Affirma Charlevoix que tanto Ferraz como Frias foram dos primeiros a morrer, o que causou o panico no seu exercito.

Narra o ignacino ainda que dos paulistas apenas escaparam seis sendo aprisionados tres que estavam feridos. Foram as baixas dos hespanhoes seis.

Se os Pinocas aprisionados pela segunda columna de Ferraz não foram libertos é que houvera desintelligencias entre os officiaes hespanhoes de regresso a Santa Cruz com os prisioneiros, que o Governador D. Luis Antonio Calvo enviou á Audiencia Real de la Plata.

Haviam aliás tres dos escapos da columna de Ferraz ido avisar a seus companheiros da segunda columna do desastre de S. Miguel, e estes, a toda a pressa, se retiraram para o Brasil, mas abandonando numerosissimos escravos.

Chegando ao Paraguay puzeram-se os paulistas a navegar, a toda força de remos, fugindo.

Ahi encontraram outra bandeira. Reforçados voltaram a tentar a desforra, mas tiveram segunda refrega com o corpo de chiquitos que os perseguia e ainda soffreram numerosas baixas o que os levou a fugir, definitivamente, para o Brasil. Curioso que os autores jesuiticos nada digam do relato de Taque: a morte do jesuita por Manuel de Campos Bicudo. E no entanto elles não perderiam o ensejo de o narrar, gloriosos por poderem contar mais um martyr da fé na sua Companhia, emulo do Padre Alfaro.

Temos como certo que o genealogista labora em grande confusão. Vimos aliás que a sua referencia de Charlevoix a proposito da prisão de Gabriel Antunes Maciel em 1691 reporta-se a 1639 e a incidente diverso do que narra.

O depoimento do padre de Arce não deixa fixado o nome do prisioneiro.

Gabriel Antunes Maciel, relata Basilio de Magalhães sem precisar as fontes, viveu muitos annos preso em Asuncion (no-ve no dizer de Pedro Taques) passou a Lima, dali á Hespanha, de onde voltou á Bahia e S. Paulo.

Ante a aproximação dos paulistas estavam espavoridos os de Santa Cruz de la Sierra. Não sabendo para quem appellar, pediram soccorro ao governador do Paraguay numa representação que o seu cabildo endereçou a este, Don Sebastian Felix de Mendiola, a 22 de maio de 1692. Assignaram-na os Srs. Don Antonio Decoca (?) e D. Alonso Pardo, D. Francisco de Vargas y Orellana, Don Antonio de Molina, e os Drs. Felix Cortes e Pedro de Vargas y Orellana. E' o documento uma salada de trocas de bb por vv e vice versa, cousa para a qual todos os iberos têm singular tendencia, é bom recordal-o.

Sabiam dos "generosos acentos de S. S. hasistidos de los balerosos cavalleros de la Ilustrisima ciudad de la assumption del Paraguay" e por isto a elle recorriam. Era absolutamente um caso de *Annibal ad portas* que teria a maxima importancia para todo o Reino peruano, uma das mais bel'as perolas da coroa de Sua Magestade Catholica. Verdadeira "fatalidade que amenaza no solo a esta ciudad sino a mucha Parte del Reyno con grave menoscavo de la monarquia y total turbacion de su quietud y segúridad."

"Nos balemos del balor de V. S. para que reprima la osadia de los mamelucos de la ciudad de San Pablo" clamava o cabildo quasi lancinantemente. Era em toda a parte corrente que "lo menor que pretendem es saltar este presidio desprebenido de armas por la pobreza y retiro del." O peor vinha a ser que os ma ditos paulistas "para lograr su danado yntento", pretendiam valer-se do apoio das valorosas nações barbaras dos Chiquitos e Chiriguanes. Tornando-se seus amigos fariam com que se revoltassem o que lhes traria dentro em breve a posse não só da fronteira de Santa Cruz de la Sierra como de "Chuquisaca (Charcas, hoje Sucre), Potosí y sus contornos". Allí se achava "el flanco de los cuydados del Rey Portugués."

Sabia-se que os paulistas vinham com poderosa expedição escoltada das barbaras nações de Guaycurús, Payaguás e Guaycharapos. Imagine-se se ainda conseguissem levantar os Chiquitos e Chiriguanos! Far-se-iam "formidab'es al Reyno" sem

que as forças deste pudessem oppor-lhes resistencia, tanto mais quanto "sua cabeça se achava tão fatigada dos piratas infestadores dos mares."

Ia-se o Perú á garra se o Paraguay não o soccorresse! Assim pedia o Cabildo que S. S. se servisse enviar-lhe com toda pressa "a los mas Balerosos Indios de las Reduciones (sc. das aldeias jesuiticas do Prata) por el rrio Paraguay ar-rivas."

Devia este soccorro tratar de attingir os pueb'os dos Guaycharapos onde os paulistas tinham sua flotilha de canoas. Se estas fossem destruidas seria facil aniquilar os invasores e enxotal-os de suas posições ou pelo menos arrebatá-lhes as presas "fructos de su crúeldad".

Cada vez mais atrevidos pretendiam agora os ferozes malmalucos "llevarse á las mugeres y a los espanoles en Colle-ras" (acorrentados)!

Terminava o exortatorio com uma serie dos maiores elo-gios ao exortado.

Os novos maleficios projectados pelos bandeirantes não os permitteria "el piedoso aliento de SS. ni tanto baliente caval-lero". Appelava o Cabildo para a "solidariedad nacional" e es-tava certo de que S. S. enviaria a Santa Cruz de la Sierra "po-deroso Brazo" (talvez trozo?) governado pessoalmente pelo muito valor e capacidade de S. S. o illustre governador pa-raguayayo.

Assim gozaria S. S. "victoria de sus enemigos y libraria esta Provincia desses Inbassores." O governador local este nada podia fazer. Andava ausente a mais de 60 leguas de sua sede jurisdiccional e gravemente enfermo "por muchos hacha-ques."

Que terá feito o "baleroso cavallero" que regia a provin-cia paraguaya para corresponder a tão lancinante appello? Cre-mos que bem pouco ou apenas recorrido á *verba* quando se lhe pedia *res*.

Parece aliás que se passaram quasi seis mezes antes que o grito de alarme santa cruzense lhe chegasse ás mãos! A 12 de novembro desse mesmo 1692 lançava pregão para que os Indios das Missões estivessem "listos para oponer se á los Portuguezes".

Era muito possivel, "factible" mesmo que os moradores

de S. Paulo pretendessem "apoderar-se de aquella Provincia "apoiados pelos Guaycurús, Bayás y demas naciones". Assim ordenava que os corregedores de Pueblos de indios a cargo dos Religiosos da Companhia alistassem indios soldados e os tivessem prevenidos de armas necessarias para sahirem em socorro logo que para tanto tivessem ordens.

A Junta de Guerra de Indias, no emtanto, fizera saber a S. Magestade em sessão de 11 de novembro de 1693 que considerava "um attentado" a permanencia dos paulistas em Jerez, reclamando promptas ordens e providencias "en caso que los portuguezes querran pasar á ejecutar el atentado de poblar la ciudad de Jerez".

Pedira reclamação diplomatica energica ao Rei de Portugal. Em 1696 continuavam os paulistas tranquilamente á espera do assalto paraguayo.

Quem seriam estes occupantes paulistas destas longinquas paragens é o que não sabemos dizer. Tudo nos faz crer que continuavam sob o commando de Paschoal Moreira Cabral.

E' tempo porém de dizermos algo de pormenorizado sobre este formidavel sertanista cuja figura as revelações do Archivo General de Indias ainda vieram engrandecer tão notavelmente.

Quando pela primeira vez lhe lemos o nome, em 1682, tinha apenas 27 annos pois nascera em 1655. Já nesta epoca era o commandante do campo entrincheirado do Mboteteú com André de Zunega.

O millesimo do seu nascimento se collige de uma affirmacão de Joseph Barbosa de Sá (cf. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, XXIII, 15) ultimamente comprovada por Estevam de Mendonça (cf. *Datas Mattogrossenses*, II, 270).

"Faleceo neste anno (1724) Pascoal Moreira Cabral mor-te que todos em comum sentirão. Era este homem natural da cidade de sam Paulo, das melhores e principaes familias, charro, sem letras, pouco polido, e de agudo entendimento sincero sem maldade alguma, de estremada caridade com os proximos, a todos servia e remedava com o que tinha e no que podia amigo de Deus pelo que mostrava em suas acçoens; experto na ma'icia dos certoens e exercicios de minerar pelo já já executado nas minas geraes valerozo e constante nos trabalhos. Faleceu com perto de setenta annos."

Precisa Esteavam de Mendonça a 10 de novembro:

Sobre Paschoal Moreira Cabral escreveram Pedro Taques e Silva Leme.

A este acompanhemos por deficiência notada na *Nobiliarquia* (cf. *Gen. Paulistana*, 7, 433).

Chamava-se Paschoal Moreira Cabral Leme e era filho do paulistano Paschoal Moreira Cabral, fallecido em 1689, em Sorocaba e de Marianna Leme, filha de Braz Esteves Leme, fallecida tambem em Sorocaba, no anno de 1678.

Dizem os genealogistas que nasceu Paschoal em S. Paulo mas ha uma tradição que o diz sorocabano. Parece-nos ella inexacta, porém, porque se o bandeirante era de 1655 veio ao mundo em época em que por assim dizer não existia ainda Sorocaba.

Deixou o primeiro Paschoal Moreira Cabral cinco filhos legitimos e tres illegitimos. Era Paschoal o terceiro dos primeiros.

De seus irmãos Thomé e Braz, moradores de Sorocaba, nada se conhece; apenas que eram genros do illustre bandeirante André de Zunaga, o companheiro das primeiras armas de Paschoal. De suas irmãs Sebastiana e Maria sabemos que desposaram dous personagens de relevo, um filho do capitão mór da capitania de Itanhaen, Miguel Garcia Lumbria e o illustre bandeirante Braz Mendes Paes, de quem já falámos extensamente. Estas ligações de familia explicam a circumstancia de se acharem simultaneamente em Matto Grosso tantos parentes e aparentados, proximamente, como Paschoal, Zúnega, Mendes Paes.

Poder-se-ia pensar que o fronteiro de Mbotetêú fosse o quasi homonymo de Paschoal, seu pae Paschoal Moreira Cabral, mas contra esta objecção ha a seguinte resposta: exactamente em 1682 quando os hespanhoes assignalavam um Paschoal Cabral no campo entrincheirado, o primeiro Paschoal Moreira Cabral se associava ao irmão Jacintho Moreira Cabral, a Manuel Fernandes de Abreu e ao capitão Martim Garcia Lumbria para a fundação de uma fabrica siderurgica no Araçoyaba para a qual obtiveram a autorisação de uma carta regia.

Tão empenhado se achava nesta empreza que já, desde

1680. andava a fazer experiencias sobre experiencias com os minerios do Ipanema.

Na arvore genealogica de Paschoal II encontramos varias das maiores notabilidades do bandeirantismo.

Assim por linha feminina era bisneto do famoso fundador de Parnahyba, André Fernandes e neto de Braz Esteves Leme. A sua affiliação vicentina se mostra a mais longinqua: vinha de Jorge Moreira e Isabel Velho, de Garcia Rodrigues e Isabel Velho, Braz Teves e Leonor Leme.

Era mamaluco pela avó Marianna Leme. neta do primeiro Braz Esteves Leme, que no dizer de Taques "não casou porém teve quatorze filhos bastardos, havidos em diversas mulheres oriundas do gentio da terra, a que no Brasil se diz mamalucos".

Organisara um serralho, ao que parece, este povoador emérito. E o filho, e homonymo do nosso biographado, lhe seguiu as passadas. Silva Leme lhe descobriu seis filhos legitimos e quatorze naturaes!

O primeiro Braz Esteves Leme morreu "muito abastado de bens, com grosso cabedal de dinheiro amoedado de muito ouro que extrahiu do Jaraguá, no tempo da grandeza desta serra. Mas seus irmãos Pedro Leme e Lucrecia Leme conseguiram apossar-se do espolio, allegando a condição barregã dos sobrinhos mestiços. Obtiveram até para este fim um acto regio de Philippe IV, em principios de 1640.

O Cabral de Paschoal Moreira vinha a ser o mesmo do descobridor do Brasil, chamava-se seu avô paterno Pedro Alvares Moreira Cabral e seu bisavô Pedro Alvares Cabral exactamente como o senhor de Belmonte.

Era açoriano de S. Miguel e pelejando em Africa antes de vir ao Brasil um mouro lhe assignalara o rosto por formidavel e indêvel gilvaz.

O tio de Paschoal, Jacintho Moreira Cabral, alcaide mór de Sorocaba, alli fallecido em 1690, occupou-se muito em explorações mineradoras realisadas em companhia do irmão, como acima dissemos. Em 1680 foi quem com minucias visitou o districto ferrifero do Ipanema em companhia do irmão e do famoso mineralogista Frei Pedro de Souza de quem teremos de falar opportunamente. Dahi as expressões do reconhecimento regio pelas cartas firmadas do real punho em maio de

1682, citadas por Pedro Taques, e pelas quaes o Principe Regente conferiu a Jacintho o titulo de alcaide mór e a Paschoal o de coronel.

Quanto a André de Zúnega muito sangue castelhano lhe corria nas veias de paulista.

Seu nome todo vinha a ser André de Zunega y Leon e era elle filho do guayrenho Gabriel Ponce de Leon, por sua vez filho de Barnabé de Contreras e Violante de Gusman. Provinha daquella emigração de castelhanos do Paraguay para as terras de S. Paulo, cujas causas attribue Pedro Taques, possivelmente a algum crime de lesa magestade.

Este "illustre cavalheiro da provincia do Paraguay" viera por terra a S. Paulo, com outros fidalgos, seus parentes, como Bartholomeu de Torales, irmão de Maria Zunega, primeira mulher de Balthazar Fernandes, o fundador de Sorocaba. Emigrara tambem o irmão de Gabriel Barnabé de Contreras y Leon com sua mu'her e filha.

"Nesse trajecto (do Paraguay a S. Paulo) demoraram estas familias na campanha de Vaccaria, passando dahi a S. Paulo pelos annos de 1630 a 1634."

Assim André de Zunega, neto de Balthazar Fernandes, vinha a ser igualmente mamaluco, por seu avô, bisneto de Tibyríçá, por Lopo Dias e Beatriz Dias, os paes de Suzanna Dias, a mãe dos Fernandes Povoadores.

Varias vezes parente do companheiro de Matto Grosso tinha como primo proximo a Paschoal Moreira.

Seu valor não parece ter sido muito notavel. Seu nome apenas agora resuscita, com o desvendamento da documentação hespanhola, ao passo que o de Paschoal Moreira Cabral é um dos maiores do bandeirantismo e apenas actua'mente se engrandece com a narrativa de novos feitos de seu portador ás margens do Mbotetetéu.

## CAPITULO VII

*Os governadorês do Paraguay e o campo entrincheirado paulista do sul de Matto Grosso. — Uma bandeira anonyma. — A actuação de Arthur de Sá e Menezes. — As expedições de Amaro Gauto. — Revelações do Archivo General de Indias. — Expedição de Gaspar de Godoy Collaço.*

Pensou Garcia Ros, successor de Monforte, em desalojar os paulistas "pero la corta duracion de su gobierno de dissipó sus esperanzas."

Assim durante uns trinta annos mantiveram-se os paulistas entrincheirados na antiga Xerez e foi isto que provavelmente lhes permittiu o avanço para o Norte, a conquista de Cuyabá e a definitiva barragem das pretensões hespanholas para o lado septentrional da bacia do Paraguay pretensões estas que afinal se reduziram á fronteira do Mboteteú ou Miranda ultima linde reclamada pelos Lopez.

Em 1696 reapareceram os paulistas nas terras peruanas (hoje bolivianas) de Santa Cruz de la Sierra, refere ainda o *Memorial* do Padre Burgés. Não sabemos porém quem seriam estes bandeirantes.

"Notable ha sido la disminucion de tan numeroso gèntio, originada, ya de pestes y guerras que entre si han tenido, ya de la saca grande de piezas que han hecho los de San Pablo qu han hecho por la parte del Rio Paraguay, que en la 2.<sup>a</sup> invasion llegaron hasta el Rio Aperé o de San Miguel, distante



50 leguas de San Lorenzo, y fueron vencidos de los Españoles de esta Ciudad, que vinieron a defender el Pueblo de los Piñocas por orden del Gobernador D. José Robledo de Torres el año de 1696 a peticion de los Misioneros de la Compañía de Jesús.

El socorro mas cercano de los Españoles de San Lorenzo dista 140 leguas de la Reduccion de San Rafael, la más proxima al Rio Paraguay. Urgen uno o dos Presidios de soldados o poblaciones de Españoles en los sitios más peligrosos de onde se puede salir a hacer oposicion a los enemigos para defender aquella reciente christiandad, sujeta ya al dominio de S. M. a quien reconocen como vasallos, sin que hayan motivado costas de Reales Ejercitos y Armadas habiendoles ganado solo la voz y predicacion de los Ministros Evangelicos."

Se os paulistas estavam solidamente estabelecidos na região antiga de Jerez foi isto naturalmente o que suggeriu ao illustre e clarividente governador fluminense Arthur de Sá e Menezes a determinar as duas grandes expedições á Vaccaria matto grossense, bem estudadas por Basilio Magalhães, a quem, *data venia*, copiamos (cf. Rev. Inst. Bras., tomo esp. 2, 114).

"A proesa do "Torto" chegou, segundo Taques, ao conhecimento de D. Pedro II, que encarregou Arthur de Sá e Menezes de agradecer o seu intrepido vassallo a heroica dedicação e lealdade. Deste Pedro Leme da Silva, que era coxo e caolho, geraram-se os dois infelizes irmãos Lemes, cuja tragica historia vem meticulosa e documentadamente referida por Washington Luis, num seu excellente trabalho já por nós varias vezes citado.

Das duas ultimas expedições á Vaccaria, organisadas por Arthur de Sá e Menezes, colligimos no Archivo Nacional todos os documentos que ás mesmas concernem. Podemos assim expol-as, baseado em informes authenticos. A primeira, cujos resultados não constam das folhas officiaes, teve como chefe Amaro Fernandes Gauto (Gato?), morador em Itú, a quem aquelle proposto régio, a 6 de Julho de 1697, conferiu a patente de "capitão mór" do lugar da Vaccaria e seu districto até aos serros de Serranay (in coll. "Governadores do Rio de Janeiro", IV, 181 v), para o descobrimento de minas. Por aviso de 1 de outubro do mesmo anno (loc. cit. VI, 84) mandou fornecer a quantia de 310\$755 ao capitão Diogo de Al-

meida Lara para os aprestos da leva, alli relacionados; e pela patente de sargento-mór, dada por Pedro II a José Tavares de Siqueira (loc. cit. V, 201 v), sabe-se que este auxiliou a dita entrada. A segunda bandeira, que está intimamente vinculada á sangrenta lucta dos Pires e Camargos, então recrutada em S. Paulo, foi chefiada por Gaspar de Godoy Collaço, a quem Arthur de Sá e Menezes deu para esse fim, em 3 de março de 1698, a patente de "tenente general da jornada da Vacaria" (loc. cit. VII, 18 v), tambem com o fito de descobrir minas de prata. Pela carta dirigida por aquelle governador ao rei, a 26 de Maio de 1698 (loc. cit., VI, 118 v) vê-se que Collaço se criara nos sertões a que era então officialmente mandado, "e teve varias ocaziões com os mesmos castelhanos"; a expedição partiu a 1.º de junho de 1698, levando dous praticos da arte de minerar, um tal Manuel Pereira, vindo de Buenos Aires, que informara a Arthur de Sá ter ouvido do corregedor de Potosé a noticia de haver mina "nas serras de Iguassaba", e um castelhano foragido do Paraguay e assistente em Ytú, onde casara. Na mencionada carta de D. Luiz Antonio de Souza a D. Carlos Morphy relata-se que Gaspar de Godoy Collaço partiu "com o destino de varias empresas e diligências para as campanhas da Vaccaria, Cordilheira de Maracajú e margens de Guatemy, as quaes cumpriu exactamente como lhe foi mandado."

E, como simples materia illustrativa do ponto de que nos encarregámos referiremos tambem que o habil e sagaz Arthur de Sá e Menezes mandou igualmente uma sumaca a 22 de dezembro de 1698, sob o commando de Antonio Moreira da Cruz (Archivo Nacional, col. "Governadores do Rio de Janeiro", VI, 204 v) sobcolor de fazer caçada de gados, a sondar todos os portos desde os de S. Francisco e Laguna para baixo até a Colonia do Sacramento. A chegada da embarcação a Castilhos provocou uma reclamação do governador da Colonia, a quem o da Repartição do Sul respondeu com a carta energica e curiosa de 13 de junho de 1699 (loc. cit. IX, 20 v).

A questão chegou ao conhecimento de Pedro II, que, pelas duas cartas de 16 de outubro de 1699 ("Registro de cartas regias", LXIII, 1.º, 134 v) ambas dirigidas a Arthur de Sá, a este ordenou suspendesse tanto a diligencia maritima, como as terrestres (Arthur de Sá tinha então mandado invadir os

sertões meridionaes por Amaro Fernandes Gauto, por Gaspar de Godoy Collaço e até pelos Britos da Laguna, qual já ficou referido) em busca de jazidas mineraes. A segunda das mencionadas cartas régias confessa que taes explorações eram feitas em zona litigiosa, pois diz: "... como se entenda q. estas Minas estão nas terras da Contenda q. temos com a Corôa de Castella, tão fóra está de ser interesse nosso q. sobre as consequencias q. podem resultar se nos empenhamos nesta averiguação e exame será descobriremos as conveniencias pa. ou-trem."

A esta timida fraqueza de Pedro II, correspondeu a ineptia de seu filho e successor, D. João V, que consentiu fundassem os espanhoes platinos a actual Montevidéu (em 1726, com o nome de "San Felipe y Santiago"), impossibilitando que o Brasil chegasse até ao seu limite natural, o rio da Prata.

Integraram-se apenas em nossa Patria, graças á ousadia dos bandeirantes e á acção diplomatica de Alexandre de Gusmão, Santa Catharina e o Rio Grande do Sul. Si estas duas ex-provincias do imperio brasileiro, como pondera Alcides Lima ("Historia popular do Rio Grande", 4-5), "foram saivas da acção jesuitica pela audacia e valentia dos aventureiros paulistas, que eram nessa época o terror vivo de todas as missões e de todos os aldeamentos indigenas", tambem o foram do dominio hespanhol pela mentalidade esclarecida e pujante do secretario de D. João V, filho da mesmá localidade onde teve o berço o Patriarcha da nossa independencia."

O pretexto para as expedições officiaes a Matto Grosso fundava-se em quanto convinha ao serviço real a descoberta das minas no lugar da Vaccaria (cf. *Documentos relativos ao bandeirismo paulista*, por Basilio de Magalhães, pag. 539).

Acertadamente suppõe o escriptor que Amaro Fernandes fosse Gauto e não Gato. Virgilio Correa (cf. *As raias de Matto Grosso*, III, 52), mal informado, chama-lhe Gato e diluituano.

Gauto dizem-no inilludivelmente os documentos hespanhoes: Amaro Fernandez Gauto como já provamos nesta obra (IV, 167).

Da carta de 26 de maio de 1698 acima citada por Basilio de Magalhães existe uma copia no Archivo do Estado de S. Paulo e A. Piza imprimiu este papel (Docs. Inte., 34, 467)

que o autor mineiro tambem publicou posteriormente (Rev. Inst. de S. Paulo, 18, 341).

Um exame mais detido do documento faz-nos divergir da opinião de Basilio de Magalhães exarada nestas paginas.

Amaro Fernandez Gauto deve ter sido o "castelhano foragido do Paraguay e assistente em Ytú" a quem com Manuel Pereira, o minerador pratico, competia acompanhar Gaspar de Godoy Collaço, á Vaccaria. Assim não deve ter havido duas expedições e sim uma apenas.

E com effeito seria extraordinaria a existencia de dous castelhanos, "fugidos por crime de primeira cabeça da cidade do Paraguay, e havia mais de vintê annos, assistentes em Ytú com mulher e filhos, como se diz de Amaro Fernandes e do outro hespanhol não identificado.

Assim seria Gauto o capitão mór da entrada de 1697 transferida para 1698, agora sob o commando de Gaspar de Godoy nomeado "tenente-general da jornada da Vaccaria" por patente de 3 de março deste anno.

Com toda a propriedade observa Basilio de Magalhães:

"As taes minas de prata, phantasiadas pelo fanfarrão Manuel Pereira, tiveram a mesma sorte que as do celebre Roberto Dias, isto é, até hoje não foram encontradas".

Diogo de Vasconcellos ainda a proposito desta expedição escreveu uma serie de enganos que Basilio de Magalhães, á vista dos documentos, rectificou (Ib., 461). O mais serio é o do encontro, na Vaccaria, da bandeira de Collaço, com o tal Manuel Pereira.

Depois de haver escripto a sua *Expressão geographica*, publicou Basilio de Magalhães *Documentos*, a que appoz preciosos commentarios. Transcrevamos alguns relativos a Gaspar de Godoy Collaço, mas primeiro vejamos a biographia do grande bandeirante que Pedro Taques redigiu:

"Natural e cidadão de S. Paulo, tenente general por patente e mercê de El Rei D. Pedro da Conquista de Vaccaria a quem foi pelo mesmo rei encarregado por ser este paulista um dos grandes soldados para qualquer acção na guerra dos barbaros indios."

Era Gaspar neto de Balthazar de Godoy, castelhano, genro de Jorge Moreira emigrado para S. Paulo em fins do seculo XVI é filho de João de Godoy Moreira "cidadão que em

S. Paulo sua patria tivera sempre o primeiro voto no politico e civil governo da republica como pessoa de grande autoridade, respeito e veneração, homem abundantissimo em cabedaes, e com uma fazenda de culturas onde as vinhas lhe davam o vinho com muita fartura”, como nos relata a *Nobiliarchia* (cf. Rev. Inst. Bras., t. 35, p. 2 p. 368).

Por sua mãe Euphemia da Costa Motta era Gaspar de Godoy Collaço sobrinho do notavel bandeirante (e clerigo!) o padre Antonio Raposo que muitos autores confundiram com Antonio Raposo Tavares e foi um grande devassador de sertões como opportunamente contaremos e encarregado em 1675 de subir o Tocantins para se encontrar com a bandeira de Sebastião Paes de Barros. Descendia Gaspar de Godoy Collaço dos mais velhos povoadores martim affonsinos entre outros de Pedro Collaço capitão mór de S. Vicente em 1551.

Undecimo de doze irmãos dos quaes um era carmelita e tres padres seculares, ignoramos a data do nascimento de Gaspar de Godoy.

A elle referindo-se, escreve Pedro Taques:

“Foi este paulista tão benemerito que fazendo-se muito distincto no real serviço, mereceu uma honrosa carta firmada pelo Snr. rei D. Pedro, datada em 20 de outubro de 1698.

Falleceu em Parnahyba a 9 de dezembro de 1713.”

Foi Gaspar quem, em fins de 1697, matou o reguão Pedro de Camargo no ultimo dos graves motins da moeda de que abundantemente falámos em nossa *História Seiscentista da villa de S. Paulo* (vol. III, 204 et pass).

Taes as tropelias de Camargo que Arthur de Sá e Menezes considerou como verdadeiro acto de benemerencia, para os povos de S. Paulo a sua suppressão.

Commenta Basilio de Magalhães:

“O certo é que o assassino, não mais tarde, como pensam Taques e Azevedo Marques (op. cit. v. I, pags. 167) — que o fazem ir subindo gradualmente os postos *militares*, — mas immediatamente, isto é, a 3 de março de 1698, por patente firmada na *villa de S. Paulo*, foi feito tenente-general da jornada da Vaccaria, a descobrir minas de prata.

Arthur de Sá e Menezes novamente o elogia nessa patente, com que, para fim utilitario, mais o afastava do theatro de sua acção violenta (sinão tambem da possivel vingança

ça da temível familia de Pedro Ortiz de Camargo) pois que já se havia elle retirado para outra villa, isto é, para fóra da villa de S. Paulo.

O governador visava evidentemente a deixar impune o homicidio. Observe-se que, tendo tardiamente dado ao rei noticia do crime, a 1.º de junho de 1698, participava ao soberano a expedição á Vaccaria, e ahi, reportando-se a Collaço, cujo nome agora francamente enuncia, diz: "... hua das pessoas principaes daquelles Pouos com muito valor e despozição tendosse creado naquelles Certões, e teue varias ocaziões com os mesmos Castelhanos, cedendo sempre com grande desempenho das suas obrigações..." — o que indica que Collaço já era sertanista frequentador da zona do sul, além da linha de Tordesilhas, donde a sua escolha para o devassamento das miñas da Vaccaria.

Nessa mesma carta é que elle communica ao rei que a jornada se iniciaria nos primeiros dias de junho.

Mas Pedro II, menos indulgente que o seu alto preposto, respondendo á carta de 1.º de junho com a de 22 de outubro de 1698, obtempera, sem precisar o nome do delinquente, que ignorava pelos motivos acima expostos: — "no que respeita a morte que se deu a Pedro de Camargo se supoem que se tiraria devaça na forma da Ley, porq. ainda que o seu procedimento fosse tão indigno, e o matador respeitado por bom home isso o não liura do crime que cometeu neste delicto, e de ser castigado conforme merecer por elle."

Pois bem, o castigo de Collaço foi apenas a expedição á Vaccaria...

Arthur de Sá e Menezes, confiando missão identica, poucos meses depois, a Manuel de Borba Gato, usava da mesma politica de tolerancia e habiidade, de que deu prova em barba. Além de que D. Rodrigo de Castello Branco era castelhana e não tinha parentes nem em Portugal nem no Brasil.

E que os tivesse... Mina de prata, ou de ouro, que se descobrisse, valia então pela melhor defesa, e importava em sentença absolutoria dos maiores crimes, sentença tacita, mas effectiva.

De mais, quem é que, por delicto relativo a questões de descobrimentos, de repartições de datas, de a'eração do valor da moeda, de falsificação dos cunhos reaes, foi então pu-

nido capitalmente? As leis eram duras, mas os seus supremos executores eram clementes: *suaviter in re, fortiter in modo*”.

Segundo parece, foi a expedição de Gaspar de Godoy a mais proveitosa, pois, como observa ainda Basilio de Magalhães, na mencionada carta de D. Luis Antonio de Souza a D. Carlos Morphy, relata-se que Gaspar de Godoy Collaço partiu “com o destino de varias emprezas e diligencias para as campanhas da Vaccaria, cordilheira de Maracajú e margens de Guatemy, as cumpriu exactamente como lhe foi marcado.”

Do nucleo bandeirante, solidamente enraizado ao Sul de Matto Grosso, tenaz e continuamente partiriam as irradiações conquistadoras que dentro de menos de um quinto de seculo gratificariam a corôa de Portugal com o segundo eldorado brasileiro, o do rico *placer*, o do descoberto do Cuyabá, immortalizador de Paschoal Moreira Cabral Leme.

Quanto a João Borralho de Almeida (vd. pag. 42) que o Padre Burgés, em data por elle ignota, declara haver soffrido grave revez em combate com os Piñoquis. é insignificante o que d'elle se sabe. Parece ter sido batido pelos annos de 1684 muito conjecturalmente aliás.

## CAPITULO VIII

*A navegação do Tietê, do Paraná e afluentes destes no seculo XVII. — Frequencia do transito de paulistas e hespanhoes. — As grandes expedições bandeirantes. — O caso do Padre José Pompeu de Almeida.*

Já diversas vezes tivemos o ensejo de notar, nesta obra, quanto a via de penetração fluvial constituída pelo systema parananiano foi utilisada pe'as bandeiras desde as primeiras epochas sertanistas.

Quer num sentido quer noutro, as entradas se valeram das aguas desses grandes rios para a sua progressão.

Pouco por parte dos hespanhoes do Paraguay e do Guayrá. E só nos primeiros annos, pois vimos que assignaladas as suas esquadilhas no Avandava cessaram de todo de apparecer já em fins do terceiro quartel do seculo XVI.

Muito no sentido de leste oeste e por parte dos paulistas. Historiámos longamente a jornada de Don Luis de Cespedes Xeria descendo o Tietê de a jusante do salto de Ytú a Ciudad Real. E nos referimos ás viagens de André Fernandes, repetidas, tambem, pelo curso do Tietê.

A' medida que o seculo XVII avança, multiplicam-se as jornadas pelas aguas do Anhemby.

Por ellas provavelmente navegam Antonio Raposo Tavares, no seu periplo sulamericano, Luiz Pedroso de Barros, a grande expedição de Francisco Pedroso Xavier, em deman-



da das terras paraguayas, em 1676 e as bandeiras que a ella se seguem como a serie de entradas de Mendes Paes, de que resultou a fundação do campo entrincheirado de Paschoal Moreira Cabral, dos Taveiras, dos Ferrazes, de Francisco Dias Mainardi, dos Lemes, de Gaspar de Godoy Collaço e Amaro Fernandez Gauto, dos Campos Bicudo, etc.

Numerosos hespanhoes valem-se do mesmo itinerario para passarem das terras centraes ás de S. Paulo. Neste caso se acham os Torales, Riquielmes, Gusmans, Contreras, Zunegas e outros emigrados.

Assim, Tietê abaixo, Tietê acima, multiplicam-se as viagens.

Quando Salvador Correia de Sá passa do Brasil ás terras do Perú, pelos rios, como allegou, parece positivo que se serviu da via tieteana.

De quanto aos paulistas se tornara familiar a estrada liquida do antigo Anhemby dá-nos mostra a singular aventura do Padre José Pompeu de Almeida, pelos annos de 1682 ou 1683, e de que nos deixou noticia o bom Pedro Taques ao biographar este clerigo, seu tio avô, aliás, como irmão que era de seu avô materno o Capitão Mór Governador Pedro Taques de Almeida.

Desavindo-se com o seu diocesano resolveu o Padre Pompeu mudar-se de S. Paulo para o Paraguay com os seus cabedae e escravos, realisando a longa e penosa jornada fluvial.

Era, dil-o o sobrinho neto linhagista, um homem extraordinariamente retrahido, colerico e violento e a insopitabilidade das paixões o levou a uma situação terrivel, a de Robinson de uma ilha do Paraná, onde acabou a sua triste aventura cujo desfecho se prende a um dos mais curiosos relatos do hagiologio brasileiro.

Ouçamos o linhagista, porém:

“O padre José Pompeu de Almeida, clerigo secular, foi á côrte de Lisboa por falta de bispo, que ainda então não havia no Rio de Janeiro.

Este padre se afastou inteiramente da urbana civilidade que praticavam seus irmãos. Teve genio desconfiado e activo, vivia na opulencia dos bens patrimoniaes e sempre retirado.

Neste desconcerto lavrou o seu precipicio, posto que nelle

mereceu a contricção para alcançar a divina misericórdia, como piamente cremos.

Estando em S. Paulo o primeiro bispo do Rio de Janeiro D. José de Barros de Alarcão, capacitando-se o padre Pompeo que nem ao prelado devia prestar obediência, até ao ponto de romper no temerario desafogo de que sua S. Ex. não era capaz de o ter por subdito, não aceitou as suas suaves admoestações, e finalmente nem attendeu ás fraternas rogativas com que o mesmo piedoso prelado o chamava ao seu agrado quando soube da tenção do padre Pompeo, que tambem desprezou os repetidos conselhos, e grandes instancias, que lhe faziam os seus dois irmãos Lourenço Castanho Taques e Pedro Taques de Almeida, e mais parentes para o apartarem de tão errada e perigosa resolução.

Porque intentava passar-se ás Indias de Hespanha, seguindo a navegação do rio Tietê até dar ao Rio Grande, e por elle abaixo até tomar a barra de outro rio, que vai acabar em terras do estreito do barbaro gentio *Cavalleiro*, e dalli fazer transito até a cidade do Paraguay.

Levado pois dos impulsos da sua arrogancia, foi promptificar canôas, mantimentos, polvora, balas, cães de caça, pilotos e praticos da navegação dos rios pelas difficultosas cachoeiras que tinha de passar; e embarcou finalmente na sua frota de canôas sem mais amigos, nem parente algum, e só com seus escravos e alguns *Carijós*, seus administrados que serviam de pilotos. praticos e remeiros.

Distante de S. Paulo, com viagem de mais de 60 dias, tomou uma ilha das muitas que tem o Rio Grande, e em cada uma das quaes habitam feras, como são onças pardas e tigres; posto que tambem tem muita caça, como são: porcos, antas e veados.

Nella se achava quando por occulta Providencia Divina se uniu a gente de toda aquella comitiva em um só voto; e, dispostas as cousas para a funesta resolução, fugiram todos nas mesmas canôas levando os cães; de sorte que quando acordou o padre Pompêu, se achou só em uma ilha, da qual de nenhum podia sacar-se.

Conjectura-se que viveu por muitos dias, por ter o sustento nas frutas agrestes de uma grande arvore chamada jatobá; e porque tambem quando, passados annos, se deu com

o lugar de sua morte, e os ossos daquelle cadaver, se observou uma quasi vala na superficie da terra do comprimento de 40 palmos, que se entendeu a formára o continuo passeio que tinha o dito padre todo o tempo que lhê durou a triste vida.

O certo é que podemos considerar que o padre Pompêo, posto nesta triste situação, perto de acabar ou ao rigor de alguma fera ou de fome, faria grandes actos de contricção para alcançar a divina misericordia, que lhe deparou ministro para o confessar na hora da morte.

O caso refere o autor da Vida do padre Belchior de Pontes da companhia de Jesus, no cap. 29, fls. 181 e seguintes, que nós aqui contámos da mesma forma.

O veneravel padre Belchior de Pontes, que foi varão de candura innocente, adornado de heroicas virtudes, que constam do livro de sua vida, impresso em Lisbôa em 1751, residia superior de uma das aldeias do collegio de S. Paulo.

Em um dia vindo o dito padre para o collegio acompanhado de alguns indios, chegando a uma pequena matta ou bosque, junto ao rio de Pinheiros, se apeou do cavallo, em que vinha montado, e disse aos indios que ali o esperassem.

Metteu-se no bosque e tardando muito na sahida delle, temeram os indios não tivesse acontecido algum accidente repentino ao seu superior. Penetraram a espessura toda, e não encontrando nella o padre clamaram á vozes, chamando-o; e, depois de sahirem ao campo e não avistando a quem buscavam, capacitaram-se que o padre já vinha adiantado, porque muitas vezes para andar a pé fazia dessas venidas.

Chegaram os indios ao collegio e não achando nelle o padre Belchior de Pontes, informaram aos padres do acontecido. Não causou cuidado algum a relação dos indios, porque das virtudes de Pontes havia já grandes provas entre os seus religiosos e estranhos e esperavam que logo chegasse. Assim succedeu: chegou o padre Pontes arrimado ao seu bordão e muito socegado.

Perguntou-lhe o reitor de donde vinha, pois que os indios tanto se tinham adiantado, Respondeu sinceramente que tinha ido ao sertão do Rio Grande confessar ao padre José Pompêo; e o padre reitor mandou ao padre Pontes que fosse consolar os irmãos do morto, que lamentavam semelhante infelicidade.

Assim o fez o dito padre procurando ao capitão-mór Pedro Taques de Almeida e a Lourenço Castanho Taques, aos quaes consolou com a certeza que lhes deu de que o padre Pompêu ainda que desamparado, morrêra confessado e contricto de suas culpas.

Depois, chegando uma tropa a examinar aquella ilha (tinha sahido de S. Paulo a conquistar gentios), acharam ao pé de uma grossa e corpulenta arvore de jatobá um breviario sobre um altar feito de varas, e junto ao mesmo altar uma sepultura pouco funda, mas bem povoada de ossos.

Revistando-se mais aquelle lugar, viram na casca de um pao este letreiro: "Aqui jaz enterrado o padre José Pompêu, confessado pelo padre Pontes". Este foi o infeliz ou venturoso fim que teve o soberbo e desconfiado genio do padre Pompêu pelos annos de 1681."

Até aqui o linhagista da *Nobiliarchia*, cuja chronologia está merecendo pequena corrigenda. Sim, porque D. José de Barros de Alarcão, nomeado, em 1680, bispo do Rio de Janeiro, só tomou posse do solio episcopal fluminense a 13 de julho de 1682 e só veio ter a S. Paulo em principios de 1683 (cf. *Historia Seiscentista da Villa de S. Paulo*, de nossa lavra, IV, 56, 57).

A interessantissima historia acima relatada é uma das mais curiosas do hagiologio brasileiro e quiçá a mais notavel e caracteristica das que se prendem aos fastos do bandeirantismo e á devassa do Brasil.

E a minucia com que Pedro Taques, piedoso como era, relatou o final de vida de seu tio avô bem traduz a enorme impressão que estes factos devem ter causado a toda a familia do iracundo José Pompêu, atravez das gerações.

## CAPITULO IX

*Appello de Barbalho Bezerra a Fernão Dias Paes. — Appellos do Rei e do Visconde de Barbacena ao sertanista para uma grande jornada ás minas. — Sua acquiescencia. — Correspondencia trocada.*

No tomo V desta obra encetámos a narrativa da nova phase de actividade bandeirante a que a Corôa queria dar impulso notavel promovendo a devassa dos sertões com a esperança de vultuosas minas.

Estudemos agora duas das mais notaveis jornadas seiscentistas pesquisadoras de mineraes — a campanha esmeraldina de Fernão Dias Paes e a expedição official de Dom Rodrigo de Castel Blanco que com ella se deveria conjugar em 1681.

Nomeado em 1664 para levar a cabo o descobrimento de esmeraldas, da Victoria escrevia Agostinho Barbalho Bezerra, a 13 de dezembro de 1665, a Fernão Dias Paes para lhe offerecer certo “negocio de minas” que lhe convinha examinar; devendo ir “a umas serras”.

E como lhe faltassem mantimentos recorria ao grande bandeirante de São Paulo para que o assistisse “com aquelle zelo que costumava empregar no real serviço.”

A resposta dada por Fernão ao emissario de Barbalho, certo licenciado Clemente Martins de Mattos, foi offerecer-lhe nada menos de 42 arrobas de carne de porco, oitenta alqueires

de feijão e duas cargas de biscoutos, o que fez conduzir á sua custa para Santos pelos seus negros "mantimentos com que servia a Sua Majestade nesta jornada do governador Agostinho Barbalho com muita vontade e zelo de servir a Sua Majestade", declara a certidão passada pelo almoxarife da fazenda real.

Dadas as difficuldades do transporte no dorso de indios e negros, e a pobreza do planalto, era realmente notavel a ddivida do bandeirante.

Assim, com a maior generosidade, respondia ao appello do seu Rei, constante da carta que Pedro Taques insere na integra, em sua *Nobiliarchia*, assignada por Affonso VI, a 27 de setembro de 1664.

"Capitão Fernão Dias Paes. — Eu El Rei vos envio muito saudar. Bem sei que não é necessario persuadir-vos a que concorraes da vossa parte com o que for necessario para o descobrimento nas minas, a que envio a Agostinho Barbalho Bezerra, considerando ser natural desse Estado e que, como tal, mostra particular desejo dos augmentos d'elle, confiando pela experiencia que tenho do bem que até agora me serviu que assim o fará em tudo o que lhe encarregar.

Porque pela noticia que me teem chegado do vosso zelo, e de como vos houvestes em muitas occasiões do meu serviço me fez certo vos disporeis a me fazer esta.

Elle vos dirá o que convier para este effeito; encomendo-vos lhe façais toda a assistencia para que se consiga com o bom fim, que ha tanto se deseja, o que eu quizera ver conseguido no meu tempo e posse do governo destes meus reinos, entendendo, que hei de ter muita particular lembrança de tudo o que obrardes, nesta materia, para vos fazer a mercê e honra que espero me saibais merecer."

Passaram-se os annos. Continuou Fernão Dias Paes em S. Pau'o em sua grande fazenda do Capão em Pinheiros, na sua vida de grande *landlord*, quiçá nostalgico do sertão.

Quando da organização da leva para a campanha dos guerreiros muito se esforçou por servir novamente á Corôa chegando a emprestar avultada somma aos cabos da tropa que ia á Bahia: Bayão e Arzão.

Isto sem contar a cessão de muitos dos seus indios como soldadados de recruta, o que lhe valeu uma carta autographa

de agradecimentos do governador geral Visconde de Barbacena, conforme já relatámos (t. IV, 364).

Era a esse tempo Fernão Dias Paes opulento.

"Vivia nobre e decorosamente em sua patria, sendo dos mais ricos homens desta capitania (de S. Vicente), particularmente poderoso de Indios obrigatorios e varios escravos". d'elle diria a camara pal'stana a seis de dezembro de 1681 (A. M. e U., 2460) "homem dos de maior cabedal e gente que avia nesta capitania" proclamaria a camara "da villa cabessa de S. Vicente" a 6 de setembro do mesmo anno (A. M. e U., 2456), "homem de groça fazenda", confirmaria a 20 de dezembro a Camara de Parnahyba (A. M. e U., 2462); dos mais possantes dos bens de fortuna", affirmaria o Protonotario Apostolico dr. Francisco de Almeida Lara (A. M. e U., 2465). A tudo corroboraria a Camara de Santos a 1 de novembro ainda de 1681 declarando tambem que o seu cabedal "hera dos maiores destas cappitanias" (A. M. e U., 2464).

Lembrou-se Affonso Furtado de commetter ao grande bandeirante a empresa do levantamento da inaprehensivel Serra de Sabarabussú, tão procurada e jamais encontrada.

Explica Pedro Taques:

"Governava o Estado do Brasil Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, a quem o sr. dom Pedro, principe regente do reino recommendara muito o descobrimento das Esmeraldas. Estas foram sempre appetecidas do principio do descobrimento do Brasil.

Foi lembrado Fernando Dias Paes: e confiando-se do seu valor e experiencias militares da guerra contra o bravo gentio dos sertões de São Paulo, se lhe recommendou muito esta expedição e descobrimento das Esmeraldas e conquista dos inimigos indios do reino Mappaxô, Já elle não estava em idade de penetrar sertões, porém ás suas enfraquecidas forças deu briosos alentos o amor e zelo do real serviço.

Dispoz-se para a jornada, levando a seu filho legitimo Garcia Rodrigues Paes, e um bastardo José Dias Paes, e por cabo seu futuro successor Mathias Cardoso de Almeida, um dos grandes paulistas, com o valor e experiencias dos sertões; e com outros mais paulistas amigos e parentes, formou o seu troço de avultado numero de soldados com o concurso dos indios Guayanãas da sua redução já catholicos."

E, realmente, nascido em 1608, já era Fernão Dias Paes mais que sexagenario, então.

A tendencia geral augmentativadora da idade levou os chronistas a affirmar que ao partir para a grande jornada dos sete annos estava o sertanista proximo dos oitenta annos.

E os repetidores de cousas impressas, legião em nosso paiz, sinão por toda parte do Orbe, cançaram-se em propagar o erro que Derby com demorados argumentos rebateu.

Foi aliás o proprio neto do sertanista o causador de tal erro. Informando a proposito das passadas de seu grande avô attribuiu-lhe Pedro Dias Paes Leme mais dez annos do que elle realmente contava ao fallecer.

E, no entanto, escrevia a pouco mais de meio seculo, após a morte do governador das Esmeraldas, a 1.º de outubro de 1746, Tal informação esteve em mãos de Southey. Alberto Lamego adquiriu o autographo que figura em sua soberba collecção de manuscriptos. E delle deu uns excerptos n'“O Jornal”, do Rio de Janeiro, a 25 de dezembro de 1928.

Affirma Pedro Dias Paes que o avô morreu “em o sumidouro do Rio das Ve'has, de peste, sendo de oitenta e tres annos”.

Quando escreveu o illustre geologo americano, ainda não se divulgara o documento primordial fixador da idade do governador das Esmeraldas, o inventario de seu pae Pedro Dias Paes Leme.

Grande o alvoroço com que Affonso Furtado recebeu a noticia da acquiescencia do magno sertanista.

E maior ainda quando Fernão Dias Paes lhe annunciou que “todas as despesas que a prudencia de qualquer deve conjecturar quaes seriam”, correriam por conta delle Fernão Dias “sem que a fazenda real lhe assistisse com cousa alguma para esta tão grande como assaz recommendada expedição.”

Imagine-se o enthusiasmo do de'egado regio! A fazenda d'El-rey seu amo nada pagaria! ou antes, só pagaria em promessas de recompensa!

Que poder magico tinha a eternamente repetida e indestrutivel formula magestatica: “E Me fica em lembrança a informação do que obrastes pera vos fazer a mercê que Me houver por bem”!



Mostrava-se o novo Governador Geral sobremodo empenhado em promover as jornadas da inspecção de minas.

Em agosto de 1671, expedia ordens relativas “á viagem do descobrimento da serra de Piracá”, donde elle governador era informado haver prata e outras serras de onde havia noticia se acharem pedras de que se tinham buscado Amatistas e outras do maior preço”. Deviam o capitão João de Castro Fragoso e Manuel da Silva Pacheco tambem averiguar o que poudessem sobre sa'itre.

Ordenava o visconde de Barbacena que lhes dessem todo o auxilio o padre Antonio Pereira e seu sobrinho Francisco Dias de Avila, aos capitães de Maçacará, Thomé Brandão, e do districto de S. Francisco. Ao bravo Domingues Rodrigues de Carvalho recommendava-se igualmente “toda a ajuda e favor.”

E os exploradores procurassem, “com todo o cuidado, e curiosidade”, todas as particularidades das minas e destas enviassem amostras á Bahia (Docs. da Bib. Nac., IV).

Em 20 de janeiro de 1672 referia-se o Visconde a uma exploração mineira que mandara operar no sertão do S. Francisco (Dcs. da Bibl. Nac., IV, 165) por Fragoso e Silva Pacheco, Haviam partido em direcção a Geremogabo (sic) e dahi ao S. Francisco pela Catinga.

Affirma Pedro Taques na *Informação*, que as “fatalidades” de Barbalho Bezerra incitaram os paulistas a formar tropas para penetrarem os sertões por diversos rumos a descobrimento de minas de ouro, prata e esmeraldas. Assim um sentimento de suggestão collectiva os impellia para esse genero de jornadas que as autoridades regias tanto pretendiam ser antagonico aos seus sentimentos de bravia independencia.

Quer nos parecer comtudo que o grande “leader” deste movimento foi Fernão Dias Paes.

Antes de qualquer outro surge o seu nome nessa directriz do rumo a Sabarabussú e é o que nos confirma a correspondencia dos capitães generaes.

Diz Calogeras que Fernão figura entre os primeiros instados por Barbacena para emprehenderem tal serviço. Taques, particularizando, affirma que o seu tio illustre foi o escolhido pelo delegado regio. E os documentos parecem acreditar esta ultima versão.

Ha na correspondencia dos Governadores Geraes varias cartas escriptas em diversas datas, a Fernão Dias Paes e allusivas a outras que elle enviara aos delegados regios. Infelizmente não podemos avaliar dos communicados do bandeirante sinão pelas respostas hoje impressas na serie excellente dos *Documentos*, determinada pelo actual presidente da Republica.

A primeira que se nos depara sobre a grande jornada esmeraldina é de 20 de outubro de 1671 e assignada pelo visconde de Barbacena (Docs. Hist. VI, 201).

Logo que Fernão recebesse a carta, "partisse com todo o calor e brevidade possivel, a antecipar o tempo á felicidade que parecia guardada para o Principe Senhor de ambos".

Autorizava-o a pedir elementos de homens e dinheiro ao capitão mór, ao provedor da Fazenda Real, á Camara de S. Paulo, a requisitar indios, etc.

Não deixasse de avisar, quando seguisse, offerecendo circumstanciado relatorio acerca dos elementos componentes da bandira.

Explicasse quaes lhe seriam os itinerarios. E procurasse sahir a povoado do lado da Bahia, pela menor distancia das minas á capital do Brasil e facilidades para o seu entabola-mento.

## CAPITULO X

*Cartas de Barbacena ao sertanista. — Patente a este passada de Governador.*

E' curiosa, em seus termos antiquados, essa epistola do Governador Geral Visconde de Barbacena a Fernão Dias Paes, datada de Bahia, e de 20 de outubro de 1671, incitando-o a que realizasse uma grande jornada de penetração nos sertões centraes a busca de esmeraldas e prata.

"Por outra carta agradeçi a v. m. o muito que obrou nas disposições e effeito da vinda da gente dessa Capitania á conquista do Sertão desta Cidade.

Agora escrevo esta em particular para dizer a v. m. a grande estimação que fiz de ver o que v. m. escreveu a este Governo sobre o descobrimento que ... sua custa das minas de Sabarabuçú, e Esmeraldas que estão na altura da Capitania do Espirito Santo, que serão ambas vizinhas.

Os cabos que vieram me deram particular informação da pessoa, cabedal, industria e zelo de v. m. para este intento; e que nos barcos que ficavam para partir havia v. m. de mandar a petição para as provisões que se lhe haviam de passar.

Mas como estamos no fim de outubro; em que já não ha esperanças de chegarem e o negocio é de tanta consideração; me pareceu louvar muito a v. m. a empresa e segurar-lhe em nome de S. A. grandes honras e mercês se a conseguir (como espero) e de minha parte não só ser quem lha so-

licite de Sua Real grandeza, dando-lhe logo conta deste singular serviço que v. m. lhe vae fazer; mas todos os favores e ajuda do que depender deste Governo.

Pelo que tanto que v. m. receber esta carta, trate logo com todo o calor e brevidade possível de se pôr a caminho e anticipar o tempo a felicidade que considero estar guardada para o Principe N. Sr.; e agora o pode lograr por meio da diligencia de v. m. e do amor com que vejo o saber servir.

Sendo ahi necessario a v. m. qualquer favor, ou ajuda do Capitão-mór, Camara, Provedor da Fazenda, ou outra qualquer pessoa, por esta carta ordeno a cada um delles em particular (e por isso se registrará, donde tocar se necessario fôr) que pontualissimamente se dê tudo a v. m. e estejam a sua ordem os Indios que houver mister das Aldeas de S. A., e das que estão á ordem da Camara da Villa de S. Paulo de que agora provi Capitães e Administradores.

Quando v. m. partir com o favor divino me deixe escripto, dando-me conta muito especial da gente que leva, tempo em que parte, quando poderá voltar, e a que parte ha de descer, se a essa mesma Capitania se á do Espirito Santo ou a de Porto Seguro, que eu julgo por não menos convenientes; assim por ser a jornada mais suave, como por ficarem mais visinhas (a esta) praça, não só para com mais facilidade me poder v. m. dar Relação do successo e eu prover sem demora o que convier ao beneficio das minas, e serviço de S. A., mas para ficarem logo abertos, e sabidos os caminhos; pois que são as mesmas muito mais chegadas a este porto que a essa Villa, e mais facilitado por este meio o entabulamento dellas."

Mas não esquecesse s. m. que a sua commissão visava sobretudo o engrandecimento da Corôa. Assim agisse como vasallo fidelissimo, que sabia ser "chegando Vossa Mercê a descobrir minas não faça v. m. mais que tirar as amostras da prata e das esmeraldas, que bastem segurar com certeza infalível que as ha: porque não incorra v. m. em alguma culpa de que lhe resulte prejuizo, com o mesmo de que tão grandes augmentos e utilidades se estão promettendo a sua casa.

E marcando v. m. as Serras, rumos, caminhos, Rios, e tudo o mais que convier para deixar sem duvidas descobertas as minas, e sabida a entrada para ellas, fará v. m. um

Roteiro, pelo qual se possa ir guiando os que a ellas voltarem, sem se confundir nas jornadas.

A qualquer parte das referidas Capitánias, a que v. m. achar que é conveniente fazer a descida, a faça v. m. e em chegando a porto de mar, me faça no mesmo ponto aviso, e remetta as amostras por mar ou por terra.

E o Capitão-mór da dita Capitania, seja qual for, mostrando-lhe v. m. esta carta, que valerá como Ordem expressa, lhe dará embarcação; e tudo o mais que for necessario, para por qualquer das vias, se me remetterem logo as ditas amostras e os avisos de v. m.; e v. m. me dará nelles conta muito pelo miudo, da jornada, descobrimento das minas e descida, e tudo o mais que entender que convem ser-me presente para este negocio."

Ordens receberia o sertanista para angariar recursos de todas as autoridades regias. A Fazenda Real contribuiria com que lhe fosse preciso sem embargo da generosa promessa de Fernão, que tudo queria fazer a sua custa.

Pouco depois, a 19 de fevereiro de 1672, tão ancioso estava o Visconde Governador que novamente lhe escrevia, já o suppondo a caminho das minas ou já de volta! (Docs. Hist. VI, 221).

Quanto açodamento! é quanta ignorancia!

"Bem supponho que achará esta carta a v. m. ou nas minas de Sarabussú, (como aqui me dizem que são as que v. m. havia de ir) ou já de volta dellas com a felicidade que eu lhe desejo, e bom successo que me eu prometto do ze'lo com que v. m. serve a S. A. e da intelligencia e cabedal com que sei que v. m. prefere aos dessa parte para semelhante empenho.

E já me persuado a que poderei dar a v. m. os parabens, são só de o haver conseguido, mas das honras que é certo ha v. m. de ter de S. A. Para lhe poder dar conta deste negocio com as amostras (que espero que v. m. me envie, de prata, ouro, ou pedraria que achar em tão bastante quantidade que as possa remetter por duas vias a S. A.). ordeno ao Capitão-mór dessa Capitania faça dar embarcação com toda a brevidade, e o mais favor necessario para que me possam chegar tudo quanto antes ser possa.

E com as amostras me remetterá v. m. tambem informa-

ção muito particular como lhe tenho avisado, do logar em questão, em que altura, em que distancia, que qualidades de caminhos, que porto de mar lhe ficará mais perto, e é mais facil de conduzir tudo o que for necessario para as mesmas minas.

E porque aqui se me disse que do pé das Serras do Sarabussú ha um rio navegavel que se vae metter no de São Francisco e que por e'le abaixo se poderá conduzir mais brevemente a prata até junto a estas Serras que ficam no districto da Bahia, chamadas Jacuabinas, e dellas descer a esta Praça me dê v. m. particular informação desta materia, com toda a clareza que convem a sua importancia e noticias que v. m. julgar são necessarias á boa disposição deste negocio para tudo me ser presente, e eu poder dar melhor informação a Sua Alteza."

Ao Capitão-mór de S. Vicente declarava Affonso Furtado, na mesma data, dêsse o maior auxilio possivel a Fernão Dias Paes, que já considerava partido desde muitos dias.

Autorizava-o até a fretar uma embarcação por conta da Fazenda Real, afim de transportar á Bahia as amostras acaso recebidas do sertão e do bandeirante.

Continuava Fernão Dias Paes em S. Paulo no penoso preparo de sua jornada. Em 31 de outubro de 1672 escrevia-lhe o Governador Geral (Docs. Hist., VI, 231):

"Recebi a carta de v. m. com a relação sobre as minas de que fiz grande estimação, e a faço muito particular do zelo com que v. m. se tem disposto ao seu descobrimento: que tanto maiores forem as difficuldades que v. m. vencer, será em v. m. maior o merecimento, e em mim o motivo de representar a S. A. a quem já tenho dado conta de sua pessoa.

E espero eu obre v. m. nesta empresa de maneira que lhe resultem della grandes honras, e augmentos a sua casa, e familia; e a mim o gosto de ser quem lhas solicite com maior efficacia, assim por cartas, emquanto estiver neste governo como pessoalmente na Côrte, donde representarei a S. A. mais em particular tudo o que se deve a v. m. neste descobrimento, em cuja felicidade se hão de fundar todas as que v. m. se pode segurar de Sua Real Grandeza, applicadas pela minha diligencia que ha de ser muito egual no empenho de v. m. ser despachado, ao que v. m. puzer neste negocio de tantas conse-

quencias ao serviço de S. A., a este Estado, e ao credito de v. m.

E como v. m. o tem em tão boa altura pelas disposições antecedentes das plantas que tem mandado prevenir, tempo em que parte; e me diz que ha de chegar á Serra de Sabarabuçú; confio da actividade com que v. m. ha de proceder, me cheguem a mim brevissimamente, as alegres novas do bom successo dessa jornada."

Mysterio e mais mysterio! recommendava o Delegado Regio. Nada de indiscrições perigosas!

"Mas porque convem tanto ao serviço de S. A. como ás pretensões de v. m. haver nesta materia por sua muita importancia grande segredo; pelo encarregar o Principe Nosso Senhor summamente em semelhantes descobrimentos, procure v. m. conseguir este, e fazer o exame e averiguação da prata e qualidade della (e o mesmo fará quando fôr ás esmeraldas) com toda a cautela e silencio possivel para que só v. m. e eu tenhamos a certeza e com o mesmo silencio despache eu o aviso delle a S. A."

Era de toda a conveniencia que o publico ficasse inteiramente alheio a qualquer noticia alviçareira.

"E nesta consideração desmentirá v. m. com a (s) cartas publicas que escrever a São Vicente haver descoberto a prata, dando-me a mim conta muito miuda da jornada, dos caminhos, das distancias, da Serra, da altura em que fica, da qualidade de minas achadas, que rendimento tem a pedra, e todas as mais circumstancias que lhe parecer é necessario advertirme, para tudo me ser presente, com toda a particularidade, e dar eu com a mesma a devida conta a S. A.

Ordenando v. m. que o aviso que me fizer, se me remetta logo por mar ou por terra a toda a pressa, havendo sido successo bom porque eu mandarei aqui pagar a despesa que o tal aviso fizer

E para que v. m. vá a esta empresa com mais autoridade, lhe remetto patente de Governador della. Tambem lhe envio ordem para os mil cruzados que v. m. me pede.

E não repare v. m. na clausula que leva de v. m. se obrigar á satisfação delles, não tendo a jornada effeito; porque como ahi não ha fazenda Real, e eu os mando... do donativo

do dote e paz, que é cousa sagrada, foi assim necessario a respeito dos Ministros; e creio eu que o não será restituil-os v. m.; antes me segura que ha de ser o successo tão venturoso que lhe fique a Fazenda de S. A. devedora de usar com sua pessoa grandes demonstrações das rendas que é certo se lhe hão de consignar nas mesmas minas, tanto que V. M. as descobrir.

Tambem vai a Provisão sobre os homisiados que não tiverem parte, e quizerem acompanhar a v. m.; e outra sobre Mathias e seu (s) genros e filhos, na fórmula que póde ser mais favoravel; porque com parte, nem o Principe póde passar absolutamenete perdão.

Estevão Ribeiro Bayão Parente e Braz Roiz de Arzão se acham na Conquista de que por horas espero novas de se haver concluso pelos antecedentes dos bons successos que hão tido; mas sem embargo disso vai tambem ordem para do donativo do dote e paz, se darem logo a v. m. os cento e setenta mil reis de que eram devedores a v. m. e aqui os mandei entregar ao thesoureiro do mesmo donativo.

Esteja v. m. certo que em tudo o que poder conhecer o animo com que estou em tudo o que poder tocar a v. m. ha de conhecer que m'o deve grande. E que fico (mui des) ejoso de me empregar nos augmentos de sua pessoa, e felicidade de sua casa. Guarde Deus a v. m. Bahia e outubro ultimo de 1672.

Como v. m. me fizer o aviso, me envie as amostras da prata e esmeraldas, mas em quantidade que não faça ruido e que ... parte a S. A., e para me ficar para a experiencia; e tambem m... v. m. ... que achar de pedras precosas e de outras ... cobre, ou outro qualquer mineral; porque é certo que donde ha a prata, se ... ordinariamente, mais metaes.

Nesta mesma data de 31 de outubro de 1672 passava o Governador Geral ao sertanista a patente de Governador. E' um documento notavel que sobremodo exalta a memoria do agraciado.

Transcreve Taques na integra este papel, que se acha no cod. 40 da Bibliotheca Nacional, f. 793).

"Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, etc. quanto tenho encarregado ao Capitão Fernão D as Paes o



descobrimto das Minas da prata, e Esmeraldas a que ora está para partir, para a Capitania de São Vicente e sendo a importancia deste negocio de tanta ponderação, e de tão grandes conveniencias para o serviço de Sua Alteza, augmento de Sua Real Fazenda e conservação deste Estado; convem que para melhor poder obrar nelle vá com posto, auctoridade e poder, que melhor faça conservar a obediencia de todas as pessoas que o acompanharem; respeitando Eu as qualidades que na sua concorrem; esperando del'e que em tudo o que tocar as suas obrigações e as disposições do fim a que o envio, se haverá muito conforme a confiança que faço de seu merecimento. Hei por bem de o eleger, e nomear (como em virtude da presente faço) Governador de toda a gente que tiver mandado adiante para o dito descobrimto, levar consigo, ou for depois a encorporar-se com elle, assim de guerra, como de outra qualquer condição, e com este posto usará da insignia que lhe toca, e gosará de todas as honras, graças, franquezas, privilegios, preeminencias, isenções e liberdades que lhe tocam, podem, e devem tocar aos que neste Estado tiveram semelhantes postos aliás occupações. Pelo que o hei por mettido de posse, dando juramento nas mãos do Capitão-Mór da dita Capitania e ordeno ao mesmo Capitão-Mór e aos de outros (sic) quaesquer por onde for, e aos Officiaes Maiores, e menores das Milicias, Fazenda e Justiça de las, Camaras de quaesquer Villas daquellas Capitaniás, e em particular a de São Vicente e São Paulo, e mais pessoas de todas e las, o hajam, honrem, estimem e reputem por tal Governador da dita gente, e mando aos Officiaes Maiores e Capitães que da dita gente que o acompanharem, tiver ido, ou se for encorporar com ella, façam o mesmo, e o obedeçam, cumpram e guardem todas suas ordens de palavra, ou por escripto, tão pontual e inteiramente como devem, e são obrigados, Para firmeza do que lhe mandei passar a presente sob meu signal, o sello de minhas armas, a qual se registrara nos livros da Secretaria do Estado, e nos das Camaras das referidas Villas de São Vicente, e de São Paulo, Antonio Garcia a fez nesta Cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos, em os trinta dias do mez de Outubro, Anno de mil seis centos setenta e dous. Bernardo Vieira Ravasco a fiz escrever. Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça."

De accordo com os termos desta patente prestou Fernão Dias Paes juramento de "governador de toda a gente de guerra e outra qualquer que tiver ido ao descobrimento das minas de prata e esmeraldas", a 2 de fevereiro de 1673, em Santos, perante o capitão mór Agostinho de Figueiredo.

## CAPITULO XI

*Preparativos para a jornada esmeraldina. — Partida da expedição. — Promessas regias e mais promessas.*

Nomeado a 17 de janeiro de 1664, capitão mór de S. Vicente pelo Marquez de Cascaes e reconduzido a 19 de junho de 1671 por tres annos, foi Agostinho de Figueiredo dos mais sollicitos em tentar o descobrimento de minas na região de Paranaguá, como se lê nos termos de 7 e 9 de abril de 1674 onde seu nome surge ao lado dos de Fr. João de Guarniza (sic), Roque Dias Pereira, Manuel de Lemos Conde, Manuel Velloso da Costa, Antonio Nunes Pinto com quem escreveu ao Governador Geral Visconde de Barbacena e ao Rei, dando-lhes conta de tal trabalho (cf. A. M. e U., 1909, 1150-1151, 1846, 1847, 1853, 1856, 1858-1860, 1865, 1867, 1868).

A elle recommendava, com a maior instancia, o visconde Barbacena, auxiliasse a Fernão Dias supprndo-o com mil cruzados, além dos 170 mil reis com que o bandeirante soccorera a Bayão e Arzão para a sua jornada á Bahia.

“Porquanto o Capitão Fernão Dias Paes a que ora tenho encarregado o descobrimento das minas de prata e esmera das, me enviou a representar que eram grandes os gastos do empenho que fazia para aquella jornada pedindo-me lhe mandasse assistir com mil cruzados tendo eu consideração ao grande serviço que vae fazer a Sua Alteza e a importancia daquelle descobrimento. O Provedor-mór da Fazenda Real deste Es-

tado mande passar papel em forma para o Thesoureiro, ou recebedor dos donativos do dote e paz, pertencentes á Capitania de São Vicente e ás mais do Sul, entregar logo com effeito de qualquer dinheiro tocante a seu recebimento 400\$000 ao dito Capitão Fernão Dias Paes.”

Mas a generosidade regia se exercia de modo singular! Se se mallograsse a empreza seria o sertanista obrigado a uma reposição. O Estado só podia ser socio de emprezas felizes! Assim a entrega dos mil cruzados era “com declaração que, sendo caso que não consiga o dito descobrimento ficará obrigado por sua pessoa e fazenda á satisfação dos ditos 400\$000 e com recibo seu se levarão em conta ao dito Thesoureiro que os despender nas que der de seu recebimento.” (cf. Docs. Hist., VIII, 120).

Como se vê tambem contribuia a Fazenda Real para as despesas da jornada. Tambem si o não fizesse, em obra de tal magnitude!

O interessante é que estes quinhentos e setenta mil reis da quota promettida pelo Governo Geral ao bandeirante minguaram immenso; acabaram por ficar em 215\$000; total por elle recebido conforme a solenne attestação da Camara de S. Paulo a 6 de dezembro de 1681 (A. M. e U., 2460), e isto mesmo era emprestimo que devia ser reposto “pera o pagar, não tendo o effeito o descobrimento das esmeraldas.”

Em relação a Bayão e Arzão, por equidade, certamente se usava da mesma politica.

“O Provedor-mór da Fazenda Real deste Estado mande passar papel em forma, para o Thesoureiro ou recebedor do donativo do dote e paz da Capitania de São Vicente entregar logo, do dinheiro que tiver do mesmo donativo ao dito Fernão Dias Paes os cento e setenta mil reis daquelle emprestimo sem duvida alguma. E chegando os ditos Estevão Ribeiro e Braz Roiz da Conquista os cobrará com effeito de ambos, e se carregarão ao Thesoureiro do mesmo donativo desta cidade”. (cf. Docs. Hist., VIII, 122).

Em principios de agosto de 1672, a 8, escreve Ellis (cf. *O Recuo de Meridiano*, 197):

“Já se faziam sentir em São Paulo os prodromos da grandiosa expedição de Fernão Dias a mais memorave! da época.”

Ao plenario da Camara concorreu Manoel de Brito No-

gueira apresentando uma carta do Conselho Ultramarino a ser informada pe'os officiaes paulistanos (cf. *Actas*, VI, 283).

Redigia o escrivão municipal:

“Apareço em camera Manoel de Brito no.rra e apresentou hua carta do secretario do conselho ultramarino, em que encommendava que este senado q pellas noticias que a sua alteza q deos g.de lhe forão dadas sobre averem nos certos do districto desta terra minas de prata e ouro de fundição, e esmeraldas o que o encommendou o dito snor. ao secretario do seu conselho, ultramarino, nos escrevesse, e lhe dessemos noticia sobre a dita materia, da certeza que nella avia, e como a noticia desas cousas não nos foi manifesta, nem por pessoa algua, sómente ditos, de alguas pessoas que ouvirão a homens antigos averem minas de prata em sabarabuçu o que se não tem averiguado nem averiguou athe o prezente.”

Apontava a Camara como o melhor informante Fernão Dias Paes a quem mandou chamar. Viesse explicar o que sabia “sobre o descobrimento das ditas minas que o tinha por certo ou era aventura de experiencia, e pello dito capitão foi dito que elle hia aventurar pelas informaçõs dos antigos, e que se reportava ao que tinha escripto ao governador deste estado sobre as minas de prata e esmeraldas, com hua relação pera que o dito guovernador geral do estado affonso furtado de castro do Rio de mendonça emviasse a sua alteza e que ficava aviando-se pera março proximo que vem seguir o dito descobrimento a sua custa, por fazer este serviço a sua alteza.”

Os reparos que Ellis, a tal proposito, e a transcrever este documento, fez a Basilio de Magalhães, a quem aponta um engano, não tem razão de ser.

Nem foi Azevedo Marques quem induziu o douto bandeirologo mineiro em erro.

Enganou-se. el e proprio por distracção, copiando Fernando de Camargo por Francisco de Camargo. Nem Basilio se refere a uma acta da Camara 8 de agosto de 1672 e sim a uma incumbencia do concelho paulitano, a que se reporta Taques positivamente (*Informação*, p. 30 da edição do Instituto Brasileiro).

Já aliás tratamos do caso.

E' evidente que Basilio de Magalhães não se refere ás *Actas* como pensa o seu brilhante reparador.

Continua este com contribuição inédita para o estudo da grande jornada esmeraldina (cf. ob. cit. 199).

“De todos são conhecidos os detalhes da formidável empresa, levada a cabo por Fernão Dias Paes. Pouquíssimas, porém, são as referencias nos documentos a ella feitas. Encontramos, nos *Invents. e tests.*, vol. XVII, 318), que Fernão levou em sua companhia seu sobrinho e curatelado, Francisco Dias da Silva, que foi chefiando “quatro negros (indios) e um rapaz a saber: Sebastião Carijó, Manuel e José, e outro que não sabe qual será e Jeronymo as quaes peças...”

Foi este o sobrinho de Fernão Dias que depois passou a assignar-se Francisco Ribeiro, como diz Silva Leme (*Geneal. Paul.*, vol. II, 129, nota). Enganou-se, porém, Silva Leme, ao affirmar que este sobrinho do governador da tropa levava grande sequito de administrados armados, pois, como se vê do texto acima, só o acompanhavam cinco pessoas. Feu de Carvalho, o erudito pesquisador mineiro, affirma ter Balthazar da Costa Veiga feito parte da bandeira de Fernão Dias. Deveria ter partido, porém, depois de 1675, para, já em Minas, a ella se aggregar, visto como o encontramos em S. Paulo, em agosto de 1675, discutindo o testamento de sua mãe, Maria da Cunha (*Invent. e tests.*, vol. XVII, 500).”

Um dos grandes recursos do tempo para a recruta dos sertanistas ea o perdão aos homisiados.

Concedera-o Barbacena a Fernão Dias para a sua grande jornada

Queixou-se o bandeirante de que um dos amnistiados, a quem arrolara, não só se comportava pessimamente como via a aliciar outros sertanistas afim de os fazer desertar.

Furioso, ordenou o governador geral ao ouvidor da Capitania de São Vicente (*Docs. VI*, pag. 245) que o prendesse pelo desserviço que pretendia fazer a sua alteza (II de julho de 1673).

Entrementes, a Camara de São Paulo procurava de todos os modos auxiliar o cabo da tropa.

A 27 de abril seguinte o procurador do conselho Estevam Porto pedia “que se dece em todo e por todo comprimento ás ordens do senhor governador fernão dias paes sobre as minas de prata e esmeraldas.”

Cada vez mais solícito em acenar a Fernão com as infalíveis recompensas, escrevia-lhe Barbacena a 9 de julho de 1673. (Docs. Hists., VI, 259).

“Recebi a carta de v. m. escripta em 9 de abril deste anno; e segundo a grande disposição e ze’o com que v. m. obra nessa empresa do descobrimento da prata e pedraria que me diz: e a brevidade com que se punha a caminho espero que ainda nesta monção me dê conta com as amostras da felicidade que ha tido.

Muito particularmente hei de significar a S. A. o grande merecimento de v. m. e a grande despesa e trabalho com que têm tomado neste negocio entre mãos, sendo elle de tanta importancia e ha tantos annos intentado; para que v. m. tenha o premio de ser quem o consiga e na verdade se pode v. m. segurar, que ha de ser grande.

E no aviso que agora estou para fazer a S. A. na frota, lhe representarei tambem o que v. m. me escreve acerca das pedras que desappareceram, remettendo-m’as v. m. e das que por outras vias se tiverem mandado á Côrte, por industria das pessoas que v. m. tinha mandado plantar os mantimentos, para que fique S. A. entendendo que só a v. m. se deve o descobrimento dellas.

Assim como v. m. descer a essa villa com as amostras de tudo o que descobrir, que supponho ser de muita consideração, frete v. m. logo uma embarcação e m’as remetta, entregando-as a pessoa de confiança que as traga deixando recibo das que são na mão de v. m. e firmando outro que v. m. remetta com ellas, o qual v. m. firmará tambem: que eu mandarei aqui pagar o frete pontualissimamente.

E ao capitão mór ordeno tome para esse effeito qualquer embarcação e o faça despachar sem perder instante.

E v. m. me dê conta muito por menor do descobrimento que fez com todas as circumstancias necessarias, e que já lhe tenho escripto ao Ouvidor dessa d’igo para de tudo dar muito especificada conta a S. A. Ao Ouvidor dessa Capitania mando ordem para inquirir, por não ser caso de devassa dos que furtaram as pedras e m’os remettá presos se as não entregarem.”

Em “post scriptum” ainda reiterava o Governador Geral:  
“Certifique-se V. M. que lhe hei de alcançar grandes mer-

cês e honras.

O que convem é ter effeito este negocio e porque no aviso que V. M. me mandar não haja dilação, será conveniente por pessoa segura o remetta V. M. logo ao Capitão-mór para que frete embarcação para m'o mandar com as pedras que vieram em forma, que se não possa entender o que se manda porque esperar a chegada de V. M. para V. M. despachar o aviso servirá de grande dilação.

Espero dar a V. M. o parabem das mercês que lhe ha de este serviço de adquirir, e que lhe hei de solicitar com todo o empenho".

Sabedor das passadas do bandeirante, apressara-se o Principe Regente em escrever-lhe incitando-o vivamente a que se internasse no sertão.

Duas vezes mais desabou, em 1674, sobre Fernão Dias Paes a "incomparavel honra" do recebimento de cartas do proprio punho soberano.

Na de 20 de fevereiro de 1674 dizia-lhe o futuro D. Pedro II: recebêra sua carta de 12 de agosto de 1672 em que "lhe era presente o seu grande serviço". "Quererá Deus que por vosso meio se effectue o descobrimento das minas para melhoramento desta corôa e suas conquistas", augurava-lhe o Principe Regente ao declarar saber que para tal fim fizera o bandeirante despesa consideravel em preparar gente. "O que me pareceu agradecer-vos" dignou-se S. Alteza affirmar fazendo logo a restricção de que quando "tivesse effeito o que se desejava neste negocio poderia Fernão Dias esperar da real munificencia toda a mercê e accrescentamento" e assim tambem os seus companheiros de jornada.

Nada de muito compromisso, pensava a prudente sensatez régia. Já o sertanista partira quando lhe chegou tal carta, dez mezes depois, a 30 de novembro, reforçada por outra.

No proprio dia em que abalou de S. Paulo escrevera Fernão Dias Paes ao Governador Geral do Brasil notificando-lhe a partida e este remettera, jub'loso o documento ao soberano. Entendera D. Pedro estimular o illustre vassallo e assim apenas de posse de suas cartas mandou que lhe dirigissem umas tantas phrases de incitamento.

"Muito vos agradeço o zelo que tendes de meu serviço e espero que com a vossa diligencia se obre o que tanto se de-



seja e fico com lembrança para que assim a vós como aos que vos acompanham mande fazer as mercês que merecem por tal serviço tendo consideração ao que representastes ao governador na vossa carta e ao empenho com que fazeis essa jornada de que me dareis conta do successo della para com effeito vos mandar deferir como houver por bem."

Promessas, bellas promessas! E nada mais...

## CAPITULO XII

*Os dispendios de Fernão Dias na organização da bandeira. — Documento revelado por P. Prado. — Cartas do Governador Geral ao sertanista.*

Estava organizada a grande expedição esmeraldina. Immenso despendera o seu propulsor. Mais de seis mil cruzados, declarou a Camara de São Paulo (A. M. e U., 2.460) o que hoje se traduziria por uns quatrocentos contos seguramente. Seis ou sete, entendia a Camara de Parnahyba (A. M. e U., 2.462).

Ao partir para o sertão, afim de angariar elementos dispuzera de todo o seu gado, certificava o padre Domingos Dias, reitor do Collegio jesuitico de São Paulo, a 18 de novembro de 1681. "Ouvi dizer a pessoas muito fidedignas e totalmente desinteressadas que vendeu o ouro e a prata do uso de sua casa que hera grande, com que a deixou em miseravel estado de pobreza, havendo-se creado em grande larguesa e opulencia" (A. M. e U., 2.466).

Houvera-se com a maior nobreza para a recruta dos indios. Basta dizer, explicava a Camara de S. Paulo, que, armado de uma autorização em regra do Governo Geral, para que os indios o "acompanhassem nessa funcção" a nenhum "dos das aldeias de Sua Alteza deixara de dar oito mil reis."

A Camara de Parnahyba ajuntou a este depoimento outro de grande relevancia: "vendo a impossibilidade de alguns ho-

mens, que o queriam acompanhar, lhes dera todo o necessario de sua propria fazenda e indios alugados a sua custa."

Outra particularidade notavel é a que relata o Padre Reitor Domingos Dias (A. M. e U., 2466).

Como estivesse Maria Garcia Rodrigues Betim então gravemente enferma, pedira ao marido que "dilatasse para mais tarde a jornada, ao que Fernão Dias peremptorio respondera "ainda que a deixasse á Santa Uncção logo havia de partir." "E assim partira".

Parecia obsecado pela empreza da descoberta, absolutamente allucinado, por esta ideia do e'dorado a descobrir.

Dando um attestado a seu filho Garcia, referiu D. Rodrigo de Castel Blanco (A. M. e U., 2457) algumas particularidades curiosas que de Fernão Dias ouvira: Quando algum procurava contrariar-lhe os planos de preparativos para a viagem "desia que estava loco pues gastaba los años y el caudal de sus ijos y muger, en locuras que no abian de tener fin." E de ninguem absolutamente queria auxilios " a este serbisio en cosa alguna."

A 21 de julho de 1674 partiu Fernão Dias Paes de S. Paulo. Tinha 66 annos de idade. Do sertão não deveria voltar.

A' sua frente fizera marchar Bartholomeu da Cunha Gago, conta uma certidão da Camara de Taubaté (C. Rev. da Arch. Publ. Min. XX, 172).

Taques enganou-se redondamenté duas vezes fixando tal partida em 1673 (Rev. Inst. Bras., 35, 2, 112 e *ibid* 33, 2, 147). Deixou Calogeras este ponto bem frisado.

Mas o documento capital sobre este particular desvendou-o Paulo Prado em sua *Paulistica* (p. 121 et pass).

"Num maço de documentos copiados no Archivo de Marinha em Lisboa, encontra-se uma carta do proprio punho de Fernão Dias, dirigida a Bernardo Vieira Ravasco, escripta numa sexta-feira, 20 de julho de 1674, vespera da sua partida para a grande jornada de que não voltou. E' a essa carta sem duvida que respondeu o principe d. Pedro em 30 de novembro do mesmo anno, resposta publicada por Pedro Taques Diz a copia do documento archivado sob o numero 1684:

"Senhor: — Nam fis aviso a Vossa Senhoria de nam poder partir o anno passado por falta de embarcação e tambem pela reprehenção que tive na carta ultima que me mandou até

a ora de minha partida que amanhã a sabado vinte e hum de julho de seiscentos e sententa e quatro com quarenta homens brancos, afora eu, e meu filho, e subditos meus brancos, e tenho quatro tropas só de mossos meus com toda a carga de mais importancia no serrô aonde está o capitam Mathias Cardoso, esperado por my, o qual me mandou pedir gente escoteyra com pólvora, e chumbo, que me foy outra vez forçoso refazer para levar para my.

Vossa Senhoria deve considerar que este descobrimento, he o de mayor consideração em rasam do muyto rendimento, e tambem esmeraldas, e diversa pedraria como sempre se disse, e foy já descoberto, e avendo eu de avizar com ajuda de Deus que o descobryssem ter todo deserto, povoado de gente assistente para que Sua Alteza o mande ver, e examinar, para que sem gasto nem dillação, havendo muyto que comer, e bastante creação que se faça com toda a facilidade que o ir e vir facil cousa fora aos homens de Sam Paulo, e difficuloso ao depois e somente se examinaram os serros, e ficará o mais por descobrir; e em chegando farey aviso a Vossa Senhoria do que ha; eu tive carta de Sua Alteza, que foy servido mandar agradecer o meu zello, e nell'a me dis, que por via de Vossa Senhoria me manda outra via; nam lhe encaresso os contrastes que tive para effectuar esta jornada; por não cançar nesta occasiam lhe vay a Vossa Senhoria as amostras de prata com a pedra della de Pernaguá que tambem foy já descuberta, haverá vinte e tantos anos, ou os que na verdade se achar; por Agostinho de Figueiredo mandado por Vossa Senhoria num arratel dessa prata veyo a meu poder da qual fis ensaio, e tirey trinta reis de prata do dinheiro antigo, que sam hoje tres vintens e tres ligas de ouro, e já se dis que em Iguape se descobriu tambem o que for soará, o secretario (?) me dis que está D. Rodrigo de Castello Branco em Itabanhana, examinando o serro, e quantidade de pedra, e disposições de seu contorno. por mandado de Sua Alteza, que Deus guarde com que vou muito animado considerando que lá e cá ha prata, e que eu a devo achar com maior estimação com que estavam todos os haveres reservados para o Principe Nosso Senhor, e tambem para o Governo de Vossa Senhoria, que Deus guarde com grandes felicidades; era acima de seiscentos e setenta e quatro annos. — Fernam Dias Paes.”

A mais importante informação que fornece a carta supra é que aos poucos partira a bandeira de Fernão Dias. No Sumidouro, já se installára Mathias Cardoso, que fôra adiante para estabelecer feitorias e que desde 13 de março de 1673, tinha sido nomeado capitão-mór e ajudante do governador. A' espera deste e com Mathias Cardoso estavam tambem quatro tropas "com toda a carga de mais importancia".

Nos quarenta homens brancos "afóra eu e meu filho" que partiram com Fernão Paes não ha referencias a seu genro Manuel da Borba Gato e aos sertanistas conhecidos que o acompanharam, como Antonio Gonçalves Figueira, Antonio do Prado Cunha, Francisco Pires Ribeiro, Talvez tivessem seguido antes com o capitão Mathias Cardoso. Outro ponto que bem friza a carta é que o velho paulista não era o sonhador de riquezas fabulosas, o "caçador de esmeraldas", que a lenda creou; vemol-o, ao contrario, frio organizador de uma empresa difficil, a que o animavam a lealdade e devoção ao seu rei. Cuidava não só das pedras preciosas do Sabarábuçú mas tambem da prata de Paranaguá e de Iguape, e partia consolado com a idéa "que lá e cá ha prata".

"Conhecia tambem a partida do administrador d. Rodrigo Castel Blanco em visita as minas de Itabaiana, com quem mais tarde sempre esteve em comunicação".

"Tanto trabalho e esforço, tanta energia despendida, não tiveram a recompensa que esperavam os Paulistas".

Não havia, talvez, em todo o Brasil, quem se mostrasse tão açodado pela ancia de boas noticias da grande jornada esmeraldina quanto o Visconde de Barbacena, já o deixámos frisado.

A 28 de novembro de 1674 rejubilava, agradecendo, por escripto, a Agostinho de Figueiredo a boa nova de que as minas de Paranaguá eram ferteis "e as duas barretas de prata, revelavam a sua fineza. (Docs. Hist., VI, 282).

Fizera-se porém a analyse das pedras de amostra "negriho, paco, ou cascas de ... (?) e de ambos se não tivera senão um metal que parecia *tambaca*". Diz Candido de Figueiredo que tal nome de etymo malaio, empregado por Bernardes, em *Luz e calor*, significa "metal composto de cobre e zinco" e tambem: "Mistura fundida de ouro e prata" prova de quanto o dicionarista, frequentemente mau definidor dos

verbetes scientificos escreveu mal dizendo "metal" em lugar de liga metallica."

Attribuia o Governador Geral este resultado á falta de capacidade dos ourives. Ouvira de Fernão Dias Paes que de uma libra de pedra de Paranaguá extrahira "trinta reis de prata de valor ant'go". Neste mesmo dia dirigindo-se ao Provedor da Fazenda Real em S. Vicente, Cypriano Tavares, pedia-lhe o Visconde:

"Advirta V. M. que se até o tempo que estiver para partir (a embarcação de Santos para a Bahia) não tiver chegado aviso de Fernão Dias Paes, se não detenha por elle, salvo no caso em que se souber com certeza que vem cartas suas e que poderão chegar a essa Villa até dentro em oito dias; porque sendo assim de nenhuma maneira convem que parta sem trazer as cartas de Fernão Dias Paes, como tão importantes ao serviço de S. A. ainda que a embarcação faça além dos oito qualquer demora de outros dias (Docs. Hist., VI, 291).

A 19 de março de 1675 escrevia Barbacena longa e extensa carta a Fernão Dias (Docs. Hist., XI, 3 et pass), cheia de intenções affectuosas, confidenciaes, relato de esperanças, tudo isto diluido num *mare magnum* de elogios e de aceno de promessas, a começar pelas linhas iniciais:

"Por differentes duplicados tenho dado conta a Sua Alteza do grande serviço que Vossa Mercê lhe hia fazer no descobrimento da prata de Sabarabuçú e serra das Esmeraldas, significando-lhe o muito cabedal e o muito zelo com que V. Mercê se empenhava nessa empreza."

Reforçando o allegado narrava o Governador Geral os tormentos por que passara o filho.

"E ultimam.te o fiz por meu filho Joam Furtado de M.ça, que mandey a Corte com o p.ro aviso do descobrimento das minas de Pernaguá, remetendo por suas mãos as mesmas cartas originaes que V. M. me havia escripto e encomendando-lhe particularm.te quanto havia de representar a S. A. o m.º que VM. lhe estava merecendo.

Chegou meu filho, havendo escapado de varios navios de Turcos, mas naufragando miseravelm.te o em que hia na Costa em hum banco de area perseguido de outro (a q. nam t'nha mais defesa q. as vellas) em toda a noite, com ser tempestuosa, morrendo a mayor parte e sendo elle o ultimo q. por

nam saber nadar se lançou ao mar, depois de desfeito o navio se salvou, com evidentissimo milagre por todas as circumstancias q. concorrerão para elle de q. dou infinitas graças a N. S."

Levava João Furtado de Mendonça as amostras dos mineraes de Itabaiana a que alludimos (cf. T. V. desta obra, p. 333). Jubilosamente dava o Visconde de Barbacena aviso de que Sua Alteza o Regente se interessava muito pelo bom exito de sua empreza. Grandes mercês rcompensariam os seus bons resultados.

"Perderam-se as cartas, amostras da prata e todos os papeis q. levava. Informou a S. A. do negocio a q. hia, e as ... q. elle lhe representou como pelo que eu lhe escrevy na segunda via do aviso q. chegou a salvamento, se servio S. A. responderme que no tocante a V. M., lhe mandava escrever, para que sendo asseito o seu descobrimento lhe difiriria e aos q. o acompanham com as mercês q. houvesse por bem.

Com esta remeto a VM. a carta de S. A. e deue VM. esperar de sua Grandesa, q. ham de ser as honras q. está merecendo, muito conforme ao successo q. as minas tiverem. He a fortuna dellas tam grande para o Rno. q. a sua mesma felicidade está fazendo incredulos os mesmos q. a desejam, e muito mais no tempo presente em que as ca'amidades do Rno. são mayores."

Explicava depois o missivista as providencias que tomara para tirar a limpo a evidencia do apregoado valor dos minerios de Paranaguá. Esperava amostras e queria que o proprio D. Rodrigo as examinasse em sua presença.

"Porisso indo as evidencias da prata de Parnaguá, foram varias as duvidas q. houve da Corte, e S. A. se servio tomar por expediente esperar segundo aviso meu com a certesa de novas experiencias, e exames que manda se façam em Paranaguá por huãs instrucções q. ordenou fizesse D. Rodrigo de castello branco, que a este Estado veio por Administrador g.l das minas de Itabanhana; pois sem se ver pro. se sam permanentes aquellas, e a conta q. nellas pode ter a faz.da R.l se sam permanentes aquellas, e a conta q. ne'las pode ter a faz.da R.l se nam devia fazer o empenho do cabedal q. he necessario para o beneficio da prata, e fortificação dos portos q. se devem segurar. Agora mando as instrucções, e ordem q. me

venham com summa breuid.de as amostras das pedras das betas q. por ellas se descobrirem, e prata que resultar de seus ensayos, que tambem aquy os quero mandar fazer em minha presença pelo mesmo D. R. sem embargo de estar cada hora esperando pelos segundos exames q. em Nov.ro passado ordeney ao Administrador g.l Agosto de Fig.do fizesse; para q. lhe enviey huã arroba de azougue, e hum Engen.ro para reconhecer aquelles portos e se nam perder tempo nas pervenções de tudo aqui'lo q. era possivel estar feito naquellas capitánias antes q. me chegasse resolução de S. A.

Isto hê o q. posso dizer a VM no que toca as minas de Pernaguá e sendo os desejos que tenho de me chegarem as amostras da prata daquellas minas pelos segundos exames q. mandey fazer agora mayores com as desconfianças q. na Corte se tem de sua certesa."

Muito maior confiança lhe inspiravam as passadas do seu illustre correspondente. Assim esperava com a maior ancia a chegada de um emissario que devia ser o genro do sertanista.

"Seguro a VM q. ainda he mayor o cuidado com q. estou na esperança da prata de Sabarabuçú, cuja infabilidade nam duvido; antes por crer tanto a certeza do q. VM me escreve me molesta só a tardança do effeito. O Secret.rio de Estado me mostrou a carta em q. VM lhe disse q. em Feu.ro proximo passado mandava VM seu genro a esta prasa. Claro está que nam ha de ser senam a trazerme as amostras da prata, e esmeraldas q. supponho haver VM descoberto."

Tal a impaciencia que o fazia dizer:

"E assy creyo q. p.ro e'le chegará a verme, do que esta carta as mãos de VM. Traga o Deus com bem, q. por todos os respeitos, hey de fazer muita estimação de sua pessoa. E será notavel circumstancia de gosto para my se vier antes q. estes navios partam para q. a evidencia da prata de Sabarabuçú, sejo o mais . . . desengano da importancia das minas do Brasil no mesmo tempo q. as da Itabayana se desvaneceram, e parara (ha aqui uma lacuna do texto, dilacerado) de principio deram a D. Rodrigo que nesta praça fica já retirado.

Quería o Visconde com a maior presteza enviar as amostras de Fernão Dias á Corte. Quanto mais rapidamente viessem mais em compensação se avantajariam as recompensas re-gias.



“O empenho q. VM fes em ir a seu descobrimento e tudo o q. eu já a VM tenho escripto as amostras, que elle (o genro de Fernão Dias), me trouxesse, enuiandose logo a Sua Alteza mas serviriam p.a apressar as m.tas q. VM meresse, e q. so pendem de ter effeito essa prata.”

Curiosa mentalidade! O Principe Regente só recompensava o exito. As tentativas, para este resultado, nada podiam merecer, por mais penosas, por mais ingentes que fossem.

Tão soffrego se mostrava Barbacena que até despachara proprios, ao encontro de bandeiras paulistas, vagando no sertão a ver se elles lhe poderiam trazer noticias de Fernão e suas descobertas e até mesmo as suspiradas amostras.

“O que tudo supposto sendo caso q. VM não tenha enviado ainda seu Genro nem as amostras da prata por mar, ou por terra, na forma q. tenho escrito a VM em todas as occasiões q. se ofereceram de embarcações p.a S. V.te e por via dos paulistas q. andavam no certam desta Capitania (de q. com esta remeto a VM á copia) VM tanto q. receber esta me remeta por todos os meynos povos as amostras da prata, e a das pedras da mesma beta, de que ella se tiver fundido, com papel autentico, em q. VM declare com toda especificação e meudesa, altura em q. fica a mina, q. praea do mar (sic) ficará della menos distante, para q. rumo correm as betas q. ensayos q. quantidade de pedra he a q. se beneficiou, digo correm as betas que qualidade he a da serra, e a grandeza della, a forma em q. se fizeram os ensayos, q. quantidade de pedra he a q. se beneficiou, e q. peso de prata resultou della; o qual papel firmará VM com os off.es de guerra e mais pessoas q. se acharem presentes ao tal beneficio da prata; para q. com toda esta certeza e evidencia possa eu dar conta a S. A: e se desenganem os Ministros q. as minas de Sabarabuçu q. VM, digo não sam como as da Itabanhana. E para q. se segurem mais de q. a prata de Sabarabuçu q. VM me envia, nampára em manto, ou creação, como succedeu com a q. prometia D. Rodrigo penetrará VM as betas infaluelm.te até sete estados; porq. continuando a prata de sete estados para baixo, he segura a mina.”

Ingenuamente pensava o Governador Geral que o bandeirante tivesse recursos de analysts e material apropriado para realizar ensaios positivos. Pittorescamente accrescentava, a tra-

tar do caso capital dos rendimentos provaveis auferiveis pela Real Fazenda.

“E pelo rendimento q. resultar dos ensayos se regulará a conta q. a fazenda Real pode ter no beneficio dessas minas. Que tudo isto he necessario mostrar antecipadamente a Sua Alteza para se evitarem as desconfianças da prata dessa Serra, sendo tam grandes as que vamos ter da de pernaguá; e venham duas ou tres vias do papel autentico, para irem originalmente nas cartas em q. hei de dar conta a S. A. da boa fortuna q. VM ha tido, e da q. o Reino por meyo de VM ha de ter. E se todavia VM já me tiver mandado as amostras (como creyo) nem porisso VM deixe de me remeter este papel com segundas amostras q. serão ainda melhores, por se haver profundado mais a beta e se ficar segurando assy se é mina Real e não criação ou manto.”

Em longo post-scriptum mandava o Governador Geral informações e instrucções scientificas ao sertanista. Quão ingenuas são e quanto reflectem o atrace do tempo em materia de mineração e docimasia, naquelles tempos em que ainda não nascera a Chimica e vivia-se ainda nos dominios da Alchimia, precursora da era titubeante do phlogistico.

“Para Agostinho de Figdo. fazer consumadam.te o exame daquellas minas (de Paranaguá) lhe ordeney, quando mandey o Engenheiro q. abrindo a caixa da melhor beta q. parecesse a Fr. Joam de Granica, cavando a p.ra braça, ou estado, fizesse ensayo da quantidade de pedra q. lhe parecesse e viesse a prata q. della resultava, e separando da mesma pedra em que fizesse o tal exame a porção q. lhe parecesse, a puzesse em hum saco ou envoltorio, e dentro ne'le metesse tambem a amostra da prata q. do dito ensayo tivesse resultado, e no saco puzesse n.º 1.º e cavando a segunda braça ou estado, fizesse na pedra q. achasse na dita beta segundo ensayo e separasse della segunda porção de pedras q. metesse com a amostra da prata q. resultasse do dito segundo ensayo em outro saco, e nelle puzesse n.º 2.º, e cavando successivam.te a beta, até sete estados, ou braças, guardasse, em cada estado, o mesmo estillo, separando de cada hum delles a porçam de pedras e mettendoas com a amostra da prata que de cada hum resultase em seu saco particu'lar, e q. fosse pondo os numeros até o 7.º. E me mandasse rellação da forma em q. fizera os mesmos exa-

mes; para eu conhecer distintamente das pedras, e prata que viesse em cada sacco, fazendose aquy tambem o ensayo dellas em minha presença com a mesma distincção: a importancia, e conta da prata de cada estado, e dar com toda esta claresa mais especificada e individual informação a S. A. das minas de Parnaguá, e prata dellas. Agora lhe ordeno que na mesma faça as experiencias e ensayos pela instrucção de D. Rodrigo. E porque para mais evidencia dessas minas de Sabarabuçu convem q. na propria forma se penetrem as caixas, e me venham, por seus numeros, as pedras, e a prata q. resultar, de cada estado, e a VM seja presente a instrucção do mesmo D. Rodrigo lhe remeto com esta huã copia della firmada pelo Secretario do Estado. E sem VM. se afastar cousa alguma na observancia de suas disposições elleja a beta, e examine a cada estado a pedra q. achar na caixa della separe a porção de pedra que parecer, e meta com a prata q. della resultar em hum sacco a que ponha n.º 1.º e successivamente fará o mesmo em todos os estados q. for cauando até o 7.º pa. q. venham os sacos até o mesmo n.º e eu possa ter a mesma certesa da forma em q. se examinou a mina, e a conta q. tem a prata della, e de tudo a dê a S. A. sem os ministros poderem ficar tendo o menor escrupulo.”

Mas acima de tudo o que era preciso vinha a ser a rapidez dos informes:

“Muito encarrego e encomendo isto a VM, e sobretudo a brevidade, que eu ordeno ao Prouedor da fazenda de S. Vicente, Cypriano Tavares, que tanto q. chegarem frete logo, por conta da fazenda Real, hua embarcação para mas trazer. E se VM me puder mandar por terra segunda via das mesmas amostras o estimarey muito; para que por hua e outra me chegue esta noua, e este gosto q. tanto desejo, e VM me deve appressar pelo muyto q. lhe toca.”

Quando teria esta longa carta chegado ás mãos de Fernão Dias Paes é que é difficil calcular. Talvez em meados de 1675, passado um anno da partida do bandeirante para o sertão.

E como funcçionaria este correio official é cousa tambem de que não podemos ter a menor idéia. Qual o itinerario destas missivas? via Santos ou via o sertão bahiano?

Curioso seria poder acompanhal-a pela selva no seu enorme jornadaear.

### CAPITULO XIII

*Itinerarios attribuidos a Fernão Dias Paes. — Hypotheses de Derby, Calogeras e Basílio de Magalhães. — Informação de Borges de Barros. — O caminho provavel de Fernão Dias. — As principaes figuras da bandeira. — Mathias Cardoso, Garcia Rodrigues Paes e Manuel de Borba Gato.*

Procurou Derby identificar o itinerario da grande expedição. Aceita *in totum* o veridicto de Southey, que aliás se baseou num escripto de Pedro Dias Paes Leme, neto do grande sertanista e datado de 1757. (cf. Rev. Inst. de S. Paulo, V, 261).

“Para a manutenção da expedição e como provisão para a volta Fernão Dias estabeleceu postos, ou, pelo menos, plantou roças, em diversos pontos que vêm enumerados pelo historiador Southey, baseado num escripto de 1757 de Pedro Dias Paes Leme, neto do explorador.

Estes pontos são: Vituruna, Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Tucambira, Itamerendiba, Esmeraldas, Matto das Pedrarias e Serra Fria, e por elles é possível restaurar de modo relativamente satisfactorio o seu itinerario”.

Vituruna, entende Derby, é evidentemente o Ibituruna, no Rio das Mortes, perto da sua confluencia com o Rio Grande, logar onde Glimmer, no seu dizer, (cf. Rev. do Inst. de São Paulo 4, 340) encontrou grande aldeia de indios, os mesmos

que fraternizaram com os expedicionarios do hollandez. Esta hypothese é para nós de tanto peso como qualquer outra; achamos tal coincidência fragilima, dada a deficiencia dos informes do roteiro.

“Torna-se provavel, continua Derby, que até alli Fernão Dias seguisse o mesmo caminho de 1601, o qual depois, ao essencial, tornou-se a estrada geral de S. Paulo para as Minas”. Continuando a sua identificação admite o eminente geologo como provado que Glimmer tivesse como certo haver-se achado a caminho de S. Francisco quando tal não se deu.

Falando de dois rios que do Sul correm para o Norte, entre as serras *Sabaraassú*, declara o aventureiro que a seu ver eram elles as cabeceiras do S. Francisco (cf. Rev. do Inst. S. Paulo, 4, 336).

Entende o illustre cientista que provavelmente se tratava do espigão divisor das aguas do Pará e do Paraopeba. E talvez realmente tal haja sido a verdade.

Entendemos comtudo forçada a approximação entre os dois itinerarios, o de 1601 e o de 1673. Na sua ansia pela fixação toponymica chega Derby a não achar “de todo despropositada a hypothese de que a aldeia de Ibituruna haja sido a que os emissarios de Martim Affonso em 1531 tenham visitado”.

E’ dessa tendencia de espirito que procede o seu afan em procurar elementos toponymicos nos mappas europeus, extra lusitanos, ainda por cima, para a identificação seiscentista de pontos do centro do Brasil!

Julgamos muito mais racional a hypothese simplista que o segundo posto de Fernão Dias, o de Paraopeba, tambem chamado arraial de S. Pedro, Parahybipeba, Paraipeba, haja sido um ponto maginal do Paraopeba.

O Sumidouro, quer Derby que tenha sido no lugar deste nome, perto do Rio das Velhas, quiçá não muito longe do desaguadouro da Lagôa Santa.

Entende que Roça Grande é inidentificavel mas quanto a Tucambira “é de presumir muito que o caminho continuava para o norte fraldeando o grande paredão occidental da serra do Espinhaço, até enfrentar com este valle. A grande volta para o norte até Itacambira, para depois tornar ao Sul até Itamarandiba, provavelmente indica que se andou procurando

a antiga estrada dos Tupiniquins pela qual a expedição de 1553 tinha alcançado o Rio de S. Francisco cruzando a serra do Espinhaço.

Assim parece querer o eminente geologo que o itinerario sobremodo nebuloso quinhentista tenha visos de indiscutibilidade....

Os tres ultimos pontos assignalados por Pedro Dias Paes Leme não os localiza. Seria demais procural-o fazer com tão absoluta falta de elementos.

Para nós, repetimol-o, todos estes esforços são como que tentativas para um "puzzle" formidavelmente complicado e insolúvel dada a deficiencia enorme dos documentos até hoje conhecidos.

Acceita Calogeras quasi completamente a interpretação de Derby sobre o itinerario da grande bandeira esmeraldina (cf. *As minas do Brasil*, I, 403).

Acha possível porém que o Sumidouro talvez haja sido na actual quinta do Sumidouro, no Fidelis, districto do actual municipio de Santa Luzia do Rio das Velhas. E entende duvidosa qualquer influencia das recordações de viagem de Sebastião Fernandes Tourinho, que Derby advoga com empenho.

No mais pouco diverge o douto autor dos pontos de vista do illustre geologo norte-americano.

Observa ainda:

"Conta uma tradição que o dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos conservou ter estado o sertanista (Fernão Dias Paes) em *Anhonhecanhuva* por aquelle historiador erroneamente traduzida em *agua que não some* e identificado ao Sumidouro.

Parece mais razoavel suppôr ser este sitio o Tapanhoacanga de hoje, districto situado entre o Serro e a Conceição e pertencente ao primeiro desses municipios. Neste caso o roteiro da volta passava entre as duas cidades mineiras, á procura talvez do pouso da Roça Grande, fundado ao penetrarem os bandeirantes no sertão da Diamantina.

A traducção foi inexactamente attribuida por Calogeras a Vasconcellos.

Antes deste autor traçou Claudio Manuel no *Fundamen'o* historico do poema *Villa Rica* (cf. pag. 177, tomo 2 da ed.

de João Ribeiro): *Anhonhecanhuva* “que quer dizer agua que se some e entre nós tem o nome de *sumidor*”.

Escrevia Diogo de Vasconcellos no seculo XIX, em 1806, longos annos portanto depois de Claudio Manuel — morto em 1789 como todos sabem.

*Anhonhecanhuva* lê-se em J. J. da Rocha em 1784; (cf. Rev. do Arch. Publ. Mineiro, 2, 429) “o que quer dizer agua que se some e entre nós tem o nome de *Sumidouro*”.

Parece-nos positivo que tanto Vasconcellos quanto Rocha se abeberam em Claudio Manuel da Costa. E' flagrante até na memoria do segundo o plagio de paginas inteiras do poeta inconfidente, como já aliás deixámos notado.

Assim a traducção erronea de tão barbara palavra deve-se ao suicida (?) de 4 de julho de 1789 na Casa dos Contos de Villa Rica.

Convem em abono da verdade comtudo lembrar que esta palavra de tão barbara assonancia deve ter tido a maior generalisação. Não ha manuscripto antigo de Minas Geraes que a não graphe deste ou daquelle modo. Nem duplicata se encontra destes papeis velhos em que ella não surja tambem.

Haja vista a anonyma *Descripção Geographica, Historica e Politica da capitania das Minas Geraes*, que grapha *Anhonhe Canhuwú*.

Em concordancia com os autores citados entende Basilio de Magalhães que a grande bandeira seguiu a trilha de André de Leão, em 1601, até as cabeceiras do Rio das Velhas, differencando-se, comtudo, desta entrada num ponto capital, que foi o plantio de roças nos seus forçados e longos pousos (Vituruna, Paraopeba, Sumidouro do rio das Velhas, Roça Grande, Tucambira, Itamerendiba, Esmeraldas, Matto das Pedreiras e Serro-Frio), consoante com um escripto de um neto de Fernão Dias, reproduzido por Southey, fixando assim definitivamente as escalas da rota para os bandeirantes posteriores e afinal, iniciando o povoamento da região devassada”.

Acha ainda “que a grande leva paulista, sahindo das nascentes do rio das Velhas, e rumando para o norte, a busca da serra de Itacambira, e das cabeceiras do Itamarandiba, atravessou o valle do Jequitinhonha, subindo o affluente o Arasuahy, attingindo deste modo em arremetida extrema a lagôa de “Vapabuçu” e ao Serro do Frio”.

A estes pareceres conjecturaes queremos accrescentar uma novidade.

Uma informação de Borges de Barros, o erudito e tão operoso director do Archivo do Estado da Bahia e autor dos *Bandeirantes e Sertanistas bahianos*, faz alargar grandemente esta area de devassamento do enorme "raid" de Fernão Dias Paes. Segundo o historiador bahiano, esteve em 1675 o governador das esmeraldas em pleno territorio da Bahia, na serra do Sincorá.

Mas qual teria sido o trajecto da grande bandeira em area hoje paulista?

Parece-nos que Fernão Dias Paes não entrou em territorio hoje de Minas Geraes pela garganta do Embahú, como se deduzirá da aproximação tentada por Derby, á vista do documento provindo da Camara de Taubaté e tanto mais significativo quanto data de 21 de outubro de 1681 menos de meio anno, talvez, após á morte do sertanista. Feu de Carvalho o inseriu no tomo XX da *Revista do Archivo Publico Mineiro* (p. 173).

Por elle se divulgam duas novidades de vulto: a primeira é que em 1681 era corrente o nome de Rio das Velhas, dado ao Guaicuhy, e a segunda a declaração de que as bandeiras se internavam em busca das minas depois de passarem pela villa de Jacques Fel'x "que estava no caminho geral". Attestando os serviços do Governador de Esmeraldas declaravam os camaristas de Taubaté saberem das particularidades de seus feitos "por pessoas fidedignas que daquellas partes (do Sertão dos Cataguás) têm vindo para esta villa e passado para outras por ser este o caminho geral e a villa em que portam todos os que vêm das ditas minas".

Este depoimento parece-nos positivo a indicar que Fernão Dias Paes não tomou o rumo do territorio mineiro pelo valle do Parahyba. Si seguisse o "caminho geral" e tivesse "portado" em Taubaté certamente a isto teria alludido a Camara, em sua attestação, aliás toda ella elogiosissima para o sertanista.

Teria sido memoravel acontecimento, memorabilissimo esta estada da grande bandeira no pequeno villarejo, para que os officiaes o deixassem sem menção alguma.

Entre os grandes auxiliares que Fernão Dias Paes com-



sigo levava, citemos na primeira linha o illustre Mathias Cardoso de Almeida, seu primo em terceiro grau, nome dos maiores do bandeirismo.

Delle escreveu Pedro Taques (Rev. Inst. Bras., 33, 2, 53).

“Nos empregos que teve do real serviço se fez muito commendavel entre os seus nacionaes paulistas, quando foi eleito para capitão-mór e adjunto do governador Fernão Dias Paes, que foi encarregado da conquista dos barbaros indios *Mapaxos*, e descobrimento da das esmeraldas, de que se lhe passou provisão datada em 13 de Março de 1673, na qual se relata que o mesmo governador Fernão Dias Paes havia pedido para seu adjunto ao capitão-mór Mathias Cardoso de Almeida, que tinha grande experiencia, daquelle sertão, e dos indios gentios delle nas entradas de importancia, que já tinha conseguido em que procedera com muito valor e boa disposição, conquistando o barbaro inimigo, que o deixara domado; o que tudo se lê na sua carta patente de capitão-mór registada a fls. 99 do livro dos registos n.º 4, anno de 1664, do archivo da camara de S. Paulo”.

Em outros logares annota:

“Este paulista fez varias entradas ao sertão, e conquistou grande numero de indios bravos, e no modo da guerra contra o gentio se fez um famoso soldado com grande disciplina; de sorte que entre os mais cabos do seu tempo teve applausos de excellente capitão.

Sendo encarregado ao governador Fernão Dias Paes Leme o descobrimento das esmeraldas, tão appetecidas desde o principio da povoação do Brasil, como nunca jamais encontradas, ensaiando-se dos annos da juventude para o serviço do rei e da patria, soube conseguir um nome, que o deixou estabelecido para a posteridade.”

Reconhecendo o governador Fernão Dias Paes os grandes merecimentos de Mathias Cardoso de Almeida, que já neste tempo tinha dado acreditadas mostras de valor e disciplina militar contra os barbaros gentios do sertão do rio de S. Francisco o convidou para seu capitão-mór e seu futuro successor no pretendido descobrimento e conquista, assim representou o mesmo governador a Agostinho de Figueiredo, que mandou para logo passar patente de capitão-mór ao capitão Mathias

Cardoso de Almeida, em 13 de março de 1673 (Archivo da Camara de S. Paulo, liv. de reg. n.º 4 tit. 1664 pag. 99).

Nella se vê o contexto seguinte:

“Levar por seu adjunto ao capitão Mathias Cardoso de Almeida por ter grande experiencia daquelle sertão, e gentios delle, onde havia feito, jornadas de importancia, nas quaes procedera com muito valor e boa disposição na conquista do gentio que tinha domado ficando com elle poderoso para ter de encontrar a outro qualquer que queira impedir a dita jornada, etc.

Estando já o governador Fernão Dias Paes prompto a sahir de São Pau'lo para a conquista e descobrimento das minas de prata em Sabarabuçú e esmeraldas no sertão dos barbaros indios Mapaxós e mais nações gentilicas e bravas; foi lembrado o capitão Mathias Cardoso de Almeida para o acompanhar. Para este effeito o mesmo governador Fernão Dias, representou a necessidade que havia da sua pessoa, expressando ser muito conveniente que fosse por seu adjunto por ter grande experiencia daquelle sertão e dos gentios delle, onde já havia conseguido entradas de importancia, procedendo com muito valor e boa d'sposição na conquista dos gentios que domára. O referido contexto se vê da carta patente que de capitão-mór se passou ao dito Mathias Cardoso de Almeida, datada em 13 de março de 1673”.

Era Mathias Cardoso filho de um açoriano de igual nome, fallecido no sertão, em 1656, e da paulista Isabel Furtado. Esta filha do portuguez Luiz Furtado e de Phelippa Vicente do Prado, paulista, e filha, por sua vez, do celebre João do Prado, o primeiro e de Philippa Vicente. Eram os dous primos dignos um do outro. Naturalmente tivera Mathias Cardoso como mestre em bandeirismo ao proprio pae.

Ja tambem no estado maior do governador das Esmeraldas, seu filho Garcia Rodrigues Paes, moço do maior valor, apesar dos tenros annos.

Casara-se Fernão Dias Paes, já velho, com uma rapariga mais moça do que elle 34 annos, Maria Garcia Rodrigues Betimk ou Betim, nascida em S. Paulo, a 16 de dezembro de 1642, filha de um personagem paulista de pro'f, potentado em arcos, Garcia Rodrigues Velho e sua mulher Maria Betimk.

Esta Maria, como escreve Silva Leme (cf. Gen. Paul., 7, 452) vinha a ser filha de Geraldo Betting o mineiro trazido para o Brasil por D. Francisco de Souza, em companhia de Jacques de Oalte, e hollandez de Duysburgo na Gue'dria.

Mas pela mãe, Custodia Dias, tinha sangue indio por Custodia, irmã dos tres famosos Fernandes, André, Balthazar e Domingos. Descendia portanto de Tibyriçá.

Além de Garcia Rodrigues, tambem seguia outra grande figura do sertanismo, Manuel de Borba Gatto, seu genro, "tenente general do matto" como pittorescamente lhe chama Pedro Taques, celebrizado pela sua acção civilizadora em Minas Geraes, os seus descobrimentos e a morte de D. Rodrigo de Castel Blanco o fidalgo cuja grande reputação como technico de minas fizera com que o principe regente D. Pedro o incumbisse de tal serviço no sertão dos Cataguazes.

Outro official distincto da leva vinha a ser um primo proximo de Fernão Dias Paes e de Mathias Cardoso: Antonio do Prado da Cunha "nobre cidadão de S. Paulo com grande respeito e veneração", no dizer de Pedro Taques.

No real serviço acompanhou ao Governador Fernão Dias Paes ao descobrimento das esmeraldas e obrando nesta conquista como se esperava de sua fama, se fez distincto entre os mais.

Era filho de João do Prado da Cunha, nobre cidadão paulistano que servira todos os honrosos cargos da Republica e por sua avó Catharina do Prado mulher de João Gago da Cunha, descendia do primeiro João do Prado o povoador martim affonsino.

Na patente que a 2 de outubro de 1713 lhe passaria o capitão general Governador de S. Paulo e Minas, D. Braz Balthazar de Silveira, de mestre de campo do terço das minas de Pitanguy lembraria o satrapa os seus feitos obrados "nos postos de alferes e capitão de uma das companhias do governador Fernão Dias Paes, para o descobrimento das esmeraldas e mais pedraria."

"Nesta diligencia andara oito annos, sustentando-se e aos seus escravos á sua custa, tolerando sempre com grande constancia as calamidades e trabalhos que naquella expedição se experimentaram, arriscando-se varias vezes nos encontros e pelepas que tivera com os barbaros, em que se distinguira sem-

pre, com singular valor e prudencia, com notorio e evidente perigo de sua vida, desprezando todos os que se lhe offerciam, só afim de que tivesse effeito o dito descobrimento" (cf. *Nobiliarchia Paulistana*, Rev. Inst. Hist. Bras., 33, 2, 114).

## CAPITULO XIV

*Peregrinação da bandeira pelo norte mineiro. — Terribes contingencias. — A conspiração do bastardo José Dias Paes — Episodio brutiano. — Descoberta de pedras verdes.*

Devassar os asperos paramos norte mineiros era empreza que se pagava a custa dos maiores sacrificios.

Tenazmente defendia-se a terra bruta do assalto dos descobridores. Enormes privações soffreu a bandeira de Fernão Dias Paes nos sete annos de sua peregrinação pelas selvas.

Ouçamos o nosso illustre linhagista:

“Não achando minas de prata na serra de Sabarabuçú, continuou o Governador Fernão Dias o destino da sua commissão, entranhando-se por aquelles vastos e incultos sertões, até chegar ao desejado dos barbaros indios *Mappaxos*, patria da appetecida serra das Esmeraldas.

Assentou arraial no sitio de Itamerindiba; e, depois deste, outros mais, estabelecendo plantas e celleiros para nelles recolher os fuctos das sementeiras, sendo mais populoso o arraial de S. João do Sitio do Sumidouro.”

Nas marchas e contra marchas através do desconhecido gastaram-se-lhe as forças, munições e provisões e ainda viu tombar numerosos dos seus companheiros, parentes, soldados e escravos.

“Consumido com o tempo o fornecimento de polvora e bala, ferro e aço, diz-nos Pedro Taques, sendo já morto um

grande sumero de soldados exploradores, e a maior parte dos seus escravos e dos já catholicos *Guaynãs* da sua redução, lamentou tambem a morte dos parentes e amigos que, gostosos, tinham deixado a tranquillidade da patria para o acompanharem e supportarem com elle os trabalhos, incommodos e asperezas do sertão, com pestes, fomes e guerras dos barbaros inimigos seus habitantes”, refere o linhagista no desataviado das palavras que, por vezes, de repente tanto se empolam.

Exhausto de recursos, vendo o desanimo absoluto em torno de si, era pelo prestigio da disciplina terrivel e a constancia inquebrantavel ante a adversidade, que o grande sertanista mantinha a sua bandeira na sujeição. Repetia-se na selva o que tão commumente succedera na immensidão oceanica, na época das descobertas; o que estivera para acontecer a Colombo, o que a Fernão de Magalhães acontecera e elle soubera vencer: a revolta contra os inexoraveis Ashaverus do desconhecido, os do mar e os da selva, incansaveis perseguidores de miragens.

Um incidente então occorreu que bem traduz este estado de alma e de desesperança dos bandeirantes.

Declara o glorioso ancião que, apesar de tudo, permaneceria a bandeira no sertão. Enviara emissarios a S. Paulo, á sua mulher, pedindo-lhe remetteste recursos para o proseguimento da infindavel jornada. Assim permanecia acampado á espera do regresso dos seus mandatarios. Sombria desesperação invadiu o espirito de muitos daquelles exilados, perdidos na matta. Dahi a “diabolica suggestão”, que, no dizer do nosso linhagista, se tramou contra a existencia do governador das Esmeraldas. Ouçamos o chronista, sempre pittoresco na sua antiquada linguagem:

“Foi o autor deste sacrilego e barbaro attentado o mameluco José Paes, filho bastardo dos delirios da mocidade do governador Fernão Dias, que por muitas vezes poz desconfianças de que o seu amor excedia para com este bastardo aos grandes merecimentos de seu legitimo filho e primogenito Garcia Rodrigues Paes, que com os brios do sangue que lhe animava as veias sabia constantemente soffrer as calamidades e miserias do sertão para acompanhar nelle sempre gostoso o seu proprio pae.

Querendo, pois, o mameluco José retirar-se para o povoado temendo perder a vida ao rigor de tantas causas, a que viviam sujeitos todos os que restavam do grande numero de pessoas de que se tinha composto o troço, e discorrendo que esta acção não podia verificar-se sem primeiro tirar-se a vida ao governador Fernão Dias, seu pae, fez conciliabulo dos seus parciaes, que, sujeitando-se ao infernal arbitrio, consentiram na proposição de tirar-se a vida ao dito governador para se retirarem livremente com todas as armas e a limitada porção de polvora e balas, que ainda havia e deixarem em total desamparo aos poucos brancos, que ainda restavam do numeroso corpo que se formara dos que sahiram de S. Paulo.

Foi Deus servido que, estando em uma noite nas diabolicas assembléas em consulta da resolução, que tinham tomado, transpirassem algumas vozes aos ouvidos de uma mulher, Guayanãa, já velha e casada, que por occulta providencia de Deus tinha sahido naquella hora da sua cabana, e sentindo rumor na casa do conciliabulo applicou os ouvidos ás paredes della, que eram de tabique, e esburacadas, ao rigor dos invernos.

Percebeu ella muito bem a crueldade do assumpto tomado na assembléa, e no mesmo ponto, com discretas cautelas veiu informar de todo o facto ao governador. Este promptamente se armou e sem mais companhia veiu a examinar as vozes dos aggressores, que ainda existiam no seu ajuntamento; retirou-se para logo e, com as cautelas e silencio que pedia o caso, passou o restante da noite.

Amanheceu o dia, e communicando a gravidade da materia a seu filho legitimo e aos officiaes, parentes e amigos, procedeu á prisão dos culpados, e, fazendo-os separar uns dos outros, se averiguou a verdade da capital culpa, que recahiu no filho mameluco: porém como o caso pedia um exemplar castigo para evitar outra futura ruina, se negou ao amor e piedade de pae, e, todo cheio de recta justiça, fez levantar o réo ao alto, e, depois de confessalo e desenganado de que escapava o fez enforcar á vista de todo o arraial com horror e temor dos demais companheiros.

Com este indispensavel castigo evitou o governador Fernão Dias Paes outra conjuração e ficou seguro de que se intentasse qualquer outra retirada por fuga.

Foi este episodio de aspecto brutiano que Carlos Góes dramatizou com grande intensidade na sua bella peça "O governador das esmeraldas".

Era angustiosa a situação da grande entrada esmeraldina, desfalcadissima de homem e elementos, relembramo-o.

Estava Fernão Dias Paes com os recursos de sua fortuna quasi exhaustos. "Gastou no descobrimento grande cantia de dinheiro assy nos aprestos da jornada, como nos fornecimentos que lhe foram neccsarios para assistencia de tantos annos, attestaria a Camara de S. Paulo (A. M. e U., 2460). E isto quando ainda perdeu o lucro secante de sua lavoura todos os annos dous ou tres mil cruzados (Ibid.), Recorrera aos grandes capitalistas da capitania. Ficou devendo a Fernão Paes de Barros mais de um conto de réis, a Gonçalo Lopes e João Monteiro quasi um conto a cada um "além de outras dividas menores, sem contar os gastos dos fornecimentos que por ordem do padre João Leite da Silva seu irmão lhe foram remettidos muitas vezes (A. M. e U., 2463).

Pediu Fernão Dias Paes á sua mulher que, fosse como fosse, lhe enviasse recursos para poder proseguir na jornada esmeraldina.

Narra a *Nobiliarchia*:

"Escreveu Fernão Dias Paes ordenando com briosa e liberal resolução que, afim de obter recursos para a bandeira se despojasse de tudo."

E depois de vender toda a prata e ouro de sua casa, não poupasse as joias do adorno de suas proprias filhas.

E esta ordem foi severa e pontualmente obedecida pela energica Maria Garcia Betim; refere o nosso linhagista.

"Assim o executou esta matrona, que, igualmente liberal, como discreta, não duvidou estragar o seu cabedal, para que se conseguisse uma acção em que estava toda empenhada a honra, o credito e o nome de seu marido.

Jamais lhe passára pela mente, a Fernão Dias Paes, recorrer ás autoridades régias. Bem sabia o que dellas podiam esperar os vassallos mais notaveis e mais dedicados da corôa.

Na biographia de Mathias Cardoso expõe Pedro Taques os terriveis trabalhos da grande bandeira:

"No mesmo anno de 1673, e penetrando naquelles vastos sertões, nelles não perderam os exploradores os mais effi-



cazes exames para o descobrimento da prata; e sem jamais se enviar o mineiro para este fazer as experiencias para o conhecimento e desengano de haver ou não a desejada prata que se procurava.

Sendo passados 3 para 4 annos de constante trabalho, a vida laboriosa toda empregada em exames á custa dos maiores soffrimentos de calamidades de um sertão inculto, retrocedeu Mathias Cardoso com todos os mais da conducta que formavam o corpo militar com que de S. Paulo sahira o governador Fernão Dias.

Este, vendo-se só, sem mais companhia que a do seu filho Garcia Rodrigues Paes, e seu genro Manuel de Borba Gato, penetrou os vastos sertões até estabelecer feitoria na Tucumbira e mais ao centro outra no Itamirindiba, de onde sulcando por diversas veredas, o mesmo certão do reino dos Mapaxós até o logar da alagôa Vupavuçú, no laborioso desvelo de descobrir as appetecidas esmeraldas, no sitio em que as havia extrahido Marcos de Azeredo, que recolhido ao Rio de Janeiro, quiz antes morrer em uma cadeia, e ter sequestrados todos os seus bens, do que declarar o sitio onde tinha achado as esmeraldas e prata."

Eram turmalinas, por assim dizer, desvaliosas, e não as cubiçadas esmeraldas o que o grande sertanista descobrira; a ignorancia induziu-o pelo aspecto das pedras a um engano providencial que lhe encheu os ultimos dias de gloria e esperanças.

## CAPITULO XV

*Dissabores, privações, desenganos do Governador das Esmeraldas. — Deserção de companheiros fieis. — Annuncio da chegada de D. Rodrigo. — Carta do Regente. — Versões sobre a morte do sertanista. — Nobre attitudo de Garcia Rodrigues Paes.*

Nos invios sertões chegavam ao grande sertanista as cartas reaes.

Na de 4 de dezembro de 1677, communicava-lhe o principe regente que recebera as primeiras amostras que elle, o incansavel vassallo, lhe enviara, dos mineraes da região percorrida "christaes e outras pedras".

Notificava-lhe o futuro D. Pedro II que queria continuasse naquelle serviço, mas com a assistencia do administrador geral das minas, agora recentemente nomeado, don Rodrigo de Castel Blanco, e do tenente general Jorge Soares de Macedo que elle, principe, enviara a examinar as minas de Paranaguá.

"Desvanecido este negocio devia passar a Sabarabuçu, por ultima diligencia do descobrimento daquellas minas, em que havia tanto tempo se continuava sem effeito".

Esperava Sua Alteza que, com a industria e advertencia feitas pelo sertanista ao Administrador Geral "se tivesse o bom successo que se procurava."

E matreiramente terminava a carta regia: "as vossas mercês podereis espera!-as de mim quando se comsiga o descobrimento". Trabalhos preliminares, fossem quaes fossem, os mais penosos, quando infructiferos, estes a generosidade regia não os recompensava! Se não tinham dado resultado!

Emquanto semi exaustado pelas privações vivia Fernão Dias Paes, o echo de seus trabalhos, longinquamente, repetia em sua villa natal. Longinqua e escassamente. De tal nos dão noticia dous documentos do archivo municipal paulistano.

A 27 de abril de 1675 o procurador Antonio de Siqueira de Mendonça requeria a seus parceiros "que se dece, em todo e por todo, comprimento ás ordens do senhor governador Fernão Dias Paes sobre as minas de prata e esmeraldas."

A 8 de maio de 1679, em seus provimentos, determinava o desembargador syndicante e ouvidor geral, Dr. João da Rocha Pitta, a legislar sobre a arrecadação do donativo real: "que se aliviasse ao capitam Fernão Dias Paes por andar no serviço de Sua Alteza gastando a maior parte de sua fazenda", confissão notavel para um ministro real!

Alliviassè! quando o glorioso vassal'o se arruinava no serviço regio. Mas tudo isto não passava, porém, de miseravel hypocrisia.

Haviam ao Governador das Esmeraldas abandonado, como já vimos, muitos dos companheiros. Diz a attestação da Camara de S. Paulo (A. M. e U., 2460):

"Nesta primeira feitura, desenganados os homes de sua tropa que somente tratava o dito Fernão Dias Pais dos exames dos Serros, e mais actos necessarios, e não de conduzir Indios barbaros a seu proprio serviço se despedirão todos do serviço do Principe nosso senhor, a tratar de suas conviencias deixando só à seu Governador, com seu filho Garcia Roiz Pais, e seu genro Manoel de Borba Gato, e seus Indios obrigatorios e alguns familiares de sua Caza."

Até os dous capellães desertaram!

"Não retrocedeu seu animo, vendeço só, sem Cape'ans, havendo levado dous religiosos, hu de Nossa Senhora do Carmo, outro do Patriharca São Francisco".

Mas não se abateu o grande homem "antes continuando com a mesma ancia tratou de fazer outras feitorias mais adiante, com abundancia de mantimentos para facilmente penetrar

o interior daquelle certão como fez com effeito.”

Um dos seus principaes cabos e desertores foi Mathias Cardoso, aliás pouco affeiçoado á pesquisa de mineraes e sobremodo inclinado ao barbaro sport do descimento de indios.

Era o que explicariam os camaristas de Taubaté em sua certidão de 21 de outubro de 1681 (A. M. e U., 2461) assignada por grandes nomes do bandeirantismo como Domingos Rodrigues do Prado e João Gago da Cunha.

“Deixaram-n’o os homêns da sua tropa principalmente o Capitam Mathias Cardoso de Almeida em quem mais se confiava o quoad com entresse de conquistar barbaros pera seu servisso particullar se apartou com outros de sua fausão como com effeito conduziu dipois por duas vezes cantidade de gentio barbaro para sua caza e servisso por conheser do dito governador atãhava seus desinios por serem prejudis:aes aos descobrimentos a que andava.”

Assim á sua vida de caçador de indios mais duas façanhas novas ajuntara Mathias Cardoso, resultantes da entrada esmeraldina.

Grande fora uma de suas refregas, conta-nos a patente de “Mestre de Campo e Governador absoluto da guerra dos Barbaros” que a 3 de abril de 1690 lhe passou o Arcebispo da Bahia, Dom Frei Manuel da Ressurreição, Governador Geral interino do Brasil (cf. Borges de Barros: *Bandeirantes e sertanistas bahianos*, p. 178):

“Naquelle sertão de Sabarabussú teve varios encontros com os Barbaros e uma batalha em que houve muytos feridos de parte a parte athé os desbaratear e tomar-lhes os mantimentos”.

Accrescenta a patente que Mathias após esta victoria “formou logo arrayal no dito Serro, com diversas plantas e creações levadas da villa de S. Paulo.”

Dera até assistencia ao seu grande chefe “mandando conduzir mantimentos ao mesmo governador, cujas tribus estavam com animo de se voltarem para a mesma Villa (a de S. Paulo) opprimidas da fome e esterilidade daquelle sertam.”

Affirma o Arcebispo que a separação de Mathias se dera em 1680 depois de sua assistencia com o governador durante seis annos. E assim mesmo regressara a S. Paulo com licença de Fernão Dias Paes e por doente “a livrar a vida do

perigo em que se achava gravemente enfermo, em parte tão remota.

A partir ainda deixara a Fernão "quinze escravos seus, por serem dois naturaes do mesmo Serro e importantes ao descobrimento das esmeraldas."

Que haverá de fidedigno nestas expressões? E' visível que a informação, nella contida, deve ter sido em grande parte suggerida pelo sertanista.

A outra versão, a dos parentes de Fernão Dias Paes se mostra bem pouco amistosa para com Mathias Cardoso.

Mas não só Mathias e os dous capellães abandonaram o seu grande chefe, Continuou a deserção de muitos mais dos companheiros. de jornada, desesperados por voltarem á vida civilisada.

No documento de 27 de março de 1681 ha a este respeito preciosas referencias do proprio Fernão.

Numa de suas irradiações do Sumidouro, ao regressar a um de seus pontos de parada, constatou que se haviam ido dalli "Manuel da Costa com seus camaradas, os capitães Manuel de Góes e João Bernal com suas tropas, diziam-lhe que tambem o capitão Balthazar da Veiga, no que não cria, e o bastardo Belchior da Cunha."

Todas estas deserções insufladas por Antonio do Prado da Cunha "que fôra seu camarada e antes nunca o houvesse sido".

Haviam permanecido fieis o capitão Diogo Barbosa Leme e seu irmão, Pedro Leme do Prado e Antonio Bicudo de Alvaçenga, escrivão do arraial.

Estavam estes de caminho para ir buscar Marcellino Telles, que se achava numa grande roça de milho com o capitão Joseph de Castilho.

Vendo esta dispersão, declarou Fernão Dias Paes ser-lhe forçoso fazer saber a todos os debandados quanto era nefasto o seu procedimento, agora que se achavam abertas as covas de esmeraldas, outrora descobertas por Marcos de Azeredo Coutinho, o que deveria cobrir as enormes despesas da jornada.

A redacção do bandeirante é a mais confusa e queremos crer que a sua letra má fez com que se reproduzisse com erros o documento portuez, hoje estampado na "Revista do

Archivo Publico Mineiro” graças á solicitude de Feu de Carvalho.

“E’ forçoso fazer saber a todos os nomeados, em geral, e a cada um em particular, o risco a que se põe todos, estando aberta a mina por mandado de Sua Alteza, de que devião fugir todos della e de todo o gentio, moradores de arredor, pois é certo que entre tantos negros de varias nações, tem tres centos que trazem allugados. Estes, sem que v. ms. queiram, hã de levar um punhado dellas (pedras preciosas) cada um e por essa razão lhes faço esta advertencia acima como amigo de todos e patricio e muito amigo desinteressadamente.

Porque Sua Alteza não me manda a estes descobrimentos a defender o gentio nem tomar as armas com meus parentes agora que me acho aqui a oitenta ou cem leguas de recolhida para sãse Sumidouro, em busca de don Rodrigo de Castel Blanco, ou recado seu, avizar logo em chegando ao dito Sumidouro, a Sua Alteza com amostra das esmeraldas e outras pedras e da disposição com que deixei ao capitão Joseph de Castilho, com seus soldados, e a Marcellino Telles, com obrigação de plantarem outra vez a roça, para a vistoria, que Sua Alteza for servido mandar fazer no serro cavado, que o do meio e nos dois que todos tem amostras de esmeraldas. E para isso deixei em Itacambira cincoenta aves e doze porcos, alavancas e marrões, com milho bastante do anno passado, em casa, e uma roça por co’her, com cinco negros e duas negras e tenda armada, para com a chegada de don Rodrigo, e nova orde, que trouxer, ter alli mantimento para irem ter com o capitão Joseph de Castilho em minhas roças, onde ficou com obrigação de a plantar de novo e para este effeito e por que agora acho aqui em meio caminho na feitoria do capitão Joseph da Costa os muitos capitães que tem ido para o dito serro em busca do milho, talvez com falsas informações.

Hoje 27 de março de 1681, mando a todos os capitães que lá se acharem fóra Joseph de Castilho e o capitão Diogo Boscossa que lá não assistirem no dito cerro e não buscar outro gentio, onde quizerem, o que mando em nome de Sua Alteza, sob pena que o dito senhor manda dar aos desobedientes e rebeldes para isso mandei passar dois mandados de um teor assignados por mim”.

Para reforçar o valor do documento, fez-o Fernão Dias Paes rubricar pelos seus capitães fieis, os irmãos Diogo Barbosa Leme, Pedro Leme do Prado Rodrigues e Antonio Bocado de Alvarenga, escrivão do arraial.

Emquanto padecia tantos trabalhos e miserias recebia Fernão Dias do Principe Regente, quarta carta digna de "eternas luminarias" e datada de 12 de novembro de 1678.

Sabia-o internado no sertão a uma distancia enorme de S. Paulo, mas queria que o vassallo, sempre prompto para o real serviço com o grande prestigio de sua voz, incitasse os paulistas a nova diligencia que lhes iria exigir immensos sacrificios novos: a fundação da colonia do Sacramento.

Assim pedia que ajudasse a d. Manuel Lobo num negocio do serviço real "com sua pessoa (?) escravos e o mais que a sua possibilidade desse lugar". Si não fosse um motivo de demonstração de apreço a um homem internado no deserto, a mil kilometros da civilisação...

Apezar de tudo, depois do achado das suas pedras verdes, dava agora Fernão Dias Paes por bem empregado todo aquelle terrivel esforço, aquella somma prodigiosa de sacrificios! Estava de posse da golconda sul americana!

Pouco lhe devia durar o sonho; logo depois morria em dia que se não conhece, depois de 27 de março e antes de 26 junho de 1681.

Daquella data, como vimos, procede o curioso documento que Feu de Carvalho trouxe a lume na "Revista do Archivo Publico Mineiro", communicado que lhe foi por Capistrano e a que nos reportámos.

Soubera Fernão Dias Paes da proxima chegada, á região onde operava, da expedição official de don Rodrigo de Castel Blanco. Julgava proximo o encontro com o commissario regio das minas e esperava avista-lo com certo receio, quicá, pois já estavam os brasileiros habituados á pouca lealdade dos delegados da corôa para com elles.

Nas roças (plantas) do Paraopeba, a que chamou Paraupeba, arraial de S. Pedro, mandou don Rodrigo de Castel Blanco, aviso de sua presença ao bandeirante, datado de 4 de junho de 1681. Dizia-lhe que lhe escrevera varias cartas desde que chegara ao Brasil, havia tres annos. De nenhuma tivera

a fortuna de receber resposta, "attribuindo o facto ao longo dos caminhos e á distancia da paragem onde agora se achava."

"Agora foi Deus servido de que nos possamos avistar, continuava o superintendente hespanhol, e me comunicará v. s. as diligencias que tem feito de minas no serviço do principe Nosso Senhor; que fio que com a assistencia de v. s. se ha de achar o que se pretende, para que S. Alteza que Deus guarde, honre a casa de v. s. como merece tão Leal Vassallo.

Chegado aqui me disseram que v. s. tinha descoberto as esmeraldas. Dou-lhe repetidos parabens como merece o serviço que tem feito a v. s. á corôa do principe Nosso Senhor; e espero nelle que ha de premiar tantos trabalhos e assistencias como v. s. tem feito em tão dilatados annos".

Até ahi muito bem, mas *in cauda*...

"Eu fôra de parecer que v. s. não fizesse aviso a S. A. até que nos avistemos e veja eu as pedras se tem aquella fineza que se necessita para seu valor que com isso poderá v. s. depois de eu nellas fazer aviso a S. A. e colher o logro do seu merecimento.

Não se offerece outra cousa mais, pois todo o deixo para a nossa vista. E Nosso Senhor guarde a pessoa de v. s. como merece e desejo. E assignou depois de escrever uma formula que trahia a sua nacionalidade hespanhola: B. L. M. de v. s. su servidor (*Beso las manos de Vuestra Señoria*).

Como acolheria Fernão Dias Paes a proposta da demora de seu communicado official da descoberta?

Suspeitoso, com certeza, muito embora viessem os acontecimentos posteriores demonstrar que a prudencia recommendada por d. Rodrigo era essencial. As famosas pedras verdes que julgava esmeraldas não passavam de modestas turmalinas.

Mas a carta de d. Rodrigo já lhe não chegaria ás mãos...

Tinha Fernão Dias Paes attingido a meta dos seus esforços! Estavam, a seu ver, descobertas as lavras "ferteis" de esmeraldas onde a terra restituiria ao centuplo os esforços immensos feitos para o seu desbravamento!

Imagine-se a enorme alegria que deve ter invadido a alma do ousado setuagenario, que via coroada de tanta felicidade a sua magna empreza. E avalie-se o enthusiasmo dos ultimos companheiros que o seguiam a travez do impervio ser-



tão! Tivera razão o grande bandeirante!

Havia pedrarias, havia esmeraldas no bojo daquellas pedrarias alcantiladas, elle as presentira e afinal viera a descobri-las!

Agora o que se precisava fazer era levar o facto ao conhecimento dos altos funcionarios da colonia.

Determinara Deus ao Descobridor o termo da sua carreira.

No mesmo anno do "feliz descobrimento", diz Pedro Taques, no arraial do Sumidouro, enfermava elle de "carneiradas", as febres palustres, que eram a maxima arma de defesa da terra bravia contra o homem esquadrinhador de seus segredos. E assim deu a vida ao Creador.

Terrivel a irrupção epidemica: "da mesma peste acabaram outras muitas pessoas e a maior parte ou quasi todas do gentio Guyanã do governador".

Nos documentos processados no proprio anno da morte de Fernão Dias Paes por iniciativa de seu irmão o padre João Leite ha referencias diversas e muito expressivas a esta epidemia.

"A peste dera ao Governador vindo do reino dos Patachós", relata o apontador de Don Rodrigo, Francisco João da Cunha. "Adoeceu em caminho, da peste de que faleceu com grande parte de seus indios", narrava a Camara de S. Paulo.

"Deu-lhe a peste no Rio que chãmo das Velhas da quoaal era notavel mortandade de seus indios cujas reliquias recolheu seu filho" relatavam os officiaes da Camara de Taubaté (A. M. e U., 2461).

"Morreu com a maior parte de seus indios e escravos recolhendo-se para o Sumidouro", reforçava a Camara de Parnahyba (Ib. 2462) ao passo que o Dom Abbade de S. Bento, Fr. Francisco da Conceição, explicava que a molestia era a peste "que sucedia dar no inhabitavel do Sertão."

Depondo contou Francisco João da Cunha, que Dom Rodrigo o enviara de S. Pedro ao Sumidouro procurar mantimentos de que se achava muito falto.

Lá soubera do fallecimento de Fernão Dias Paes da peste que lhe dera indo do reino dos Patachós, parte onde descobrira as esmeraldas.

Garcia Rodrigues conva'escia assim como os poucos doentes escapos á peste. Assistira ainda elle, Cunha, á morte de

tres. Ao falar da compra dos mantimentos recebera nobre e romana resposta do filho do grande sertanista (cf. Rev. Arch. Publ. Mi., XX, p. 166).

“Respondeu o dt.º Gracia Rôiz Pais que todos aquelles mantimentos e criaçoins que havião na ditta feitoria e outras que estavão em varias partes mandara o defunto seu Pay fabricar e prantar para o Beneficio e descubrimento das minas em servisso de S. A.

E que nunca consentira dt.º defunto venderse algum sem embargo da mta. conveniencia que dahy podia ter, e m.to menos o podia elle agora fazer ao administrador geral que hia tratar dos examens e descubrimento de prata, e que todos aquelles mantimentos, estavam a hordem do d.to adminstrador geral a quem elle viria Brevemente offereserlos para o servisso Real, como com efeito veyo dally a pocos dias com as esmeraldas que manifestou e entregou ao d.to administrador Geral para que as Remetese por duas vias ao Principe nosso Senhor, visto elle não poder marchar para povoado pela destruição dos seus Indios e escravos.

E logo offereseo ao dito administrador os mantimentos, e criaçoins que se achasem naquellas di'atadas feiturias que o defunto seu pay havia mandado fazer, e sustentar em tantos annos com muito trabalho, para sustento do ministro ou mineiros e Jente que S. A. mandase em seu Real serviço e que desde logo podia o dito administrador mandar tomar posse das ditas feiturias e mantimentos, e passarse quando quizesse com toda sua tropa para o areal do Sumidouro, no qual eu vy, e achey abundantemente, criação e mantimentos, de toda a sorte de que fiquei maravilhado e m.to contente por ser naquelle dezerto ness.º para o sustento e m.to importante para o servisso em que andamos.

E o dito administrador despedio logo a Francisco Pais e Agostinho de medina para a feituria de Itamirindiba mais chegada ás esmeraldas; aonde o governador Fernão Dias Pais havia deixado em goarda dellas, ao capitam Joseph de Castilho, e para feituria da serra de tucambira despachou ao Sargento mór Estevão Sanches e para o Real do Sumidouro, a João Dias de Vergara, o que tudo juro aos Santos evangelhos passar na verdade por haver visto com os meus olhos.”

## CAPITULO XVI

*Trasladação dos despojos de Fernão Dias Paes para S. Paulo.*  
— *Poetas que lhe celebraram a gloria.* — *Diogo Garção Tinoco, personalidade obscura.* — *Versão inaccitavel sobre a morte e funeral de Fernão Dias Paes.*

AO morrer instou o grande homem, ardentemente, ao filho, que o levasse a sepultar-se na igreja que offerecera ao seu querido Patriarcha S. Bento, entre os monges seus amigos reconhecidos.

E Garcia Rodrigues Paes, moço cujo valor não se media pelos annos e sim pelos altos feitos, prometteu-lh'o do modo mais solemne.

Convinha,, e quanto antes, deixar aquelles pestilentos sitios. Mas como transportar os restos do bandeirante pelo meio da matta? Diz Pedro Taques que Garcia fel-o embalsamar, deixando, com o resto da bandeira, aquellas paragens sinistras, salvo quanto a uma guarda que, sob o commando de José Castilho, ficou nos "socavões das esmeraldas".

Geralmente este "embalsamamento" se realisava á moda bandeirante, segundo o que nos refere o precioso e extraordinario linhagista. Enterrado o cadaver a dois palmos da terra fazia-se sobre a cova grande fogueira, que por muito tempo se deixava accessa, sem interrupção, e alimentada por montanhas de lenha. Decorridos quinze ou vinte dias, removia-se o fogo e desenterrava-se o corpo, cujas carnes estavam

inteiramente destruídas, recolhendo-se então os ossos. Tal o processo habitual.

Com Fernão Dias Paes, outro se empregou, como veremos. Embalsamado o conquistador não sabemos como, trouxeram-lhe o filho e os ultimos indios, os despojos para São Paulo, atravez quiçá de um mi'heiro de kilometros dos mais asperos caminhos. Quando, não o sabemos...

Subindo o rio das Velhas, naufragou a canoa em que vinham os restos illustres e dias a fio esteve o filho afflicto a procurar tiral-os do fundo do então caudaloso Guaicuhy. Afina!, conseguiu-o e poudé vel-os sepultados no local vehemente-mente desejado pelo pae.

A versão do naufragio dos despojos do bandeirante no Guaicuhy provém da attestação da Camara de Parnahyba (cf. A. M. e U., 2462) e é tanto mais aceitavel quanto partiu da villa para onde foi morar a viuva do bandeirante.

"E depois de mandar tirar da mina as pedras que bastassem para as amostras recolhendo-se para o Sumidouro faleceo de peste, e m.ta parte dos seus indios e escravos; e ainda depois de morto o perseguiram as calamidades ordinarias do Certam porque o seu cadaver, e as amostras padecerão o naufragio do Rio que chamam das Velhas, em que se perderam as armas e tudo quanto trazia de seu uso e se afogou gente porque os Indios nadadores se occuparam em salvar as vidas, e acudir ás amostras das esmeraldas como em sua vida lhes tinha recommendado o defunto seu Snr., cujo corpo se achou depois de muitos dias a diligencias de seu filho Garcia Rois Pais que o tinha ido a soccorrer, e chegara ali depois de sua morte e naufragio."

A 30 de dezembro de 1681 já estava Fernão Dias Paes enterrado em S. Bento, dil-o positivamente o depoimento do Abbadé Fr. Francisco da Conceição (A. M. e U., 2466).

Depois de relatar os muitos beneficios que fizera ao Mosteiro de S. Bento em S. Paulo, "dotando-o com sufficientes rendas, com que remediara a limitação em que viviam os religiosos do dito convento", declara que por causa destes serviços "e em gratificação de tão catholico beneficio os religiosos do dito convento o haviam aclamado benemerito padroeiro do mosteiro, hoje perpetuo deposito de seu cadaver."

Nos livros da mordomia de S. Bento, no codice numero I do Archivo da Abbadia de S. Paulo vemos exactamente, em outubro de 1681, lançada uma rubrica de despesas avultadas com certas exequias.

Ao passo que geralmente o Mosteiro gastava 1\$500 de sepulchro (eça) e cera notamos ahi nada menos de seis mil reis da primeira verba e quinze tostões da segunda.

Tão grande este dispendio que nem o mosteiro o pagou de uma só vez, tendo dado ao armador, João Alvares, quatro mil reis de uma primeira prestação.

Quem seria este defunto homenageado de modo tão excepcional? Para nós é indubitavel que se trata de Fernão Dias Paes.

Correram os annos e correram os seculos. O villarejo piratiningano transformou-se na cidade paulopolitana, mas esta permaneceu, longamente, pequenina e pobrezinha.

Veio o Brasil a constituir-se em nação livre: para os fins do seculo XIX tomou São Paulo este formidavel desenvolvimento, em progressão geometrica, que é o nosso orgulho.

A pequenina abbadia de S. Bento acompanhou os passos da transformação e mesmo a antecedeu.

Regida pelo genio previsor de tão claro e alto descortino, do seu prior de 1900 e abbade de 1907, o illustre dom Miguel Kruse, deixou de ser o mosteirinho de taipa, com a igreja tão modesta, em sua singeleza e feição altamente acolhedora, para se converter nesta mole com ares de alçáçova que é um dos grandes padrões do desvanecimento paulista e onde se abriga um thesouro artistico da mais alta valia.

Em 1910 desentulhava-se o local da velha igreja que ha ser substituida pela basilica actual. Reappareceram nas dependencias numerosas covas do antigo cemiterio dos escravos. Sabia-se que os restos do fundador estavam sob a capella mór proseguindo o desentulho surgiu sob pequena abobada, relativamente bem conservado, um esqueleto com os distinctivos abbaciaes, afinal, no local indicado pela tradição o tumulo de Fernão Dias Paes, tendo ao lado outra sepultura, provavelmente a de sua mulher.

Aberto o tosco jazigo foram encontrados um femur de homem agigantado, duas ou tres vertebrae do sacro, pedaços de

parietal e de occipital, a que adheriam restos de cabelleira ruiva, encanecida, de cabellos muito finos, de individuo indubitavelmente branco.

Ao lado havia duas solas de sapatos, sem salto, bem conservadas, pedaços de cordão como os de S. Francisco e galão de prata, e, o que é mais curioso, uma grande funda de ferro, guarnecida de couro para hernia, apoiada numa cinta tambem de ferro e cujo uso devia ser sobremaneira incommodo para individuos menos rudes do que o estoico bandeirante. Na cova ao lado, existiam ossos de mulher e de criança.

Ordenou o grande Abbade, que, piedosa e cuidadosamente, se recolhessem estes despojos á espera de nova e condigna sepultura.

Interpretando os dictames da gratidão benedictina para com o fundador seiscentista, vinha o prelado mais uma vez affirmar esta feição de indissolubibilidade das tradições de sua Ordem, a da continuidade da acção, que é um dos mais fortes caracteristicos da eternidade da Igreja Catholica.

Creceu o novo e admiravel templo. A' severidade da fachada granitica chegou a occasião de receber a nobreza da decoração da estatuaria. Seis figuras escolheu o Prelado para figurarem sobre a sua sagrada parede, com real segura visão synthetica dos fastos da Abbadia.

Anchieta avizinhou-se de frei Mauro Teixeira e este de Amador Bueno da Ribeira. Encerrou-se o primeiro cyclo, o das figuras graniticas, com estas tres personalidades dos nossos dois primeiros seculos.

Fernão Dias Paes a ellas se appoz: graças a elle pudera a fundação crear alento e percorrer os secu'os até os annos de fins do seculo XIX, em que, graças á vigilancia e o amor á sua Ordem, do benemerito frei Domingos da Transfiguração Machado e a visão do Papa genial que foi Leão XIII, se insuflou á Congregação Brasileira, prestes a extinguir-se, o sopro da vida hodierna.

Nada mais natural do que esta associação das tres figuras de bronze, os admiraveis medalhões de d. Adalberto Gresnigt, a que ainda falta, comtudo, um quarto completador da série; o que relembra Tibiriçá, o velho cacique, cuja taba se erguia no local da actual abbadia e de quem disse Adolpho Pinto com justeza que foi o primeiro cidadão de S. Paulo.

Pela segunda vez, sollemnes exequias se fizeram pela alma do sertanista.

As de 1681, no tosco e humilde templo que edificara, não puderam ter, sequer de longe, a magnificencia liurgica das de hoje, acompanhadas da opulencia e da pureza desse canto gregoriano, caracteristico das cerimoniaes benedictinas, que se desenvolve no ambiente magestoso da basilica hodierna.

Mas assim mesmo foi para o tempo uma cerimonia notavel. Pela primeira vez temos a certeza de que numa igreja de S. Paulo se recitou um elogio funebre: fel-o o jesuita padre Antonio Rodrigues, reitor do collegio jesuitico de S. Paulo. "As acções e moraes virtudes deste cavalheiro paulista constam da oração funebre recitada na occasião destas exequias", diz-nos Pedro Taques.

Ha no depoimento do Padre Reitor Domingos Dias (A. M. e U., 2466) uns topicos que demonstram o rigor do inquerito realisado pelo Padre Rodrigues para a sua oração funebre.

Assim, affirma o Padre Dias, depois de immenso louvar a Fernão Dias "muito poudera dizer ainda assim por serem cousas muito publicas que nem ainda seus emulos podem negar a menor dellas como porque o ouvi de pessoas muito fidedignas e totalmente desinteressadas como quem inquiriu suas acções para lhes pregar em suas exequias para o que foi avisado."

E' porém a redacção destes topicos tão obscura que parece indicar haja sido o proprio Padre Dias o panegyrista e não o seu confrade Antonio Rodrigues apezar da cabal affirmacão de Pedro Taques.

Pouco mais tarde eram as orações do grande bandeirante inspiradoras do estro de um poeta, Diogo Grasson (ou Garção) Tinoco, cuja obra se perdera toda se Claudio Manuel da Costa não se houvesse lembrado de transcrever quatro estancias deste poema epico, em oitava rima, no "Fundamento historico" que serve de prologo ao seu poema *Villa Rica*. A tal proposito escreve o eminente João Ribeiro algumas considerações sobremodo curiosas:

"Eis ahi tudo o que resta do nosso mais antigo poema epico das bandeiras, escripto sob o tumulto dos maravilhosos feitos dos paulistas. Quatro estancias apenas, e nada mais...

Ninguém conhece as estancias restantes e nenhuma noticia e informação existem do poeta.

E' possivel que com tão escassa materia o problema tenha qualquer solução. Diogo Grasson Tinoco era talvez paulista ou vivia entre paulistas e acaso tomou parte em qualquer dos primeiros bandos que devassaram a região das minas. E' mais uma figura para o romance e para a lenda do que para a historia.

Este Diogo Grasson Tinoco viveu na ultima metade do seculo XVII como bem indica o seu poema "feito no anno de 1689."

E' a primeira epopéa escripta e inspirada na aventura dos bandeirantes e no descobrimento das minas. O seu heroe é o "caçador das esmeraldas" Fernão Dias.

Hoje só conhecemos dessa composição epica em oitava rima quatro estancias citadas por Claudio Manuel da Costa no "Fundamento Historico, que serve de prologo ao poema da "Villa Rica".

Claudio Manuel da Costa para rememorar o argumento do seu poema, escreve uma "preliminar historica" com o intuito de protestar inteira fidelidade á tradição e á verdade dos factos naquelle tempo adulterados ou desconhecidos.

As quatro estancias são as seguintes que publicamos para juntar á unica voz que as revelara a nossa tão remota e distanciada:

#### *Estancia XXVII*

Lendo-a Fernando, achou que El-Rei mandava  
 Dar-lhe ajuda e favor para esta empreza  
 E em ajuntar mantimentos se empenhava  
 Com zelo liberal, rara grandeza;  
 Mas por que exhausta a terra então se achava  
 E convinha o soccorro ir com presteza,  
 Mandou-lhe dar cem negros carregados  
 A custa de seus bens e seus cuidados.

#### *Estancia XXXV*

Parte emfim para os serros pertendidos,  
 Deixando a patria transformada em fontes



Por termos nunca usados, nem sabidos,  
Cortando mattos e arrasando montes,  
Os rios vadeando, mais temidos  
Em jangadas, canôas, balsas, pontes,  
Soffrendo calmas, padecendo frios,  
Por montes, campos, serras, valles, rios.

*Estancia IV*

Isto supposto, já para a jornada  
Manda á patria buscar quanto a seu cargo  
Incumbe, pois que a fabrica guiada  
Destruida se vê do tempo largo,  
Determina á fiel consorte amada  
Que a nada do que pede ponha embargo,  
Inda que sejam por tal fim vendidas  
Das filhinhas as joias mais queridas.

*Estancia LXI*

Era o Silvestre moço valoroso,  
Sobre nervudo, de perfidia alheia,  
O gesto respirava um ar brioso,  
Que nunca conhecera o vão receio.  
Pintado de urucú vinha pomposo,  
E o labio baixo roto pelo meio  
Com tres penas de arara ladeado,  
De fléchas, de arco e garrote armado.

No anno de 1922 imprindo e commentando Braz Hermenegildo do Amaral, a quem deve a historia nacional reaes serviços, as ineditas "Noticias Soteropolitanas" de Luiz dos Santos Vilhena, autor de fins do seculo XVIII, e professor regio da lingua grega na Bahia, nellas surgiu novamente citado o nome de Tinoco, a quem chama Garçon ou Garçãõ, que é muito mais acceitavel que Garson.

Julga João Ribeiro ainda que Vilhena e Claudio Manuel da Costa se hajam abeberado á mesma fonte; ás notas manuscriptas do paulista Bento Furtado.

Mas como affirmal-o sem provas?

Apenas certos signaes parecem confirmar uma ou outra das duas hypotheses; porquanto a Carta XVIII, é paraphraseada e por vezes literalmente copiada do texto conhecido do "Fundamento Historico".

Não temos espaço sufficiente para cotejos e confrontos neste lugar; mas quem quer que examine com attenção logo se convencerá de que Vilhena copia Claudio ou ambos copiam autor e texto ignorados.

São agora novos problemas que ficam a desafiar a perspicacia e a erudição dos futuros historiadores da nossa litteratura.

Não é de somenos importancia o intrincado enygma offerecido aqui á pesquisa dos eruditos, pois se trata do primeiro poeta dos bandeirantes e do descobrimento das esmeraldas, do precursor do saudoso Olavo Bilac!"

Terá Tinoco impresso o seu poema? Quasi certamente não. Chama-lhe Basilio de Magalhães "luso", julgando João Ribeiro que talvez fosse paulista.

Ao obscuro poema setecentista contrapõe-se hoje o hymno admiravel de Olavo Bilac.

Merecia-o a gloria de Fernão Dias Paes, cuja personalidade assumiu as proporções dos homens symbolos.

E o seu nome, como annuncia o poeta, "cantando na voz dos sinos, no estro da multidão, no clamor do trabalho e nos hymnos de paz, subjugará o olvido atravez das edades, porque no coração da Patria eternamente viverá".

Annunciou-nos em 1925, o Snr. Ignacio Cesar, de S. Luiz de Parahytinga, haver procedido, em inventarios paulistas antigos, á identificação de Diogo Garção Tinoco, podendo affirmar que o nosso primeiro epico era paulista, communição esta que immediatamente revelámos ao publico, — dando-lhe comtudo a procedencia — por se tratar de facto realmente valioso para a historia da litteratura brasileira.

O exame detido e consciencioso dos documentos apresentados, leva-nos agora, porém, a ter as affirmações do Snr. Cesar como inaceitaveis.

Pretende que certo personagem, muito obscuro do nosso seiscentismo, Diogo Penedo Tinoco (a quem os documentos

tambem chamam Pereda e Peneda) seja o mesmo Diogo Garção Tinoco.

Verifica-se ainda que o Snr. Cesar nem sequer prestou attenção ao facto de que o seu personagem, em 1681, tinha 87 annos de idade (cf. Inventarios e testamentos, 27 224). Ora, como segundo expressa declaração dos chronistas, o poema de Diogo Garção é de 1689; seria necessario que o indigitado Diogo Tinoco houvesse escripto o seu epos aos 95 annos de idade!

Refere-se Pedro Taques a outro poema epico, panegyrico de Fernão Dias Paes, o de certo Domingos Cardoso Coutinho, natural de Lamego, que falleceu com testamento, a 23 de setembro de 1683, em S. Paulo, onde fora casado com Anna de Alvarenga.

Delle diz o linhagista: "excel'ente poeta e autor da "Relação Panegyrica", em oitava rima da vida e acções do governador Fernão Dias Paes, descobridor das esmeraldas."

Na *Paulistica* divulgou Paulo Prado nova versão do enterro de Fernão Dias Paes.

Deve-se-a a seu bisneto, o linhagista conego Roque Luiz de Macedo Paes Leme,

Deste Roque ha na nossa Bibliotheca Nacional assaz volumoso manuscripto *Nobiliarchia brasiliense ou collecção de todas as familias nobres do Brasil e de todas as suas capitánias, principalmente daquellas de S. Paulo, com a noticia certa donde são oriundas, mortes e jazigos*. Obra sobremodo mediocre, conserva-se até hoje inedita.

Affirma o autor que a compoz á vista dos manuscriptos de varias pessoas fidalgas, sobretudo das de Pedro Taques "que com excessiva curiosidade revolvera todos os cartorios da cidade de S. Paulo e da Villa de S. Vicente e mais vil'as."

Gaba-se de ter tido em mãos os manuscriptos do autor da *Nobiliarchia paulistiana*, durante a sua estada em Lisboa, no anno de 1792.

O que o Conego Roque relata do fim da bandeira celebre do seu grande ancestre "contradiz inteiramente todos os documentos conhecidos como as Actas de S. Paulo e de Parnahyba, o Registro da de S. Paulo, assim como toda a tradição aceita pelos historiographos paulistas" (P. Prado). Do valor

do criterio das informações de Roque Paes Leme eloquentemente falarão as linhas de sua *Nobiliarchia*.

Deixemos que se julgue por si.

Assim começa:

“Sahiu Fernando Dias da sua casa, acompanhado de alguns parentes, á sua custa, e de 15000 (sic) indios unidos sómente de umas poucas de cartas em que lhe promettiam todas as mercês que podia esperar da Real Grandeza; vadeou aquelles sertões 14 annos (sic) á espera de fundidores; povoou a villa da Roça Grande junto ao Sabará, por ultimo morreu de uma carneirada ou peste, recolhendo para S. Paulo, famoso retrato dos vassallos presentes.”

Interrompendo a narrativa do epos do seu grande antepassado accrescenta o epigono este trecho delicioso (cremos que o adjectivo lhe vae bem) a entremeiar á historia antiga os factos contemporaneos da censura a desmandos governamentais.

“O Vice Rei do Rio de Janeiro, para visitas as fortalezas que defendem a este porto e praça, tem de ajuda de custo cem moedas de 4.800 e um escaler ou bergantim dourado e cercado de vidraças, cujos remadores são cem indios pagos pela Fazenda Real.

Tal conheci eu que nunca fez uma visita, porém nem sei se escrupulisou a pensão. Passemos avante (sic!).”

Voltando á biographia avoenga accrescenta o “delicioso” homensinho:

“Entrou Fernando Dias á sua custa, 14 annos andou nessa diligencia, esteve e povoou a villa que hoje se lhe chama a Roça Grande, arraial como acima disse, primeira povoação de Minas Geraes, a espera de fundidores que tinha pedido a Portugal, donde então se tratava de outra cousa. Até que desenganado seguiu dalli ao sertão das Esmeraldas, donde trouxe uma que se conservou nesta casa até a morte de meus paes, rarissima, pois, era metade verde e a outra metade azul, que hoje se não sabe della.

Minha mãe a trazia por um dos pingentes de seu relógio e um francez que havia, dizia: a senhora D. Francisca não sabe o que possui; e trouxe mais outras. Sahindo dalli falleceu de carneirada navegando pelo Tietê, sobre a cachoeira

ou salto que dá o nome á villa de Itú, que quer dizer salto ou estrondo daguas.

E na verdade o estrondo se ouve na villa estando acima della duas leguas (sic!) sendo o tempo sereno (sic). Nesta digressão descobriu por todos aque'les sertões minas de ouro, que communicou a S. Magestade, e se acha com facilidade ouro, e por isso, povoando-se lhe deram o nome de Minas Geraes.

Em pompa funebre foi conduzido o seu cadaver embal-samado, desde a villa de Itú, nos hombros de seus parentes e soldados e o conduziram ao seu jazigo no Mosteiro de São Bento, e na capella mór que elle edificou e dotou com fazendas proprias, que hoje fazem o patrimonio daquelle mosteiro”.

Pe'o que o leitor acaba de ver todas as credenciaes assistem ao eminente Roque para que nós arrolemos na galharda e numerosa phalange dos que escreveram e escrevem a historia do Brasil pelo “methodo confuso” escola historica de que é chefe e unico elemento leal, e digno de apreço, o nosso impagavel Mendes Fradique.

Commentando as bertholdices do ineffavel Roque escreveu Paulo Prado:

“Esta narrativa contradiz tudo que sabemos sobre a morte de Fernão Dias, e é absurdo que e'la se desse em Itú, tão longe da rota que seguira a bandeira. Trata-se, entretanto, de documento de familia, registando sem duvida, uma tradição oral não muito remota pois que Pedro Dias Leme, autor da memoria citada por Southey nasceu em 1705, vinte e quatro annos depois do fallecimento do seu illustre avô.

Quanto a Roque de Macedo Paes Leme, nascido em 1739 e escriptor da “Nobiliarchia Brasiliense” é extranho que tenha desprezado a narração do caso como é feita por Pedro Taques, cujo trabalho diz ter sempre consultado.”

## CAPITULO XIX

*Primeiras novas divulgadas sobre a morte de Fernão Dias Paes.*  
— *Commentarios modernos sobre as consequencias da jornada esmeraldina.* — *O inquerito promovido pelo Padre João Leite da Silva.*

A primeira nova da morte de Fernão Dias Paes no!-a dá um documento de 26 de junho de 1681 em que vemos perante Dom Rodrigo comparecer Garcia Rodrigues Paes “no arraial de São Pedro em os mattos de Paraíbipeva” e nas pou-sadas do Administrador Geral.

Exhibiu a Don Rodrigo, ao seu lugar-tenente Mathias Cardoso e ao escrivão da Administração João da Maia, umas pedras verdes as quaes disse serem esmeraldas que o Governador Fernão Dias Paes, seu pae, que Deus houvesse, havia mandado “tirar de uns cerros que antigamente tinham tirado os Azeredos em reinos dos patachós as quaes ditas esmeraldas as fizesse presentes á Sua Alteza por duas vias para que no reino se visse se tinham a dureza e fineza e que entretanto que vinha em resosta do dito senhor administrador mandasse tomar posse em nome de Sua Alteza dos ditos cerros adonde se tiraram as ditas plantas digo pedras para que nenhuma pessoas poudesse ter direito nellas visto que elle dito havel-as manifestado nesta administração para que o dito administrador desse conta a Sua Alteza de como elle dito as manifestava.” (cf. Reg. Geral da Camara de S. Paulo, 3, 308).

A 3 de setembro de 1681 expedia Diogo Pinto do Rego, capitão maior e governador das Capitanias de S. Vicente e S. Paulo um bando a proposito da descoberta attribuida a Fernão Dias Paes (cf. Reg. Ger., 3, 316).

“Porquanto por noticia certa que tenho haver descoberto Fernão Dias Paes as minas de esmeraldas, onde foi enviado por Sua Alteza, que Deus guarde, vindo a dar parte ao dito senhor falleceu da vida presente deixando as noticias de amostras de taes esmeraldas com que estão hoje publicas e se saber certamente onde é paragem dellas com que facilmente se poderá ir a ellas e tirarem-se quantidade o que será em grande prejuizo da fazenda real e para se atalhar este damno em nome do principe nosso senhor ordeno e mando a toda a pessoa de qualquer qualidade que seja não faça jornada áquella paragem.”

Tão importante era o caso que tres dias depois mandava a Camara de S. Paulo affixar o bando do capitão-mór.

A 8 de setembro de 1681 passava Don Rodrigo “del Ser-ton del Sumidoro” uma attestação interessante, a Garcia Rodrigues Paes, contando que visitara o arraial de Fernão Dias Paes e recebera de seu filho pedras verdes que tinha como esmeraldas. (cf. Rev. Arch. Publico Min., XX 162).

O hespanhol deste documento, velo-á o leitor, acha-se estropeadissimo.

“Certifico en como al aRayal, de Paraubipeba llegó, gar-sia Rodrigues yjo legitimo del governador, Fernan Dias Paes ya difunto y me trujo a manifestar unas Piedras Berdes transparentes disiendo ser esmeraldas y q. el dicho Su Padre abia fallenido largas jornadas de este arayal traiendo en su compaña las dichas piedras las cuales en su Presensia se iso asiento en el libro y se Remetieron a S. A. q. dios g.de Por dos bias la una por la Camara de guarantigueta y la otra por la Camara de San Pab'lo y asi mesmo me digo mandase en nombre de S. A. tomar pose de las pedreras. y de unas Rosas de millo y fregon, que el difunto su padre tenia en el sumidoro y tucanbira y matos delas Pedreras lo Cual y se en nombre de dicho señor embiando Personas suficientes a replantar y tener cuidado de las dichas Rosas asta q. bñiese orden de S. A. y asi mesmo allé en esta Rosa del sumidoro abundancia de millo y fregon y prinsipio de mandioca, como tam-

bien criason de Puercos q. el dicho Governador Fernan Dias Paes abia mandado fabricar por sus esclabos, y con grandes dispendios de su asienda en tan dilatado tiempo, como abia estado en este serton, Buscando las esmeraldas.”

Refere que, de peste, perdera o bandeirante numerosos escravos. Trouxera de S. Paulo varios indios alugados a oito mil reis e vivia a dizer que estava a dissipar o seu rico cabedal em loucuras que não teriam resultados praticos.

E finalmente morrera sem assistencia espiritual embora contasse parentes proximos, sacerdotes em S. Paulo.

“Y me consta q. quando dio al dicho Fernan Dias Paes la peste de que murió. Perdio con los q. de antes abia perdido asta treinta esclabos suyos, y a si mesmo trugo a este Serton, indios pagos a ocho mill Reis cada uno y le huieron y nunca se los inbiaron de la Billa de San Pablo y esto me consta por aber leído su Libro sin atender el dicho difunto mas que al serbisio de um Principe dejando muger y ijos en la billa de S. Pablo, gastando en estes años el caudal con que se alaba que era uno de los mas Ricos de aquella billa sin que nadie le quisiese ainda a este serbisio en cosa alguna, antes a embarasarle y desia q. estaba loco pues gastaba los años y el cauda! de sus ijos y muger, en loucuras q. no abian de tener fin y finalmente muryo en dicho serbisio en medio de aquel Serton desamparado y sin confesion pues niun sacerdote le quisieron inbiar teniendo Parentes en la billa de S. Pablo sacerdotes.”

Assim achava que elle Garcia Rodrigues era merecedor de honras regias.

“Juro a los Santos ebangelios Pasar todo en la berdade y es merecedor de que S. A. q. dios g. de le homr Re al dicho Garsia Rodrigues como mereserem sus serbisios la qual Pase por me ser Pedida de my letra y firma y sellada con el sello de mis armas en este Serton del sumidouro a 8 de outubro de 1681.”

Muito interessantes e cheios de autoridade os commentarios de Derby sobre as circumstancias mineralogicas da grande jornada (cf. Rev. Inst. S. Paulo).

“Quanto a descobrimientos mineralogicos é certo que esta expedição nada mais conseguiu do que verificar os das pe-



dras verdes, feitos por Tourinho e Adorno, cem annos antes. O espolio mineralogico de Fernão Dias, cuidadosamente cosido e lacrado em um saquinho, foi solennemente aberto pela camara de S. Paulo em 11 de dezembro de 1681, e do auto que se lavrou nada consta além das suppostas esmeraldas. A expedição transitou por muitas leguas por terrenos que depois foram reconhecidos como ricamente auríferos, mas, com a preoccupação de prata e pedras preciosas, parece que não foi lembrado o expediente de levar na comitiva alguns faiscadores de ouro de lavagem, que nesta epoca não faltavam em S. Paulo.

Assim esta expedição tão demorada e tão custosa, pouco ou nada adeantou aos conhecimentos já ha muito tempo adquiridos. O seu grande serviço foi iniciar o systema de estabelecer celeiros de modo a dar maior permanencia aos caminhos abertos, incluindo um ponto, pelo menos, de occupação permanente, o do Sumidouro, onde ficou Borba Gato com parte do pessoal da expedição. A estrada aberta de S. Paulo até o rio das Velhas nunca mais se fechou aos brancos e o resto, si por algum tempo esteve abandonado, não tardou a ser aberto de novo logo que se divulgou a noticia da verdadeira descoberta de ouro.

Uma questão interessante a investigar é a de saber se a identificação da lendaria Sabarabussú com uma serra nas visinhanças da actual cidade de Sabará, foi obra desta expedição ou dos mineiros que depois descobririam ricas lavras de ouro no valle que corre ao pé e que ainda hoje conserva o nome na forma abreviada de Sabará. Seja qual fôr a verdadeira posição do sitio do Sumidouro, este não podia ser distante da dita serra, si é que não a tinha á vista. Na região de Santa Luzia e Lagoa Santa existe um antigo arraial chamado Sumidouro e proximo um outro que, como o corregio junto, tem o nome de Fidalgo.

Este ultimo nome, conforme uma tradição referida por uma das testemunhas do processo Tiradentes, commemora a morte violenta de um fidalgo e governador que não pode ser outro sinão D. Rodrigo Castel Blanco, morto pelo pessoal de Borba Gato perto do seu posto do Sumidouro.

Si o verdadeiro nome indigena da serra fosse Sabarabusú é incrível que Fernão Dias e Borba Gato não tivessem sabido desta circumstancia e não a tivessem explorado minu-

ciosamente. A carta regia de 4 de dezembro de 1677 responde ás cartas de Fernão Dias que deviam ter sido escriptas durante a sua longa residencia no Sumidouro, pelas quaes o principe ficou entendendo "como tractais do descobrimento da Serra de Sabarabussú e outras minas deste sertão, de que enviastes as mostras de crystal e outras pedras".

Dahi se conclue que estando no Sumidouro, Fernão Dias considerava Sabarabussú ainda longe e provavelmente na região das esmeraldas. E' mesmo de presumir que, tendo afinal descoberto as esmeraldas, elle communicasse á familia que tinha acertado com a serra procurada, visto que o seu irmão, o padre João Leite da Silva, em um protesto dirigido á camara de São Paulo em 1 de setembro de 1684, fala das minas de esmeraldas em Sabarabussú.

E' portanto extremamente provavel que o rio Sabará ou Sabarabussú, que ainda conserva o nome, e a serra da Lapa ou de Piedade, que era conhecida por este nome pelos primeiros mineiros mas que não o tem conservado, não foram assim denominados por Fernão Dias, nem pelos indios que elle encontrou na vis'nança.

Com a descoberta do ouro ao pé da serra e pela propria gente que por tanto tempo tinha andado atraz de'la, é natural que se exclamasse "ahi está o nosso Sabarabussú, sem se importar com a circumstancia de que não correspondia pela riqueza em prata nem pela denominação india á lendaria serra."

De incalculaveis consequencias foi a jornada de Fernão Dias Paes, affirma Basilio de Magalhães, com todo o acerto.

"Nulla embora quanto ás riquezas que procurava é assombrosa quanto a outros aspectos. Além do beneficiamento da via de penetração explorou uma zona mais amp'la do coração de nossa Patria, onde estavam escondidos thesouros incalculaveis, logo depois revelados por outros paulistas".

E com effeito não tardaram em apparecer os primeiros manifestos officiaes da descoberta do ouro por meio de Bartholomeu Bueno de Siqueira e Carlos Pedroso da Silveira.

Além disto, ha a considerat' ainda a magnitude da obra feita pelos grandes lugares tenentes do Governador das Esmeraldas. Mathias Cardoso, estabe'ecendo a communicação entre as minas e os campos de criação de gado do alto S. Francisco para depois passar as suas campanhas do Ceará e Rio

Grande do Norte: Borba Gato "cujo nome está indissoluvelmente unido ao devassamento da zona do Rio das Velhas, Garcia Rodrigues Paes, a quem se deve a abertura da via de comunicação mais rápida das minas com o Rio de Janeiro." segundo a bella synthese de Calogeras.

O Padre João Leite da Silva, irmão de Fernão Dias Paes, e sacerdote do habito de S. Pedro, na segunda metade do anno de 1681 promoveu uns autos de inquirição sobre as consequencias da grande jornada esmeraldina sobre a fortuna do Governador das Esmeraldas.

"Fora o irmão em descobrimento da prata e esmeraldas fazendo grandissimos gastos e deixara "sua caza em grande pinuria com sinquo filhas donzellas e outras tantas sobrinhas horfãs que dependião de seu amparo, ficando por sua morte sem Remedio algu."

Queria provar que no emtanto fora seu irmão das pessoas "mais principais" da Capitania e de maior cabedal com o qual acudira a muitas necessidades e Religiozos assim como procedera nos serviços de Sua Alteza". Lembrava então os seus donativos quando da grande bandeira de Estevam Ribeiro á Bahia, ao gentio brabo, etc.

Attestou a Camara de S. Vicente que o tinha e á Mulher como "pissosas muyto autorizadas e das milhores familias. Cheio de prudencia era muy zeloso do serviço de Deus e de Sua Alteza e zelosissimo da fazenda real. Homem dos de maior cabedal e gente da capitania , a jornada esmeraldina o arruinara.

Além das pessoas a que se referira o Padre João Leite sustentava duas irmãs e varios parentes pobres.

Tinha inesgotavel caridade sobretudo para com os religiosos.

Assim dos beneditinos fora insigne padroeiro e bem feitor. "Homem dos mais pacifiquos e amigos da paz", recordava-lhe os serviços para a recepção dos jesuitas e do exilado Vigario Albernaz.

Com elle se haviam os ouvidores geraes "para poderem Administrar justisa na Villa de S. Paulo."

A ajuda de custo que lhe mandara dar o Governador General elle não a recebera toda (cf. Rev. Arch. Min., 20, 160).

Alguns tempos antes a muitos dos seus indios incorporara á leva de Estevam Ribeiro que da Bahia não voltaram (Ibid.)

e quando da expedição de Barbalho Bezerra, acompanhando os seus indios, em pessoa, levava "mantimentos de carnes e farinhas e outros legumes a Santos onde os entregara ao licenciado Clemente Martins de Mattos (Rev. Arch. Min., 20, 160).

O padre bandeirante Matheus Nunes de Siqueira Protonotario Apostolico de Sua Santidade e Vigario da Vara ecclesiastica allegou os serviços de Fernão Dias ao compor "as crueis dissensoens e bandos que ouveram duas vezes entre os moradores de S. Paulo."

E além dos actos mencionados pelos officiaes de S. Vicente recordava um facto absolutamente extraordinario de vassallo fidelissimo, o famoso clérigo *cação de couro*:

"He cousa manifesta e patente a todos que devendo ser alli viado do donativo Real pela occupação em que estava no servisso da Coroa, pagou sempre dobrada cantia, porque contribuia o ditto donativo em duas villas a saber em São Paulo e em Pernahiba sem embargo de estar ausente tantos annos com o notavel empenho a que foi e impaciente de que ficassem frustradas todas as diligencias (Rev. Arch. Publ. Min., XX, 164).

E ainda annotava:

"Emprestou liberalmente cantidade de dinheiro a alguns cabos, cuja falta lhes empedia o proseguirem o servisso de Sua Alteza".

Depondo a 18 de novembro de 1681 o Padre Reitor do Collegio de S. Paulo, Domingos Dias, diria depois de contar que Fernão Dias pagara sempre em dobro o donativo real:

"E de facto agora actualmente pagou sua casa dinheiro em cantidade nas mãos do sindicante João da Rocha Pitta sem embargo que estava elle ausente tantos annos em grande detrimento da sua fazenda."

No dizer da Camara de S. Paulo de 1681 levava Fernão Dias Paes a um verdadeiro grau de extremismo a sua altivez de vassallo; não admittia que o Rei lhe fizesse o menor favor. Eno mesmo sentido se exprimiu a de Parnahyba.

Voluntariamente pagou o donativo real nesta villa e na de S. Paulo tendo uma só fazenda neste termo".

Era realmente da raça daqueles velhos paulistas que a D. João IV diziam nada poder aceitar porque tinham vindo dar-lhe.

O Protonotario Francisco de Almeida Lara (A. M. e U., 2463) pormenorizaria ainda "para prova do seu animo no real serviço basta dizer que pagava nesta villa de S. Paulo e de Parnahiba o donativo Real fazendo tão boa cara ao muito que se lhe carregara como os mais que menos em hua só parte satisfazião"

Alegaram os herdeiros de Fernão Dias Paes, e em todos os tons á Corôa que o bandeirante havia morrido absolutamente exausto de recursos. Consummira a avultada fortuna em emprego do Real Serviço. Emprego infructifero até então mas que parecia presagiar rico porvir.

A attestação promovida pelo Padre João Leite da Silva traz-nos preciosos informies que infelizmente não podemos comprovar á vista do inventario do Governador das Esmeraldas.

Lastimamos realmente que Manoel Alves de Souza não o haja impresso na serie dos *Inventarios e testamentos*. Que o teve em mãos parece positivo pois na "Lista dos Inventarios não publicados" (cf. *Inventarios e testamentos*, 27, 538) declara que elle se achava no maço dez destes autos pertencentes ao Archivo do Estado de S. Paulo. Isto em 1921.

Procuramol-o com todo o afinco e tivemos, em 1929, para tal fim o auxilio de dedicados funcionarios do Archivo. Infelizmente, nada se achou.

Seriam taes autos fragmentarios? Ainda assim algumas paginas que fossem publicadas representariam documento de subido valor, dada a magnitude da figura historica a que se prendem. Pena foi e grande pena que o distincto e honesto paleographo se não houvesse decidido a imprimir estas laudas. E' de extranhar porêem que a este processo attribua o millesimo de 1680 quando o sertanista se finou em 1681 e o seu inventario, se não possivelmente, provavelmente, dadas as circumstancias de sua morte, deve ter sido iniciado no segundo semestre de 1681 e já para o fim.

Outro facto que nos causa especie é que taes autos se refiram a Fernão Dias Paes Leme não sendo este o nome do governador das esmeraldas que jamais variou o nome de Fernão Dias Paes e jamais usou o appellido Leme.

Teria sido de algum parente do Governador das Esmeraldas, e seu homonymo, o inventario em questão? E' o que talvez algum dia se possa elucidar.

Em todo o caso é realmente lastimavel que haja desaparecido este documento inestimavelmente precioso para a melhor elucidação da grande vida do heroe das pedras verdes.

## CAPITULO XVIII

*A expedição de Fernão Dias Paes e os primeiros chronistas das minas. — Analyse de asserções modernas de Diogo de Vasconcellos na "Historia Antiga das Minas Geraes".*

Documentos de valia para o estudo da historia primeva de Minas Geraes vem a ser as memorias que J. P. Xavier da Veiga teve a feliz inspiração de reproduzir nos tomos da "Revista do Archivo Publico Mineiro, de que foi o primeiro redactor.

Queremos nos referir á *Memoria Historica da Capitania de Minas Geraes*, da autoria, segundo Monsenhor Pizarro, do engenheiro militar José Joaquim da Rocha e aos *Primeiros descobridores das Minas do Ouro na Capitania de Minas Geraes*, noticia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por M. J. da Silva Pontes" declara o cabeçalho que o autor das *Ephemerides mineiras* lhe appoz.

Bento Fernandes, filho do illustre taubateano Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, cujo papel nos primeiros descobertos do ouro tão notavel foi, nasceu em 1690, ao que parece.

Já estava em condições de raciocinar quando lhe chegaram as primeiras noticias do achado dos eldorados do Espinhaço.

De suas reminiscencias deixou uns tantos apontamentos que Silva Pontes redigiu sem, infelizmente, os transcrever integralmente. Seja como fôr, constituem uma fonte informativa

poderosa esta pequena monographia de cuja autoridade de procedencia ninguem poderá contestar. Teve divulgação em 1899.

A *Memoria historica* de J. J. da Rocha divu'gada em 1897, pe'a primeira vez e reimpressa nas *Publicações do Archivo Nacional* (tomo IX, 1909) em transcrição orthographicamente fac similar, o que não succedera na *Revista do Archivo Publico Mineiro* onde o seu portuguez fora actualisado, é obra de inspirar alguma confiança pelo criterio e a apparente honorabilidade que de suas pag'inas transudam.

Ha muita coincidencia manifesta de pontos de vista e informes entre ella e a outra. Ora, como os dous autores não se conheceram, esta circumstancia reforça a val'ia de ambas. Não devemos, porém, de modo algum, antepor uma e outra á licção dos archivos.

De quatro fontes informativas principaes largamente se utilisou Diogo de Vasconcellos para a sua tão conhecida e citada *Historia Antiga das Minas Geraes*, dos escriptos de Bento Fernandes, Claudio Manuel da Costa, J. J. da Rocha e Diogo P. Ribeiro de Vasconcellos.

Infelizmente, porém, é muito raro que lhes traga as asserverações á colação. Muito poucas vezes, aliás se refere o brilhante escriptor mineiro ás fontes a que se abebera.

Claudio Manuel no *Fundamento Historico do poema Villa Rica* declara que muito se valeu das informações de Bento Fernandes. Morador muito tempo de S. Caetano, nos arredores de Marianna, teve o poeta illustre e desventurado o ensejo de bem conhecer o bandeirante de S. Paulo. Deu-lhe apontamentos que Claudio achou muito diversos dos de Rocha Pitta, Assim "procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das camaras e secretarias dos governos das duas capitancias de S. Paulo e Minas."

Foi então que lhe surgiu a ideia de recorrer a um grande mestre das cousas de S. Paulo e do Brasil, a maxima autoridade, a unica no seu tempo, a Pedro Taques. E este, com o habitual servicalismo, lhe foi ao encontro dos desejos de modo excepcionalmente util.

Assim o dec'ara, muito gentilmente, o pobre Glauceste Saturnio, allegando aliás a grande autoridade de seu informante, para dar maior peso ao seu Poema.



“O sargento mór Pedro Taques de Almeida Paes Leme, natural da cidade de S. Paulo, e alli morador, de estimavel engenho e de completo merecimento, remetteu ao autor desde aquella cidade todos os documentos que conduziram ao bom discernimento desta obra.”

Facultou-lhe o linhagista a copia de ordens regias, cartas de governadores, attestações de prelados ecclesiasticos e manuscritos desde a era de 1682, achados nos archivos que foram “dos padres denominados da Companhia de Jesus, naquella provincia.”

Quer isto dizer que taes informações do genealogista ao poeta são posteriores a 1767, data da expulsão dos jesuitas do seu collegio de S. Paulo.

Tão acobertado se achava Claudio Manuel da Costa pela autoridade do informante paulista que accrescenta: “Facilmente poderá (o autor) desculpar se se offerece ao publico este poema, sem o receio de ser insultado nas opiniões (as historicas) que sustenta ainda quando mais contestadas de uns ou de outros sectarios”.

Parece-nos fora de duvida que se Claudio Manuel teve em mãos o poema de Diogo Garcia Tinoco sobre a epopéa de Fernão Dias Paes deveu-o ao linhagista.

E' provavel que Pedro Taques se esforçasse, com o maior zelo, em bem servir o poeta. Provavelmente já lhe conhecia as obras, impressas em 1768, “avidamente disputadas e desejadas”, dil-o João Ribeiro.

Impregnado de um brasileirismo intensissimo era natural que o chronista paulistano se sentisse fortemente solidario com o vate que era de sua gente e cuja estrea tão acclamada fora. Dahi o empenho em o servir dedicadamente, tanto mais quanto sabia que elle se preparava para celebrar as glorias da paulista grey.

No relato de Bento Furtado sobre a grande jornada de Fernão Dias ha um erro verdadeiramente monstruoso: nelle se affirma que o bandeirante depois de achadas as esmeraldas deixou o seu arraial á guarda de Manuel de Borba e voltou a S. Paulo talvez em 1682 tendo na frota deste anno enviado a Lisboa seu filho Garcia, e seu irmão, o Padre João Leite da Silva, a levar as pedras a El Rei.

Nestes entrementes apparecera na villa paulistana Don Rodrigo, a quem recusou acompanhar ao sertão (sic! sic!).

Em relação á jornada de Fernão Dias repudiou Claudio Manuel da Costa a absurda versão de Bento Fernandes o que aliás tambem fez Diogo de Vasconcellos.

Descrevendo as peripecias da expedição esmeraldina narra o escriptor mineiro uma série de cousas que nos deixam sobremodo perplexos. Dá-nos a impressão de que o illustre autor, por vezes, deixou-se arrastar pela imaginação, além das restrictas fronteiras concedidas ao historiador.

Assim (cf. *Hist. Aant. das Minas Geraes*, p. 36) affirma que o governador das esmeraldas se viu desamparado por Mathias Cardoso, "seu fiel amigo e adjuncto" e a exemplo deste "Antonio Gonçalves, Antonio do Prado e outros". Ora, como vimos os documentos nos relatam que Mathias Cardoso não pode ser tido a conta de "fiel amigo" do sertanista, Pelo contrario...

O papel publicado por Th. Feu de Carvalho (Rev. Arch. Publ., Mineiro, XIX, 52) confirma a affirmativa de Vasconcellos quanto á attitude de Antonio do Prado Cunha. Mas onde terá visto o autor mineiro, as bases de sua asserção relativa a Antonio Gonçalves Figueira é o que não sabemos.

Falando de Maria Betim descreve-lhe a genealogia muito erradamente (cf. Silva Leme, 7, 452) e estabelece grande confusão em sua linhagem. E a este proposito incide em grave cincada ao affirmar que o avô de Maria, Geraldo Betting, veio para o Brasil com a invasão hollandeza, quando é indiscutivel que foi dos principaes companheiros de Dom Francisco de Souza.

Tambem não sabemos onde descobriu que este Geraldo Betting pertencia á familia dos Condes wurtemberguezes de Bentink.

Ser-lhe-ia mais facil attribuir-lhe uma ligação altisonante com o famoso valido de Guilherme III da Inglaterra, João Guilherme Bentinck, que o Stathouder revolucionariamente empossado em 1689 da corôa da Inglaterra, creou conde de Portland.

Affirma ainda Diogo de Vasconcellos ter Geraldo Betim sido allemão quando é incontestavel a sua nacionalidade hollandeza como natural da Gueldria.

Escreve ainda: "Ascondidos dentro de um buraco que não parecem pouco acastivados."

Assim assevera que enquanto Fernão Dias, D. Pires e outros os recursos pedidos a mulher prosseguiu em ninharias de regeneração, descobrindo então minério argentino no "terroir de Sete Lagoas" o que deixou até hoje a "Barra das Minas" à grata de Sabarabuçu, mas preferidas e retrogradadas ao serviço pelas de ouro que não tinham a vantagem de serem as outras espécies.

O que porém nos parece *absolutamente* incontestável é o seguinte trecho. (cf. p. 3)

"Deparando-se então nos aflúvões do Rio das Velhas, indicios positivos de ouro, o Coronel Borna (filho de Fernão Dias), foi testacado a seguir-lhe e neste tempo ainda pela costa em mira as abas da terra em que figurava, e as montanhas de onde rolavam os cascalhos auríferos e com a diligencia descobriu effectivamente as rocas azidas" (ibid.).

De onde procederão as indicações sobre a "terra de Sete Lagoas"? Será trivial, será possível que Borna, tendo recebido indicios positivos de ouro, nos aflúvões do Rio das Velhas (como feito era um inevitável passo) ao tanto não se aperceba revelado a seu descoberto?

Tão prodigiosa a abundancia de metais descobertos nos primeiros dias, que tal descoberta era por si só um triumpho a sorte da expedição esmeraldina. "Com a descoberta de mineraes muito abundante, assim pelas margens, como pelas ilhas que em a péta madre do Rio das Velhas descobriam-se, em breve tinham-se em Castella p. 111, ed. 1855."

Mas alicente, a tratar da descoberta de Castella, D. Pires, resumimos o historio-grapho mineiro para a edição dos antigos escriptores praticando a reformação ortographica de uma moderna critica e critica.

Assim depois de tratar uma pagina tantissima sobreminado impressiva e narrar os diversos incidentes relatado por Pietro Laques termina por umas tantas asserções que a imaginação não tem e de uma pavorosa maneira.

"Surto a voz do sangue, entrou-se a oração de que se procedeu em forma de um impassível. A todo governo, não apagando as legimas das illas, e com o intuito de dar a todo o mundo a conhecer a castella e resolver."

“Em seguida convocou os amigos e determinou que lhe trouxessem os presos, aos quaes mostrou o cadaver, dizendo como tinha para com aquelle infeiz o direito de não ser clemente; mas o era para com elles outros porque os havia animado a tão perigosa aventura. Perdoava-lhes portanto a culpa, mas com a condição de se afastarem de sua comitiva, e para nunca mais o verem. E esta pena foi cumprida, cada qual tomando o seu destino pelo sertão desconhecido, sem que nenhum pudesse voltar do medonho exilio. Sem recursos e sem armas o caminho de S. Paulo era-lhes de todo impraticavel.”

Como condiz bem o trecho com o tom romantico desta bella pagina em que o illustre escriptor deu largas á phantasia!

Da conjuração de José Dias Paes o unico depoimento conhecido é o relato de Pedro Taques. Coteje-se-o com a vivida narrativa de Vasconcellos. Resulta logo quanto se acha esta cheia de pormenores inéditos que nenhum documento abona.

E além delles impropriedades, como se chamar matrona a Maria Garcia Betim que quando o marido morreu tinha apenas 38 annos de idade, nascida que fôra a 16 de dezembro de 1642 (cf. Rev. Inst. Bras., 35, 1, 130) e ao se casar, em 1660, contava apenas dezeseite annos. Como pois nesta idade poderia ser a “generosa matrona” que com carinho recebera o bastardo do marido em seu lar?

Filho “dos delirios da mocidade” de Fernão, era, mais que provavelmente, mais idoso do que a “torta” madrasta.

Outra impropriedade esta de mau gosto litterario é a nosso ver a designação de Fernão Dias Paes pela alcunha *o Velho*.

Reparo que nos parece arguivel é o que decorre de outra citação da *Historia Antiga*, a saber: que os indios do Sumidouro vinham a ser Goiás, deslocados do Araguaya para o Rio das Velhas, parentes portanto dos *Goianá* de Pirapetininga (?) e indios do serviço de Fernão Dias Paes. Entretanto, Pedro Taques é positivo em affirmar que estes indios procediam da serra de Apucarana que, como se sabe, está no actual Estado de Paraná. Não se tratará aliás de um lapso momentaneo de memoria do illustre escriptor mineiro: *Pirapetinga* por *Pirati-ninga*?

A categoricidade de Vasconcellos em estabelecer o final da jornada de Fernão Dias Paes, do Anhonhecanhuva para o

norte, parece-nos expugnável. Baseia-se no texto de J. J. da Rocha, em que inseriu alguns pormenores novos.

Affirma igualmente que a morte de Fernão Dias se deu em maio de 1681, não sabemos com que base.

Assim é com reserva que aceitamos as allegações da *Historia Antiga das Minas Geraes*, relativas á jornada de Fernão Dias Paes.

Analysemos de passagem algumas das suas asseverações sobre o itinerario do Governador das Esmeraldas.

Começa Diogo Vasconcellos por affirmar que a bandeira de Fernão Dias sahindo de S. Paulo para o Nordeste, passou por Taubaté e como que fundou Baependy, fazendo o primeiro centro de operações em Ibituruna.

Tudo isto é purodevaneio. Nada sabemos que documente tal passagem por Guaratinguetá e Taubaté; ha pelo contrario forte argumento negativo a este respeito como já expuzemos.

Baependy, no dizer de todos os escriptores antigos, data dos ultimos annos do seculo XVII, é posterior portanto á morte de Fernão.

A este proposito colloca Diogo de Vasconcellos, no Norte de S. Paulo, umas tantas bandeiras, cujos nomes de cabos de tropa nos deixam positivamente assombrados, como Francisco Dias de Avila e sobretudo Calabar!

Ha evidente engano, por amnesia, nesta associação dos nomes de Glimmer e do famoso transfuga porto calvense justificado em 1635 e collocados agora no scenario paulista.

Aliás claudica frequentemente o nosso autor ao transcrever os nomes. Assim de Jacques Felix faz Felix Jaques em diversos pontos do seu livro (p. 35, 49, etc.).

Felix Guisard Filho, que exhaustivamente estuda o passado de Taubaté, affirma-nos jamais haver visto semelhante alternção, em documento algum!

Tambem de Antonio Castanho da Silva faz Antonio Nogueira da Silva de Francisco João da Cunha, o apontador de D. Rodrigo de Castel Blanco Francisco José (p. 44).

Assim tambem intitula João a Luiz Barbalho Bezerra e affirma que em 1644 a Laguna, de S. Catharina, já estava fundada! E a D. Manue! Lobo chama D. Manuel de Lobos...

Affirma ainda que o famoso fundador de Taubaté explorou o sertão do Rio Verde, sobre o planalto mantiqueirano assim como já o haviam feito Diogo Gonçalves Laço e Francisco de Proença devassador do Sapucahy, sem dizer que documentos o levaram a tal affirmativa.

Parece-nos ella inquinavel de suspeita, tanto mais quanto lhe annexou o escriptor mineiro novas phantasias, acerca da jornada de Glimmer, a seu ver descobridor do rio Paraná!

O Anhonhecanhuvá, de J. J. da Rocha, Vasconcellos o transforma em Anhanhonhacanhura! ("agua parada que some no buraco do matto") etymologia esta que bem recorda as extravagancias de igual jaez de João Mendes de Almeida sobre as toponymias paulistas. Assim tambem ao Guaychê de Rocha declara ser adulteração de Uaimi-i.

Curioso é que o proprio Vasconcellos escreva tão rebarbativo nome de modos diversos (pag. 35 e 39). Nesta ultima pagina grapha Anhanhonhecanha.

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos tio do autor da *Historia Antiga* escrevera Anhonhecanhua (cf. Rev. Arch. Publ. Min., VI, 785).

Assim tambem contestando o etymo dado por J. J. da Rocha a Sabarabuçu de "matto felpudo" expõe Vasconcellos uma hypothese que Theodoro Samaio, documentadamente e *in totum* contrária no seu "*O tupy na Geographia Nacional*".

Sustenta que Fernão, cortando os sertões do Serro Frio, foi ter ao rio de Itamarandiba, a leste do qual descobriu as esmeraldas.

Afinal attingiu o ponto chamado pelos indigenas Anhonhecanhuva, traducção de Sumidouro, nome imposto pelo bandeirante ao seu arraial.

Deteve-se alli quatro annos, gastos em pesquisas no Subrabussú (cousa felpuda). Muito padeceu então e viu conspirarem contra a sua vida quasi todos os seus companheiros. Por ultimo estes quasi o deixaram só.

Vindo os recursos pedidos á mulher emprehendera a marcha sobre o Tucambira (papo de tucano) e Tamerandiba (pedra pequena) até attingir as margens do grande lago de Vapabussú a que chama Vupubassú.

Foi ahí que se lhe depararam muitos indios. Delles ha-

vendo aprisionado um angariou guia seguro que o levou aos socavões das esmeraldas.

A conspiração de José Dias Paes descreve-a J. J. da Rocha como proveniente da revolta opposta pelos companheiros do cabo da tropa á sua pertinácia em demorar-se naquelles mattos de "halito pestilento" e em occasião impropria, quando todos lhe pediam que se retirasse.

Morrera o Governador das Esmeraldas junto ao Guayachê que "entre nós" queria dizer Rio das Velhas, já em companhia do genro Manuel de Borba Gato, a quem deixara "com toda a equipagem da laboriação".

## CAPITULO XIX

*Os primeiros passos, no Brasil, de D. Rodrigo de Castel Blanco. — O Engenheiro Antonio Correia Pinto. — Pormenores novos. — Os trabalhos de Frei João de Granica. — Scepticismo regio acerca das minas de Paranaguá. — O naufragio de Furtado de Mendonça.*

No tomo que a este antecede (pags. 326 et pass) tivemos o ensejo de historiar as primeiras passadas de Dom Rodrigo de Castel Blanco em Itabaiana.

O desyendamento da documentação recentemente communicada permite-nos mais alguns pormenores sobre a actuação do fidalgo castelhano nos fastos da mineração brasileira.

As jazidas argentíferas de Paranaguá que tanto deram que falar de si, em todo o Brasil, infundindo enorme confiança em sua valia, tinham, talvez, na pessoa do Visconde de Barbacena, quem mais esperasse de sua "fertilidade", como no tempo se dizia.

Pensava elle que as más amostras de minerio de Paranaguá fossem devidas á falta de proficiencia dos mineradores. Assim se decidiu a enviar um homem competente a dirimir a questão.

Era este o engenheiro do Estado do Brasil, Antonio Correia Pinto, cujos conhecimentos tinha na melhor conta.



Passava por homem da maior capacidade. Viera ao Brasil em 1668 para projectar a execução das obras da defesa de Pernambuco.

A 2 de janeiro de 1674 requesitava-o Barbacena para o serviço das minas (cf. Docs. Hist., X, 98) ao Governador pernambucano sob o pretexto de que delle precisava para levantar um mappa.

“Com a averiguação das amostras que se levaram a Sua Alteza das minas de Tabayana, se serviu mandar em um dos navios que agora chegaram de Lisboa por administrador dellas um D. Rodrigo de Castello Branco pessoa intelligente naquella profissão; e ordenou-me que mandasse fazer um mappa da costa, rios, portos e surgidouros daquella Capitania, para se lhe remetter ... as amostras da prata que se tirasse e se ... defesa necessaria a qualquer invasão que intentem ... este estado. E porque o Engenheiro delle Antonio Correa Pinto é só quem o pode fazer, e se acha nessa praça; no mesmo ponto que Vossa Senhoria receber esta carta m'o remetta Vossa Senhoria a esta para dar as ordens, que ha de seguir; que o administrador fica para partir por terra; e Sua Alteza quer se ganhe tanto o tempo em uma e outra diligencia.”

Já em 30 de novembro de 1674 annunciara o Visconde aos Camaristas de S. Vicente que o ia despachar para Paranaguá determinando que os cofres do donativo do dote e paz lhe pagassem os soldos.

E ao mesmo tempo mandava que entregassem 220 mil reis a Agostinho de Figueiredo, nomeado Administrador Geral das Minas, para as despesas dos trabalhos a seu cargo.

A 20 de março de 1675 escrevendo a Sebastião Velho de Lima contava que o filho chegado de Lisboa escapara milagrosamente “primeiro de muitos navios de turcos e depois de um miseravel naufragio em que morrera a maior parte da gente de bordo.

Sem saber nadar se livrara “com notaveis circumstancias de prodigio.”

Grande havia sido a incredulidade que na Côrte encontrara João Furtado acerca das minas de Pernaguá. Ordenara o Regente novas e severas analyses, segundo instrucções que D. Rodrigo redigiria. Viessem pois novas e boas amostras, e, se para tanto fosse preciso, que se fretasse uma embarca-

ção para as trazer, afim de se não perder mais tempo. Quanto mais rapida a confirmação mais se abreviaria o prazo das mercês que Sua Alteza derramaria sobre tão bons subditos.

Nessa mesma occasião escreveu Barbacena a Braz de Arzão que da Bahia partira para o Sul, a 11 de dezembro de 1674, sobre o descobrimento das minas de ouro de que se occupava o grande bandeirante.

O que convinha era achar ouro de beta e não de lava-gem. Enthusiasticamente exclamava o Governador: "estimarei muito que ao merito de conquistador dos Barbaros da Bahia acrescente V. Mcê o de descobridor das Minas de ouro de beta nessas capitánias do Sul. E tenha Sua Alteza duplicadas razões de o premiar a Vossa Mercê e eu de lhe solicitar as honras e mercês que deve esperar de sua grandeza." (Docs. Hist., IX, 9-11).

A primeiro de dezembro fora ao governador fluminense João da Silva de Souza que Barbacena avisara a ida proxima de Braz de Arzão. Voltava da "conquista dos barbaros das portas da Bahia". "E nella se houvera da maneira que era benemerito de todo o favor e honra que no Rio o governador lhe fizesse."

Tinha nova e importantissima commissão regia.

De Itabaiana só vinham desenganos sobre desenganos. Assim resolvera enviar Correa Pinto "sujeito digno de todo o favor" a Parnaguá. Apresentasse S. S. a sua passagem pelo Rio para que estudasse o reforço da fortificação da praça".

O Ouvidor Geral do Sul, Dr. Pedro de Unhão Castello Branco insufflado por um religioso, irmão do Provedor das Minas de S. Paulo, quizera impedir os trabalhos das minas, requisitando até do governador do Rio força para isto, afim de prestigiar as pretensões do provedor paulista.

Indignado verberava-lhe Barbacena o procedimento ordenando que Silva e Souza de modo algum attendesse aos seus reclamos. Seria Correa Pinto assistido por um technico de grande capacidade, Frei João de Granica, conventual dô Rio de Janeiro.

Foi então Manuel de Lemos Conde deposto da provedoria das minas pelo magistrado, que tambem destituiu diversos officiaes da Camara de Paranaguá.

Negrão descobriu no Archivo Nacional (cf. *As minas de ouro da capitania de Paranaguá*, p. 32) uma carta regia de 19 de março de 1679, em que o Príncipe Regente intimava a Castello Branco a reposição de Manuel de Lemos devendo elle, ouvidor, em pessoa, e como castigo, ir ao local onde praticara o desproposito e effectuar a reposição exigida pela Corôa. Valeu-lhe este aliás a destituição, como observa Marcondes (ob. cit., 204).

Entende este autor porém que o magistrado devia ter razões de sobra para proceder contra Conde e se este d'elle triumphou foi porque acabara de communicar á Corôa a noticia do descobrimento das minas de prata. Mandara o regente correr temporariamente um veu sobre o atrazado até depois de averiguadas as minas.

O sonho argentifero a tudo se sobrepunha.

O depoimento correccional do Desembargador Pardinho que dentro em breve allegaremos bem nos mostra quanto devia o provedor deposto pelo Dr. Pedro de Unhão Castello Branco estar acostumado ás contas de Grão Capitão.

Em dezembro de 1674 a Granica requisitara o Governador Geral ao seu Custodio e a dizer: "Porque é tão grande a importancia de sua assistencia naquella serviço que está fazendo a Sua Alteza e convem para isso estar isento sem escrupulo da jurisdicção dos Prelados eventuaes", Sua Paternidade attendesse ao merecimento que obrava em prol dos augmentos da fazenda do Príncipe seu Senhor" o que faz crer que o Custodio procurasse obstar a ida do frade ao Sul.

A Agostinho de Figueiredo instrua o Visconde ao mesmo tempo: Braz de Arzão, com os seus indios, fazia as excavações. De braça em braça se recolhiam amostras de que se remetteria ao governo pedra separada de cada estado e prata que sahisse do exame tambem de cada "estado."

Analysadas as amostras igualmente em Paranaguá avisaria o Capitão Mór detidamente sobre quanto se operava na pratica das analyses.

A Frei João de Granica enviou o Governador Geral recommendações que bem pareciam de sapateiro a subir acima da chinela, advertindo em termos arroubados que Sua Paternidade bem podia ficar certo de que elle, Barbacena, haveria

de solicitar de S. A., para os parentes do franciscano, todos os augmentos e despachos que entendesse pedir.”

A 12 de fevereiro exprimia o Governador Geral a Correa Pinto a esperança de que já nessa epoca estivesse em Paranaguá a trabalhar.

Amostras e mais amostras reclamava de Agostinho de Figueiredo, numa impaciencia obsidente. Que se fretasse barco especial se se mostrassem de pinta rica.

A 18 de março despachava enorme officio ao Administrador Geral. Levava as cartas de agradecimentos de Sua Alteza aos que trabalhavam em Paranaguá “pelo augmento de sua corôa”. Menção especial merecia Fr. João de Granica do regio favor. Seguiam as instrucções para os ensaios oriundos da sciencia metallurgica de D. Rodrigo de Castel Blanco. “Uma em castelhano, pelos termos de que se usa a sua sciencia, falando com pessoa que os entende e outra em portuguez, por estylo mais claro, para que qualquer pessoa, ainda de pouca intelligência, se possa governar por ella e acertar no modo com que se deverá conhecer e penetrar as minas e depois fazer os ensaios e tirar a prata.”

Porque não vinham as amostras? Não se desilludissem, todos os que trabalhavam em tão alta empreza. Saberria ser S. A. grandioso em recompensar. Era preciso que se confirmasse a *vox populi*. “Importa tanto o credito de um empenho tão publico a certeza de serem essas minas como as do Potussy (que é o que todos dahi me escreveram)”.

Por longas paginas se diffundem as palavras do Governador Geral, pisadas e repisadas numa prolixidade cansativa ao ultimo ponto, sobre o cumprimento de suas ordens, as instrucções de D. Rodrigo, a redacção dos termos de analyse. Prevenia-o discretamente que o franciscano “não deixaria de ter emulos (invejosos, scepticos), na Côrte que tinham escrupulos de sua sciencia.”

Trabalhassem todos desesperadamente, eile Capitão mór, o franciscano, Correa Pinto, Braz de Arzão. Que desmoronar de desillusões o fracasso de Itabaiana! Restava Paranaguá como a esperança “da maior fortuna que a Corôa de Portugal podia ter nas calamidades presentes que a falta de moeda lhe estava ocasionando. “E por estas circumstancias hão Vossas

Mercês de regular a applicação de diligencias e as esperanças do premio.”

Em carta a Fr. João sem rebufos lhe dizia Barbacena quanto na Côrte lhe punham em duvida a competencia de minerador.

Assim tratasse de desmentir estes perversos “emu'os”. Para estimular ao franciscano observava:

E será ljusto que assim como muitos Portuguezes deram muitos milhões nas minas de Potussy aos Principes de Castella, dê tambem um castelhano muitos nas de Paraguá á de Portugal, de cuja grandeza pode V. Paternidade estar certo que hão de ser maiores mercês que as mesmas que em seu nome lhe possa prometter”. Era preciso desmentir “com as infallibilidades da prata” todos os escrupulos dos que em Lisboa delle duvidaram. Só mesmo com as amostras dos sete estados ou camadas. E a isto se ajuntava uma infinidade de reiterações de toda a especie para a tranquillidade disciplinar do franciscano, esperanças de futuro risonho etc.

Inabalavel deve ter sido a fé do Visconde de Barbacena. E' o que transparece ainda de sua carta de 8 de março de 1675 a Antonio Correa Pinto. Seria bom que o Engenheiro fosse sem perda de tempo tratando de organizar a planta geral das fortalezas a se fazer em Paraguá para defender a praça da fatal aggressão dos corsarios desde que começasse a ser o seu porto o ponto de partida de grandes comboios da prata.

E pedia-lhe ainda um relatório confidencial e permenorisado de tudo quanto se obrara nas operações mineradoras.

A 20 de março o graphorragico Governador dirigia-se a Cypriano Tavares, então Provedor da Fazenda de S. Vicente, instigando-o a remetter logo e logo á Bahia as amostras mineraes acaso recebidas de Fernão Dias Paes e de Paraguá.

Apenas chegassem a Santos umas e outras que se fretasse sumaca para a sua conducção á Bahia.

Era preciso mandar a Sua Alteza “o ultimo desengano da infallibilidade da prata naquellas minas de Paraguá”.

Carta bem typica dos processos do tempo é a circular que o Governador Geral endereçou a tres personagens do maior prol no Paraguá de então: Manuel de Lemos Conde, Roque Dias Pereira e Manuel Telles da Costa.

Sobre Manuel de Lemos Conde, personagem de real rele-

vo na historia do bandeirantismo do sul publicou Moysés Marcondes nos seus excellentes *Documentos para a historia do Paraná* valiosos informes.

Seja-nos permittido entre parentheses lastimar que a morte haja impedido ao erudito paranaense, tão bem inspirado quanto honesto, a continuação de uma serie cujo termo de abertura foi realmente optimo, repleto de papeis de alto valor como a correição do Ouvidor Pardinho, em 1721, e elementos ineditos preciosos como a planta de Paranaguá, em 1653.

Bello typo de cavalheiro e de estudioso o de Moysés Marcondes, tão modesto, alheio ás instigações da vaidade, totalmente, serviçal apaixonado de sua terra. Quantos o conheceram de perto ou de longe lhe sentiram muito o prematuro desaparecimento, perda real para as nossas letras historicas, sabedor como era de muito poremor de importancia colhido nos archivos portuguezes e destinado a opportuna publicação.

Assim por exemplo a longa e valiosa exposição de motivos justificativa da sua acção administrativa que o Morgado de Matheus, em 1775, apresentou ao Marquez de Pombal, para se defender das accusações feitas pelo seu successor Martim Lopes Lobo de Saldanha, documento do maior valor, conforme nos communicou, para a historia de S. Paulo.

Voltemos porém a Manuel de Lemos Conde.

Foi das mais notaveis figuras do sul paulista nos fins do seculo XVII e na republica paranaguense teve os maiores cargos.

O Ouvidor Pardinho em 1721, na sua correição, graves accusações levantou contra elle e o filho Antonio Morato, allegando que haviam querido usurpar terras do rocio da villa.

Referiu-se então o magistrado "á poderosa sagacidade (sic) com que vivia Manuel de Lemos" em Paranaguá a ponto de em 1676 forçar os vereadores a ceder ante a sua pressão dominadora (cf. *Documentos para a Historia do Paraná*, 51). Foram as suas usurpações de vulto, commenta M. Marcondes.

Era portuguez, natural de Borba, e casado com a paulista Anna Mattoso Mourato.

Provedor das minas de Paranaguá, em 1674, justamente quando era censurado pela pequena actividade desenvolvida nas pesquisas mineradoras, noticiara á Corôa e ao Governador a descoberta de avultadas jazidas.

Valeu-lhe esta communição o applauso regio constante da carta do Principe Regente, e de 30 de novembro de 1674, papel que F. Negrão descobriu nos archivos do Paraná e falta no emtanto ao registo lisboeta do Archivo Ultramarino como constatou Moysés Marcondes (ob. cit. 201).

Voltemos porém ao caso da carta circular enviada pelo Visconde de Barbacena a Manuel de Lemos Conde, Roque Dias Pereira e Manuel Telles da Costa.

Prevenia-os de que S. A. andava muito desenganado a respeito do valor das jazidas assim "deliberava não metter por emquanto o cabedal de sua Real Fazenda em um negocio de que se não sabia a certeza da utilidade que delle podia resultar". Por esta razão (razão interessantissima em seu pittoresco) suspendera S. A. tambem as recompensas que Sua Mercê devia esperar de sua grandeza".

Em todo o caso pagara generosamente os serviços de dinheiro e pessoas de tão dedicados vassallos "agradecendo o zelo com que o tinha servido nesse descobrimento". Era o que constava da carta assignada de seu real punho que Sua Mercê recebia.

Mas S. Mercê que não desanimasse: trabalhasse muito e sempre! Quanto mais rapida viesse a hora do triumpho mais cedo lhe chegariam a e aos companheiros as honras e as recompensas".

Que mais queria?

Talvez tenham sido estas recommendações o reflexo de uma carta que o dedicado governador recebera da Corôa, se é que de 6 de novembro de 1674 a 18 de março seguinte para tanto houvera tempo e ensejo.

Realmente na primeira destas datas resolveu-se o Principe Regente escrever a seu Governador Geral do Brasil sobre o momentoso assumpto das minas.

Tanto mais quanto tinha noticia palpitante a lhe communicar, e duplamente imperiosa pois lhe communicava o salvamento do filho mas o perdimento das amostras de Paranaguá!

Sabedor deste desastre mandara chamal-o e pedira-lhe um relato do que sabia sobre o caso.

Inteirado do caso por João Furtado resolvera S. A. louvar o seu Governador Geral. "Agradeço o cuidado com que vos empregaes em meu serviço."

E instava a que puzesse todo o empenho no proseguimento das operações de pesquisa.

Caso se effectivassem as boas novas e fosse necessario promover a fortificação do porto de Paranaguá lançasse mão dos dinheiros da paz de Hollanda mas não das contribuições para o pagamento infindavel, eternisado, do dote da Rainha de Inglaterra.

Como pela perda das amostras da supposta prata de Paranaguá nada se podia positivar não iriam por enquanto os elementos bellicos solicitados pelo Governo do Brasil nem os officiaes e soldados requisitados. Em todo o caso seguia o aço, ferro e azougue requeridos para os trabalhos metallurgicos. E partiria logo um engenheiro de comprovada competencia tambem para os trabalhos da mineração.

Considerava o Principe a hypothese de precisar Barbacena ausentar-se da Bahia para a sede do districto mineiro, logo que fosse necessario iniciar o serviço de fortificação do porto e das minas. Mas para tanto fiava do animo, fidelidade e amor que sabia serem os seus para com o Real Serviço. "Vencereis todas as descommoidades por me fazer e ao Reino hum tão particular serviço, e de tantas consequencias como este será".



## CAPITULO XX

*O Visconde de Barbacena e as suas baldadas emprezas mine-  
radoras. — Carta a D. Pedro de Almeida. — Sinceridade  
do Governador Geral. — Providencias da Junta Trina, sua  
successora.*

Equivocamo-nos ao affirmar (Hist. Geral V. 332) que D. Rodrigo voltou de Sergipe em principios de 1676.

Uma carta de Barbacena a Mathias da Cunha (Docs. Hist. IX 3) conta que em 16 de abril de 1675 já estava o Castelhana na Bahia "desenganado das minas de Itabayana". Assim provavelmente se achava na cidade d'O Salvador quando o Visconde falleceu.

Recommendara Barbacena ao Governador fluminense mandasse em duas das betas de Paranaguá aprofundal-as "até os sete estados, a saber na altura em que diziam os Praticos se conhecia o rendimento das minas devendo-se em cada estado colherem-se amostras destinadas ás analyses dos doutos". (Docs. Hist. IX, 13). Estado era ahi o synonymo de braça (dois metros e vinte centímetros).

Muita luz lança sobre o estado dalma do pobre Barbacena a carta que escreveu, a 24 de abril de 1675 a Dom Pedro de Almeida (Docs. Hist. X, 139) O pobre homem convencera-se de que por pouco estava a irrupção da grande nova da descoberta de dous eldorados em Paranaguá e Sabarabussú.

Seria esta ancia,, esta *sacra fames* tão intensa uma consequencia do atavismo israelita? Parece-nos que era dos descen-

dentes do riquissimo judeu Caldeirão, a quem D. João III, em troca do cancellamento de vultuosa divida da casa real agraciara, na pessoa de dous filhos, christãos novos senão novissimos, concedendo-lhes o habito de Christo.

O facto que mais tarde se tornou tão comesinho na monarchia lusitana causara então grave escandalo no dizer da chronica coeva.

Em todo o caso não provocara ainda epigramma que haja subsistido como o conhecido e muito mais recente:

Valei-nos Nosso Senhor!  
 Valei-nos Christo Jesus!  
 Vae-se por a cruz de Christo  
 A quem poz Christo na cruz!

Do judeu Caldeirão diz Camillo Castello Branco, cremos, descendiam os Senhores de Barbacena.

Vejamos porem o que Affonso de Castro escrevera a Dom Pedro de Almeida:

“Sr. meu; Depois de enviar a Sua Alteza por meu filho, as amostras de prata das bêtas que se achavam em Pernaguá, mandei logo (por se não perder tempo na ultima averiguação da importancia daquellas Minas, e prevenção de tudo o que convinha para sua segurança) profundar as minas até os sete estados e se me remetterssem as amostras dos exames que se fossem fazendo em cada estado, e as mesmas pedras em que se fossem fazendo os exames, para em minha presença os fazer tambem aqui D. Rodrigo de Castelbranco, o qual se acha nesta praça retirado da averiguação a que veio das Minas de Itabanhana em que não achou mais que desengano de se lhe desvanecer o trabalho.

E com a mesma ordem que mandei a Pernaguá, enviei juntamente o Engenheiro Antonio Correa Pinto, para que reconhecendo toda aquella costa e os portos e rios que mais necessariamente deviam fortificar-se fizesse um Mappa e me desse particular conta de tudo, e as defesas, que lhe parecessem mais importantes.

Para maior brevidade encarreguei ao Capitão Mór daquela Capitania despachasse logo uma embarcação a trazer-me uma e outra cousa; por horas a estou esperando.

Sendo este o desvelo com que trato deste negocio (no mesmo temo em que toda a efficacia dos meus requerimentos com Sua Alteza se encaminha só a mandar-me successor, como por tantas vezes lhe tenho pedido) e tanto para se premeditar o cuidado dos Principes de Europa, em que é certo ha de occasionar não pouco abalo o rumor daquellas Minas.

Vejo que quando no Brasil se devia augmentar o cabedal paraque o sujeito a que se encarregar a minha successão tivesse com que obrar em uma e outra cousa segurando o perigo estabelecendo a utilidade se serve Sua Alteza mandar que as sobras das rendas Reaes deste Estado se entreguem aos Administradores da Junta do Commercio para se poder prover este Estado de munições.

Esta ordem supponho deve ter ido a todas as praças delle.

Mas como o serviço de Sua Alteza consiste só em seu maior acerto e este é o fim a que se dirigem todas as disposições de seus ministros; e se está conhecendo com evidencia tão clara, que será maior o prejuizo de não haver com que se acudir neste Estado á fortificação daquelles portos e praças de que pende a segurança de Minas do que a conveniencia de se remeterem ao Reino as sobras das rendas Reaes do Brasil; pois a falta destas se não pode cá supprir e se aquelles portos se não fortificarem serão as minas, que podem ser meio do maior augmento do Reino causa da maior ruina do Estado; e todavia o concurso das munições é mais supprivel em Portugal donde Sua Alteza as pode mandar por outra despesa.

Por esta consideração me pareceu dizer a Vossa Senhoria que em nenhuma acção pode na occasião presente empregarse tanto zelo com que Vossa Senhoria ama tanto o serviço de Sua Alteza como em entreter a entrega das sobras que nessa Capitania houver de Sua Real Fazenda aos Administradores da Junta; para que de nenhum modo vá nesta frota que ahi se acha.

Porque se as minas de Pernaguá, e as da Serra de Sa-barabuçu, de que por instantes estou esperando os avisos, tem o rendimento que se entende e para cujo entabolamento e segurança é necessario tanto cabedal; todo o que Sua Alteza tem

no Brasil, hão de achar os seus Ministros por utilissimamente despendido em se conseguir o mais consideravel serviço que se pode fazer á sua coroa.

E se os effeitos de uma e outras minas, não responderem ás bem fundadas esperanças que nellas ha, na frota do anno que vem se remetterá tudo a SuaAlteza entregando-se ahi aos Administradores da Junta.

E a dissimulação que agora pode haver na entrega pode ter por pretensão a mesma diligencia que se for fazendo emquanto a frota ahi se detem, com os Administradores digo Almo-xarifes Thesoureiros e devedores; a qual é conveniente a este proprio intento, pois se vae antecipando das sobras da Fazenda Real na mão do Almo-xarife a quem Vossa Senhoria ordenará que de nenhuma maneira divirta a nenhuma outra despesa por urgente que seja a necessidade della.

Assim o encarrego e ordeno ao Provedor da Fazenda e que me mande uma relação das pessoas que devem de que contractos, e de que annos, e as quantias, e quem são os fiadores. Vossa Senhoria se sirva applical-o e que me venha essa relação na primeira occasião que se offerecer para me ser presente”.

Ao Capitão mór de S. Vicente, Agostinho de Figueiredo, recommendava Barbacena, a 21 de junho de 1675 uma serie de providencias, em longa carta. Era preciso acabar com os motivos do scepticismo da Côrte em relação ao valor das minas de Paranaguá.

Não se melindrassse S. Mercê com o facto de ter ido ao Sul Antonio Correa Pinto. Engenheiro do Estado do Brasil examinar as operações da mineração, nem do facto de ser elle amigo de Fr. João de Granica. Era este religioso o analysta e homem de toda a confiança, assim como o 'Engenheiro "sujeito de quem SuaAlteza fazia tanta confiança”.

Levantara Figueiredo a suspeita de que o frade falsificara as analyses, pois outros ensaios haviam revelado prata e os delle se oppunham a tal asserção. Attribuia ofacto a deslealdade. Tranquilisava-o Barbacena. Tal não se dava.

Nem havia receios que os recém vindos poudessem supplantar, perante Sua Alteza, os meritos e serviços daquelles que haviam encetado os arduos serviços da mineração paranaguense.

Entre Figueiredo, Roque Dias Pereira e Sebastião Velho de Lima se guardava o maior sigillo sobre as esperanças do ouro. Barbacena escrevendo ao segundo, a 2 de junho de 1675, queixava-se de que estava farto de ouvir boatos e muitos echos de suppostas informações. Queria factos e só vinham conjecturas. Partiam as frotas uma após outra, e as cartas a Sua Magestade, se succediam umas ás outras, e nada se positivava!

Tambem a 3 de julho de 1675 exprimia o Governador Geral o seu mau humor violento, ao escrever a Antonio Correa Pinto, em viagem para Paranaguá.

Quando ao receber as cartas de Figueiredo e Roque Dias Pereira tinha esperanças de clareza das minas de prata davam-lhe noticias "confusas de outras de ouro e tão mysteriosamente que dellas nem podia dar conta a Sua Alteza"!

Assim procedesse Pinto com todo o zelo e tratasse de apaziguar o Capitão mór então em lucta aberta com Frei João de Granica e os mais companheiros (Doc. Hist. IX, 26).

Choviam as cartas do Governo Geral ás autoridades de S. Paulo a Frei João Granica, a Velho de Lima, a Braz de Arzão, ao Reitor do Collegio de S. Paulo. Queria Barbacena noticias! boas noticias!

A 13 de Agosto seguinte novas cartas a Sebastião Velho de Lima e ao Capitão Mór Figueiredo.

Porque tanta delonga? Partira a frota e elle na sua ancía, della destacara até um navio que seguisse mais tarde, afim de poder levar a S. Alteza a boa nova.

Nada de "confusas noticias de esperanças douradas". E viessem as amostras dos sete estados da excavação.

Ouro e prata em Paranaguá esmeraldas no Espirito Santo, eram as obsessões do Governador Geral.

A José Gonçalves de Oliveira, capitão mór espirito santense escrevia, a 14 de agosto de 1675, pondo o maior empenho na empreza que já mil esforços consumira de tantos exploradores e esforços smpre baldados.

Estava á espera do aviso das minas de Paranaguá para fazer zarpar o navio que da frota apartara. "E quanto o das Esmeraldas excedia os de ouro e prata! "Assim não fraqueasse Sua Mercê" nas diligencias e na constancia de vencer o arduo dos caminhos e dos mais inconvenientes que até então

tinham difficultado o descobrimento (Doc. Hist. IX, 46). Ao mesmo tempo ordenava Barbacena ao Governador fluminense Mathias da Cunha que fornecesse a Oliveira os 150 indios de que precisava para tal empreza, serviço grandissimo que a Sua Alteza se fazia.

Pouco depois morria Barbadena e a Junta Trina, sua successora, continuou a principio com a mesma orientação mas sem aquelle enthusiasmo semi-maniaco de seu antecessor.

De junho de 1676 datam as ordens expedidas ás autoridades de Porto Seguro, Cabo Frio, e ao Governo do Rio para que mandassem á Victoria os indios de que necessitava Oliveira. Nada resultaria aliás dessa tentativa que nos parece ter sido apenas iniciada.

Nas minas de Paranaguá continuavam as pesquisas e as colheitas de amostras.

Nellas apparecera o ouvidor Geral Pedro de Unhão Castello Branco, homem como sempre sobremodo rusguento. Abrira logo lucta com Agostinho de Figueiredo e Antonio Pinto "formando lhe crimes" e a Braz de Arzão.

A Correa Pinto chegara a encarcerar (Doc. Hist. XI,76) mas a Junta o mandara soltar para poder acudir ás fortificações de Pernambuco, a que S. Alteza o mandara ao Brasil. João Fernandes Vieira lhe reclamara instantemente os serviços: "estavam todas as obras paradas pela falta de sua pessoa".

Quanto ao insupportavel juiz o que elle alcançou foi ver a sua correição geral annullada por ordem do Governo.

Neste interim occupava-se D. Rodrigo em pesquisas e exames geologicos e mineralogicos na região bahiana.

A 11 de junho de 1676 escrevia lhe a Junta convidando-o a voltar logo e logo á Bahia.

"Por aviso que teve este Governo do Capitão Engenheiro Antonio Corrêa Pinto que foi ás minas de Pernaguá, e ficava na Villa de São Vicente para partir em Março antecedente sabemos que traz varias pedras e algumas amostras de prata de Pernaguá, e pode chegar todas as horas a este porto, donde se achæ o Galeão da India São Pedro de Rates, e a frota que com elle ha de partir infallivelmente no primeiro dia de Agosto como Sua Alteza manda no Regimento que traz; do com que Sua Alteza está daquellas minas (ás quaes ordenava ao Sr. Affonso Furtado que passasse pessoalmente sem em-

bargo de o haver desenganado pelas ultimas cartas que lhe escreveu no navio do Caturro) convem a seu real serviço dar-lhe na mesma frota conta com certeza das ditas amostras de prata e do que resultar dos ensaios que Vossa Mercê fizer nas pedras que o Engenheiro traz sendo o tempo que ha para tudo tão breve; no mesmo ponto que Vossa Mercê receber esta se recolha logo a esta praça a toda a pressa possivel. E quando essas serras a que Vossa Mercê tem ido tenha (sic) prata tambem della é justo que a Sua Alteza se avise da importancia ou do desengano della; e para tudo é necessario que Vossa Mercê se não detenha um instante”.

A Agostinho de Figueiredo quasi contemporaneamente, a 23 de outubro de 1676, dava a Junta uma satisfação dos aggravos praticados pelo Dr. Castello Branco e relatava novidades.

Preparava-se o recém fallecido Governador Geral a ir a S. Paulo, em commissão regia, provavelmente pago com seis mil cruzados (2:400\$000) de ordenado, ou ajuda de custa, contava-lhe.

“Ao Sr. Affonso Furtado mandara Sua Alteza ordem, que fosse pessoal.te a essas minas com seis mil cruzados de ordenado. Já lhe é presente a sua disposição dellas. (della). As pedras que Vossa Mercê remetteu a Cipriano Tavares, e aqui na sumaca de Vicente Pendão, se viram pelo Administrador Geral das Minas, e não tem differença alguma das que Vossa Mercê havia mandado ao Sr. Affonso Furtado, e diz o Administrador, que se as hatas (bêtas?) dessas serras são todas destas pedras que vieram, são pedreiras e não são minas. Querirá Nosso Senhor que haja Vossa Mercê topado com outras, que estas não servirão mais que de desengano ás esperanças que dellas se tinham no Brasil e Portugal. Sobre os excessos que contra este Governo commetteu nesta Capitania o mesmo Ouvidor, manda este Governo uma Provisão a que Vossa Mercê dará tambem pela parte que lhe toca o cumprimento e favor, que para elle se houver mister. E para vir o Engenheiro para esta praça, vae outra ao Governador e justiça do Rio de Janeiro. Do que vossa Mercê obrar e achar sobre as minas, dê Vossa Mercê muito meuda conta a este Governo para que quando chegue o successor que se espera tenha entendido o

estado em que as cousas das minas se acham pe'as ordens que provavelmente deve trazer sobre ellas."

Curiosa é a seguinte carta endereçada a Cypriano Tavares, abonadora da sinceridade com que Barbacena tomara a serio a pesquisa das minas brasileiras.

"Vicente Pendão entregou as pedras que continha o conhecimento e memoria que V. Mercê remetteu. O administrador Geral D. Rodrigo de Castello Branco as viu, e nenhuma differença achou entre estas e as que o anno passado vieram. Lastimosa cousa foi que com estes penedos se occasionasse um tão grande estrondo em Portugal, e ao Sr. Affonso Furtado a morte.

Tambem é bem lastimosa cousa que pudesse Pedro de Unhão atrever-se nessa Capitania a obrar tantos excessos contra a jurisdição deste governo contra os Regimentos e ordens dos Vice-Reis e Capitães Geraes que foram deste Estado e a tomar o dinheiro do donativo e a fazer capitulos de correição contra a obediência deste Governo e a prover officios e se lhe consentisse tudo".

Mais categorica era ainda a Junta ao escrever ás autoridades da capitania de S. Vicente (Docs. Hist., X, 181) a 25 de janeiro de 1676.

Do assento cuja copia será com esta terão Vossas Mercês entendido como por morte do Senhor Affonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça Governador e Capitão Geral que foi deste Estado( e nosso Senhor se serviu levar para si em 26 de Novembro do anno passado) lhe ficamos succedendo no logar que occupava. de que temos feito aviso a Sua Alteza por varias vias. E porque de presente tem cessado, com as experiencias que se fizeram (de que o mesmo Senhor desenganou a Sua Alteza sendo essa porventura a total occasião da sua morte) o concurso do que se costumava remetter para as minas de prata que não ha em Pernaguá; o que por ora só encargamos a Vossas Mercês, é que em cumprimento a todas as ordens que o Sr. Affonso Furtado havia mandado a essa Capitania, e ás mais do Sul, sobrê a cobrança de tudo o que se estava devendo aos donativos passados e presentes do dote e paz na forma de'las, e das que o Provedor da Fazenda dessa Capitania tiver do mesmo Sr. sobre a sua remessa para esta praça sem exceder cousa alguma do que ellas determinarem



porque não é a nossa tenção alteral-as em cousa alguma. E cada um de Vossas Mercês pela parte que lhes toca obrará na diligencia deste effeito, tudo o que supponmos e esperamos de sua obrigação, e de seu ze.o. Guarde Deus a Vossa Mercê. Bahia e Janeiro 25 de 1676.”

A 2 de abril de 1678 era Roque da Costa Barreto, novo Governador Geral do Brasil, escrevendo ao Capitão Mór de Sergipe, falava no reencetamento das operações mineradoras de Dom Rodrigo de Castel Blanco, para as quaes requisi-tava o auxilio do experimentado mineiro João Alvares Coutinho.

“Por carta de 7 de Dezembro do anno proximo passado se serviu Sua Alteza ordenar-me, que achando-se D. Rodrigo de Castello Branco capaz de fazer jornada ás Capitánias da repartição do Sul, envie com elle a João Alvares Coutinho, a quem se serviu mandar escrever a carta que será com esta E que no caso que faltasse D. Rodrigo, ou estivesse por seus achaques impossibilitado a passar a aquellas Capitánias, fosse o dito João Alvares a fazer o mesmo serviço a Sua Alteza em companhia do Tenente General Jorge Soares de Macedo, ajustando-se-lhe o soldo, e ajuda de custo, que deve levar. E porque este negocio é de tanta consideração e ha de ir necessariamente a esta jornada e é justo que esteja prevenido para ella; no mesmo ponto que Vossa Mercê receber esta carta o mande logo chamar e lhe entregue a de Sua Alteza, e lhe ordene de minha parte que no fim de Maio esteja infallivelmente nesta praça para este effeito; e entretanto pode compor suas cousas para que mais desembaraçado possa ir á dita jornada; e de Vossa Mercê o haver obrado assim me dará conta.” (cf. Docs. Hist., IX, 63).

A carta de procedencia regencial, de 6 de novembro de 1679, taes ordens confirmava. Respondia o Principe ao seu Governador Geral que lhe parti para a partida de D. Rodrigo e sua gente em duas sumacas, com trinta espingardeiros da guarnição da Bahia, commandados pelo capitão Manuel de Souza Pereira.

Levava o fidalgo seis escopetas para armar seus famulos e no Rio receberia o reforço de vinte outros mosqueteiros e de um alferes do presidio daquella cidade.

"E pareceu-me dizer-vos, concluia Sua Alteza, que o que obrastes neste particular he muy conforme ao que de vós se esperava, e do zelo com que me servis."

## CAPITULO XXI

*Partida de D. Rodrigo para o Sul. — Estada no Rio de Janeiro e em Santos. — Primeira ida a S. Paulo. — Permanencia nas minas da Paranaquá. — O regimento das terras mineraes.*

Provavelmente em abril de 1678 chegava D. Rodrigo de Castel Blanco ao Rio de Janeiro, em companhia de Jorge Soares de Macedo, do mineiro João Alvares Coutinho e mais pessoal da sua administração.

“Aqui, escreve Basilio de Magalhães, mandou a João de Campos e Matos (que mais tarde, em 1709, foi capitão-mór de São Vicente e São Paulo) a fazer descobrimentos no sertão, “onde o dito Mattos dizia haver serras com pedrarias; porém não se conseguiu desta entrada e despezas della o menor effeito de utilidade.” (Taqes, in *Nobiliarchia*, XXXIII, p. 2.º, 151).

Pouco depois, em fins do mesmo mez e anno, aportava a Santos o Administrador Geral.

Uma observação curiosa que merece reparo é a de Moysés Marcondes (ob. cit. 201). Entende o autor paranaense interessante apurar-se se Don Rodrigo “seria de facto caste’hano, ou se don Castel ou Castello Branco da velha fidalguia portugueza, mandado ao Brasil a refazer finanças: ou se ainda dos transfugas da Restauração, regressando agora de Castello.”

Prece-nos fora de duvida que o fidalgo de Itabaiana não

podia deixar de ser hespanhol. Não só todos os autores o dizem como ha uma prova indicial de relevo: a sua correspondencia sempre em lingua hespanhola, como as cartas e certidões publicadas nos documentos de S. Paulo e nos de Minas, ainda ultimamente por Feu de Carvalhõ.

Com razão observa M. Marcondes que a animosidade revelada por P. Taques contra o „patarata” como elle chama deveria recahir, em grande parte, sobre quem o mandara com tão grandes regalias e vantagens, para fazer o que os paulistas sempre fizeram á sua cûsta e á cûsta de tão grandes sacrificios”.

Esqueceu-se o erudito paranaense do *Initium sapientiae timor regis* avassallador do mundo lusitano contemporaneo do linhagista...

Historiando as primeiras passadas de Don Rodrigo no Sul escreve Pedro Taques (*Inform.*, p. 113).

“Da Bahia embarcarão para Sanctos, com escala pelo Rio de Janeiro, D. Rodrigo e Jorge Soares de Macedo, e chegarão a Santos, onde a sua conducta para S. Paulo principiou em 14 de Fevereiro, até 14 de Março de 1679, importando esta dispeza em 123\$rs. Veyo para apontador do Rol do ponto Francisco João da Cunha, que vencia de soldo 10\$rs. por mez (Provedoria da Fazenda, Quaderno do Rol do ponto cit. de fs. 30 até 37).

Para Escrivão a João de Moya com 15\$rs. por mez, para Thezoureiro Manoel Vieira da Silva com 15\$rs. por mez, por Capellão Mór o Padre Felix Paes Nogueira com 60\$rs. de congrua annual e 23\$920rs. de ordinario para cêra, vinho e hostias. E por Mineiro de grandes experiencias a João Alves Coutinho com o soldo de 20\$rs. por cada mez, que principiarão a correr do dia do seo embarque da Bahia.

Trouxe hua companhia de 50 soldados Infantes do Prezidio da Bahia ao Capitam Manoel de Souza Pereira com o Alferez Mauricio Pacheco Tavares (Rol do ponto (cit. de fs. 30 até 36).

Chegados, que forão a S. Paulo apresentarão em Camara as Provizoens, e cartas patentes com as mais ordens respectivas a elles ditos.”

Não sabemos se D. Rodrigo terá voltado ao Reino no intervallo de suas duas grandes commissões ao Norte e ao Sul.

Seu cunhado e *fidelissimus Achates*, Jorge Soares de Macedo, este, com certeza, regressou a Portugal. Na sua carta patente, de 30 de outubro de 1677, dizia o Regente "passara ao Brazil com o cargo de Contador das Minas de Tabayana, e Capitam de Fortaleza que se havia de formar (havendo-as) em companhia do Administrador Geral del'as D. Rodrigo de Castel Blanco, e nesta diligencia obrara tudo com particular zelo de meo serviço, andando pelo certão daquell'e Estado perto de mil legoas e ultimamente voltara a este Reino na Nao S. Pedro de Rates a dar conta do que se obrara na dita del'gencia."

Condecorado com a patente de Tenente Mestre de Campo General honorario seria gratificado com o soldo de 26 mil reis mensaes logo que começasse a servir na exploração das minas de Paranaguá.

Já no volume IV desta obra deixámos frisado quanto era hypocrita a recommendação regia relativa a Jorge Soares.

Não devia tratar de minas e sim effectuar a fundação de Colonia do Sacramento.

No emtanto se lhe despachou a carta regia de 19 de dezembro de 1679 em que se lhe recommendava:

"Nas ordens que vão ao Administrador D. Rodrigo de Castel Blanco, para, em vossa companhia, passar as Capitánias da Repartição do Sul para o effeito de fazer as diligencias das Minas de Paranaguá, e em sua falta as da Serra de Sabarabuçu, se prevenio que sendo cazo, que por seos achaques se impossibilite a poder passar a penetrar os certoens das ditas Capitánias, fique no sitio, que lhe parecer, emquanto possa fazer alguma experiencia com João Alvares Coutinho; que ordeno vá em sua companhia.

Evós, por conveniencia do meo serviço e na forma das advertencias, que aqui se vos fizerão, passareis a descobrir, penetrar aquelles certoens por se dizer poderá nelles haver o que se procura.

E tomadas as noticias em attenção aos sitios que descobrirdes e do que mais achardes, me dareis conta e o mesmo fareis ao Governador do Rio de Janeiro D. Manoel Lobo, para que, informado, por ambos, possa dispor, o que houver por bem, e para esta bem, e para esta jornada, que fizerdes levaréis aquellas pessoas que vos parecerem mais convenientes, e que tenham já penetrado aquelles certoens, as quaes, segura-

reis, que deste serviço que me fizerem em vossa companhia poderão esperar de mim renumeração, e que de vós seja necessario ajuda e favor para este effeito, ordeno aos Capitaens Móres das ditas Capitancias Officiaes de Guerra, Justiça e Fazenda, aos Officiaes das Camaras, vos dêem o que lhes pedirdes, que assim o hei por bem, ede vossa experiencias ezelo, espero que neste negocio procedais tanto ameo contentamento, que tenha lugar de vós fazer mercê”.

Depois da partida de D. Rodrigo a 10 de março de 1679 mandara ainda o Governador Geral que seguissem a se incorporar á sua columna o Engenheiro do Estado do Brasil Antonio Correia Pinto e o Tenente do Mestre de Campo General João Tavares.

Ia-se agora proceder a um exame serio do valor das minas de Paranaguá, de que se falava intermittenemente. Os echos que corriam ao seu respeito tinham tido o dom de irritar até certo ponto o soberano.

Mandara este, pela carta regia de 14 de abril de 1673, aos camaristas de Paranaguá, que com o maior, com todo o estimulo proseguissem no serviço das minas.

A 7 de setembro de 1674 escrevia novamente o Principe Regente, agora ao Provedor das Minas. “Havia muito não tinha a menor noticia do rendimento de taes jazidas”. Que significava tal collapso? (cf. Vieira dos Santos: *Memoria historica de Paranaguá*).

Informa Pedro Taques (Inf. 118 ed. n.)

“No Rio de Janeiro, recebeu D. Rodrigo daquella Provedoria; em dinheiro 200\$ rs; tres quintaes de polvora e 5 de balas de mosquete e arcabuz; 4 quintaes de chumbo em barra; hua arroba de morrão; quatro bacamartes e hú fole de Fereiro (Liv. cit. pag. 27 V).

Nesta cidade mandou em Novembro de 1678 a João de Matos, Cabo da Trópa, fazer húa entrada ao certão daquella Capitania adescobrimentos, que o dito Matos affirmava haver Minas em dito certão; porém esta deligencia foi dispeza inutil (Quad. de Rol do ponto já cit. pag. 36 V).

Dezenganado do Rio de Janeiro sahio D. Rodrigo para Santos em 20 de novembro de 1678, fez publicar bando ensinando nelle que vinha encarregado por ordem de Sua Alteza dos descobrimentos das Minas de ouro, e prata dos cer-

toens da Capitania de S. Paulo até o Rio de Buenos Aires para cuja importante deligencia convidara aos moradores da dita Capitania.

Em nome do Príncipe Soberano offerencia perdão atodos os criminosos de qualquer qualidade de crime, excepto de leza Magestade, para acompanharem ao Tenente General Jorge Soares de Macedo no importante serviço a que havia de ir; alem das promessas de honras e merces que trazia para conferir em nome de S. Aleza; impedindo por este bando, que nenhúa pessoa de qualquer qualidade sahisse da Capitania para o certão antes da expedição dodito Jorge Soares de Macedo”.

Depois de curta permanencia em Santos subiu o administrador Geral a S. Paulo, como era de esperar, afim de se entender com os chefes mais celebres de entradas e os paulistas em geral. Depois de ter tomado providencias para a sua futura passagem a Sabarabussú, abalou-se a visitar as minas de Paranaгуá como relata Pedro Taques.

“Tendo Dom Rodrigo mandado aos Paulistas Antonio da Cunha Gago e seos irmãos Simam da Cunha Miranda e Barthólomeo da Cunha Gago, e a Manoel Cardoso de Almeida, fazer plantas de milho e feijão no certão de Sabarabuçu, e do Caheté, para passar a elle no tempo da colheita destes fructos, por não perder o tempo com as diligencias dos descobrimentos de que estava encarregado, passou da Villa de Santos por terra, em 14 de Fevereiro de 1679, com 123 Indios de sua conducta, para as Minas de oiro das Villas de Iguape, de Cananéa, de Parnaguá e de Coritiba que os Paulistas tinham descoberto á custa de suas fazendas, trabalhos, fomes, miserias, sem a menor ajuda de custa.

Os quaes, pelo Rol de Ponto desde o dia 14 de Fevereiro de 1679, em que sahirão da Villa de Sanctos, até 2 de Junho de 1680, em que chegarão a S. Paulo fizeram a despeza de 1:555\$960 rs. (Quad. do Rol de Ponto cit. de fs. 8 até 28).”

Os primeiros tempos da estada de D. Rodrigo no littoral paranaense assim os historia o linhagista :

“No tempo que se demorou D. Rodrigo por Parnaguá dispôz hua entrada para dalli se atraveçar os certoens até as Aldeas de P.e Tr.e. (Nós entendemos que estas Aldeas erão as que estavão a cargo do Jesuita o P.e Fro. Dias Tanho superior de todas ás Aldeas até o Uruguay) e campos Guaya-

nazes, a descobrir os Morros, e Serros onde se tinha, por noticias haver Minas de prata.

Para este effeito passou patente de Capitam Mór a Antonio de Lemos Conde. que com dispendio de sua fazenda se dispoz a executar esta entrada, levando tambem á sua custa homens brancos, e seus escravos com todo o necessario de mantimentos, e mais do fornecimento para a Tropa, armas, muniçoens e certanistas pagando-lhes a 50\$000 rs. de premio a cada hum como tudo se declara na sua carta patente de Capitam Mór datada na Villa de Parnaguá a 6 de Abril de 1679.

Para acompanhar a este Capitam mór foi escolhido Francisco Jacome Bajarte a quem D. Rodrigo passou patente de Capitam da gente desta Leva, dada tambem em Parnaguá a 4 de Mayo do mesmo anno (Quad. do Rol do Ponto, pags. 43, até 45)".

A referencia ao Pe. Francisco Dias Tanho parece-nos descabida. Este já devia ser fallecido em 1679, quer nos parecer, Já em 1628 era sacerdote.

Entende Moysés Marcondes (ob. cit. 206), que a patente de capitão mór deve ter sido passada a Manuel de Lemos Conde visto como se não conhece nenhum Antonio de Lemos Conde.

E attribue este erro de nome a Vieira dos Santos (ob. cit. p. 39). Mas Pedro Taques, como vimos, tambem escreve Antonio. Dir-se-á que Vieira dos Santos haja copiado o linhagista mas tal não suppomos provavel pois a *Informação* de Taques só veio a divulgar-se muito depois da morte do chronicista de Paranaguá.

E' possivel aliás que Vieira dos Santos haja estado na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro em consulta á *Informação*, então inedita.

Em todo o caso é de toda procedencia a observação de Moysés Marcondes. Se a patente foi passada a Antonio Conde é que deve ter havido ahí um engano de amanuense.

Prosegue Pedro Taques:

"Intentou descobrimentos nas Serras de Parnaguá sem effeitos. fez adiantar o favor das Minas de ouro de lavagem, dando as providencias necessarias para segurança dos Reaes quintos nas Officinas de Iguape, Cananéa e Parnaguá.

Proveo de Provedores, Escrivaens e Thezoueiros da Real Fundição, onde entendeu necessario.



Deu regimento para a Concessão das datas mineraes aos que as pedissem, com formalidade e para a repartição das terras nos nóvos descobrimentos.

E deu tambem em nome de Sua Alteza a serventia destes officios a algumas pessoas que achou benemeritas desta graça para o Serviço Real.

O Regimento foy geral para Iguape, Cananéa, Parnaguá, Corítiba e S. Paulo.”

Na patente de Bajarte declarava o Administrador Geral que o tinha em conta de pessoahabil para a diligencia do descobrimento das minas (Vieira dos Santos *Memoria historica de Paranaguá*, p. 39).

## CAPITULO XXII

*Actuação de Don Rodrigo quanto ás minas de Curytiba. — As faisqueiras de Iguape. — Trabalho nas jazidas de Paranaguá. — Pesquisas infructiferas. — Regresso de Don Rodrigo a Santos.*

Ao se referir ás primeiras passadas de Don Rodrigo de Castel Blanco escreve Moysés Marcondes:

“Toda a gente se poz em actividade com Don Rodrigo á frente; bateu serros e serras onde se dizia haver minas de prata. Galgou e tanspoz a Cordilheira do Mar e chegou aos corregos de Curytiba”.

Analysando a actuação do fidalgo hespanhol em relação ás descobertas de Curityba deixou o nosso linhagista escripto:

“Quando sahio da Villa de Santos para transitar até Coritiba, porque no certão desta Villa estavam descobertas as Minas de N. Sra. da Graça do Itahibé, pelo Paulista João de Ar.º; e as do Ribeiro de N. Sra. da Conceição; e as de Peruna nos campos de Coritiba pelo Paulista o Capitam Mór Gabriel de Lara, e as Minas que descobrio o Paulista Salvador Jorgè Velho, todas no fim do anno de 1679, mandou D. Rodrigo (por bando de 17 de Fevereiro de 1679 publicado nas Villas de Santos, de S. Paulo, de Iguape, de Cananea, e de Parnaguá, para que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse, podesse sahir para os Campos de Coritiba, até, que elle fosse

a aquellas Minas para dellas repartir as terras, aos que houvessem de as trabalhar com pena devida e de traidor ao Principe, e perdimento de bens para a sua Real Coroa.

Com effeito passou a Parnaguá e a Coritiba e nas officinas da Fundição do Real Quinto deixou as providencias necessarias para se praticarem e logo que chegou as ditas Minas da costa do sul, e Villa de Iguape, deo Regimento de Instrucção para praticar o Capitam Manoel da Costa que então era Provedor das Minas de Iguape e Cananéa.”

O rendimento das faisqueiras de Iguape mostrou-se sempre mediocre, embora Young, que sobre a região iguapense escreveu tão excellentes informes historicos — declare que a producção do districto chegou a ser assaz grande.

Na sua pequena memoria *Mineração de Ouro* (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo, VI, 400) conta-nos que as lavras renderam bastante a ponto de permittirem que o povo da villa edificasse a sua propria custa Casa da Camara, Cadeia e Casa da Fundição, o que não deve aliás ter exigido grandes sommas, modestas como eram e construidas por escravos.

Os archivos desta repartição encontrou-os Young esphacelados.

E depois verificou que Pedro de Souza Pereira, o famoso Provedor Mór, fizera com que muitos livros fossem transferidos para Paranaguá.

Com muita paciencia pôde Young comprovar que o ouro apresentado á quintagem, de 17 de fevereiro a 31 de dezembro de 1678, attingira 8.405 oitavas ou sejam 30140 grammas.

Como certamente se dera muito descaminho supponho que as “minas” de Iguape hajam dado em 1678 uns cincoenta kilos de ouro.

Discute Young largamente diversas asserções de Silva Lisboa nos *Annaes do Rio de Janeiro* provando quanto são falsas.

Considerava o autor inglez como digno de autoridade o autor dos *Annaes*, obra cujo valor e honestidade tem o tempo diminuido.

Affirmou-nos Capistrano, varias vezes, quanto foi Silva Lisboa um dos plagiarios de Pedro Taques e dos mais desembaraçados.

A seu ver será facilimo provar tal affirmação, pelo sim-

ples cotejo dos textos, sobretudo dos manuscritos existentes na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

A produção das minas iguapenses representaria, quiçá, um total de 40.000 cruzados annuaes, ao preço da oitava, em 1680, ou sejam dezeseis contos de reis, o que equivaleria hoje a uns 1600 contos de reis talvez, dada a differença da capacidade acquisitiva da moeda no tempo e hoje.

Produção sessenta vezes menor do que a de Morro Velho actualmente. E esta pouquissimo pesa na balança dos mercados financeiros mundiaes.

Havia em Iguape individuos lavrando em catas com dez e mais escravos como Antonio Soares de Azevedo em 1655.

No anno de 1669 era grande o numero dos trabalhadores em Yvupuranduba á margem da Ribeira, entre Iporanga e Xiririca.

No *Livro do Tombo da cidade de Iguape* achou Young uma nota em que declara haver cessado a mineração aurifera iguapense "em o anno de 1697, pouco mais ou menos porque quasi todos os Mineiros se ausentarão daqui para as Minas Geraes".

Este regimen de Dom Rodrigo, de 22 de março de 1679, passado ao Provedor de Iguape e Cananéa, Manuel da Costa, traz informes preciosos para o melhor conhecimento das operações da mineração de antanho.

O artigo primeiro, essencial, obrigava os exploradores a levar sementes de milho e feijão além da rama de mandioca "para poder fazer planta e deixal-as plantadas".

Ao descobridor se obrigava a pedir concessão das terras mineraes, logo que achasse terreno lavravel e o Provedor, immediatamente, iria ao local conceder-lhe sessenta varas de frente nas catas novas (66ms.).

A melhor data era o descobridor obrigado a offerecel-a á Corôa, tendo porém o direito de escolher mais 40 varas que poderia lavar ou vender a vontade.

Uma cata vaga por mais de trinta dias ficaria devoluta. Aos clerigos se podia conceder data a lavar com a obrigação de a vender, passados um anno e um dia de sua concessão.

Depois de varias medidas e distribuido assim o terreno mineral ficava expressamente prohibido, a quem quer que fosse, e sob graves penas, tirar ouro da data concedida. Ob-

servara-se que todos os poderosos "tiravam aos pobres, com o seu poder as Datas que se lhes dava em nome do Príncipe Nosso Senhor".

Fixava-se o preço da oitava de ouro não quintado em um cruzado. Aos contraventores se ameaçava com a pena de cinco annos de Angola e confisco de bens.

Uma vez quintado vendesse o dono do metal o seu ouro como melhor achasse. Havia ahi a mais verdadeira extorsão resultante da valorisação enorme da porcentagem quintada, pois valia a oitava então muito mais de mil reis ou sejam dous e meio cruzados.

Em 1677 elevava o futuro D. Pedro II o marco de ouro a 96\$000 o que attribuia á oitava o valor de 1\$500! E isto quando, em 1647, valia apenas 660 reis!

A 20 leguas ao derredor das lavras quem fosse apanhado carregando ouro em pó, não endereçado á casa dos quintos "corresse em pena de vida e perdimento de bens para a corôa".

No Mineral (territorio aurifero ou argentifero) em que se descobrisse ourives, fosse este official degradado para Angola e por dez annos.

"Não podia sahir da villa e povoado mas a'li, sob pena de morte e confisco de bens, não lhe era dado trabalhar com ouro em pó. E as joias fabricadas ainda tinham que passar pelo exame da Provedoria."

Em Curytiba não foi longa a demora de Dom Rodrigo. Sobre ella escreveu Pedro Taques (Inf. p. 133):

"Na repartição das terras das Minas, do Itahibe do Ribeiro de Nossa Senhora da Graça, fez arrematar a data de S. Alteza a João Roiz França em 2 de Julho de 1679 annos, em preço de 155\$ rs. que o arrematante os exhibio.

Logo depois da partilha procedeo na repartição das Datas de Nossa Senhora da Conceição, recebendo antes disto ordem para no termo de 12 dias os que não acudissem a tomar Datas perderem o direito que nellas podião ter."

Nomeou seus delegados tres homens de prestigio. Um delles, Domingos de Brito Peixoto, até illustre. Outro, Diogo Domingues de Faria, talvez haja sido o sertanista conhecido que foi dos capitães da expedição desastrosa de Domingos Barbosa Calheiros aos tapuyas do sertão bahiano.

Do terceiro apenas sabemos por um documento do Archivo de Marinha e Ultramar, datado de Lisboa e de 16 de março de 1682, que era morador em Santos e capitão de milicias.

Recommendava-lhes muita severidade policial, em defesa dos mineradores acaso ameaçados por intrusos. Deviam estes ser presos e remettidos a elle D. Rodrigo, que os saberia castigar.

Auxiliassem os agentes da Administração enviados aos descobertos novos; marcassem breve prazo de dous mezes para a apresentação do ouro á casa da fundição de Paranaguá.

De tudo lhe deveria ser remettido nota. Ficava na data real do Ribeiro de N. S. da Conceição o apontador Francisco João da Cunha com os indios que trouxera de S. Paulo.

Fiscalisassem o seu trabalho não deixando que a nenhum indio molestasse quem quer que fosse.

Velassem pelas roças já plantadas de milho, feijão e abobora e ao gado procurassem poupar "com muita conta e razão".

Aos indios fizessem com grande empenho assistirem á missa "para que não ficassem remissos e se não retirassem do gremio da igreja". Deixava-lhes por capellão mór o Padre Felix Paes Nogueira.

Tal o regimento passado nas Minas de Itahiba a 13 de agosto de 1679. Continúa Pedro Taques (Inf. p. 136):

"Neste mesmo dia despachou ordem para descobrimento dos Ribeiros de ouro de lavagem no certão de Coritiba, aos Paulistas (todos em Tropa) Luiz de Goes, Antonio Luiz Tigre, Guilherme Dias, Manoel de Góes, Antonio Dias e o Capitam Agostinho de Figueiredo.

Para os mesmos descobrimentos dispôz outra Trópa do Padre Antonio de Alvarenga, Luiz da Costa e João de Arrayolos.

Estas duas Tropas obtiverão o despacho para entrada do certão em 13 de Agosto de 1679 (Quadro do Rol do Ponto, pag. 76 V)".

Partindo do planalto baixou D. Rodrigo a Paranaguá afim de activar as diligencias sobre as minas de prata.

Assim resume Basilio de Magalhães o relato de Taques que acompanha pari-passu. (ob. cit. p. 90).

"Por portaria de 28 de agosto de 1679 mandou que o mineiro João Alvares Coutinho, Manuel de Lemos Conde, Roque

Dias Pereira e Manuel Velloso da Costas (estes, respectivamente, provedor, thesoureiro e escrivão dos quintos) fossem com o padre Frei João Granica examinar os serros onde se dizia haver prata. E, a 10 do mez seguinte, partiu em pessoa para o serro em que constava a existencia de metal branco.

Todas estas diligencias foram infructuosas."

Seria este religioso Fr. João de "Graniça" realmente? Taques, victima de evidente erro de seu copista, o intitula Padre Francisco João Graniça (p. 137).

Nos documentos do Archivo de Marinha e Ultramar inscrevem-se os appellidós de Fr. João de Guaramiza e Guaraniça (pag. 209 e 346).

Seria algum mineiro pratico estrangeiro hespanhol, peruano ou italiano, quiçá enviado ao Brasil pe'lo Regente? E' o que não sabemos informar.

Numa petição de Manuel Rodrigues de Oliveira provedor das minas de S. Paulo e S. Vicente, datada de 5 de janeiro de 1688, petição em que solicitava de D. Pedro II sua nomeação de provedor das minas de lavagem de repartição do Sul, como já fôra seu sogro Paschoal Affonso, ha uma referencia a Fr. João de Guarniça "religioso observante do Convento de S. Francisco da Provincia do Perú". Publicou Basilio de Magalhães este documento (Rev. Inst. S. Paulo, XVIII, 280).

Num papel de 1674 (cf. Docs. da Bibl. Nac., fala-se em Fr. João de Iranica (sic) a proposito de ensaios feitos com minerios de Paranaguá, referindo o Visconde de Barbacena haver ouvido de Fernão Dias Paes que de uma libra de pedra de Paranaguá, tivera 30 reis de prata.

De tudo devia fazer um papel, segundo o estylo das Indias seu conhecido,

Aos seus prestimos muito louvava o Visconde (Ibid. 285). "E' tão grande o serviço feito por V. P. a Sua Alteza e eu me vejo tão obrigado por elle a V. P. que uma e muitas vezes lhe agradeço."

Ha numerosos papeis referentes ao franciscano na collecção dos *Documentos Historicos*, mas nenhum delles dá pormenores sobre a sua biographia, que para nós continua obscura. Em todo o caso parece-nos que o seu verdadeiro nome vinha a ser Granica.

Continua Taques pormenorissadamente:

“Depois em 10 de Setembro do mesmo anno de 1679 passou em pessoa ao Serro no qual se dizia haver prata levando em sua companhia aos officiaes da Camara da Villa de Parnaguá.

Nós entendemos que estas Minas de prata não são mais do que huas pedras, das quaes alguma prata se extrahe, não correspondendo o valor do metal ás despezas da manobra, por cuja razão forão deixadas estas pedras da mesma forma em que no anno de 1682 ficarão as da Serra de Biraçoyaba, onde por ordem Regia passou a fazer exame da prata Francisco (sic) Pedro de Souza acompanhado dos Paulistas o Alcaide Mór Jacinto Moreira Cabral, seu irmão o Coronel Paschoal Moreira Cabral, aos quaes para este effeito escreveu o Senhor Rey Dom Pedro carta muito honroza datada em 2 de Mayo

E com a mesma data tão bem escreveu aos Paulistas Manoel Fernandes de Abreu, aos capitaens Pedro da Guerra, Domingos de Brito Veiga, mór de Santos a Guilherme Pompeu de Almeida, Antonio de Godoy Moreira e Diogo Vaz de Barros, mór de Parnaguá (Secretaria Ultram. Liv. das Cartas de V. de Janeiro tt.º 28 de Março de 1673 pag. 30, e 35)”.

O “Francisco Pedro de Souza” do texto do linhagista não é senão a resultante de erro de copista abelhudo que lendo no original Fr. em abreviatura, entendeu por sua conta e risco traduzir a abreviatura por Francisco. Seria impossivel que Pedro Taques desconhecesse a figura de Frei Pedro de Souza.

Prosegue a *Informação sobre as minas de S. Paulo*:

“Estando em Parnaguá descobriu hu Ribeiro de ouro de lavagem o Paulista Diogo Pereira de Lima, que deo ao manifesto a D. Rodrigo e este ordenou em 3 de Outubro de 1679, que emquanto mandava ao dito Pereira Lima a outras diligencias, nenhua pessoa fosse ao Ribeiro do ouro descoberto com pena de confisco”.

Ordenou ao Capitão Mór Diogo Domingues de Faria aos capitães Garcia Roiz e João Antunes e a Salvador Jorge Velho que fossem “do Mineral de Itahebé até as Furnas” informando se nos sertões haveria pinhaes para o sustento de 120 pessoas mais ou menos, para que elle, Administrador, não corresse o risco de ver morrer toda a sua gente.



“Conjecturamos que não teve effeito esta jornada; porque em 20 de Fevereiro de 1680 passou ordem datada em Parnaguá ao Thezoureiro Manoel Vieira da Silva que todos os materiaes e tudo o mais, que tinha em carga viva fizesse embarcar para Santos na Sumaca de Manoel Vicente Luiz Pinto; posto que ainda D. Rodrigo se demorou em Parnaguá onde em 27 de Abril do mesmo anno de 1680 fez o Regimento que temos copiado; e em 20 de Mayo chegou a Santos e em 2 de Juho em S. Paulo (Quad. do Rol do Ponto, pag. 24 até... V)”.

Momento houve em que D. Rodrigo nas minas de Parnaguá fez trabalhar 123 indios com quem gastou, de 14 de março de 1679 a 14 de maio de 1680, um total de 1:055\$960 reis só de soldos.

Frisa o linhagista que elle dalli partiu “sem conseguir mais descobrimento”. Todas as jazidas haviam sido reveladas por paulistas: Gabriel de Lara, João de Araujo, Salvador Jorge Velho, “todos sem despeza da real fazenda a mais minima.”

Commentando os resultados des'es esforços escreveu Moysés Marcondes, com todo o acerto: “Ao fim de um anno de esforços e largas despezas, estavam todos de volta a Paranaгуá, sem terem vis'o um grão de prata e de minas de ouro, tão somente as antigas, onde a gente de terra, de longa data faiscava.”

Desapontado, cruelmente desapontado, procurou o fidalgo castelhano vingar a decepção sobre a responsavel de toda aquella miragem desvanecida após tanto sacrificio de trabalhos e dinheiro”.

“O azedume brotado, diz M. Marcondes, havia de se descarregar para cima de quem annunciara descoberta de minas que, de facto, não se encontravam.”

Intentando voltar a Santos resolveu antes disto depor a Manuel de Lemos, da provedoria das minas. E não só ainda o mandou encarcerar e responsabilisar. Foram os bens de Lemos sequestrados e o resultado deste confisco, 793\$860 rs., quantia avultada para a epoca, entregues a um depositario alheio ao Paranaгуá, o capitão José Pinheiro Machado, em Santos (Carta regia de 22 de outubro de 1690, transcripta por M. Marcondes).

Apezar dos desgostos de sua campanha infructifera, resolveu o fidalgo não deixar aquellas paragens, testemunhas de

seu fracasso sem pelo menos atestar a sua presença e os seus trabalhos com algum padrão burocrático de sua sciencia de minerador.

Compunha-se de nove artigos o regimento das terras mineiras, promulgado por D. Rodrigo de Castel Blanco em Paranaguá, a 27 de abril de 1680.

Era-lhe a principal disposição: a obrigatoriedade do pedido ao Provedor da licença para a exploração das terras mineiras. A' descoberta devia seguir-se immediatamente a sua manifestação ao Provedor.

Caberia ao descobridor uma data de 30 braças, fixando-se-lhe logo a data da Corôa, mais uma outra ainda, para o Descobridor, a chamada *sorteada*, e depois as mais aos Mineiros então presentes conforme as posses de cada qual.

A dez annos de Angola e á restituição do indebitado ficava condemnado o minerador apanhado a trabalhar em data alheia. A real seria posta em publica praça.

Ficava expressamente vedado a qualquer Provedor, Thesoureiro ou Escrivão "tratar ou contractar com mineiros" trocar prata por ouro nem agoardentes nem outras meudezas, por si nem por outra qualquer pessoa de sua obrigação" sob pena de perda de cargos e confisco de bens.

Não podiam trabalhar com seus escravos nem ter mina sua, abrindo-se excepção para os officiaes interinos por elle D. Rodrigo nomeiados, até a vinda da patente regia definitiva.

Ficavam os Provedores-Guardas-mores prohibidos de dar a quem quer que fosse, embora Govenadores, Administradores ou capitães Móres, um unico ceutil do cofre real. Para isto se exigia ordem regia especial, e expressa.

Pena de morte a traidor a quem quer que fosse e não quintasse o seu ouro. Devia elle ser barreteado e cunhado. A mais estricta obediencia se exigia dos mineiros em relação ás ordens de Provedor. Os emolumentos do escrivão e meirinho repartidores de Minas seriam no maximo um cruzado diario, vencendo o escrivão mil reis por carta de data, tudo isto sob pena de execução.

De Manuel de Lemos Conde creou Don Rodrigo verdadeiro odio.

Não o desarmou o tragico fim do seu desaffecto. Desesperado com a sua situação de preso e sequestrado suicidou-se

Manuel de Lemos em 1681, degolando-se como nos conta Pedro Taques (Rev. Inst. Bras., XXXIII, 2, 334).

Pois bem antes de partir para o sertão de Sabarabussú ainda Don Rodrigo recommendou toda a severidade aos exactores da fazenda real no sentido do confisco rigoroso dos bens do mallogrado provedor e "inventor" provavelmente leal, mas ignaro, das famosos e opulentas minas de prata de Paranaguá.

"Paranaguá só teve prata, no nome de sua bella serra", annota Moysés Marcondes.

Defende o douto escriptor paranaense, e de modo caloroso, o infeliz Manuel de Lemos cujo insuccesso não deve ter sido filho da má fé e sim apenas da insciencia e da deficiencia dos meios locaes, para a classificação exacta dos mineraes encontrados.

Com toda a razão allega: "Não foi isto o que se deu mais de uma vez com as pedras verdes desvaliosas, que heroicos sertanistas tiveram em conta de riquissimas esmeraldas?"

Não foi o que se deu, em sentido opposto, no descobrimento das "Geraes" com aquelles granitos côr de aço, que ninguém sabia o que fossem, e só no Rio de Janeiro se conseguiu verificar serem desse *ouro preto* e do mais fino quilate?

Mas o que realmente innocenta a Manuel de Lemos Conde é a restituição que a fazenda real fez aos seus herdeiros de seus bens sequestrados e arrecadados em virtude de sentença a que Dom Pedro II mandou dar cumprimento.

E o interessante é que o depositario os restituiu desfalcados de mais de dez por cento "por se não achar clareza da quantia que se havia depositado".

"Com que desfalque teria chegado esta quantia, afinal, ás mãos dos herdeiros?" indaga Moysés Marcondes, cheio de scepticismo como conhecedor emerito das cousas coloniaes.

Entende o escriptor paranaense que ainda a favor de Manuel de Lemos milita uma circumstancia: o facto do Desembargador Pardinho em sua correição de 1721 fazer-lhe accusações muito severas e não dizer uma só palavra a respeito do caso das minas de prata.

Se realmente, conclue o autor dos *Documentos para a historia do Paraná*, as intrusões das terras municipaes foram os grandes, os maiores peccados de Manuel de Lemos Conde se-

jam-lhe ellas levadas "á conta dos bons serviços prestados á terra nova, em tempos de incipiente civilisação e muita dureza."

E approximando os fins violentos da vida de Manuel de Lemos e de seu encarcerador observa ainda:

"Ao desiludido Don Rodrigo de Castel Blanco, já lhe bastaria a sua desillusão, desde que a carta regia que o mandava recolher-se ao reino já o não encontrou vivo; nem podia encontrar a outra que lhe mandou sequestrar os bens.

O fim tragico que lhe coube em sorte, desperta compaixão. Eram porem processos da epoca: a sua extrema dureza para com Manue de Lemos e a violencia extrema do celebre bandeirante para com elle mesmo."

Não haveria porém um outro motivo, outro movel que houvesse levado o fidalgo a proceder mandando realisar tão injusto sequêstro?

Quer-nos parecer que sim. E o attribuímos a um sentimento de ordem superior; a necessidade em que se via Don Rodrigo de attenuar perante os olhos do Principe Regente a má impressão de suas empresas infructíferas que já tanto haviam custado ao erario regio.

Seria uma como que reposição de parte destes dispendios essa que se faria á custa dos bens do infeliz vassallo.

Acaso impressionado ante tanto dispendio inutil não ordenaria o Regente que se suspendessem os preparativos para a expedição de Sabarabussú? Ora isto não convinha de todo ao Administrador Geral que procurava aparar os golpes fatalmente desferidos pe'a malevolencia da Corte, agora irritada pela serie dos seus fracassos successivos.

Desde que a Fazenda Real se cobria da parte do desembolso, á custa dos bens do bandeirante tornava-se muito menos grave a situação do desastrado minerador perante seu Rei e a opinião publica.

Satisfeita a sua vingança resolveu o fidalgo quanto antes partir para S. Paulo para dar começo aos preparativos de sua grande jornada aos sertões centraes.

Do Sul vivia o fidalgo a instigar os officiaes da Camara paulistana a que se movimentassem. Brevemente reuniria um grande conselho de todos os sertanistas de S. Paulo a ver como melhor se poderia servir a S. A. na jornada do Sertão de Sabarabussú.

A 20 de junho de 1680 escrevia a Camara de S. Paulo ás de Parnahyba, Mogy e Taubaté pedindo-lhes mandassem representantes, homens de bom conselho e experiencia "para com acerto assentarem o mais util e conveniente para a funcção (sic) de Soberabussú".

Estivessem pois em S. Paulo no dia 2 de julho. "Esperamos dê m V. Mercê calor a esta determinação para que se dê a execução o serviço de Sua Alteza que Deus guarde, com brevidade e com socego de seus povos" escreviam os officiaes paulistanos e leaes vassallos.

Aos particlares tidos como sertanistas eminentes estendeu a Camara esta convocação, a Jeronymo de Camargo, Mathias Cardoso de Almeida, Braz Rodrigues de Arzão, Antonio de Siqueira Mendonça e Pedro da Rocha Pimentel.

Para a jornada de Sabarabussú queria D. Rodrigo colher o melhor parecer por não ter noticias dos convenientes e inconvenientes dos caminhos."

Assim recorriam S. Mercês ao juizo abalisado dos sertanistas. "Dependemos da assistencia de Vossa Mercê para o dia sobredito, esperamos não nos faltará com o zelo que tem."

Chegado que foi D. Rodrigo a 2 de julho como vimos, realizou-se a assembléa a 3. Diz o escrivão municipal (Reg. Geral, III, 266) que os officiaes paulistanos desejjando em tudo cumprirem as ordens de Sua Alteza haviam escripto ás camaras circumvizinhas de S. Paulo e a alguns homens bons do seu proprio povo, para juntos "discernirem e rumiarem (sic) as condições, difficuldades, circumstancias, e tempo mais conveniente para se por execução á jornada do cerro de Sabarabuçu no descobrimento da prata", como o Principe mandara.

Deseljavam todos fervorosamente dar calor a tão importante negócio como leaes vassallos de Sua Alteza, assim appellavam para todos os seus concidadãos para que com a mesma lealdade e zelo dessem entre si a mão para o bom exito da dita diligencia.

## CAPITULO XXIII

*Preparativos para a jornada de Sabarabussú. — Difficuldades para a recruta dos indios. — A attitude do mineiro mór João Alvares Coutinho. — Homisio de indios pelos moradores. — Actuação da Camara de S. Paulo. — Recruta violenta de aldeiaidos.*

Na reunião de 3 de julho de 1680 ficou resolvido adiar-se a partida da expedição pela falta de mantimentos, sabendo-se, por Mathias Cardoso, que as suas plantações do sertão estavam destruidas.

Havendo necessidade de se fazer "examen exhacto das minas que S. A. ordenava" convinha "irem nestes primeiros mezes a plantar para seguir o ditto administrador viagem com fundamento no mes de fevereiro de 81."

Decidiu-se ainda o apregoamento de bandos promettendo-se premios a quem quizesse acompanhar o fidalgo.

Por seu trabalho e serviço offerencia Sua Alteza promessas (sic) tenças e honrosos (cargos) e a indemnisação dos gastos acaso feitos.

Andavam porém os sertanistas desconfiados. Sua Alteza promettia muito, como os seus regios antecessores e pouco cumpria como tambem os seus magestáticos predecessores.

Dos bandeirantes convocados os unicos que se offerciam a seguir eram Mathias Cardoso, de S. Paulo, Antonio da Cunha Gago, de Taubaté.

A Mathias, em vespéras de partir, expediria D. Rodrigo a alta patente de tenente general tanto “pelas partes e sufficiencia e disposição que em sua pessoa concorriam” como “pelo seu exercicio do sertão” além de auxilio immenso “proveniente dos seus sessenta negros e sua pessoa sem interesses nenhuns mais do que os de servir a Sua Alteza.”

Pediú a Camara de São Paulo auxilios á de Taubaté e offereceu ao Castelhana todos os indios das aldeias paulistanas “para a jornada de Sabarabucurú (sic) todas as vezes que quizesse, ou para mandar plantar. Notificou d. Rodrigo que precisava de sessenta indios.

Antonio da Cunha Gago promettera levar-lhe “mantimentos para a paragem com que não hera necessario plantar-se (roças)”.

A 3 de agosto immediato expedia-se ordem para a reunião dos indios livres da peste “que do presente corria”.

Deviam fazer parte do comboio do trigo pedido para a terra nova e na volta trazerem a fabrica necessaria para o descobrimento da prata.”

A 10 de agosto escrevia novamente a Camara de S. Paulo ás de Parnahyba, Ytú, Sorocaba e Jundiahy, pedindo-lhes instantemente que fizessem a apprehensão de todos os indios existentes em seus respectivos termos e fugidos das aldeias paulistanas.

“Em 7 de Setembro de 1680, mandou 17 indios a Jaraguá a diligencia de hua Mina, que se dizia haver nesta Serra, onde só trabalharão 3 dias e não consta que produzisse este limitado exame o effeito appetecido; sendo certo, que a haver constancia e grande experiencia desta materia se descobrira a riqueza do ouro bruto, chamado de folhetas, que depois disto se tem extrahido de Jaraguá.

E no sopé da 1.<sup>a</sup> Serra, que vai entestar com o novo Atlas Jaraguá, toparão os escravos mineiros de José da Silva Ferrão, ouro bruto com a figura de pencas de gengibre e de hu só buraco que se lavrou, extrahio-se acima de 18 arrobas de ouro; até se profundar o dito buraco, vulgo cata, porém depois ninguem proseguio com o menor exame, o qual conforme o conselho de Mineiros experimentados dos Morros das Minas Geraes, deve ser hu rasgão que atravece de Norte a Sul do Morro.

Porque além de dever ser esta a 1.<sup>a</sup> diligencia a experiencia tem acreditado este conselho; porquanto ao rumo do mesmo Norte e Sul, encontrou Antonio Vaz de Oliveira (afastado do morro Jaraguá quasi meya legoa) vieiros de ouro, não só cravado em pedras no centro do Morro Carapicuru, mas tão bem na superficie chamão a este ouro de Guapeará) ouro em folhetas de grandes pedaços.

Sem perder tempo para os additamentos do Real Serviço até não poupou a propria fazenda; porque sendo informado que no districto da Villa de Itú havião Minas de prata, para que tivesse effeito este descobrimento, offereceo ao descobridor em nome de S. Alteza 2 Habitos com tença de 40\$ rs. e mil cruzados da fazenda d'elle D. Rodrigo." (P. Taques, *Informação*).

Assim gastava S. Mercê do seu! E em beneficio de Sua Alteza!

Informa Basilio de Magalhães que o encarregado destas pesquisas em Ytú foi um padre, Frei João Rangel, a quem Balthazar da Silva Lisboa chama Julião) e cuja commissão data de 13 de janeiro de 1681.

Entende o autor mineiro que estas pesquisas foram a causa da longa demora de Dom Rodrigo em S. Paulo.

A 27 de setembro seguinte registravam os officiaes um mandado do desembargador syndicante da Repartição do Sul dr. João da Rocha Pitta.

Ordenava o magistrado ás Camaras de S. Paulo, Santos e mais villas do Sul que entregassem ao administrador geral todos os effeitos dos donativos reunidos, ou que se fossem vencendo mediante recibo que elle lhes passaria. A ordem estendia-se ao producto dos quintos e o desembargador significava muito estrictamente aos camaristas quizessem pôr todo o empenho em auxiliar a empresa de d. Rodrigo.

"Favoreçam este negocio (sic) pois nelle tem o Principe Nosso Senhor empenhada a sua fazenda e o seu gosto que é mais que tudo. Fico com a esperanza de que Vossas Mercês não hão de faltar nesta occasião com aquelles soccorros que estiverem em seu poder."

A 66 de outubro, sempre em S. Paulo, requisitava D. Rodrigo os indios das aldeias reaes, de que precisava, afim de ir ao Cerro do Jaraguá "para bem da averiguação do ouro de fum-



dição que ali se dizia haver” operação esta a que já nos referimos.

E isto “com a maior brevidade que podia ser” (R. G., III, 273 e 275).

Tinha a Camara de 1680 os seus poderes quasi expirados. A 31 de dezembro quiz D. Rodrigo passar-lhe publico testemunho de estima e gratidão aliás solicitado por suas Mercês.

E o fez em hespanrol alusitanado, receioso talvez do seu estylo portuguez, a declarar que Suas Mercês “los Officiales de la Camara que de presente sirbem este anno de mil seis cientos e ochenta se mostraran y ubieran com todo o zelo en todo lo que me fué menester para el serbissio y a las deligençias que le tengo pedido las han hecho con gran cuidado y zelo de vassallos leales asi en lo tocante a las minas, bien de su real hacienda e por assim passar y me ser pedida esta sertificacion lo yuro debaxo del juramento de my cargo e cinta de my mano y sellada em São Paulo a trinta e hun de dezembro de mil seis cientos e ochenta.”

Neste mesmo 31 de dezembro declarava a Camara que achava melhor fornecer ao Administrador os róes dos indios “suficientes e capazes” de o acompanharem. Elle que os escolhesse á sua vontade.

A 20 de janeiro de 1681 queixava-se D. Rodrigo, amargamente, das difficuldades de sua recruta. Não obstante a pena formidavel de dous mil reis, diarios, por cabeça de indio sonegado, muitas expedições sertanistas se tinham organizado contemporaneamente e se organizavam empregando numerosos bugres.

Assim requeria que a pena fosse elevada a seis mil reis! Quanta e quão doce illusão!

A 21, devido a nova queixa de D. Rodrigo de que “alguns moradores desta villa levavam em sua companhia para o sertão alguns indios que faziam muita falta á expedição Real”, a Camara fulminou-lhes a pedido a prodigiosa multa de seis mil reis diarios por cabeça!

Era o caso do *risum teneatis* si ainda fosse possivel recordar tão velho brocardo.

A 27 de janeiro apresentou o hespanhol a lista dos seus servos, organizada de accordo com Mathias Cardoso “confor-

me a experiencia que tinha do dito e mais sertoins e por ser pessoa que tomava a sua conta dar calor a este Real Serviço.”

Queria que S. Mercês viessem e examinassem si o numero dos indios hera superfluamente ou necessariamente pedidos.”

Concordaram os camaristas que tudo fora feito criteriosamente. Deviam partir cento e vinte indios.

Foram ouvidos neste particular os officiaes de administração: escrivão João da Maya, contador Manuel Castanho e o mineiro João Alvares Coutinho.

Inesperada surpresa trouxe a attitude deste ultimo expressa no seguinte e pavoroso aranzel:

“Foy ditto pelo ditto mineiro que estava pronto para todo o serviso Real porem que pa. a ditto deligencia de Sabarabucú erão os obstaculos patentes por ser homem de sessenta e oito annos e pela exterilidade do dto. sertão se não poder haver o sustento que lhe he necessario, por serem os de aquelle Jentilico e dependerem de homens robustos que só estes se podem valer delles, e por conheser a que a fragozidade, conhesidam.te lhe oucazionara a morte p.la fraqueza que a sobredita hidade lhe ocasiona não podia acompanhar ao ditto administrador.”

No dia seguinte requeria D. Rodrigo que Suas Mercês não sahissem da villa antes de sua partida “estivesen os srs. officiaes da Camera autoalmente na villa para o que se offerece aliás não assistindo não poderia conseguir sua viagem.”

Continuavam as difficuldades com ou sem a presença de Suas Mercês!

Na sessão de 5 de fevereiro, lastimava-se D. Rodrigo que os jesuitas escondessem em suas aldeias diversos indios de Baruary. Até os jesuitas! a se opporem ao serviço real!

Neste mesmodia, sob pena de seis mil reis de multa, intimava a Camara aos particulares não alugassem indios nem se servissem delles, dada a proxima jornada do fidalgo.

A 18 de fevereiro novas lamurias do administrador: Antonio da Cunha Gago lhe promettera cento e cincoenta indios seus, que se compromettera a apresentar até Natal passado e entretanto a nenhum trouxera!

Dera-lhe a Camara um rol de 120, capazes de o acompanharem, mas neste numero se incluiam muitos que andavam pe-

las casas dos moradores. Ora, a nenhum destes 120 podia elle dispensar na opinião autorisadissima de Mathias Cardoso.

Assim, lembrando as facultades especiaes que o Regente lhe concedera, no tocante á recruta dos indios, inclusivé a que lhe permittia arrolar os das aldeias jesuiticas, pedia á Camara que tornasse effectivo o fornecimento de homens.

Prometteram-lhe os officiaes "como leaes vassallos de Sua Alteza", mandar vir e recolher todos os indios pertencentes ás aldeias de S. Alteza. "Pessualmente sahem todos os officiaes, Juizes e vereadores a todas as Aldeas e cazas particulares a fazer pessoalmente a recondução dos Indios para que de nenhuma maneira aja de aver falta nem estrovo em se conseguir a jornada de Sabarabuçu", diz-se em Acta.

Dez dias depois, nova decisão municipal a tal respeito: faltavam muitos dos que deviam partir, sempre homisiados pelos moradores, apesar da actuação dos officiaes nas aldeias, a recrutarem os escondidos.

Não dava tempo de se esperarem os indios de volta de S. Catharina e ácerca dos quaes já nos estendemos bastante ao escrevermos sobre a fundação da Colonia do Sacramento.

A primeiro de março de 1681 rec'amava D. Rodrigo novamente.

Fazia saber aos que homisiavam indios que estava disposto a lhes applicar o confisco dos bens em justa represalia a quem assim, consciente e perversamente pretendia prejudicar o Real Serviço.

E não só: apontava tambem aos mais vassallos a facultade de que disunha de os pode mandar encarcerar em calabouço como rebeldes a Sua Magestade.

As notificações a estes pessimos portuguezes seriam feitas em nome de Sua Alteza e as certidões passadas no verso dos documentos.

Obedientes, no dia seguinte, expediram os Officiaes as ordens exigidas pelo administrador geral. Infelizmente não se declara a quem foram, o que seria curioso nem quantas intimações se fizeram e que tambem se mostraria muito elucidativo.

Depois de patenteado Mathias Cardoso foram escolhidos outros Officiaes. Escreve Pedro Taques (Inf. 142):

“Para sargento Mór foi e’eito o Paulista Estevão Sanches de Pontes, de que teve patente de D. Rodrigo datada em 2 de Março de 1681, declarando nella a nomeação da Camara por ter pratica da disciplina militar das conquistas do certão (Quad. do Ponto pag. 52 Cam. tt.º 1675 pag. 103).

Foram eleitos para Capitaens de Infantaria desta Leva os Paulistas João Dias Mendes, e André Furtado por terem grandes experiencias dos certões e provado nelles com valor contra os barbaros Gentios; a cada hum dos quaes passou carta patente o Administrador Geral D. Rodrigo (Quad. do Ponto pag. 50 V. e 54 Cam. Liv. cit. 1675 pag. 68).”

Manuel Cardoso de Almeida, irmão de Mathias e de Salvador, foi dos capitães de infantaria escolhidos para a leva de Sabarabussú.

Muito embora declare Pedro Taques que gozou de “igual respeito e veneração com seus irmãos” inclusive o Mestre de Campo, temol-o como personagem secundario. “Recolhido do sertão do reino de Mapaxós passou a servir no terço do irmão em suas luctas contra os barbaros do nordeste e parece que ficou nos Curraes da Bahia.

Declarou a Camara paulistana que André Furtado ia a sua custa e sem interesses nenhuns da fazenda real. Sempre a mesma cousa...

A questão da recruta deu motivo a scenas violentas. Na sessão de doze de março se conta que os officiaes haviam regressado de sua visita ás aldeias e fazendas a busca dos escondidos “valendo-se do infantaria do Administrador”, Dom Rodrigo de Castel Blanco.

Voltavam os camaristas com cem indios Mais fora impossivel encontrar. De’les excluiu o fidalgo dezoito por “encapazes de comboy” notificando á Camara que agora ficava com 130 homens.

Fizeram os camaristas notar-lhe quanto haviam obrado de notavel a bem do serviço de Sua Magestade, deixando até a villa sem seus magistrados.

Faziam o possivel para continuar a promover o bom exito de sua jornada.

Sómente se encontrariam agora nas aldeias os mancos e os aleijados.

Dom Rodrigo louvou-lhes os actos e declarou que tudo estava bem, agora sobretudo em que tinha a seu lado mais sessenta homens de Mathias Cardoso.

Soubera-se então do extravió dos indios vindos de S. Catharina para onde os levara Jorge Soares por ordem de D. Manuel Lobo como já relatámos (cf. *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, IV, 268). De 300 partidos para o Sul regressavam a S. Paulo 9!

Assim, ainda era immenso que daquellas pobres aldeias paulistanas, tão recrutadas, ainda sahisses cento e tantos homens para a expedição de Sabarabussú.

## CAPITULO XXIV

*Convocação pela Camara de S. Paulo. — A attitude de Mathias Cardoso e do mineiro João Alvares. — Partida da columna de Don Rodrigo. — Seu itinerario. — Fuga de indios. — Incidentes diversos. — Contacto com a columna de Fernão Dias Paes. — Encontro com Garcia Rodrigues Paes. — O manifesto do filho de Fernão Dias. — Providencias reclamadas por Don Rodrigo.*

A 16 de março de 1681 compareciam ao Paço Municipal de S. Paulo, a chamado, Mathias Cardoso e o mineiro João Alvares Coutinho. Declarava este, ao receber a intimação, do procurador, Roque Furtado Simões, a que acompanhasse D. Rodrigo, que obedeceria, não obstante "seus achaques e muita idade e não ter dentes com que se acrava impossibilitado."

Quanto a Mathias este affirmou, com admiravel sobrançeria, característica da fibra dos sertanistas e relembadora da feição altiva de sua gente: acompanharia o administrador geral "com sua pessoa e negros de seu serviço e homens brancos a sua custa por fazer serviço a sua alteza o principe Regente, como já o fizera na jornada do governador Fernão Dias Paes, sem em nenhuma destas diligencias fazer dispendio nem gasto algum a sua alteza assim de espingardas, polvora e chumbo e o mais que se levava para essas diligencias".

Declarou-se o tenente general sceptico sobre os resultados da expedição. Era preciso, uma vez por todas acabar com o

desengano de taes minas e por isto se tornava importantissimo a ida do mineiro João Alvares. Si este não partisse elle tambem não iria.

Assegurou a Camara ao mineiro que faria a viagem com todo o conforto e bem relativo — o dos tempos para o que haveria redes e indios enfim de o carregarem! E Mathias lhe prometteu “todo o necessario do sustento para a sua pessoa”.

João Alvares Coutinho que vencia vinte mil reis mensaes, havia dous annos e meio, sem nada fazer e allegava não poder seguir por não ter dentes, via assim forçados os ultimos reductos do seu commodismo!

Ainda não partira a bandeira e já havia serias queixas de paulistas endereçadas ao Rei. Assim Mathias Cardoso expuzera a S. Magestade a ineptia de D. Rodrigo e a importantissima despesa que occasionara ao real erario.

Attribue Pedro Taques a demissão do Castelhana a esta carta, cujos effeitos foram a ordem regia de 23 de dezembro de 1682.

Diversos outros paulistas tambem contra elle representaram (cf. Nobiliarchia, Rev. Inst. Bras., 35, 1, 128).

O escrivão da administração dos indios João da Maia relatou então a lista dos indios arrolados para a expedição. Eram 95 e esperavam-se mais seis. Ficariam todos entregues a D. Rodrigo.

E si ainda houvesse falta de carregadores mandar-se-ia, atraz do fidalgo, outra turma e recrutar indios ausentes, inclusive os de S. Catharina de onde se esperavam ainda alguns.

A 18 de março de 1681 declarava D. Rodrigo, á Camara que contava partir no dia seguinte. Perguntaram-lhe os officiaes si ainda lhe faltavam elementos para a jornada “elles estão prontos para todo quanto se offerecesse a bem da dita Jornada.”

Respondeu-lhes Castel Blanco que no Armazem del Rey existiam vinte e duas cargas entregues ao seu thesoureiro. O tenente general que as fizesse entregar á Camara e esta requisitasse a presença de todo o comboio de indios.

Pediú ainda D. Rodrigo que se enviasse á Camara de Paranaguá uma carta expedida por sua alteza “com quitações”.

Seu escrivão João da Maia entregou neste momento uma arca de tres fechaduras “em que estavam os livros de sua al-

teza” um de receita e despesas, rubricado e numerado pelo desembagador Pedro Alvares Secco de Macedo, do Conselho Ultramarino, outros de rol do ponto dos officiaes que trabalharam nas minas e registo de ordens, de mandados e pagamentos matricula da infantaria, registo de cartas e ordens do Principe Nosso Senhor, da diligencia dos indios em Paranaguá”.

Era o seu archivo até aquella data. Representou a Camara a “encapacidade” do conselho para o manter a bom recato. Assim “buscaria” um convento para o guardar. Fechou-se o cofre cujas tres chaves ficaram com o fidalgo e seus dois altos auxiliares, o thesoureiro Manuel Vieira da Silva e o contador Manuel Castanho.

Teria partido D. Rodrigo no dia marcado? E’ de crer que sim.

A 9 de abril estava já a jornadaear não ha duvida alguma.

Neste dia a Camara perguntava ao seu thesoureiro Vieira, si elle havia deixado alguma carga em S. Paulo que os indios acaso chegados de S. Catharina devessem transportar. Declaraou Vieira que não! os de Mathias Cardoso a tudo tinham levado.

Engana-se Pedro Taques, redondamente, a proposito da data acima apontada.

“De S. Paulo sahio D. Rodrigo em principios de maio de 1681 com 60 indios para o seu proprio trem, 60 da administração de Mathias Cardoso e conducta de João Alvares Coutinho; 120 para o trabalho de minas (cf. *Nobiliarchia*, Rev. Inst. Bras., 33, 2, 161).”

E’ possivel aliás que haja ahi erro de copista pois em outro escripto declara o linhagista (aliás tambem a errar embora por muito menos) (Inform., 142).

“Formado o corpo militar da conducta de D. Rodrigo e hu grande numero de indios para o trem do mesmo D. Rodrigo, 60; e 120 para comboy da fabrica, além de Indios que levavão os Cabos e Officiaes Paulistas, com outros que acompanharão sem mais character, que o de bons certanistas e de soldados aventureiros; e todos á propria custa, sem a menor ajuda de custo da Real Fazenda.”

*Cela allait sans dire...* lembremol-o mais uma vez. Era do tempo, era dos habitos dos Senhores Reis.

“De S. Paulo sahio D. Rodrigo de Castel Blanco em 12



de Março do mesmo anno de 1681 com todo o apparatuso corpo desta grande Leva.”

Como se vê, ha ahi um erro de semana, agora para menos.

A 24 de março de 1681, sempre em hespanhol, passava D. Rodrigo um recibo ao capitão João Paes Rodrigues de um mulato por nome João Pinto Ferreira, de quem era depositario, por ordem do desembargador Rocha Pitta.

Recebia-o “por serbisso de S. A.” e declarava: “me obligo trazendo-me Dios combien entregarlo en el mismo deposito, salbo se isiere el dicho alguna ausiencia o Dios le lebare.”

Pelo estylo deduz-se que o Administrador Geral poucas letras tinha. Este recibo passado em Atibaia é precioso para a fixação de itinerarios da jornada.

Seria João Pinto o mesmo capataz que tanto serviu ao famoso creso parahybano o padre Guilherme Pompeu?

Com todo o acerto escreve Ellis (C. o Retiro do Meridiano, 219).

“E’ facil se deprehender que uma vez asignalada a presença da expedição em Atibaia, cinco dias após a partida de S. Paulo, despresou ella o caminho do Parahyba, divergindo, portanto, do roteiro de André de Lião, no começo do seculo e talvez da esteira deixada por Fernão Dias, si é que o grande bandeirante, tambem, já não havia penetrado nas geraes, por Atibaia, o que, aliás, é opinião do grande Capistrano.

De Atibaia, D. Rodrigo devia ter seguido o curso do Camandocaia, entrando em Minas, com o Lopo á direita, para chegar em meados de abril ao Sapucahy, onde estacou, com a fuga de 27 indios da expedição que lhe roubaram muito material e armamento.”

A deserção se deu a 20 de abril (Actas, VII, 126). A paragem do Sapucahy está indicada pelo termo da pagina 125, do tomo VII das Actas.

A Camara de S. Paulo, numa precatoria tratou a 5 de junho do caso, abrindo então uma carta do fidalgo castelhano. Talvez fosse ella expedida uns 15 ou 20 dias antes, ou mesmo um mez.

Noticiou D. Rodrigo a fuga de dois indios de Guarulhos, tres de S. Miguel, doze de Baruary e cinco de S. João, entre os quaes o mulato João Pinto Ferreira.

E o peor era que elles lhe haviam caregado nada menos

de doze espingadas, seis machados, quarenta e oito facas, oito fouces, etc.

Recommendava, pois, a sua prisão, apprehensão de suas armas e fardas, Fossem recambiados ao sertão ás ordens de Mathias Cardoso.

Agiu a Camara com toda a presteza e energia; mandou apregoar o caso notificando os moradores de que incorreriam em grave crime si occultassem os indios. E levou taes factos ao conhecimento das municipalidades vizinhas, pedindo-lhes uma acção conjunta.

Particularizando fez saber a Anna Maria, dona viuva que sabia se acharem novamente em suas terras homisiados, mulatos indios fugidos ao tenente general Jorge Soares de Macedo.

Apresentasse-os logo, sob pena de confisco de taes peças e de todos os seus bens. Os quarteis além de affixados na praça da villa, foram enviados aos administradores das aldeias.

A estes se recommendava vigilancia a proposito dos taes homisiados de Anna Maria. As ameaças de confisco se reproduziam severamente.

Declarava D. Rodrigo não poder proseguir na marcha, por falta de gente.

A 3 de agosto noticiava Pedro Taques de Almeida, então administrador de Guarulhos, que o indio Paulo, desta aldeia, se escondia em casa de Manuel Roiz, de onde fôra recrutado. Lá o prendera. O outro, Domingos "não se savia delle."

Quanta ingenuidade em todas estas recommendações a respeito de taes capturas! Quanta ingenuidade e quanta hypocrisia!

Pouco antes de 15 de junho chegava D. Rodrigo ao arraial de S. Pedro do Parabipeba, á margem deste affluente do S. Francisco, o Paraopeba.

Era um antigo arraial de Fernão Dias Paes, escreve Pedro Taques (cf. Inform., 144). "Portou no arraial de S. Pedro nos matos de Paroupeba de que tinha sido Governador Fernão Dias Paes."

A dezoito de junho dali escrevia aos officiaes da Camara paulistana. Noticiava-lhes que despachara o ajudante apontador Francisco João da Cunha, com um sacco de cartas para o

Príncipe Regente é um embrulho de pedras verdes que dizia serem esmeraldas.

Remette-se-os a Camara logo a Santos, e ao Rio de Janeiro ao desembargador Rocha Pitta e mestre campo João Gomes. Assim já se puzera em contacto com a gente de Fernão Dias Paes.

Seguiu também um ról de indios fugidos para ser entregue ao thesoureiro Manuel Vieira e outro de indios requisitados. "Não se podem estar sem elles lá."

O ajudante só tinha licença para se demorar em S. Paulo 20 dias. Em carta, posterior a esta, de tres dias, pedia D. Rodrigo aos officiaes que mandassem as mulheres de seus indios ao arraial. "Creio que assim estarão mais seguros."

Solicitava também milho e datava a missiva das "Plantas de Parahibipava", ao passo que na primeira escrevera Parabipeva.

A 26 de junho de 1681, "nos mattos de Paraipeva, e arraial de S. Pedro" fazia Garcia Rodrigues Paes nas pou-sadas do administrador geral publico manifesto relativo ás descobertas de seu recem fallecido pae (R. G. III, 307) Presente estava, a tão importante acto, Mathias Cardoso.

Salvaguardando direitos sobre direitos obteve publico manifesto do Administrador Geral de que lhe confiara umas tantas pedras verdes "que o Governador seu Pae, que Deus houvesse, mandara tirar de uns cerros que antigamente tinham tirado os Azeredos em reinos dos Patachós as quaes ditas esmeraldas se manifestava em esta administração para que o dito administrador as fizesse presentes a Sua Alteza por duas vias para que no reino se visse e tinham a dureza e fineza e que entretanto que vinha resposta do dito senhor administrador mandasse tomar posse em nome de Sua Alteza os ditos cerros adonde se tiraram as ditas pedras para que nenhuma pessoa descobrindo-as poudesse ter direito nellas visto elle dito havel-as manifestado nesta administração para que o dito administrador desse conta a Sua Alteza de como elle dito as manifestara e de como se manifestaram ditas pedras."

E mais (cf. P. Taques, Inform., 144):

"D. Rodrigo tomasse posse em nome de S. Alteza dos ditos Serros, prohibindo que pessoa a'gua fosse a elles; e ao mesmo tempo D. Rodrigo fez entrega da Feitoria do Arrayal

de S. João, e das mais Feitorias até Itamirindiba com todas as roças que estavam plantadas os mantimentos, que se achavam recolhidos em celeiros:

Porque de tudo fazia offerta para as despezas, e sustentação e accomodação de toda a Tropa e Leva pertencente ao serviço de S. Alteza."

"Destas esmeraldas fez. D. Rodrigo remessa a S. Alteza em hu saquinho de chamalote que conduzio até S. Paulo o Ajudante das ordens Francisco João da Cunha, com carta aos Camaristas datada em 28 do mesmo junho e anno, ordenando que continuassem a remessa destas esmeraldas a entregar no Rio de Janeiro ao Doutor Desembargador e Sindicante João da Rocha Pitta auzente o Governador daquella Praça, Pedro Gomes (Cam. de S. Paulo, Liv, de Reg. tt. 1675 pag. 71 "V. 72 e 79)".

A ordem expedida do Arraial de São Pedro, sertão de Parahipeva a 10 de julho de 1681 pelo Administrador Geral scientificava á Camara que até aquella data lhe haviam fugido 27 indios, varios dos quaes com espingardas, apetrechos, ferramentas e mantimentos.

Causava sua ausencia grande transtorno ao serviço e para "fazerem plantas". Si estas plantações não se efectuassem, nem em seis annos seriam attingidos os cerros das Esmeraldas."

Requeria pois D. Rodrigo reforço de quarenta indios e intimava a Camara a não só lh'os arranjar como a fazer todas as diligencias para que os desertores fossem entregues ao seu thesoureiro Vieira da Silva assistido do apontador Francisco João da Cunha e do soldado Ambrosio de Araujo.

## CAPITULO XXV

*Protesto do Padre João Leite á Camara de S. Paulo. — Chegada das pedras verdes destinadas ao Príncipe. — Organização do soccorro a Sabarabussú. — Difficuldades notaveis para se conseguir tal fim. — Medidas illusorias de rigor.*

A primeiro de setembro de 1681, reunidos os officiaes da Camara em vereação, perante elles comparecêu o Padre João Leite da Silva, pedindo registro de um protesto escripto, com vehemencia e nulla grammatica.

“Eu o Padre João Leite da Silva, por mim e como irmão do defunto, o capitam fernão dias paes, descobridor das esmeraldas, e em nome da viuba, sua mulher, Maria garcia, como seu procurador, e de seus filhos, requeiro a suas merces hua e muitas vezes da parte de Sua Alteza que deus gde. e das nossas atalhem e proivão, pellos meios mais combenientes, a dom Rodrigo castell branquo os ententos que consta tem de mandar apoderarçe das minas das esmeraldas que o dito meu irmão descobriu.”

Insinua o protesto grave accusação de deslealdade e velhacaria a Mathias Cardoso, ingrato para com o seu grande primo e antigo chefe.

Escrevera elle ao irmão Salvador, contando que, das esmeraldas esperava “tirar os gastos da jornada” e ainda ao

Padre Capellão Felix Paes Nogueira "em que o chamava e convidava para o acompanhar na entrada".

Proseguiu o Padre João:

"E porque de elles assim o fazerem se segirão grandes desservissos de sua Alteza desçaminhos das esmeraldas e prejuizos aos que somos interessados neste descubrimento lhes ordenem vms. ou admoestem que não vam nem mandem nelle consintam pesoa algua chegue as ditas minas pellos danos que dahy se podem segir."

"Antes conservem ao capitam José de castilho a quem o dito descobridor deixou em guarda dellas, pello que torno a requerer a vms. da parte do prinsipe nosso senhor e de seu real serviço mandem elle mesmo ajudante, que trouxe o aviso e torna, intimar este meu protesto e requerimento ao dito Dom Rodrigo e a todas as pessoas de sua companhia e delle cobrem vms. resivo em que se obrigue a entregar-lh'o porque fazendo algum delles o contrario constando que forão ou mandarão bolir nas esmeraldas ou nisso consentirão sem ordem eispreça de Sua Alteza ou do governador geral protesto de haver pello dito Dom Rodrigo e pellos mais que nisso concorrerem todas as perdas e danos que dahi nos resultarem e de me queixar a sua Alteza e a seus ministros requerer debasas e sendiquaturas contra os que asim nos prejudicarem".

Mas a Camara prudentemente declarou ao protestante que ella não devia "entrometer-se com o Administrador Provedor Geral das Minas por ser ministro de Sua Alteza."

O mais que podia fazer era remetter ao fidalgo castelhano o traslado do requerimento, afim de que visse como devia obrar pois a ida de aventureiros a descobertos de Fernão Dias Faes, "a ambisam dos homens poderia trazer grande detrimissão (sic) da fazenda real e prejuizo do descobridor."

Assim, neste particular, se aguardasse ordem expressa de Sua Alteza.

Nesse dia houve communição do maior vulto á Camara.

A' presença desta compareceu o ajudante Francisco João da Cunha com carta de prego para o Principe e um saquinho lacrado e cozido com as pedras que lhe remettia D. Rodrigo.

"Dis serem berdes transparentes que parecem ser esmeraldas", redige o escrivão municipal.

Foram descobertas pelo governador Fernão Dias Paes no

Reino dos Patachós na mesma mina ou cerro onde antigamente haviam trabalhado os Azeredos Coutinho.

Ia recolher-se ao Arsenal do Sumidouro, quando adoecera em caminho, morrendo "com muita parte dos seus indios domesticos". Vendo-se pois Garcia Roiz "empossibilitado com seus indios doentes por conbalescer", viera ao arraial pedir a D. Rodrigo que manifestasse a descoberta de seu Pae "aos pés de Sua Alteza".

Não só accedera o fidalgo ao pedido como até procedera com toda a correcção, officinando sobre o caso, simultaneamente, ás camaras de S. Paulo e Guaratinguetá. Não procediam pois os receios do padre João Leite.

Relatou o Ajudante Cunha que o cerro das Esmeraldas estava sob a vigilancia de José de Castilho, havendo ainda a expedição de Fernão Dias Paes estabelecido roças em dous outros pontos, além do Sumidouro. Tres dias mais tarde, os officiaes paulistanos entregavam as cartas para o Principe, e as suppostas esmeraldas, ao tabellião Mathias Machado afim de que a seu turno as passasse ás mãos dos officiaes santistas.

A nove de setembro declarava a Camara que attendendo á reclamação de D. Rodrigo sobre os seus desertores, estava procurando capturar a estes.

Intimara os capitães das aldeias a que lhe dessem ajuda mas nenhum o fizera, excepto o de Guarulhos, Pedro Taques de Almeida.

Este capturara um indio. Paulo, homisiado em casa de Isabel Roiz, a quem intimara a entrega do bugre ou de outro em seu logar.

Já haviam partido para Santos as pedrinhas e as cartas destinadas ao Regente.

Quanto ao pedido da remessa, para o arraial de Paraopeba, das índias cujos maridos ali estavam, apenas se limitou a Camara a mandar registrar a ordem do Administrador Real neste sentido.

A dez de setembro reunia-se novamente para tratar da captura dos indios desertores.

Chamados os capitães Manuel Roiz de Arzão e Antonio Ribeiro Bayão, ficou assentado que "com toda a dissimulação e prevenção fossem presos" e entregues ao Ajudante Cu-

nha. E castigados, para exemplo dos mais, mas fóra de São Paulo, por poder tal medida tornar-se contraproducente.

Denunciavam-se alguns homsiadores: Anna Maria, a contumaz dona viuva escondia dous indios da aldeia de S. Miguel, o Capitão Francisco Corrêa de Lemos o mulato André, tambem da mesma aldeia.

Communicava o Ajudante a S. Mercês que pretendia ficar em S. Paulo até o dia de São Miguel, 29 de setembro, á espera de Manuel Lopes que trazia ordens do Tenente General Mathias Cardoso "assistindo-o com as correntes" destinadas á contenção dos indios rebeldes.

A 27 de setembro exhibia em Camara, o tabellião Mathias Machado o recibo da entrega que pessoalmente fizera á Camara de Santos das cartas e do saquinho de pedras verdes destinadas ao Príncipe. Pesara este meia libra menos cinco oitavas, pouco mais de duzentas grammas pois.

A 4 de outubro a Camara convidava o thesoureiro de D. Rodrigo, Manuel Vieira da Cunha e o ajudante e apontador Francisco João da Cunha a se explicarem.

Para que não partia Cunha, que já annunciara viagem para o dia 29 de setembro?

Declarou este que continuava á espera de Manuel Lopes e de Vieira. Estava sem dinheiro, algum para cumprir as encomendas de Dom Rodrigo.

Accrescentou que Lopes, sobrinho de Mathias Cardoso, lhe escrevera dizendo que não partiria mais para o Sertão! E elle apontador, que ignorava o paradeiro do soldado Ambrosio de Araujo, se sentia "emposibilitado para fazer a jornada só, sem homens branquos".

E ainda por cima levando os doze indios que Vieira lhe devia entregar!

Assim "não savia certo o dia de sua partida", o que se comprehende bem, pois sahir nestas condições era correr a morte certa, que os indios o assassinariam logo.

A 25 de outubro repetia a Camara o brado de alarma do "procurador da Corôa, fazenda e fisco real" Diogo Ayres de Araujo.

Sabia que da jazida descoberta por Fernão Dias Paes haviam sido tiradas esmeraldas que andavam "em mãos de ba-



rias pesos". E estas não as tinham registado na alfandega e provedoria da Capitania.

Assim requeria publico pregão pela Camara, ameaçando aos garimpeiros de os "criminar gravemente", primeiro si fossem ao descoberto das esmeraldas; segundo, si persistissem em não apresentar ás autoridades as pedras, abusiva e criminosamente subtraídas.

Immediatamente se publicou o bando que com certeza nenhuma repercussão nem resultado teria.

Parece-nos positivo que ninguem, em S. Paulo, ligara grande importancia aos achados de pedras.

Nesse mesmo dia de outubro de 1681, se lavrou acta da Camara que bem demonstra a resistencia continua, firme, tenaz que os paulistas oppunham á recruta de seus aldeados.

Declararam os officiaes que fizeram chamar os indios para os remetter ao Administrador Geral. E no emtanto, só compareceram os de Baruary.

Dizia o escrivão Mathias da Costa:

"Ao sertam vieram somente os que estavam na aldea do maruary e os mais indios se auzentarão por não hirem ao sertam e muitos delles estavam por caza dos moradores servindo de delles sogeitandose a todo o trabalho os ditos indios a troquo de que os tinhão sonegados e escondidos afim de fugirem do serviço de Sua Alteza o que visto pellos officiais da camera mandarão o taballião Mathias machado com o alcaide João gonsalves fosem ao termo da parnahiva com vara Alçada em birtude da ordem do doutor sindiquante João da rocha pitta e trarão prezos a todas as pessoas emcluzas no mandado e demais entregarão os indios que vão a Rol e sem embargo da entregua virão as pessoas que os tiverão prezos e se lhes entime a ordem do administrador dom Rodrigo Castel Blanquo e as ordens e bandos que a seu Requerimento está lançado Registado nesta camara com todas as penas nelle conteudas."

## CAPITULO XXVI

*Novas difficuldades e graves. — Chegada inesperada de Garcia Rodrigues Paes a S. Paulo. — Echos longinquos das passadas de Don Rodrigo. — Cartas do Administrador Geral á camara paulistana.*

No dia 16 de outubro de 1682, reunia-se a Camara de S. Paulo novamente, ainda para deliberação sobre a partida da expedição de soccorro.

Intimidados o thesoureiro Manuel Vieira e o apontador João da Cunha a explicar as causas de suas interminas delongas, entraram em explicações que o aranzel do escrivão municipal torna sobremodo confusas.

Declarou Vieira que tudo preparara em obediencia ás ordens do fidalgo. Passara o commando do comboio ao Apontador, por andar doente, “e não poder seguir viagem sem primeiro se curar”.

Retrucara-lhe Cunha que não podia partir sem que lhe dessem mantimentos e, sobretudo, soldados brancos e correntes para “sigurar os indios” desertores. Não queria “arrisgar a fabliqua real em poder de indios fugitivos.”

Allegou Vieira ainda: pedia o seu auxiliar mais do que estava autorizado a lhe dar; dahi a divergencia entre elles nascida.

O que o Apontador queria, sobretudo, e nada mais legi-

timo aliás, era não "arisquar" o pello naquella viagem tão prenhe de ameaças e perigos.

A elle e a Vieira perguntaram o Procurador e os Officiaes (entre elles figurava Pedro Taques de Almeida, homem de singular intelligencia e cultivo muito acima da média dos paulistas de seu tempo): Que pretendiam para obedecer ás ordens de seus superiores?

Positivou Cunha: para o seu comboio e do soldado Ambrosio de Araujo tornavam-se-lhe indispensaveis doze indios, que tambem levariam duas cargas de sal para o Administrador Dom Rodrigo; mais dois para a bagagem do escrivão da Administração João da Maia e quatro para a do soldado Ambrosio de Araujo, ao todo, portanto, dezoito.

Immediatamente, os recebeu. As ultimas linhas do termo estão redigidas sybillinamente. "E dos mais indios que cobrarão não podiam entregar nem encarregar delles por ir só fora de pinham e tempo de agoas e a vida arisquada com indios fugitivos."

Parece-nos, comtudo, poder dahi deprehender-se que ainda offereceu a Camara maior numero de indios. Cunha os recusou por ter de viajar em tempo chuvoso e época em que não havia pinhões.

Achava-se, além disto, com a vida ameaçada pe'os bugres desertores que levava, de novo, á sujeição do arraial do Administrador.

No dia seguinte, 17 de outubro de 1681, nova e longa conferencia dos Officiaes com o Apontador. Revelou este grave acontecimento: fugira-lhe o companheiro! fugira o soldado Ambrosio de Araujo! Vinha, pois, fazer presente a sua "impossibilidade de seguir viagem" e por "corer Risiko de sua vida em poder dos indios e do gentio que continhão os caminhos do sertão."

Tinha, aliás, ordens expressas do administrador para ir em companhia de Vieira e de Araujo e julgava-se, á vista da deserção do soldado, escusado de tal cumprimento de instrucções.

Mas a Camara o intimou "da parte de sua alteza, que Deus guardasse, fizesse a dita jornada visto estar no serviço real". O thesoureiro que o acompanhasse.

Neste sentido, recebeu este tambem immediata intimação.

Mas a isto Vieira se recusou terminantemente dizendo que nenhuma ordem recebera do seu superior, relativa á volta de Cunha.

Viera este executar uma commissão especial com a qual nada tinha. Assim o deixasse a Camara em paz que não iria de modo algum.

E não foi! “non segiu viaje”, que era mais amigo da integridade de sua rica pelle do que do serviço real.

A intimação relativa ás esmeraldas sonegadas surtiu effeito. Compareceram perante a Camara varios individuos “para manifestarem” as que possuíam.

Exhibiu Luiz Porrate Penedo tres pedras pesando menos de 5 grammas; Diogo Bueno uma deste peso, Domingos Cardoso duas que declarou pertencerem ao thesoureiro Vieira, tão pequenas que mal pesavam gramma e meia.

Supomos que a ausencia do thesoureiro denuncia alguma pressão sobre elle exercida pe'os officiaes. Teria partido para a selva a cumprir com a sua obrigação?

Provavelmente, mais que provavelmente, não! Com certeza se retirara para o littoral. Mandou a Camara que os declarantes conservassem as pedras até chegar ordem especial de Sua Alteza a tal respeito.

Depois destes factos silenciam as *Actas* e o *Registo Geral* sobre as passadas de Dom Rodrigo de Castel Blanco em São Paulo.

A onze de dezembro de 1681 se deu um acontecimento do maior vulto na vida paulistana.

Exhibia Garcia Rodrigues Paes, á Camara, quarenta e sete pedras verdes, grandes e equenas, algumas dellas transparentes pesando uma arratel e cinco oitavas (476grs.930); um sacco de agulhas finas pesando 552grs.236; outro de pedras meudas, e mais nove grandes imperfeitas com quasi kilo e meio, outro das meudas com quasi um kilo.

Uma das peças principaes da col'ecção, vinha a ser certa “pedra seistavada, comprida, branca, de seis oitavas.”

Explicava o moço bandeirante: Aceitassem Suas Mercês as esmeraldas que “apresentava e manifestava descubertas por seu pay, o governador fernão dias Pais, as quais lhe restarão das que tinha oferesido ao administrador geral dom Rodrigo

Castel blanco com asento de as remeter a sua Alteza, que deus guardasse, por duas vias, como asim o tinha feito e por q. detreminava pesoalmente aos Reais pes do primsipe, noço senhor, as trazia a esta câmara para serem vistas contadas e pezadas pelos senhores ofisiais da camara os abaixo asinados pera Asim constar a fidelidade e dezenteresado zello com q. se avia neste Real serviço cujo aumento só buscava”.

Toda esta pedraria se encerrava em saccos de tafeté encarnado encerrados em dois outros maiores de chamalote tamhem encarnado.

A Camara, depois de detido exame e conferencia, os restituiu visto como Garcia Rodrigues promettera leval-o aos reaes pés de sua alteza.

Quasi um anno depois de tão notavel reunião decorreu sem que os camaristas de S. Paulo fizessem consignar nas actas de suas reuniões uma só palavra sobre os trabalhos de d. Rodrigo.

Mas, no *Registo Geral*, ha numerosos elementos indicativos da actuação do administrador geral.

Do arraial de S. João do Sumidouro escrevia o fidalgo á Camara, em data de 6 de janeiro de 1682.

Remettia-lhes cartas para o principe regente e uma de prego ao governador fluminense, Pedro Gomes. Deviam ser expedidas, com a maior rapidez, pois sua alteza lhe dera ordens para que houvesse a maxima celeridade nesta remessa e a maior somma de communicados sobre o andamento da expedição mineradora.

Extranhava muito que a Camara lhe houvesse enviado um protesto do padre João Leite da Silva “o dito padre nada tem neste sertão que eu saiba nem procuração do filho do defuncto Fernão Dias Descobridor das pedras verdes que dizem ser esmeraldas. “O dito padre está muito enganado em fazer-me protesto do que eu tenho pela obrigação de fazer pela razão de meu posto.”

Parecia o padre, continuava o fidalgo irritado, individuo sem criterio algum.

Ignorava que Garcia Rodrigues Paes, por carta e em declaração feita no proprio arraial de Sumidouro declinara de todos os direitos paternos “delles fizera deicção ao Principe

Regente." E depois nada mais tolo do que a sua exigencia de se impedir a ida de quem quer que fosse á zona esmeraldina que o irmão descobrira.

"Vejam Vossas Mercês se a mim me estará bem deixar ir a ninguem ás esmeraldas. Nem deste Sumidouro ha de passar nenhuma pessoa salvo aquelles que tem ido e vão a abrir caminho a fazer roças."

Aliás declarava ainda: Estava prestes a ir-se dali. Pedira a Sua Alteza mandasse outro ministro para aquella commissão.

"Não posso com os embaraços desta terra!" — exclamava numa explosão de sincera confidencia. (R. G. III, 331).

Fielmente fez partir a Camara as cartas que lhe foram confiadas. O seu alcaide João Gonçalves, em 25 de fevereiro de 1682 as entregava em Santos, ao juiz ordinario da villa, Manuel Affonso Gaia (R. G. III, 335).

A 25 de maio de 1682 (R. G. III, 388) do Sertão do Sumidouro escrevia D. Rodrigo novamente á Camara de São Paulo.

Seu contador, Manuel Castanho, levava um saquinho de cartas e pedras destinadas ao Regente.

Procurasse a Camara, remetel-as com a maior brevidade á Côrte. Requisitava nova leva de indios que Castanho devia trazer-lhe "sem cuja não podia viver nem fazer o serviço real."

Os que Francisco João da Cunha trouxera "tudo haviam roubado e fugido". Pedia, ainda, tres peças de panno de algodão para fardar os seus bugres. Fosse isto pago por conta do donativo real.

Com certa ironia matizada de insolencia, quiçá inspirada pela má vontade que sentia nos destinatarios da carta, terminava o fidalgo: "Espero que Vossas Mercês não porão difficuldades, pois é serviço de Sua Alteza e de tão pouca somma que a ter eu dinheiro em essa villa não cansará a vossas mercês" (R. G. III, 389).

Forneceram os officiaes a Castanho 18\$260 para a aquisição de panno e sustento dos seus indios nos vinte e tantos dias em que permaneceram em S. Paulo.

A 15 de outubro de 1682 se declara que o mesmo Cas-

---

tanho, escrivão da Administração, querendo "sigir viagem para donde estava o administrador Dom Rodrigo, conforme as ordens que trazia por hua carta" pedia ajuda de custa a descontar-se do arrecadado do donativo real: Foi logo attendido.

## CAPITULO XXVII

*Noticia do assassinato de Don Rodrigo. — Carta da Camara ao Principe Regente. — Versões diversas sobre o crime. — Relatos de Pedro Taques e de Duarte Teixeira Chaves.*

Inesperadamente, a 21 de outubro de 1682, a S. Paulo chegou a noticia do assassinio de d. Rodrigo de Castel Blanco. Ficou a Camara á esperã da confirmação para communicar logo o facto ao principe regente.

Imagine-se o alvoroço, causado pelo caso! Certamente, pensaram os officiaes paulistanos, traria a noticia o maior desprazer ao principe seu senhor.

Mallograva-se uma empresa que S. Alteza tanto tinha a peito e já contava tantos sacrificios á sua Real Corôa.

Afinal, a 2 de novembro, resolveu-se a escrever ao Regente e o fez de modo pittoresco (Reg. Geral, III, 361).

“A 21 de outubro deste presente anno nos veiu por leves noticias vulgarmente (sic) que haviam morto o administrador geral das minas Dom Rodrigo Castello Branco na paragem chamada Sumidouro, distante desta villa mez e meio de viagem e como andava no real serviço de Vossa Alteza, e que se tem averiguado ser certa a morte e não termos mais conhecimento, nem consta que pelas noticias, nem sabermos quem commettesse o delicto, nos pareceu dar conta a Vossa Alteza deste successo que, como leaes vassa'los não devemos faltar



em seu real serviço a cuja vida prospere o céu felizes annos para amparo de sua monarchia."

Por este estylo de crystalinidade discutivel ficou o Principe Regente informado do passamento do pobre hespanhol "patarata" cuja eldoradomania tantos esforços e sacrificios causara em pura perda.

Sobre a tragedia que o victimou commenta Basilio de Magalhães em sua *Expansão geographica*.

"Seguindo a trilha do "caçador de esmeraldas" o fidalgo encontrou-se, no arraial do Paraopeba, com Garcia Rodrigues Paes, que trazia para a terra natal os ossos do pae e as pedras verdes. Ali, a 26 de junho daquelle anno, fez entrega ao superintendente régio, não só das roças que a expedição de 1674-1681 plantára sertão em fóra, como tambem dos seixos reputados preciosos, que o administrador enviou immediatamente ao soberano".

"Proseguindo em sua derrota, provavelmente para attingir ao deposito das esmeraldas, D. Rodrigo de Castello Branco, não foi além do Sumidouro, onde, conforme Taques (*Informação*, 64) "falleceu" no anno de 1682. Sabe-se, porém que a morte do fidalgo hespanhol occorreu em fins de 1681 e foi devida a um acto de violencia praticado por Manuel de Borba Gato — facto que se attribue tambem a um dos pagens ou escravos deste famigerado paulista. O proprio Taques, em sua *Nobiliarchia*, refere por menor esse delicto".

E realmente conta a *Nobiliarchia* que Garcia Rodrigues Paes, como vassallo fiel ás ordens do principe, não só entregara ao fidalgo castelhano as pedras achadas pelo pae como "todos os arraiaes, feitorias, roupas e celeiros de mantimentos de mantimentos que tinha feito seu pae".

E acremente (Rev. Inst. Bras., 23, 2, 162) acrescenta o autor linhagista:

"Depois que chegou D. Rodrigo, voltou Garcia Rodrigues para o seu arraial do Sumidouro, ao qual chegou depois disso D. Rodrigo a tomar posse delle e dos mais arraiaes que lhe havia offerecido; e tambem tomou posse em nome de Sua Alteza de todas as serras, das quaes o governador Fernão Dias havia extrahido as esmeraldas.

Isto foi o que unicamente obrou D. Rodrigo todo o tempo que lhe durou a vida, o mez de setembro ou outubro do anno

de 1682 com tantas, e tão avultadas despesas que já antes do seu fallecimento tinham chegado as noticias aos reaes ouvidos de Sua Alteza, que se dignou mandar recolher ao sobredito D. Rodrigo por se ter conhecido a sua inutilidade.

Assim se vê do contesto da sua real ordem datada a 23 de dezembro de 1682 (Secretaria do Conselho Ultramarino, livro de registo das cartas do Rio de Janeiro titulo 1673, pag. 35)".

A explicar as causas da morte violenta de d. Rodrigo historia ainda:

"Entre os paulistas, que se achavam no sertão das esmeraldas e arraial do Sumidouro, era Manuel de Borba Gatto (depois foi tenente general do Matto em Minas Geraes pelos annos de 1708), que observando a inacção de d. Rodrigo de Castel Blanco sem se applicar a fazer entradas ao sertão, para com os exames se descobrir o desejado fim para que Sua Alteza o havia despachado, com tantas honras e mercês, distribuindo-se e consumindo-se da sua fazenda uma muito consideravel somma de dinheiro, com algumas liberdades lhe estranhou ao dito Borba o amortecimento em que se conservava desde que chegara áquelle sertão, applicando-se só a mandar fazer caçadas de aves e animaes terrestres para o regalo e grandeza da sua mesa, e travando-se de razões menos comedidas, o sobredito Borba se precipitou tão arrebatado de furor, que dando em d. Rodrigo um violento empuxão o deitou ao fundo de uma alta cata, na qual cahiu morto. E, chegando a S. Paulo esta noticia, os officiaes da camara deram conta á Sua Alteza em carta de 2 de novembro de 1682 (Archivo da Camara de S. Paulo, 1675, pag. 92)".

Em outro ponto de sua obra desloca Pedro Taques o facto para novembro de 1682 (cf. Rev. Inst. Bras., 34, I, 85). E assim explica o crime do bandeirante:

"Tomando-se de razões com D. Rodrigo, a quem accusava o engano que fizera a Sua Alteza, mais zeloso do serviço do Principe do que catholico o matou em novembro de 1682 no sitio do Sumidouro".

Em terceiro logar de sua obra (*Informações sobre as minas de S. Paulo*, p. 145, ed. nossa) não pormenoriza o escriptor paulistano os incidentes do assassinato.

"Sem conseguir effeito algum, falleceu D. Rodrigo Cas-

tel Blanco no Arrayal do Sumidouro no anno de 1682, de que logo derão conta a S. Magestade os officiaes da Camara de S. Paulo, e em carta de 2 de novembro do mesmo anno (Cam. de S. Paulo, liv. de Reg. tt.c 1675 pag. 92) quando já S. Magestade informado dos grandes cabedaes que se tinham consumido pela Real Fazenda mandara recolher ao dito D. Rodrigo por ordem de 23 de dezembro de 1682 (Secretaria Ultram. Liv. de Cartas do Rio de Janeiro, tt.c 28 de março de 1673, pag. 35)".

Referindo-se á carta regia que dispensava a Don Rodrigo de sua commissão, relata Pedro Taques:

"Antes de chegar a S. Paulo esta carta a D. Rodrigo Castel Blanco estava com a administração das Minas de S. Paulo da Real Fundição Manuel Roiz de Oliveira, que continuou provendo tudo quanto dizia respeito ao lavor das Minas da sua jurisdição até que se servio S. Magestade ordenar por carta de 12 de março e depois por outra de 15 do mesmo mez do anno de 1694, ao Governador do Rio de Janeiro Antonio Paes de Sande passasse para S. Paulo, com a administração das suas Minas e descobrimentos, com 600\$ rs. de ajuda de custo e com instrucção das honras e mercês que havia com os Paulistas (Secretaria Ultram. Liv. das Cartas, tt.g 1673 pag. 122 e 123).

Desde 1673, aliás, exercia este homem o cargo honroso, mas pouco lucrativo, de Procurador das Minas de S. Paulo e S. Vicente.

Obtivera a regia mercê por portaria passada em Lisbôa, a 10 de dezembro de 1672. (Archivo de Marinha e Ultramar, 182).

O que fixou a data do assassinato de D. Rodrigo veio a ser um papel do Archivo da Marinha e Ultramar a communição que o Governador fluminense Duarte Teixeira Chaves fez ao Conselho Ultramarino (N. 1477 do catalogo).

Este papel publicou-o pela primeira vez Paulo Prado em sua *Paulistica* (117).

"Senhor, o Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em carta de 25 de novembro do anno passado dá conta a Vossa Alteza em como tivera aviso do sertão de S. Paulo que, em 28 de agosto do mesmo anno, mataram a d. Rodrigo de Castel Blanco, Administrador das Minas, hindo mar-

chando por huma estrada lhe derão tres tiros do matto, e logo cahira morto e que inda não se sabia quem fossem os matadores. Que ao Ouvidor Geral daquellas Capitánias que se achava em correição na villa de Santos fizera aviso tirasse inteira informação deste caso, para o dar a Vossa Alteza, e soubesse se ficara alguma fazenda, que pertencesse a V. Alteza, do que escreveu o Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, de matarem a d. Rodrigo de Castel Blanco, Administrador das Minas e do que ordenar sobre este particular. Lisboa, 29 de abril de 1683."

## CAPITULO XXVIII

*Ainda o crime de Manuel de Borba Gatto. — Homisio do mandante. — Versões dos chronistas das Minas. — Relato de Diogo de Vasconcellos.*

Reportando-se a factos universalmente admittidos pelos historiadores e relativos ás consequencias do assassinio de D. Rodrigo de Castel Blanco, escreve Paulo Prado:

“Manuel de Borba Gatto foi sempre accusado ou suspeitado de ser o mandante desse crime. Por prudencia, ou com a consciencia pouco tranquilla, homisiou-se nos sertões da Bahia, longe da margem direita do rio São Francisco. Ahi — reza a tradição — nos sertões do Rio Doce viveu entre a índiada, chegando a ser cacique de uma tribu. Mais tarde, contando com a protecção de amigos e da familia poderosa, passou-se para as cercanias de Pindamonhangaba, num canto discreto entre a serra do Mar e a villa de Paraitinga.

Ao findar o seculo XVII, o governador Arthur de Sá e Menezes obteve-lhe o perdão real e o posto de tenente-general. Na classica longevidade de paulista antigo, morreu aos noventa annos, na sua fazenda de Paraopeba”.

A Felix Guisard Filho, que, com extraordinario e intelligente esforço, já accumulou enorme e precioso acervo documentario, para a elaboração de uma “Historia de Taubaté” e do povoamento do Norte de São Paulo, preoccupou a localização do homisio de Manuel de Borba.

Assim, verificou que os Borba Gatto assentavam residencia parte em Santo Amaro (de onde era filho Manuel de Borba) e Parnahyba e parte em Ubatuba.

Nesta villa residia Lucas de Borba Gatto, personagem descoberto por Silva Leme (Geneal. VII, 325) e seus filhos "Ignez Monteiro, Anna e Balthazar", informa Guisard. Não se refere Leme a este terceiro filho, mas diz que houve um Balthazar, irmão de Lucas. O parentesco entre Manuel e Lucas de Borba Gatto era relativamente proximo: tinham bisavô commum, o famoso bandeirante hespanhol Martim Fernandes Tenorio de Aguilar.

Vinham, portanto, a ser primos em 3.º grau, pela ascendencia paulista feminina, mas, pôde ser que João de Borba, pae de Manuel e Belchior de Borba Gatto, pae de Lucas, fossem irmãos, o qué aparentaria muito mais um e outro. A tal respeito nada informam os linhagistas.

"Concedida ao foragido a comarca por menagem" (e que comarca!...) é bastante provavel que Borba Gatto tenha desido em busca de seus parentes domiciliados na linha de Ubatuba, para onde, affirmam tambem, viera morar suafamilia, pretendendo visital-os, ou já notificado da boa vontade do governador, Arthur de Sá e Menezes, a quem em seu favor intercedera seu cunhado Garcia Rodrigues Paes", commenta Guisard.

"No municipio de Taubaté, vizinhando com S. Luiz do Parahytinga, temos o "bairro do Borba", encravado entre os bairros das Sete Voltas, Pinhão e Pouso Frio. Informações colhidas de velhos taubateanos rezam que o "bairro do Borba" primitivamente tivera o nome de "Borba de Santo Amaro" donde concluimos a procedencia do nome, tanto de Borba Gatto" como de sua residencia em Santo Amaro."

Entende Felix Guisard Filho que esta questão ainda está muito nebulosa.

Esperemos que a destrince cabalmente o tão distincto pesquisador que, paulatinamente, com enorme apuro da verdade das fontes e infatigavel perquirição de elementos basicos prepara uma obra do mais forte tomo, precioso manancial informativo para a historia da construcção bandeirante.

O pouco que della pudemos ver nos prenuncia uma con-

tribuição de notavel valia para o patrimonio de nossas letras historicas.

Assim desaparecia o administrador geral das Minas, victima de uma emboscada, de vulgarissima tocaia, tão ao sabor do Brasil barbaro.

A quanto romance deu motivo esta scena de sua supressão que o depoimento singelo, laconico, de Duarte Teixeira Chaves, veiu sinão destruir pelo menos contestar "in totum"? Veremos, dentro em breve, algumas destas versões nascidas dos chronistas primitivos das Minas e ultimamente largamente ampliadas pela "deformação tragica" da *Historia antiga das Minas Geraes*.

Manuel de Borba Gatto que consta haver nascido em Santo Amaro, pertencia aos mais velhos troncos bandeirantes. De seu pae João de Borba nada se sabe. Sua mãe, Sebastiana Rodrigues, era filha de João Paes, filho de povoadores e Suzanna Rodrigues, filha do illustre bandeirante Martim Fernandes Tenorio de Aguilar, fallecido em 1602 ás margens do Paraná e acima citado.

Curioso que Manuel de Borba haja adoptado esse segundo nome de Gatto que não era de seus ascendentes e sim o de seu tio affim Manuel Pacheco Gatto, marido de sua tia Anna da Veiga. Talvez fosse elle seu padrinho.

Commenta Calogeras conjecturalmente (cf. *As Minas do Brasil*, I, 51):

"Não se conhece bem o que se passou em seguida á morte de D. Rodrigo. Haveria por parte de Manuel da Borba, resentimento contra quem lhe vinha arrancar a supremacia do sertão?

Seria fundada a censura formu'ada por este, e de que Pedro Taques nos conservou o éco, de estar sendo malbaratada a Fazenda Real em trabalhos prolongados além do natural?

Ou está mais proxima á verdade a versão que fazia originar-se o desfecho luctuoso, occorrido em meados de 1682, de uma troca de palavras resultando do pedido de auxilio em utensilios para minerar por parte do administrador geral ao genro de Fernam Dias?

Esta ultima tradição conservada pelo coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, filho de um dos primeiros povoadores das minas, Salvador Furtado, que contava um pa-

rente, André Furtado, entre os officiaes da expedição de d. Rodrigo, tem grande peso, e em seu favor depõem não só o que se sabe do modo de proceder do hespanhol e de sua arrogancia, como tambem o julgar-se elle autorizado a lançar mão dos recursos accumulados pelo governador das esmeraldas, dos quaes o filho lhe fizera solenne entrega.

Desta rixa seguiu-se a morte do emissario regio, assassinado por Manuel de Borba, affirma Taques, por dois pagens deste, diz, entre outras, a narrativa de Bento Fernandes, evidentemente destinada a attenuar o crime do sertanista, aparentado a quasi todos os actores no scenario historico da época.

O que não parece aceitavel ,entretanto, é a versão de que a tropa sob as ordens do infeliz fidalgo, totalmente alheia a este fim tragico, tivesse sido alvo de hostilidades por parte dos habitantes do arraial do Sumidouro, ou quizesse vingar nestes a morte de seu chefe, conforme declara Bento Fernandes e deixam perceber outros chronistas.

Conhecida a atmospheria da desconfiança e de rivalidades reciprocas em que se moviam o chefe e seus officiaes, o que se afigura mais provavel é a inteira indifferença da tropa para com a morte violenta do encarregado regio.

Quasi lhe não pertencia mais este titulo na época de seu assassinato, pois em virtude da denuncia de Mathias Cardoso, o regente, por ordem de 23 de dezembro, revogara os poderes conferidos a d. Rodrigo. Esta ultima prova de odio nativista já não encontrou sinão o cadaver de sua victima."

Em que pese ao modo de ver do douto escriptor parecemos mediocre esta apregoada autoridade de Bento Fernandes. Basta para isso recordar a serie de absurdos que elle escreveu sobre o final da jornada de Fernão Dias Paes.

Mais de espaço lhe analysaremos os topicos.

Accrescenta Calogeras (Ibid, 52.

"A bandeira, morto seu chefe, tornou a S. Paulo sob a direcção dos officiaes providos por elle. Desde 1682 encontrámos Mathias Cardoso de volta ao torrão natal: pouco descansou, entretanto, pois em 1689 El-Rei D. Pedro II determinou fosse um terço de paulistas auxiliar as capitánias do Norte a vencer o gentio do Rio Grande e do Ceará; o chefe escolhido para dirigir a leva foi novamente este sertanista, cuja fama



eclipsava a de todos os seus pares. Entre outros officiaes levava em sua companhia o alferes Antonio Gonçalves Figueira, de papel importantissimo na abertura das estradas da Bahia ao rio das Velhas.”

A proposito do nome deste famoso sertanista, sobre quem teremos de escrever longamente ha controversia. Chama-lhe P. Taques ora Figueira, ora Filgueiras. Dirime Calogeras a questão fixando o primeiro destes appellidos.

Urbino Vianna, em Montes Claros, encontrou no emtanto numerosos papeis em que o bandeirante se assigna Figueira.

Com propriedade commenta Basilio de Magalhães (cf. *Ex-pansão geographica*, 91):

“Ignoram-se, até ao presente os motivos reaes que produziram essa nova tragedia do Sumidouro, já purpureado pelo sangue do filho natural de Fernão Dias, posto ali em supplicio por este fero Junio Bruto dos sertões mineiros. Como quer que seja — assim como a nossa terra se obstinava em esconder os seus thesouros opimos á avidez da metropole, parece que tambem os nossos antepassados porfiavam em ser só elles, que não os alienigenas, os reveladores das maravilhas em latencia no coração da Patria. Fechavam-se ao olhar cupido e profanador de extranhos os seios virgens e tumidos do Brasil, que, entretanto, iam logo abrir-se, iam logo desentranhar-se em novas Ophirs e novas Golcondas ao anseio febril e fecundo dos seus proprios filhos audaciosos.

Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Paes foram nas duas decadas finaes do século XVII, assim como no primeiro quartel do século XVIII, inolvidaveis epigonos do grande cyclo de revelação das riquezas auríferas do “hinterland” mineiro.

A esse aspecto, a bandeira de Fernão Dias, cujo objectivo principal — as valiosas pedras coradas — não foi effectivamente alcançado tem capital importancia na historia da conquista dos sertões brasileiros, em que, ao desvanecimento de uma ephemera miragem, succedeu a mais deslumbradora realidade.”

## CAPITULO XXIX

*O crime de Manuel de Borba e o relato de Diogo de Vasconcellos na "Historia Antiga das Minas Geraes".*

Estudando a expedição de D. Rodrigo Castel Blanco incide Diogo de Vasconcellos em diversos erros serios.

Affirma que D. Rodrigo recebeu, quando em Paranaguá, ordens para realizar a jornada a Sabarabussú quando já de Portugal trouxera, como vimos, instrucções para isto.

Fala-nos ainda em indemnisação paga á Inglaterra para com ella manter Portugal a paz!

Dá-nos uma lista totalmente errada dos officiaes da Camara Municipal de S. Paulo em 1680 e a este proposito escreve verdadeira enormidade como a de dizer que Lourenço Castanho Taques era então juiz ordinario "vitalicio" quando se sabe que o juiz ordinario era annual. E o transsumpto que faz da vereança de 20 de junho de 1680 é totalmente falso (cf. Actas da Camara de S. Paulo, tomo VII, p. 61 e 62).

Nenhum dos cinco officiaes por elle citados como os de 1680, Taques, Cubas, Ferreira, Rosa, Goes e Leão, serviam neste anno! Para explicar a recusa de João Alvares Coutinho em ir á jornada de D. Rodrigo expõe o autor mineiro uma serie de cousas para nós injustificaveis pela documentação.

“Tendo Jorge Soares e seus companheiros cahido em poder dos castelhanos, esta noticia correu dolorosamente por S. Paulo, poucos mezes depois, consternando a todos, e de maneira para enlouquecer ao mineiro João Coutinho, amigo intimo e dedicado do prisioneiro. E tão desalentado cahiu o pobre velho, que acertou de fugir ao Sabará-buçú, allegando agora a sua idade avançada, os seus achaques e á falta de dentes para se nutrir no sertão, onde as carnes duras e as fructas sylvestres serviam de generos ordinarios”.

Onde teria o brilhante escriptor mineiro descoberto esta causa para a explicação da recusa de João Alvares Coutinho?

Um pouco mais adiante, nova “deformação dramatica”: a exposição dos motivos que levaram Mathias Cardoso a romper com D. Rodrigo.

“Entretanto, por parte dos chefes paulistas o clamor crescia contra a inercia do Administrador Geral; e Mathias Cardoso, o mais prepotente e energico dos chefes, convocou ousadamente uma Junta na Casa do Senado, e se collocou á frente dos reclamantes, lançando em rosto a D. Rodrigo, alli presente, o seu procedimento desidioso. O Rei lhe havia confiado o posto mais honroso, consignado pingues vencimentos e mercês execpicionaes; e no emtanto retardava por negligencia o desempenho dos deveres, ao passo que elles, paulistas, que serviam sem remuneração e com prejuizo da propria fazenda, achavam-se promptos e em ordem de marcha! Allegava ainda, Mathias Cardoso, em tom vehemente, os seus sacrificios, quando acompanhou Fernão Dias ha dous annos pelo sertão, de onde regressou somente á força das calamidades, que desbarataram o seu terço. Intimava, portanto, ao Administrador e Provedor Mór D. Rodrigo a se pôr em movimento, sob pena de representar ao Governo Regio, como convinha, para ser advertido.”

Onde foi Diogo de Vasconcellos buscar esta Junta na Casa do Senado? E' o que não explica.

Pedro Taques fala em denuncia escripta de Mathias Cardoso e de outros paulistas. Na documentação paulistana nada encontrámos que abone a asserção do autor mineiro.

Enganado quanto á data da partida de d. Rodrigo (7 de

março) ainda escreve Diogo de Vasconcellos alguns topicos que julgamos poder impugnar. Já antes da expedição do fidalgo hespanhol a columna de Jorge Soares recebera organização mais completa (vd. o tomo IV desta obra).

“Militar distincto, escreve, foi o primeiro chefe que deu á tropa uma organização regular, como de milicias, formando-a por companhias, e conferindo patentes de commando, que tocaram:

A Mathias Cardoso de Almeida, a de Tenente General Adjuncto.

A Estevam Sanches de Portes, a de Sargento Mór.

A Manoel Cardoso de Almeida (irmão do Tenente General), a João Saraiva de Moraes, a Domingos do Prado, a Jeronymo Cardoso (filho deste), a Francisco Cardoso (pae de Salvador Cardoso), a João Dias Mendes, a André Furtado de Mendonça, e a outros, a de Capitães de Companhia.”

Varios destes nomes, como os de João Saraiva de Moraes, Jeronymo e Francisco Cardoso, jamais os encontrámos na documentação relativa á expedição. Não sabemos onde os colligiu Vasconcellos.

O conflicto de que resultou o assassinato de Don Rodrigo relata-o o illustre escriptor com extraordinaria copia de palavras, á moda dos historiadores da Antiguidade. Narra uma serie de incidentes e pormenores que nos parecem inaceitaveis (cf. *Historia Antiga das Minas Geraes*, 50-54).

Errando a data do homicidio, hoje restabelecida por Paulo Prado (20 de outubro, segundo o autor mineiro), ainda affirma que esteve por um triz não só a arrebentar grande batalha entre a gente de Borba Gato e a de Dom Rodrigo como ainda assegura que os dous pagens sicarios de Manuel de Borba quizeram assassinar tambem os acompanhadores do fidalgo castelhano no local chamado até agora o Alto do Fidalgo.

Tambem não nos convence a narração dos factos posteriores á morte de Dom Rodrigo:

“O crime perpetrado em fidalgo representante do Rei era de lesa-magestade, que as leis puniam com supplicios, com a infamia da memoria, e o confisco dos bens, confundindo cumplices e auctores no mesmo rigor. Os mesmos chefes paulistas desaffeiçoados á victima, no terror das primeiras impressões,

não querendo se comprometter envolvidos em suspeitas, abandonaram o Borba, e fizeram causa commum com a leva de soldados, e indios regios, que aliás amavam a D. Rodrigo.

O Borba, porém, homem de energia e decidido, compulsando o perigo, entrincheirou-se no Alto do Fidalgo e preparou a resistencia.

Não tendo forças sufficientes, conseguiu da astucia o que não lhe dariam as armas, e seguro contra o ataque no seu baluarte ganhou tempo, fazendo correr no arraial inimigo, que não offerceria batalha, enquanto lhe não chegassem auxilios de tribus alliadas, que navia convocado; e não chegasse tambem um terno da expedição de Fernão Dias, que se havia retardado na jornada sob o commando do cabo José de Castilhos.

Por occasião do levante de José Dias, os companheiros ex-pulsos do arraial haviam effectivamente se dispersado pelos arredores, uns para Sete Lagoas, outros para cima ou abaixo do Rio das Velhas, convivendo com os indios mansuetos da região, e gosando de estima entre elles.

Não obstante os successos do Sumidouro o Borba não se fez odiado, e agora, que, por força de camaradagem, poderiam se congraçar com auxilios, apenas souberam do aperto, vieram ao acampamento e combinaram prestal-os. Em certa noite, pois, mandou Borba, que ás occultas sahissem do campo muitos do seu sequito; e de facto reunindo-se aos que aquelles amigos conseguiram ajuntar pela madrugada, ainda escuro, entraram de novo com grande estrepito, ao som de cornetas e alaridos, figurando o advento de phalanges promptas a combate.

Entanto, mandando o Borba por outros emissarios aos chefes paulistas, seus velhos amigos e parentes, justificou-se da imputação; e os arrefeceu. Compenetrados da injustiça, que faziam e máis ainda, do risco, em que estavam, de uma lucta fraticida, que aliás, fomentaram sem utilidade no sertão, acertaram de tomar alvedrio mais cordato, voltando para S. Paulo, onde tinham familia e riquezas a proteger. Em vista disto, os soldados e indios de D. Rodrigo, reduzidos aos proprios braços, consideraram-se fracos; e na madrugada do estrepito, quão de effeito se derramou o terror entre elles, trataram de fugir, antes que o inimigo os atacasse."

Concluindo, appella Diogo de Vasconcellos para o testemunho de escriptores cujos nomes não nos diz quaes possam ser nem que autoridade têm.

“Os escriptores, sem discrepancia, dizem que estes sequazes, envergonhados por não poder vingar a morte do chefe, não querendo chegar a S. Paulo desmoralizados, assentaram de se entranhar pelos sertões.

A frivolidade é manifesta de um tal motivo, que aliás todos os escriptores repetem; e pois devemos achar em muito mais positivo movel a causa da dispersão. Eram esses homens soldados e indios sujeitos á disciplina e a regimen acaso mais duro do que o da propria escravidão; e uma vez agora soltos de todo chefe, longe de qualquer policia, acertaram de se libertar a si mesmos, desertando do jugo. Habituaados a viver com os selvagens, com estes preferiram estar longe, em regiões desconhecidas; tanto mais que se apoderaram do gado e dos animaes, quanto dos instrumentos e munições da bandeira, e se espalharam pelos sertões de Sete Lagoas, Curumaitay, Jaguara e S. Francisco, por lá fundando as Fazendas de criação, de onde pullularam os rebanhos, que mais tarde abasteceram os mercados das Minas Geraes e ainda hoje se exportam”.

Sobre as passadas de Manuel de Borba, quando foragido, pormenorisa:

“Quanto ao Borba, por sua vez atemorizado, refugio-se com os seus nos sertões desconhecidos do Piracicava, onde viveu muitos annos em uma tribu, que por elle e seus sequazes tornou-se forte e respeitada.

Emtanto, quando a noticia deste fatal acontecimento se divulgou por S. Paulo, os chefes paulistas, que voltavam do sertão, não tendo coragem de contradizer a culpa assacada sem attenuantes ao Borba, temendo mesmo que fossem acoiados da cumplicidade, como auxiliaadores ao menos do crime, confirmaram as accusações; e neste ardor a Camara, á toda pressa, reuniu-se, sob a vehemencia das primeiras impressões, e, com cores cruentas, dirigiu ao Rei, em carta de 2 de novembro de 1682, uma denuncia formal contra o foragido. Vingavam-se os Deuses.

O Borba então considerou-se perdido para sempre.”

Infelizmente ainda desta vez o autor não abona a indica-

ção das fontes. E' bem possível que se tenha deixado influenciar pela tradição oral, enxertada de lendas e mais lendas.

A carta a que allude está publicada na integra no *Registro Geral da Camara de S. Paulo* (vol. III, p. 366) consta de algumas linhas apenas; limitam-se os officiaes paulistanos e do modo mais secco, a noticiar ao Principe Regente o facto, como já vimos.

Nada tem de "cores cruentas" nem nella se menciona um só nome. Tudo o mais provem de uma interpretação imaginosa do illustre escriptor.

"O Borba considerou-se então perdido para sempre", philosopha elle. Seria para tanto preciso que o bandeirante não conhecesse o Brasil de seu tempo ou fosse da mais absolutainfantilidade.

Outro deslize de Vasconcellos é intitular Manuel de Borba, Coronel, patente que em Portugal datava de pouco, do contacto dos exercitos lusitanos com os officiaes francezes chamados a servir na Guerra de Restauração. Ainda não existia em S. Paulo, no anno de 1681. Só em 1698 é que a vemos figurar entre os paulistas, quando Arthur de Sá e Menezes a 7 de janeiro a conferiu a Domingos de Amores de Almeida (Collecção *Governadores do Rio de Janeiro*, I, VIII, fls. 8, no Archivo Nacional, documento publicado por Basilio de Magalhães).

Ainda temos como sobremodo discutiveis diversos topicos do resto da narrativa de Vasconcellos que se não encontram documentados, de todo. Não cremos, por exemplo, no que affirma das causas que levaram D. Rodrigo ao sertão: a desconfiança do Principe Regente sobre as passadas de Fernão Dias. A impressão deixada pelos documentos nos foi diversa.

Quanto ao relato do assassinio preferiu Vasconcellos, das diversas versões de escriptores antigos o depoimento de Bento Fernandes mau grado haver pouco antes repudiado do mesmo autor e *in totum* o trecho relativo ao fim de Fernão Dias Paes.

Quando a Lisboa chegou a nova do assassinato do pobre Don Rodrigo já desde mezes lavrara o Regente a sua destituição em termos sobremodo seccos, ordenando-lhe que se recolhesse logo ao Reino.

Este papel e outros valiosos aqui citados descobriu-os Moysés Marcondes no Archivo de Marinha e Ultramar (cf. *Documentos para a historia do Paraná*, 218).

Dizia a decisão regia, de 23 de dezembro de 1682, endereçada ao proprio ex Administrador Geral: "Por se ter gastado consideravel fazenda na averiguação das minas, a que fuy servido enviar-vos, sem nenhum proveito; e considerando hoje o estado em que se acha a fazenda Real, e não poder fazer tantas despezas: Vos ordeno e mando, como por esta o faço, que vos recolhaes para este Reyno".

Apenas informado do crime, apressava-se o Principe Regente, a 25 de maio de 1683, em ordenar ao Ouvidor Geral fluminense, que sabia dever achar-se em Santos, occupado em correição, devassasse do caso com toda a exação e acautelasse os interesses da Corôa, pondo a fazenda da mallograda expedição em segurança com toda a brevidade".

Quasi dous annos mais tarde, a 23 de janeiro de 1685, dava o antigo Regente agora Rei, D. Pedro II, mostras de quanto desaprovava certos actos praticados pelo seu defunto Administrador Geral como por exemplo a prohibição por elle imposta ao Provedor e mais officiaes das minas de Paranaçu de entregarem ao Provedor da fazenda do Rio de Janeiro qualquer quantidade de ouro procedente dos quintos.

Pela leitura deste acto regio se deprehende que viera de Lisboa ordem para o confisco do espolio de Don Rodrigo. "Athé se averiguar se às despezas que fez forão por ordem minha", dizia o Rei.

Assim se convertera o antigo favor regio ao fidalgo castelhano "bruxula de minas" em resentido ajuste de contas nascido da desapprovação formal de actos de sua iniciativa.

Os ultimos vestigios do desastre da expedição de D. Rodrigo na documentação paulistana encontramol-os em 1683. A 22 de fevereiro desse anno explicava Manuel Castanho a causa de sua prolongada demora em S. Paulo. Estando a partir "empatara" a viagem "porque houveram novas do fallecimento do Administrador Geral" ficando porém os gastos já feitos (R. G. da C. de S. Paulo, III, 389).

A 23 de julho de 1683 appareceu, perante a Camara, o capitão Paulo Rodrigues de Lara, com uma precatória do Provedor Mór do Estado do Brasil, Francisco Lamberte, afim de



que lhe fosse entregue o cofre outróra confiado por D. Rodrigo á guarda da municipalidade.

Recusaram-se os officiaes a attendel-o, só o fazendo ao Provedor da Fazenda Real que, para isto, de proposito, veiu, de S. Vicente e testemunhado pelo thesoureiro Vieira e o contador Manuel Castanho”.

Como faltasse uma chave, a que ficara em poder do infeliz castelhano foi despregada a fechadura verificando-se então que o deposito estava intacto. Declarou o Provedor que tinha o Senado paulistano por desobrigado do cofre e livros.

Mas o derradeiro éco da passagem de Dom Rodrigo por S. Paulo encontramol-o na acta de 16 de abril de 1686. Explicou o escrivão Jeronymo Pedroso de Oliveira a Suas Mercês que “fazendo-se o inventario do fidalgo se achara entre os seus bens um braço de armas que Luiz Porrato Penedo exhibiu ao Senado. Pediu o escrivão que elle fosse inutilizado “por não fazer algua duvida”. Mandaram Suas Mercês que se attendesse a este requerimento inexplicavel a não ser como traducção da antipathia á memoria do desventurado castelhano.

“Mandámos logo fazer em quatro pedaços com hua tizoura” declaram o juiz Diogo Barbosa Rego, os vereadores Gago, Preto e Sutil de Oliveira. Parece que desejava assim a Camara abolir qualquer vestigio da estada, em sua villa e termo, de um homem que tantas antipathias levantara, por dever de officio, sobretudo.

Ainda a 15 de setembro de 1693, onze annos passados da morte do pobre fidalgo, escrevia o Governador Geral Camara Coutinho ao Secretario de Estado Mendo de Foyos Pereira “sobre as pedras mineraes de D. Rodrigo de Castel Blanco” (cf. Rev. do Inst. Bras., 71, 1, 99).

Ordenara D. Pedro II que se indagasse do Secretario do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, se tinha noticia das pedras mineraes (sic) remettidas por D. Rodrigo das seras do sertão em que diziam haver prata, e de que cor seriam e se acaso não possuia amostras de tal minerio.

Respondera Ravasco categorico “não tinha as taes pedras e nem as vira nunca.”

E no emtanto era secretario do Estado do Brasil havia 43 annos! Bem pouco sincera parece esta affirmacção do Alcaide Mór de Cabo Frio.

Acaso quereria dar uma ultima demonstração do seu completo scepticismo em relação ao valor das minas de Itabaiana? da opposição tacita e inerte quiçá feita aos arroubos eldoradomaniacos do Visconde de Barbacena?

Certo é que nos parece mentirosa a asserção do relativamente mediocre irmão do genial Antonio Vieira, verdade é que offuscado pelo valor excepcional do seu formidavel primogenito.

Quem poderia acreditar em tal depois de saber dos longos exames procedidos na Bahia com as amostras de Itabaiana, segundo a formal declaração de tantas autoridades?

Em 1693 estava quasi inteiramente extincta a fama das jazidas do Moribeca.

Dizia Camara Coutinho (Ib. 100): "Só da serra de Itabaiana, 12 leguas da capitania de Sergipe d'El Rei, me vieram aqui persuadir que havia prata. Mandeí fazer as delygencias e até agora as mesmas pessoas que a inculcaram não deram noticia alguma."

## CAPITULO XXX

*Actuação cada vez mais intensa das bandeiras no Nordeste. —  
A questão controvertida da prioridade da devassa do Piauíhy  
— Obscuridades da biographia de Domingos Jorge Velho.*

Chegámos com o nosso relato a um periodo de capital importancia na historia do bandeirantismo, phase em que a área de suas operações se alarga notavelmente e em que occorrem vultuosas acções de guerra.

Tivemos o ensejo de narrar minudentemente os acontecimentos da submissão dos tapuyas bahianos pelas columnas de Estevam Ribeiro Bayão Parente, Braz Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente.

Contemporaneamente já muito mais ao Norte e ao centro implantara Domingos Jorge Velho a posse branca em terras do Piauíhy.

Mas as tribus duras e indomaveis do Nordeste iriam reagir furiosamente ante o avanço dos conquistadores e tanto este facto quanto o da extirpação do grande quilombo palmarino exigiria das bandeiras paulistas grandes e novos esforços. São os que vamos pormenorizar graças ao enorme acervo inédito dos *Documentos Historicos* sobretudo.

A esta actuação das bandeiras presidem algumas figuras maximas de cabos de tropa de S. Paulo: Domingos Jorge Velho, na primeira plana, Mathias Cardoso de Almeida, Manuel Alvares de Moraes Navarro, João Amaro Maciel Parente e

Francisco Dias de Siqueira. Este ultimo menos saliente talvez porque o numero dos papeis que se referem aos seus feitos seja muito menos avultado.

Antes porém de historiarmos os lances da *Guerra dos Barbaros* e da destruição de Palmares, assignaladores da submissão definitiva do Nordeste seja-nos permitido discutir o controverso caso da prioridade da devassa do Piahy.

A proposito do que no tomo IV desta obra deixámos dito sobre a devassa do Piahy escreveu umas tantas observações sobre a prioridade discutida de Domingos Jorge Velho, o Sr. Barbosa Lima Sobrinho. Entende que o famoso documento descoberto por Pereira da Costa depois de 1884, não basta para dirimir a questão em favor do bandeirante de Parnahyba.

Não sabemos de todo quando o encontrou o autor pernambucano, cremos porém que o divulgou em 1909, data da sua *Chronologia historica do Piahy*.

As duvidas do Sr. B. Lima não nos parecem poder anteopor-se á categoricidade dos termos da carta de sesmaria de 1705, por nós transcripta no tomo IV (pag. 339, 343) da *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*.

Tanto a Capistrano como a Basilio de Magalhães parece liquido o direito do bandeirante de S. Paulo.

O facto da patente de 1688, e da carta de 10 de Março de 1690; escripta por Frei Manuel da Ressurreição, ao bandeirante, não nos parecem vir ao caso da controversia, pelo facto de que nenhum dos documentos se reporte á estada do sertanista no Piahy. E a circumstancia de ambos referirem que Domingos Jorge por terra viera do Sul, ao theatro da companhia do Nordeste, contra os tapuyas, trazendo gente branca e indios de São Paulo, em nada invalida a nossa these.

Poderia haver nisto esquecimento ou mesmo intenção de se tratar de outro assumpto, que não fosse exclusivamente o da guerra dos barbaros.

Quanto ao facto de não existir a menor precisão sobre os millesimos da penetração de Domingos Jorge em terras do Piahy, este argumento tambem nos parece de todo inacceitavel. Outra não fosse a lacunosidade extrema da chronologia de quasi todo o bandeirantismo. Quem, no tempo, entre gente tão rude, se preocupava com a chronica das expedições?

Haverá prova, mais cabal de que esta, de que, só agora,

a documentação hespanhola, oriunda de individuos letrados como os jesuitas, poude dar alguns pormenores sobre as grandes operações do bandeirantismo, arrazador das Reducções, quando do lado paulista fallecem, quasi por completo, os dados esclarecedores de tão importante movimento?

O facto de não haver Domingos Jorge requerido sesmarias piauihyenses desde a sua tomada de posse tambem preoccupa o Sr. Barbosa Lima.

Para nós não tem valor. A documentação hespanhola nos ensina que Paschoal Moreira Cabral Leme e André de Zunega se estabeleceram á margem do rio Miranda em 1682. E em diversos pontos fixos viveu o primeiro pelo menos quarenta annos, no sul e no centro de Matto Grosso. Não consta entretanto, que jamais haja requerido legalisação de tão demorada posse.

Era Domingos Jorge Velho, acima de tudo, um preador de indios, verdadeiro nemorivago "topando bandeiras ao genio brayo" como seus companheiros haveriam de allegar ao governador pernambucano.

A'quella distancia immensa em que se achava dos centros civilizados, pouco se lhe dava tal legalisação, que, em qualquer tempo, realizaria, da posse das suas terras enormes.

Isto de se dizer que, em seu testamento, Mafrense se referiu a terras do Piauihy "que descobrira e povoara" em nada invalida a these que os autores modernos sustentam. E' o Piauihy uma região enorme, tem, talvez, 300.000 kms. quadrad. Pode Mafrense ter devassado zonas 4 ou 5 vezes maiores do que o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, havendo deixado ainda muita terra por descobrir. Isto não quer dizer que dahi lhe venha a prioridade da descoberta.

No sertão de S. Paulo, recentemente ainda, muitos e extensissimos tractos de terras foram, pela primeira vez, percorridos por caçadores da mais fina sociedade paulista sem que nenhum delles se lembrasse de pedir concessões das zonas palmilhadas, cousa que muitos "grileiros" fizeram, mesmo sem serem sertanistas. Pelo facto de haver affirmado que descobrira e povoara terras do Piauihy não é o caso de se acreditar que Mafrense haja descoberto e povoado 300.000 kms., quadrad., quando ainda hoje ha regiões desertas no Estado.

Por menos que lhe dessem receberia Domingos Jorge Ve-

lho imperios naquella vastidão deserta do Piauihy seiscentista.

Realisavam os bandeirantes de S. Paulo, é sedição recordal-o immensas jornadas. Não nos consta que jamais haja algum no seculo XVII pedido concessões de terras nos desertos por elle cortados, como Antonio Raposo Tavares, na enorme area que devassou, o primeiro Anhanguera, em Goyaz, Luiz Pedroso de Barros, Francisco Pedroso Xavier, em Matto Grosso, etc. Pelo contrario: até no sertão immediato de sua villa e em terras, hoje no coração do Estado de S. Paulo, não se preocuparam os sertanistas de solicitar doações regias.

Fez Alfredo Ellis a brilhante demonstração (cf. *Raça de Gigantes*) de quanto exactamente em torno de S. Paulo eram as propriedades territoriaes insignificantes em geral.

Pela publicação dos documentos dos *Inventarios e testamentos*, assim como das *Sesmarias*, verifica-se que S. Paulo foi o centro de um enxame de fazendolas de pequena cultura e pastoreio de diminutos rebanhos.

Os grandes batedores de sertão moravam dentro de uma área legalizada de 2.448 kilometros quadrados, "onde tinham seus sitios", menos de duas centenas de fazendolas localizadas, até os albores do seculo XVIII, em que nenhuma attinge mais de 3.500 hectares, havendo innumeradas della nada mais sido do que "infimos sitiécicos" de dimensões pouco maiores do que as das quintas portuguezas.

Nada mais positivo do que este magnifico estudo de localização realizado pelo autor d'*O recuo do meridiano* (cf. *Historia seiscentista de S. Paulo*, de nossa lavra, IV, 166).

A este trabalho corroborou, do modo mais cabal, outro, ultimamente realizado por estudioso tão modesto quanto cheio de conhecimento de causa e de consciencia. Veio João Evangelista de Campos Aguirre confirmar do modo mais patente a analyse de Ellis (cf. *Relação das sesmarias, concedidas na comarca da Capital de S. Paulo dentre os annos de 1559 a 1820*).

Não ha uma só destas doações acima de 20.000 hectares quando feitas a particulares. E é este typo excepcional. Em geral as áreas maximas attingem 4.356 hectares. Atraz das fazendolas dos bandeirantes ficava o "matto grosso de Jundiacy", o sertão, o wide world" dos pioneiros do "far west" norte americano, "res nullius" dos preadores de indios.

Pouco se lhes dava a legalização das terras pelas autori-

dades regias. Isto era bom para fidalgos latifundiarios como a gente da Casa da Torre, ou europeus muito mais civilizados do que elles, procedentes de sociedades mais organizadas como Domingos Affonso Sertão.

Cita Ellis uma serie de nomes de grande relevo bandeirante que só regularizaram posses de lotes minusculos por assim dizer "muitissimo menores do que as terras cultivadas na Bahia pelos rendeiros de Garcia d'Avila, o senhor da Torre".

Francisco Dias de Avila, grande fidalgo, vivendo na intimidade dos Governadores Geraes, pertencia a uma serie já extensa de latifundiarios que tradicionalmente viviam a pedir concessões de terras, numa ancia insaciavel de possuir extensões colossaes, como bem frisou Capistrano.

Elle, o irmão Bernardo Pereira Gago e seus prepostos Sertão e Serra, logo em 1676, trataram de legalizar a sua occupação á margem do Gurgueia. Só em 1681 é que os vemos pretender sesmarias ao longo do Parnahyba. Ora, a petição de D. Jeronyma Fróes Cardim é positiva: seu defunto marido se estabelecera muito mais ao norte, na confluencia do Poty com o Parnahyba.

Ali se achava o seu quartel general, o seu reducto, dali partia "para topar Bandeiras ao gentio bravo". Exactamente como Paschoal Moreira no seu entrincheiramento do Mboteteú de onde tão ao longe irradiava.

No documento descoberto por Pereira da Costa se diz que, a chamado do governador pernambucano Souto Maior e "requerido da parte de Sua Majestade" desceu Domingos Jorge Velho do Piahy, com cerca de 100 homens brancos e mais ou menos 1.200 arcos de seu gentio, para encetar a campanha contra Palmares.

Analysando a patente de governador passada a Domingos Jorge pelo governador geral Mathias da Cunha, extranha o Sr. Barbosa Lima que tal papel diga que o sertanista se abalara por terra de S. Paulo "com o numero de gente branca e indios que entendera ser bastante para conquistar os Palmares."

Não causa o reparo surpresa como argumento a quem está familiarizado, por pouco que seja, com a historia do bandeirantismo. Não seria elle o primeiro cabo de tropa a fazel-o.

De tal caso deixa o sr. B. Lima transparecer que o fa-

moso cabo só partiu para o Norte quando se ajustou para bater os palmareses.

Ora, já em 1647, pedia o governador geral, Antonio Telles, encarecidamente, á Camara de S. Paulo, que soccorresse a Bahia com 200 brancos e 2.000 indios, aterrado como se achava com o assalto de Segismundo von Skoppe acampado em Itaparica em face da capital brasileira. O autographo desta carta, lancinante, está em exposição no Museu Paulista. "Marchem logo pelo sertão ao Rio de S. Francisco e descendo por elle abaixo se incorporem com o Mestre de Campo Francisco Rebello".

Não era grande empresa esta para os sertanistas de S. Paulo. O proprio governador geral, em carta de 21 de novembro, reconhecia que, se realizavam "jornadas muito mais dilatadas, em busca de indios, podiam bem fazer esta demonstração de bons vassallos."

Examinemos a questão sob outro aspecto.

Foi o de 1687 o anno em que Domingos Jorge desceu do Piahy, E a patente é de 1688.

Ora, sabemos que os Palmares representavam temivel reducto, cujas tentativas de expugnação, por diversas vezes, valeram severas perdas ás tropas reaes.

Bem sabia Domingos Jorge que com os seus cem homens brancos e os 1.300 indios não podia dominar o grande quilombo. Que fazer? Foi a S. Paulo, pelo S. Francisco acima, buscar reforço.

Pensou em recorrer á sua gente, desde que accitou a commissão. Partiu para o Sul. Nada mais simp'es, nem mais natural. A distancia entre os dois centros era a mais facilmente vencivel para homens como elle, pertencente áquella gente, insaciavel devoradora de leguas e incorrigivelmente nomade.

Desceu depois o grande caudal "com o numero de gente branca e de indios que entendeu ser bastante". E neste contingente veio seu irmão Antonio Cubas que, mais tarde, allegaria esta longa jornada em sua companhia.

Provavelmente, depois de reunir os dois contingentes o baixado do Piahy e o alliciado em S. Paulo, se disporia Domingos Jorge a marchar contra os quilombolas, quando, a mandado do Governador Geral, teve de fazer a diversão sobre o rio Piranhas no inicio da *Guerra dos Barbaros*.



Em treplica que nos offereceu acha o Sr. Bartosa Lima Sobrinho que seria impossivel a Domingos Jorge Velho. em 1687, sahir do Piauhly, para S. Paulo e voltar, realizando esta enorme viagem em tres ou quatro mezes.

Não vemos por que se ha de fixar tão curto prazo. Podemos alongal-o para anno e meio, dentro dos elementos dos papéis em exame.

Diz o documento de Pereira da Costa que Domingos deixou o Piauhly em 1687, sem citar o mez. Poderia tel-o feito em Janeiro e não se lhe conhece o mez (cf. Borges de Barros, *Bandeirantes bahianos*, 178).

A patente passada ao grande cabo de tropa, por Mathias da Cunha, data de 1688. Não sabemos de que mez procede. Poderia ter sido expedida até meados de Outubro, occasião em que o velho governador enfermou de febre amarella, de que veio a fallecer a 24 deste mez. Assim, nada nos impede de fixar este lapso em 18 ou 20 mezes. Mesmo que a patente fosse de Janeiro de 1688 ainda assim teriamos um prazo de anno sufficiente para a ida e vinda a S. Paulo, sendo de quatrocentas leguas a distancia existente entre a villa piratiningana e a base piauhyense do bandeirante.

Para caminheiros da força dos paulistas 400 leguas representavam quatro mezes de marcha no maximo. Ainda tinham a seu favor a navegação de centenas de kilometros do São Francisco.

Assim, em 6 ou 8 mezes, estaria Domingos Jorge Velho, em condições de perfeitamente ter ido a S. Paulo buscar reforço e voltar ao seu acampamento das margens do São Francisco.

De quanto eram os paulistas prodigiosos caminheiros temos nos documentos abundantes provas:

"Andan a pie y descalzos como por las calles desta Corte (Madrid). I caminan por aquellas tierras y valles, sin ningun estorbo, trescientas y quatrocientas leguas, com regalo" delles referia o illustre Montoya a Philippe IV, em 1643, aliás, a dizer horrores dos filhos de Piratininga.

Relata-nos Pedro Taques que Francisco Nunes de Siqueira veio da Bahia a São Paulo por terra em 30 dias. Partindo da cidade d'O Salvador, a 24 de Novembro de 1655, a São Paulo chegou a 25 de Dezembro immediato por "caminhos de

serra e sertão"! (cf. Rev. Inst. Hist. Bras. XXXIV, I, 34). "Vencendo assim uma jornada que só se podia fazer em dois ou tres mezes".

Ha, da cidade da Bahia a S. Paulo, mais distancia do que desta a Chique-Chique, acima da Barra do Rio Grande, sobre o São Francisco. E o caminho por terra, não pode apresentar as facilidades da navegação do São Francisco, até Pirapora e varada esta cachoeira pelo Rio das Velhas até Saará, Ora, venceu Francisco Nunes a cavallo, em 30 dias, uma distancia que em linha recta é de 1.400 kilometros aproximadamente.

Ponhamos-lhe 1.800 com os desenvolvimentos: a media vencida foi de 60 kilometros diarios.

Relata Jaboatão (*Novo orbe seraphico*, IV, cap. 42, 519) que o Custodio Fr. João Baptista, empossado do governo do convento da Bahia, a 24 de Fevereiro de 1649, dali partiu algum tempo depois para S. Paulo a pé, apesar dos seus setenta annos. Venceu as 300 leguas que separavam os dois logares numa jornada que a todos edificou pelo ascetismo e as mortificações. Quando chegou a S. Paulo não nol-o diz. Só conta que falleceu em Santos a 13 de Janeiro de 1650.

E não era bandeirante o septuagenario guardião...

Da facilidade com que os paulistas voltavam a S. Paulo dá-nos nitida idéa a correspondencia, ultimamente divulgada, dos *Documentos Historicos*. Certa vez mandou o Governador Geral um proprio ao acampamento de Mathias Cardoso, sobre o alto São Francisco, convicto de que ali o encontraria e o mandatario ao chegar soube que o bandeirante partira para São Paulo.

Assim não nos parece de todo proceder contra a prioridade de Domingos Jorge, nadescoberta do Piauihy, a suspeição levantada pelo sr. Barbosa Lima a proposito da jornada terrestre da sua bandeira.

Extranha ainda o nosso reparador a circumstancia de jamais haver visto, antes de 1687, o nome de Domingos Jorge no correspondencia dos governadores do Norte. E não faltara oportunidade para tal referencia.

Não vemos por que. E' muito possivel que só então começasse o illustre parahybano a ter real notoriedade.

E' que, certamente, estava muito isolado, naquella distan-

cia ainda hoje enorme, que separam o Recife e a Bahia da região onde vivia habitualmente.

Em todo o caso, si em 1678 já era o sertanista celebrado não residia em S. Paulo quando neste millesimo o triumvirato que governava o Brasil, por morte do visconde de Barbacena, pediu a todos os grandes bandeirantes paulistas, ao Anhanguera e a Jeronymo Bueno, a Fernão de Camargo e Matheus Nunes de Siqueira, etc. etc., que marchassem de S. Paulo ao S. Francisco para combaterem os Anayos (cf. Cod. 79 da Bibl. Nac., pp. 152, 153, 153 v. e 154).

Nesta circular se dizia, para estimular os sertanistas, que elles deviam marchar contra estes indios afim de vingarem varias bandeiras de seus patricios que os bugres haviam trucidado, tendo "degolado e desbaratado varias bandeyras dos paulistas."

Si os chefes bandeirantes quizessem, depois da victoria, trazer os seus captivos á Bahia, afim de os levarem, por mar, ás terras de S. Paulo, o governo geral para tanto lhes daria embarcações. Mas préviamente se accrescentava que, remotos como estavam taes prisioneiros, talvez fosse mais facil aos paulistas leval-os ás suas terras de S. Paulo pelo sertão. "Assim se escusava este gasto á fazenda de Sua Alteza o Principe Regente".

Era naquelle tempo o sertão do alto S. Francisco tão familiar aos sertanistas de S. Paulo que o governador geral, visconde de Barbacena, escrevendo em 1674 ao cabo dos paulistas "que andavam no Certão do Rio de S. Francisco" mostrava comtudo ignorar-lhe o nome. (cf. Bib. Nac. Cod. 54 ff. 72). Tratava-se provavelmente do chefe de alguma dessas innumeras bandeiras anonymas do tempo que não deixaram vestigios documentaes.

Pouco valor têm as duvidas de Varnhagen sobre a legitimidade da precedencia de Domingos Jorge. A ellas, liga o Sr. Barbosa Lima Sobrinho importancia.

Apesar do immenso que acatamos o historiador sorocabano, mestre de mestres, bem sabemos que em sua *Historia Geral* já muita coisa tem sido rectificada e o ha de ser ainda. Leiam-se a tal proposito as notas de Capistrano e Garcia á 4.<sup>a</sup> edição do monumental tratado que a Companhia Melhoramentos de S. Paulo, benemeritamente reimprime.

Não ha muito demonstrou Benedicto Calixto, á saciedade, quanto o grande historiador errou ao affirmar que, desde 1684, veio S. Paulo a ser a capital de sua capitania, para tanto havendo desthronado São Vicente. Deixou inilludivelmente provado que tal não se deu, havendo falhado, ante a resistencia da Camara vicentina, a tentativa que, para tal fim, quizera o marquez de Cascaes levar a effeito.

E ainda nos coube descobrir, na documentação inedita municipal paulistana, peças corroboradoras do acerto de Calixto.

Publicamol-as no tomo III danossa *Historia Seiscentista da Villa de S. Paulo*.

Nem por menos podia ser em relação a quem moveu como Porto Seguro um oceano de papeis. Só espanta que tão formidavelmente haja acertado quasi sempre.

Mas a lista dos seus *quando que bonus* ainda está longe de se encerrar.

O douto Studart por exemplo, apanhou o mestre de Sorocaba em graves cincadas e a proposito de factos corriqueiros (cf. *Revista da Academia Cearense*, VII, 51).

Falleceu Varnhagen em 1878, muito antes da descoberta de Pereira da Costa. Qual teria sido a sua impressão ante a leitura deste papel? Temos a convicção de que outro seria o seu modo de vêr, se lhe fôra dado conhecer o documento.

Não é um pendor nacionalista que nos leva a attribuir a Domingos Jorge a prioridade da descoberta piauihyense.

Mafrense, portuguez de nascença, é uma figura brasileira de relevo, brasileira como Manoel Preto, Antonio Raposo Tavares e tantos mais.

A recorrermos ao terreno das conjecturas e dos similes haverá melhor ensanchar de triumpho para os que advogam a causa do parnahybano de que a mudança do nome do grande caudal piauihyense que se chamou Pará, Paraguassú, Paravassú, Rio Grande dos Tapuyas, Punaré, para acabar sendo Parnahyba, nome do berço natal do grande cabo de tropa paulista?

Com o seu *parti pris* contra o bandeirante chegou Alencastro a negar que elle haja estado no Piauihy! Como o documento? De que vale sua allegação ante o papel de Pereira da Costa? Que valor tem a autoridade nulla de autores por elle invocados como Constancio, Warden, Fortia e quejandos copiadores e repetidores nacionaes e estrangeiros? sem uma uni-

ca pesquisa original nos archivos brasileiros e portuguezes? Que valor têm estas autoridades, estes pesquisadores que não pesquisaram?

Que autoridade pode pretender a catapultica *Histoire Générale du Portugal* do Marquez Fortia d'Urban invocada por Alencastre?

Temos o autor bahiano, aliás, na melhor conta e queremos frisar que elle ignorou a existencia do documento de Pereira da Costa, divulgado muito depois de sua morte, decorrida sete annos antes da de Varnhagen, aliás. Qual teria sido a impressão que o papel lhe causaria?

Em uma das numerosissimas cartas que de Capistrano mestre *nec pluribus impar*, guardamos, com a maior saudade, encontramos o seguinte e expressivo topico:

"Leia você o documento de Pereira da Costa com toda a attenção. E' capital".

Tal importancia lhe ligava o mestre cearense que se deu ao trabalho de nol-o copiar na integra, por imaginar que, em São Paulo, não achassemos a *Chronologia* do autor pernambucano, aliás, existente na bibliotheca do Museu Paulista. E sabem todos quanto é extenso e quanto Capistrano, já velho, se mostrava avesso a escrever.

Os factos concretos são os seguintes: ha documento allegando a estada de Domingos Jorge no medio Piauhy, á confluencia do Poty e do Parnahyba em 1662. E o proprio Sr. Barbosa Lima reconhece que o mais antigo contacto conhecido de Domingos Affonso Sertão com os annaes do Piauhy é de 1674. Portanto... Emquanto mais alto valor se não alevantar, neste terreno chronologico...

Terminando estas ponderações, cabe-nos ainda pequena rectificação. Attribute-nos o Sr. Barbosa Lima Sobrinho a autoria de topico que não é nosso. E o emenda ao dizer que o cyclo dos creadores de gado precedeu no Norte e Nordeste o das bandeiras paulistas, circumstancia exacta.

A asseveração impugnada é de Anisio de Brito por nós transcripta apenas (Hist. Ger. das Band. Paul., IV, 324). A falta de umas aspas finaes induziram o reparador a engano, aliás.

Fazemos o melhor juizo da honestidade dos proces-

sos de Alencastre a quem deve a nossa historia excellentes serviços.

E de passagem, recordamos novamente, que elle não conheceu o documento de Pereira da Costa.

Estamos promptos a mudar de opinião desde que as fontes nos revelem elementos contradictorios daquelle que nos suggere, dirimidoramente, a sesmaria de D. Jeronyma Fróes. Emquanto tal não se der continuaremos inabalaveis na convicção de que a prioridade da devassa do Piauhhy coube a Domingos Jorge Velho.

## CAPITULO XXXI

*Francisco Dias d'Avila II, personalidade notavel e pouco estudada. — Ainda o caso da prioridade da devassa do Piauhy. — Argumentos a favor de Domingos Jorge Velho. — Dias d'Avila e os capuchinhos da Missão dos Cariry's. — A relação de Fr. Martin de Nantes.*

Escrevendo em principios de 1917 (cf. *Revista do Brasil*, vol. IV, p. 260) lembrava Basilio de Magalhães, com toda a exacção, quanto áquella data se mantinha nebulosa a figura de Domingos Jorge Velho. Salvo dous ou tres papeis divulgados "não havia documento authenticico que certificasse e permittisse avaliar os serviços prestados por aquelle celebre paulista na conquista e povoamento das terras septentrionaes do Brasil, especialmente dos sertões do Piauhy e da Parahyba."

Mas tambem porque? pelo simples motivo de que a legião de escriptores e pseudo cultores da historia do Brasil nada mais tinha feito até então, "que repetir no tocante ao famoso caudilho mamaluco, as asserções vagas, de todo desajudadas de provas, e por vezes incongruentes dos chronistas e linhagistas de antanho."

Quanta exacção nestes conceitos! O velho vezo dos rabiscaadores de montanhas de papel pretensamente historicas, dos serviços da eterna repetição de valiosas mas limitadas peças iniciaes, nesta questão como nas mais, brilhara, pela abundancia e a perfeita inutilidade.

Nada mais vago do que tal assumpto, Se nem sequer se sabia quem era o destruidor de Palmares, dentro de numerosos homonymos!

A fixação da figura de grande caudilho coube-nos a fortuna de a realisar graças aos elementos destrinçadores fornecidos por papeis descobertos pelo Dr. Wenceslau de Almeida em Alagoas (cf. Hist. Geral das Band. Paulistas, tomo IV, pag. 35).

Estudando a questão da conquista do Nordeste patente se tornou a Basilio de Magalhães que nesta campanha de subjugação dos tapuyas notavel papel deve ter cabido ao segundo Francisco Dias d'Avila.

Abalançou-se a crer "que o opulento possuidor do maior latifundio brasileiro houvesse convidado a Domingos Jorge Velho (provavelmente quando este, á frente do seu bando andava em montaria aos selvicolas do *hinterland* bahiense) para de parceria com Domingos Affonso Sertão, rendeiro da Casa da Torre, expurgar de indios bravios, as uberes pastagens de além S. Francisco onde propositava montar com Bernardo Pereira Gago, Julião Affonso Serra e aquelle seu predito aggregado, varias estancias de creação".

Para o avanço do estudo da questão, mais tarde forneceu Basilio de Magalhães importante documento transcripto na *Revista do Brasil* (IV, 263); Borges de Barros tambem offerece alguma contribuição nos seus *Bandeirantes e sertanistas bahianos*, e, ultimamente, ainda a tal respeito novas peças valiosas se nos depararam na collecção dos *Documentos Historicos*.

Já á figura de Francisco Dias d'Avila II nos referimos com a justiça que ella merece (cf. Hist. Geral das Band. Paul., IV, 345 et pass).

Seja-nos permittido aqui adduzir alguns elementos novos á sua biographia, ultimamente desvendados pelo melhor conhecimento da documentação.

Descendia o sertanista do casal famoso de Caramurú e Paraguassú. De Genebra Alvarés (segunda filha deste par notavel) e Vicente Dias de Beja, alemtejano, moço fidalgo da casa do Infante D. Luiz, nascera Diogo Dias, casado com Isabel de Avila, fallecido na Bahia a 10 de novembro de 1597



(cf. *Jaboatão Catalogo genealogico*, na Rev. do Inst. Bras., 52, 1, 87).

Era Isabel uma filha natural do famoso Garcia de Avila, o velho, emigrado ao Brasil com Thomé de Souza.

Fundara Garcia o maior latifundio jamais havido no Brasil: uma centena de milhares de kilometros quadrados!

Expressivamente o descreve Capistrano:

“Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuia duzentas e cincoenta leguas de testada a Casa da Torre, fundada por Garcia d’Avila, protegido por Thomé de Souza, a qual entre o S. Francisco e o Parnahyba, senhoreava mais de setenta leguas. Para adquirir estas propriedades immensas, gastou papel e tinta em requerimentos de sesmarias.

Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sitios, geralmente de uma legua, á razão de 10\$ por anno, no principio do seculo XVIII”.

Pouco diverge do que diz Antonil (*Cultura e opulencia do Brasil*, pags. 199-200 da ed. de 1837):

“Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quasi todo pertence a duas das principaes familias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto Mestre de Campo Antonio Guedes de Brito, porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta leguas pelo Rio de Francisco acima, á mão direita indo para o Sul; e indo do dito rio para o norte, chega a oitenta leguas.

E os herdeiros do Mestre de Campo Antonio Guedes possuem, desde o morro dos Chapéos até a nascença do Riodas Velhas, cento e sessenta leguas. E nestas terras, parte os donos dela tem curraes proprios; e parte são que arrendarão sitios nellas pagando por cada sitio, que ordinariamente he de uma legoa, cada anno dez mil reis de foro.”

A esta immensa fortuna cobiçara um fidalgo genovez, provavel caçador de dotes, que Jaboação não diz quem haja sido. A Isabel parece haver seduzido “tirou-a por justiça” passando a com ella viver em Itapoan.

Pouco lhe durara a vida não tardando que um indio o matusse. Desapparecido o italiano volvera Isabel á companhia do pae desposando então a Diogo Dias.

O velho Garcia, aliás, sobreviveu á filha e ao genro. Falleceu ella a 18 de outubro de 1593 e Garcia a 23 de maio de

1609, havendo instituido, para o neto, o Morgadio da Casa da Torre.

De Isabel e Diogo Dias nasceu Francisco Dias de Avila, o primeiro, a quem um dos Philippes deu o foro de Cavalleiro fidalgo. Em 1621 desposou este Francisco I a Anna Pereira, filha de Manuel Pereira Gago e Catharina Fogaça, de "gente honrada de Porto Seguro".

Do seu casal nasceu Garcia de Avila II marido, em 1642, de sua tia materna, Leonor Pereira. De Garcia II e Leonor Pereira procederam Francisco Dias de Avila II, que parece ter vindo ao mundo em 1645, Bernardino Pereira Gago, nascido em 1654, e Catharina Fogaça, quiçá a mais velha da irmandade, pois, já em 23 de junho de 1659, se casava com Vasco Marinho Falcão.

Tal a ausência absurda dos preconceitos coetaneos contra os perigos da consanguinidade, em face das conveniencias da fortuna, que Francisco Dias de Avila II, homunculo, quasi anão, no dizer dos chronistas, filho de sobrinho e tia, não trepidou em desposar sua sobrinha Leonor Pereira Marinho, filha de Vasco e Catharina.

A biographia de Francisco Dias de Avila, tal qual a rege Jaboatão, insignificante se torna:

"Foi Coronel de ordenança desta cidade da Bahia, provimento que nelle fez o governador Mathias da Cunha, no anno de 1686 por fallecimento de Pedro Camello de Aragão, que exercia o dicto posto. Esse Francisco Dias d'Avila foi ao rio de S. Francisco com os seus escravos e indios de Macacandupio, que hoje estão aldeiados no mesmo lugar e pacificaram o gentio no levante geral, que tinha feito, e morto muita gente; elle os aquietou, e aquelles que não quizeram sujeitar-se á paz, os mandou degollar, na fazenda do Pontal. Succedeu isto no anno de 1680; e elle falleceu no de 1695".

Com razão, ao franciscano argue Basilio de Magalhães, esta pobreza de dados. Explica a pela ignorancia do chronista relativamente aos feitos do morgado da Casa da Torre nos altos e bravios sertões do Nordeste.

Dado que seus paes se casaram a 8 de junho de 1642 e suppondo que haja sido o seu primogenito, Francisco Dias de Avila II, só pode ter nascido em março de 1643.

Falleceu em 1695 com cerca de 50 annos, relata Martim de Nantes. Ora na hypothese mais favoravel ao alongamento de sua existencia teria 19 annos quando em 1662 já Domingos Jorge Velho talava as terras piauihyenses segundo nos revela o documento descoberto por Pereira da Costa.

Para que Domingos Jorge Velho se achasse no Piauihy em 1662 é que provavelmente dadas ás enormes distancias a percorrer, deixara São Paulo em 1660, no minimo. Ahi teria Francisco 17 annos, era um adolescente a viver no littoral bahiano, a immensa distancia das margens do Parnahyba. Como pois poder-se-lhe attribuir algum entendimento com o sertanista parnahybano no sentido de devassar aquelles sertões centraes tão longinquos como querem os que negam a Domingos Jorge a prioridade da devassa do Piauihy para a attribuir ao Mafrense?

De quanto o rival de Domingos Jorge devia em 1662 ainda ser personalidade de mediocre importancia dão-nos os *Documentos Historicos* frisantes indicios.

Diz Borges de Barros (*Bandeirantes bahianos*, p. 83) que Garcia II, em 1659, pedira sesmarias no rio Salitre á direita do S. Francisco com seus filhos Francisco II e o Padre Antonio Pereira (?). Este padre, Jaboatão não o menciona na lista dos filhos de Garcia. Aliás o proprio autor bahiano (pag. 84) lhe chama Padre Bernardo (?). E o catalogo de Jaboatão não diz, de todo, que Bernardo Pereira Gago haja sido clérigo.

O Padre Antonio Pereira cujo nome apparece na historia das pesquisas da prata (cf. Hist. Ger. das Band. Paul., V, 281) era o tio e não o irmão de Francisco Dias de Avila. Affirma-o categoricamente Martim de Nantes, a accusal-o acerbamente, de varios attentados contra os indios e jesuitas.

Asséguza ainda Borges de Barros, mas sem o documentar, de todo, que, "em 1658 e 1659, e não em 1671 e 1674, como asseveram alguns historiadores, já Garcia II e seus filhos, acompanhados de Domingos Affonso Sertão e Julião Affonso haviam penetrado os sertões de Pernambuco (margem esquerda do S. Francisco)".

"Não pararam e levaram suas conquistas em 1659 a 20 leguas acima do rio Salitre e logo após a setenta leguas acima da barra do mesmo rio quasi chegando a Urubú".

Assim em 1671 quasi attingia esta localidade o dominio

territorial dos Avilas avança o mesmo Borges de Barros (ob. cit. 130). Mas Urubú fica muito ao sul e sempre á mesma margem direita do grande rio. Deve ter havido ahí um *lapsus calami* do autor bahiano.

Em 1674 deviam Avila e Sertão viver perto da costa pois de 5 e 9 de julho deste millesimo, datam as patentes de capitão mór, e capitão, passadas a ambos pelo Visconde de Barbacena e relativos á entrada que iam fazer ás Aldeias dos Guarguaes.

Obscurissimas são as indicações que os documentos podem fornecer a quem quizer fazer qualquer localisação do habitat destes tapuyas Guarguaes, cuja assonancia mais proxima vem a ser Gurgueia, o que lembra o rio piauhyense deste nome.

Aliás outro papel que já mencionámos no tomo V da *Historia das Bandeiras* (p. 41) nos diz que os Guarguaes foram batidos no valle do rio Pajehú, em Pernambuco.

E' o primeiro documento que conhecemos sobre Domingos Affonso Sertão que nesta occasião foi nomeado um dos capitães de Avila por ser "pessoa de valor pratica disciplina militar e experiencia da guerra dos sertões."

Ia á testa da metade da gente da expedição, seguindo á frente da outra metade Francisco Rodrigues de Carvalho cujo alferes era Manuel Gonçalves (cf. Doc. Hist. XII, 313, 315, 318, 319). Nem grande importancia teria ainda Sertão pois acima d'elle e como lugar tenente de Avila seguia o tão prestigioso Domingos Rodrigues de Carvalho com o posto de sargento maior (Ibid 336).

O que sobre Francisco Dias d'Avila existe coordenado, nada por assim dizer representa ainda.

A grandeza de sua figura historica de desbravador do Brasil nordestino está porém a reclamar a attenção dos biographos.

O depoimento a seu respeito deixado por um dos mais curiosos relatos da catechese colonial, a narrativa de Frei Martim de Nantes constitue forte libello contra a personalidade do formidavel latifundiario da Torre.

A Martim de Nantes já nos referimos summariamente no tomo IV desta *Historia Geral*.

Prende-se-lhe o nome a uma obra de evangelisação cheia

de contactos com o bandeirantismo, motivo pelo qual sobre ella teremos de nos deter com certa pormenorisação.

Trouxe um acaso ao Brasil alguns capuchinhos francezes. Um grupo desses menores pertencentes á Provincia da Bretanha, ia em 1641 ás missões da Africa quando cahir em poder de um pirata hollandez que levou os seus prisioneiros a Pernambuco. Mauricio de Nassau tratou-os humanitariamente e elles permaneceram em Olinda até que, em 1645, arrebatando a Guerra da Independencia, incorporaram-se como capellães ás forças insurrectas contra o dominio batavo.

Assim acompanharam sempre os libertadores e D. João IV, em carta regia de 1646, lhes exaltou os meritos. Um destes irades, certo leigo, muito entendido na arte militar teve real destaque pelo valor dos serviços distinguindo-se notavelmente, sobretudo, no combate da Casa Forte. Tal a eloquencia dos depoimentos em seu favor que o mesmo soberano derogou a lei que prohibia a permanencia de religiosos estrangeiros nos seus reinos e permittiu o estabelecimento dos capuchinhos francezes no Brasil.

Assim, em 1653, Fr. João Baptista de la Croix estabelecia a casa do Rio de Janeiro.

Dos aprisionados de 1641 deixaram ocos o nome legado aos carirys, Fr. Colombo de Nantes e sobretudo Fr. Anastacio de Audierne.

Creou a ordem a Vice Prefeitura do Brasil da qual foi nomeado Vice Prefeito Fr. Colombino (cfr. *Os missionarios capuchinhos no Brasil*, obra dos RR. PP. Frei Moises Rezende, de Taubaté, e Fr. Fidelis Motta, de Prumense).

As fundações missionarias no sertão bahiano estas só principiaram em 1669 e o primeiro dos evangelisadores veio a ser Fr. Theodoro de Lucé.

Em agosto de 1671 chegava Audierne a Pernambuco, de volta da Europa, trazendo em sua companhia joven companheiro que no Brasil se notabilisaria pela actuação evangelica e os escriptos hoje avidamente consultados pelos historiadores coloniaes e os ethnographos e philologos: Frei Martin de Nantes, o autor celebrado da *Relation succincte et sincere de la mission du Père Martin de Nantes parmi les indiens appellez Cariris* (Quimper, 1706) e da grammatica e dictionario da raça lingua tapuya. Seria Frei Martin um dos esteros do movimen-

to catechista nos sertões bahianos. Começou por viver numa aldeia parahybana que Lucé fundara a 50 leguas da cidade de Parahyba e a instancias do "portuguez" Antonio de Oliveira (Ledo) aliás dentro em breve seu adversario.

Depois de oito mezes de permanencia alli passou-se para o S. Francisco onde seu confrade, Frei Francisco de Domfront, missionava entre os Rodellas, enquanto Audierne acabava de se estabelecer entre os Aramurús, a vinte leguas acima de Penedo.

A penetração da catechese se fez ao longo do baixo S. Francisco, desde Traipú, chegando a attingir pontos muito acima de Paulo Affonso como em Tambú e Aracapá, hoje nas immediações de Cabrobó, no trecho encachoeirado e portanto a juzante do Joazeiro.

Iam pois estas missões estabelecer-se na zona proxima da influencia da casa do Torre. Dahi os conflictos continuos levantados com o poderoso latifundiario, homem da prepotencia e da ambição de Francisco Dias d'Avila, typo acabado do velho senhor de baração e cutello.

Residia Frei Martim habitualmente em Uracappa (?) provavelmente a Aracapá de hoje e a 4 leguas de Tambú rio acima.

Pelo que elle conta (cf. ob. cit., 2.<sup>a</sup> ed., pag. 90) estava a sua aldeia a 80 leguas da missão dos Aramurús e a 100 de Penedo.

Além da aldeia de Uracappa tambem fundara a da ilha do Cavallo, quiçá a mesma hoje assignalada nos mappas pelo nome da Ilha da Assumpção, a menos que se não trate da do Cavallo Morto já muito a montante de Joazeiro entre Remanso e Sento Sé o que parece improvavel.

Relata Martim de Nantes que Francisco Dias d'Avila levou varias vezes os indios de Aracapá a fugirem de sua aldeia, tendo elle grande trabalho em reunil-os de novo.

Estas questões com o Senhor da Torre tiveram diversas vezes o epilogo em presença, até, do Governador Geral do Brasil.

Gaba-se o capuchinho de que immenso lhe valeu sempre, para fazer frente á hostilidade de Dias d'Avila o facto de conhecer a fundo a lingua dos cariryrs, idioma que o poderoso adversario e seus mandatarios quasi ignoravam.

Numerosos foram os conflictos que o missionario bretão narra occorridos entre elle e o potentado da Torre. Vê-se que este queria absolutamente enxotar de sua vizinhança os evangelisadores francezes.

Em certa occasião por exemplo, soltou grande cavallhada nas ilhas de Pambú e Aracapá causando estes animaes enorme prejuizo ás roças dos selvagens.

Reinava então em todo o valle enorme secca e os pobres cariryrs se haviam refugiado nas ilhas, onde tinham feito suas lavouras. A ellas ordenou Avila que se recolhessem os seus rebanhos.

Foi o missionario á sua presença e do modo mais vehemente o reprehendeu.

“Pois o senhor, com este corpo minusculo, que tão, pouco alimento pede para se sustentar, e tão pouco panno para se cobrir, ainda não se satisfaz com uma renda de cincoenta mil libras (sc francezas ou cruzados)? Ainda quer usurpar o pouco que aos Indios resta, das terras que lhe são legitimas pelo direito das gentes? Quer que elles morram de fome para satisfazer a sua ambição? Contra todas as leis divinas e humanas? O Rei jamais lhe deu — nem o poderia fazer — o que é essencial ao sustento dos Indios, que não tem mãos nem lingua para se defenderem. Mas eu os sustentarei e hei de ir á presença do Governador Geral”.

Pertencia o damninho rebanho a certo José Alvares Fontes, provavelmente um dos muitos rendeiros do senhor da Torre. Furioso partiu Avila para a Bahia a se queixar a Roque da Costa Barreto então Governador Geral, a quem denunciou o missionario como inimigo da Corôa Portugueza. E poderoso como era, influente pelo nascimento e a immensa fortuna “era o homem mais rico do Brasil e o melhor aparentado” diz Martim contra elle levantou verdadeiro movimento de opinião.

Escreveu o capuchinho diversas vezes a Roque Barreto e como não tivesse resposta partiu para a Bahia. Mas antes ordenou que os indios enxotassem todos os animaes, intrusos, de Avila e do seu rendeiro.

Expulsos da ilha onde havia pastagens foram os rebanhos dizimados pela secca, circumstancia que sobremaneira enfureceu ao Senhor da Torre.

Após quasi um mez de penosa marcha, atravez da caa-

tinga, flagellada por terrível secca; acompanhado por dous índios e alimentando-se de farinha e um pouco de carne de sol chegou o missionario á Bahia. Recebeu-o Roque bondosamente, com elle discutiu acaloradamente e acabou reconhecendo-lhe a justiceira queixa.

E' muito interessante a narrativa pormenorizada que o capuchinho deixou da longa entrevista com o Governador Geral.

Sabedor do que se passava correu Francisco Dias d'Avila do seu castello de Tatuapara á cidade d'O Salvador. Ahí recebeu severa reprimenda de Roque Barreto que o accusou de haver attentado contra a vida do missionario.

Appellou o accusado para o testemunho do proprio Martim e este foi a palacio rectificar o caso. Attentado houvera, e aliás, falho, mas por outrem machinado.

Refere Fr. Martim que do Governador Geral recebeu as mais vivas demonstrações publicas de apreço, por occasião das bellas festas realisadas na Bahia afim de se solennisar o contracto de casamento entre o Duque de Saboia e a infanta D. Isabel, filha de D. Pedro II e herdeira da corôa de Portugal. Episodio entre parenthesis curiosissimo da historia portugueza que redundou em pavorosa affronta do principe italiano á sua noiva (e aliás prima irmã) e a Portugal.

Pittorescamente relata Pinheiro Chagas este caso que é dos mais typicos da grosseria da época.

Partira uma esquadra de oito das mais bellas naus de Portugal sob o commando do general Visconde de Fonte Arca e em que embarcara a missão especial do embaixador Duque de Cadaval acompanhado da mais luzida fidalgaria e ancorou em Nice.

Nella viria a Portugal o augusto noivo, cujas nupcias seriam realisadas em Lisboa,

Esteve a bella frota da embaixada a esperar, por elle, largo tempo — nada menos de quatro mezes! — e voltou ao Tejo com a noticia da ruptura do noivado!

Falar-se-ia em Portugal da necessidade de um bombardeio de Nice, desaggravante da dignidade lusa. Acaso se houvesse realisado teria o bonhomme La Fontaine mais uma comprobção do seu famoso apherisma:



*De tout temps  
Les petits  
Ont pati  
Des sottises des grands...*

Mas nada se fez comtudo e felizmente para os pobres niceenses innocentes da brutalidade labregal do seu duque e senhor.

Exasperado valeu-se Avila de uma carta dubia do missionario para provar a Roque da Costa que o seu protegido lhe illaqueara a boa fé e o Governador Geral, crente do que lera, maltratou o accusado.

Recorreu este ao Provincial jesuitico graças a quem foi a verdade restabelecida.

Expediu Roque da Costa terminantes ordens em favor dos indios aldeiaados.

Relata Martim de Nantes uma serie de incidentes curiosos, havidos entre elle e o seu constante adversario. Um dos mais interessantes é o caso de certo encontro, a que se viu atrahido sob pretexto de reconciliação.

Ao benemerito Studart deve-se excellentes resumo do caso de que estamos tratando (cf. *O Padre Martim de Nantes e o Coronel Dias d'Avila*, na *Revista da Academia Cearense*, VII, 41-55).

Ao douto escriptor sigamos que realmente merece exame este caso, tão illustrativo das relações entre missionarios e potentados senhores de servos vermelhos.

"Cahiu o Padre na cilada que lhe fora armada, De parte a parte protestos de amisade e de serviços. Dias d'Avila fez ao Pe. presentes de latas de marmelada, adiantou-lhe dinheiro, tudo lhe prometteu.

Era agora chegada a vez do Padre retribuir tantas delicadezas e corresponder na altura de sua missão ás propostas que se lhe fazia de harmonia e paz.

"Senhor, disse o padre, vossas delicadezas me obrigam a vos dar uma prova incontestavel da sinceridade de meu coração. Pois que me daes tão grandes signaes de vossa affeição entrego-vos de bom grado a Ordem que, segundo sabeis, me deu o Snr. Governador. Ella não me é mais necessaria pois que reina accordo entre nós. Basta que me façaes o favor de es-

crever algumas linhas para os habitantes do Rio afim de que elles comprehendam que me honraes com a vossa amizade e que quereis que vivamos todos nas mais completa paz. Dest'arte imitarão vosso exemplo e Deus será glorificado”.

Dias d'Avila metteu no bolso a ordem do Governador e entregou ao Padre a carta, que lhe pedira para os homens do Rio de S. Francisco.

Cahira o Padre Martim no primeiro laço.

“Agora que estamos amigos e bem amigos, disse Dias d'Avila, dê-me V. Revma, uma prova de sua extrema bondade.

Sabe V. Revma, das grandes despesas, que fiz na ultima guerra para a qual S. Magestade me forneceu apenas polvora e chumbo, e dos muitos encommodos que por tantos annos tenho soffrido, fóra de minha casa afim de impedir novas sublevação dos aborigenas .

D'El Rei não quero receber nada mas pretendo um titulo, um posto de honra que julgo ter bem merecido. Na frota prestes a partir para o Reino seguirá o meu requerimento acompanhado dos attestados do Governador, dos quatro Mestres de Campo e dos Jesuitas; dê-me tambem um attestado seu que ser-me-á de grande proveito na Côte”.

Quiz a principio o Padre Martim recusar o attestado. mas afinal cedeu. Vencera em seu animo a necessidade de ter a seu lado e favoravel aos indios o fidalgo bahiano.

Cahira o Padre no segundo laço.

Havia dois dias que o Padre Martim emprehendera a viagem de volta para as Missões, viagem que quasi lhe custara a vida se não fossem as caridosas providencias dos missionarios e Jesuitas Jacob Rolland e Jacob Cley e do Padre Cley e do Padre Anastacio, e já Dias d'Avila procurava uma audiencia do Governador, Roque da Costa, e dizia-lhe, radiante, apresentando a ordem e o attestado:

— Snr. Governador. ides reconhecêr agora o caracter do missionario que com mascara de santo veiu surprehender a boa fé de vossa senhoria. Aqui tendes um certificado firmado por elle contrario em tudo ao que vos disse a meu respeito, aqui tendes a ordem que lhe destes e que me deixou por desprezo não se dignando conduzil-a comsigo.

Podem toos avaliar da surpresa do Governador vendo

coisas tão contradictorias. Não teve limites sua colera contra o Padre.

Sobre este, porém, velava a Providencia.

Informado das novas intrigas e dos ardis de Dias d'Avila por Luiz de Tisange, capuchinho, chegado ha pouco da cidade de Lisboa, para a casa da Bahia, e que professara juntamente com elle, redigiu o Padre Martim longa carta explicativa que depois de grandes embaraços chegou ás mãos do Governador por intermedio desse seu companheiro de habito e amigo.

A leitura dessa carta, uma folha de papel, operou completa transformação no animo do Governador; Dias d'Avila mais uma vez cahiu em discredito e animadversão; o Padre mais uma vez foi circumdado de todos os obsequios e favores.

Sem o certificado do Padre Martim, escreveu Luiz de Tisange, todos os bens de Dias d'Avila teriam sido confiscados e elle exilado para Angola".

Esta asserção temol-a aliás como absolutamente irrealisavel e *in totum* fantasiosa. Seria necessario desconhecer o Brasil seiscentista para poder admittir semelhante hypothese, sobretudo tratando-se de um potentado das posses, do prestigio, do valor pessoal e da situação de familia de Francisco Dias d'Avila.

Durante varios annos fez Fr. Martim frente ao Senhor da Torre. Conta na *Relation* que este renovou as hostilidades quando viu Roque da Costa substituido pelo *Braço de Prata*, em 1682. Mas baldada lhe foi a tentativa como tambem quando a Souza Menezes veio render o Marquez das Minas.

Diz o capuchinho que, desanimado ou arrependido, passou Dias d'Avila á politica opposta. Assim offereceu 250 cruzados para as obras do convento da Ordem na Bahia e prometeu para o futuro novas contribuições. Conclue o missionario severamente o relato de suas duvidas com o senhor da Torre descrente da sinceridade de sua conversão (cf. Rev. da Acad. Cearense, VII, 53).

"Assim nosso capital inimigo tornou-se nosso amigo por necessidade.

Emfim Deus, que vê o fundo dos corações e julga segundo os meritos de cada um, tirou-o deste mundo pouco tempo depois, na edade de cerca de 50 annos. Cahiu em demencia um

anno antes de morrer; foi abandonado e despresado dos seus e dos proprios filhos.

Morreu sem soccorro algum, e, o que é ainda mais triste, sem sacramentos. Deixo a Deus o julgamento de morte tão desastrosa.

Para adiante, a Casa da Torre experimentou perdas consideraveis; não creio que ella possa subsistir ainda por muito tempo, havendo-se elevado e enriquecido á custa dos pobres indios e sobretudo se tendo opposto tantas vezes á conversão delles por interesse pessoal."

Como todos sabem, as previsões do missionario, digamol-o entre parentheses, falharam inteiramente.

A Martim de Nantes trata duramente Borges de Barros (cf. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*, 125) procurando defender o senhor da Torre. Chama-lhe "milagreiro catechizador de indios já aldeitados". É a proposito de suas accusações ao illustre bandeirante bahiano escreve: "A contradicção e a futilidade das accusações mal encobrem o despeito do agente secreto de interesses estrangeiros, justamente suspeito aos naturaes vinculados á causa nacional que era então a portugueza."

*In totum* nos parecem injustos taes conceitos.

E' tão singela a narrativa do missionario e tão perfeitamente adequada á realidade das cousas da época que ninguem attribuirá o *beau rôle* philantropico, na contenda, ao bandeirante em vez de o conferir ao missionario.

Para a explicação dos factos e desculpa da mentalidade do preador de indios, que era Avila, não ha senão recorrer ao conceito do poeta hispano-americano que já por vezes invocamos.

*Crimen fue del tiempo no de España.*

Nem pelos actos de violencia relatados por Martim de Nantes fica diminuida a personalidade sertanista notabilissima de Francisco Dias d'Avila II. Ele foi o que os seus emulos foram: um daquelles homens de ferro que caracterisaram a nossa phase de devassa do Sertão; bravo mas cruel como qualquer daquelles vultos da era merovingia tão bem evocados nas paginas celebres de Agostinho Thierry.

## CAPITULO XXXII

*Os tapuyas do Nordeste. — Os carirys. — Palavras de Irineu Joffity, Capistrano de Abreu e Vicente de Lemos.*

No tomo V desta nossa *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, largamente, pormenorisadamente, expuzemos os episodios principaes da terrivel lucta que as bandeiras, sob o commando de Estevam Ribeiro Bayão Parente e Braz Rodrigues de Arzão sustentaram com os tapuyas dos sertões do Paraguassú.

Vencidos estes selvagens pelas armas paulistas e dizimados pelos sertanistas do Sul não tardaria que irrompesse em enorme área do Nordeste brasileiro um movimento generalizado e vastissimo de todas as aggremações autochtonas no sentido de uma reacção violenta contra o avanço branco.

Já nesta epoca (1676) triumphantes estavam as bandeiras quer paulistas quer bahianas, a talar a margem pernambucana do S. Francisco. E Domingos Jorge Velho desde muito (1662) implantado no centro do Pauhy veria o avanço que pelo lado do Sul faziam os prepostos de Francisco Dias de Avila e seu irmão Bernardo Pereira Gago: Domingos Affonso Sertão e seu irmão Julião Affonso Serra.

Terriveis revezes haviam soffrido os tapuyas sobretudo por parte das forças de Domingos Rodrigues de Carvalho.

A margem bahiana do S. Francisco, a direita, como que ficara varrida de barbaros e os brancos atravessando o rio

procuravam rechassar cada vez mais, para o Norte, os valerosos incolas daquela vasta região.

A' luz de documentação nova e de estudos recentes de abalisados autores procuremos ventilar os factos de que resultou a submissão destes valentissimos indios.

O interior das terras nordestinas occupavam-no muitas tribus tapuyas designadas sob a denominação generica de Cariryys que cobriam enorme area hoje comprehendida em territorios da Bahia, Pernambuco, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Iam os cariryys do São Francisco ao Parahyba.

Nas excellentes *Notas sobre a Parahyba* escreve Irineu Joffily assaz longamente sobre estes tapuyas temiveis, uma serie de paginas valiosas.

"O Hollandez E. Herkman em sua interessante monographia sobre a Parahyba falla dos Cariryys, como de uma raça numerosa, dividida nas seguintes nações: *Cariryys*, cujo rei se chamava Kerioukeiou; *Cariryvasys*, tendo como rei Karu-Potó; *Cariryjous*, era a terceira nação; os *Tarairyus*, era a quarta, da qual Janduy era rei de uma parte e Caracará de outra. Habitavão uma região elevada e muito fria.

Essa região é a Borborema; e quando se considera que ella em alguns pontos distancia-se apenas 20 leguas do oceano e que a Cupaoba, um seu contraforte, avança ainda encurtando mais a distancia, é para admirar quanto foi demorada a colonisação do interior da capitania.

O citado escriptor apenas assignala *curraes* em terrenos mais ou menos approximados aos que são hoje occupados pelas povoações de Itaipú e Araçagy e villa do Pilar, nas margens do Parahyba edo Mamanguape, dose leguas quando muito para o interior.

Convem notar que a palavra *curraes* empregada pelo illustrado traductor da interessante obra de Herkmann, deve-se talvez entender, não como situações permanentes, ou fazendas de criação, mas simplesmente como cercas em lugares desertos com o fim de prender momentaneamente o gado transviado dos engenhos, e do qual faziam necessariamente boa presa os selvícolas."

Deste ponto de vista do escriptor parahybano discordamos *in totum*. Quem nos parece ter razão é o traductor de

Herkman. *Curral* no Brasil seiscentista era o mesmo que fazenda de criação de gado, *estancia* como se diz no Rio Grande do Sul. Voltaremos ao assumpto. Continua Irineu Joffily:

“Ignora-se a origem, a verdadeira significação da palavra cariry ou kiriry, nome dessa raça, não passando de conjectura o que tal a respeito diz Baptista Caetano.

Os indígenas que habitavam o platô da Borborema eram chamados especialmente Cariry-velhos, talvez por terem sido conhecidos e catechizados antes dos Cariry-novos, habitantes do fértil territorio a que deixaram o nome, no Estado do Ceará. Dividiam-se em diversas tribus, sendo a dos *Sucurús* uma das mais populosas. Occupavam estes todo o territorio hoje comprehendido nas comarcas de Alagoa do Monteiro, S. João do Cariry até Teixeira, e a serra de Oroba, municipio de Cimbres, do Estado de Pernambuco mas o centro dos seus domínios era a ribeira, a que deram o nome *Sucurú*.

Seguiam-se os Cariry propriamente ditos, vulgarmente também conhecidos pelo nome de Bultrins, conservado em uma data de sesmarias de terras, que foi concedida como patrimonio de uma de suas aldeias, na comarca de Campina-Grande. Dominavam os férteis terrenos da dita comarca e visinhas, principalmente da serra do Bodopitá até a dos Cariry e delles era composta a missão do padre M. de Nantes e a do Pilar.

Os Ariús e os Areás e Pegas occupavam os rios Pinháras Sabugy e alto Piranhas.

Os Icó, do Ceará, estendiam o seu dominio a uma parte da capitania da Parahyba, o rio do Peixe e talvez Piancó fosse o nome da sub-tribu habitante da ribeira assim denominada que em alguns documentos é chamada também Curema. Os Payacús, e talvez Caicós, dominavam em toda a fronteira com a capitania do Rio Grande do Norte, desde a serra de Cuité ou aproximações, até a ribeira do Apody, parecendo que os Payacús tocavam também ao Ceará.

E' de suppor que os Cariry conhecidos pelos nomes de seus chefes ou reis — Janduys e Caracarás — habitassem entre os rios Curimataú e Trahiry occupando as terras de Aruna, Caxexa e outras; e é talvez do nome desse segundo rio que se derivasse o de Trariry que lhes deo Herkman.

Havia ainda a tribu dos Canindés cujo territorio não podemos precisar.

Esta nomenclatura não tem bases muito seguras, porque as provas, em que apoiamos a existencia de duas ou tres dessas tribus, não são robustas. Assim diversos documentos fallam nos *tapuyos Pegas*, que offereceram forte resistencia aos bandeirantes; e, como esta palavra não seja cariry nem tupy, parecendo ser portugueza, temos duvida se ella applica-se a uma tribu distincta, ou se foi dada pelos portuguezes ás diversas que se levantaram contra o seu dominio além das fraldas occidentaes da Borborema. Entretanto a cidade de Pombal principiou por uma aldeia de indios Pegas e desta tribu era composta outra aleia no Rio Grande do Norte.

Indicámos como limites ás duas raças indigenas que habitaram a Parahyba o sob-pé da Borborema, á umas 20 leguas do oceano; porque, além do testemunho de Herkman, uma prova, que nos parece robusta, se offerece em favor da nossa asserção; os nomes dos rios, serras, lagoas, etc., nessa linha imaginaria que traçámos.

*Paó*, nome da lagoa, a cujas margens está situada a villa de Alagoa Grande; *Bruxaxá*, *Cayararé*, *Bodopitá*, *Puxinana*, *Bodocongó Quixeré*, *Quixody*, etc., são nomes cariryrs, segundo deprehendemos da grammatica do padre Mamiani, pela rapida leitura que della fizemos.

E' verdade que, no meio desses nomes, apparece um ou outro indicando ser da lingua tupy, como Caturité, pico da serra do mesmo nome, ou de Bodocongó, de que já tratámos; mas esta palavra teria talvez variado de pronuncia, podendo ser que a troca do t, por c da segunda syllaba *Cacurité* como o povo pronuncia, a approxime mais do cariry que do tupy.

Os indigenas da Parahyba, estavam na idade da pedra polida; os tupys eram pescadores, os cariryrs viviam de caça que era abundantissima, quer nas immensas mattas dos Brejos e dos frescos terrenos das serras, quer nos vastos tableiros e varzeas dos sertões.

Os seus machados de silex (*pedras de corisco*, como chama actualmente o povo) variados e bem trabalhados, como se evidencia de umas amostras que, ha annos remettemos ao Museu da Parahyba; os seus productos de ceramica e tecidos de caruá são uma prova de que os seus conhecimentos industriaes já tinham sahido dos primeiros rudimentos.

Entre os diversos artefactos de pedra e argila, parecen-



do destinado a adorno, que temos colligido, existem alguns, que semelham *muyrakitans*, segundo o juizo que formamos do que sobre elles tem escripto o illustrado Dr. Barbosa Rodrigues.

Os Carirys eram de estatura média, robustos, côr acobreada, nariz grosso, rosto redondo e cabeça chata, typo ainda hoje da maioria dos sertanejos dos Estados da Parahyba, Rio Grande e Ceará. O cabello preto, grosso e aspero, traziam pendente sobre o pescoço; mas para diante era curto, não passava das orelhas, Andavam nus, menos nas occasiões das festas ou quando iam á guerra; porque então cobriam-se com pennas de araras, papagaios e maracanans.

A sua religião consistia em uma especie de culto que prestavam ao espirito do mal; e para este fim tinham feiticeiros *pagés* ou *carahybas*, tidos por elles em grande veneração. Eram muito obedientes ao seu rei ou chefe; e o distinctivo deste estava no cabello, cortado formando corôa e nas unhas dos dedos polegares que traziam compridas; o que ninguem mais usava senão elle.

Eram muito velozes no correr; venceriam um cavallo. Usavam de arcos e setas; de uma especie de espada de madeira rija, de dous gumes, assim como de azagaia, e de machados de pedra com os cabos compridos. Encontrando qualquer rez por mais bravia que fosse, a alcançavam e matavam.

Diz Herkman que as mulheres eram muito bonitas de cara; e que os meninos começavam a andar quando tinham nove ou dez semanas! Nesta idade os lançavam logo nagua para aprenderem a nadar; o que todos faziam com perfeição.

Attingiam á uma idade muito avançada, que se computava em 150, 160 até 200 annos e não podendo mais andar, eram carregados em redes; e emquanto mais velhos maiores honras lhes tributavam.

Outro ponto ainda que merece reparo é o que diz respeito aos Carirys. Julgo que o escriptor mais antigo que trata dos Indios Carirys pelo seu nome é o delicioso Fernão Cardim no *Tratado dos Indios do Brasil*, escripto em 1584, publicado pela primeira vez em inglez no anno 1625, exactamente o mesmo em que fallecia este illustre jesuita, que foi mestre do padre Antonio Viera, e depois em portuguez, nesta cidade, em 1881.

Muitas noticias sobre os Carirys contêm no seculo XVII os escriptos de Elias Herckman e Roulox Baro, e deviam con-

ter os de Jacob Raabi, que com elles conviveu, e que só conhecemos por um extracto de Marcgrav. Por cerca de 1650 o jesuita João de Barros aldeou alguns que ficavam mais proximos da Bahia; carmelitas francezes aldearam outros no S. Francisco e na Parahyba, e depois outros foram sendo aldeados alhures.

Temos um catecismo e uma grammatica kiriris, do padre Mamiani; a relação da missão de frei Martin de Nantes, uma das páginas mais interessantes escriptas por missionarios, obra que se tornou rarissima (Dufossé annunciou a ha poucos annos por 600 francos) mas felizmente reimpressa modernamente; temos ainda um catecismo cariry devido a frei Bernardo de Nantes."

Capistrano que para a obra de Joffily escreveu magistral-prefacio tambem detidamente fala dos Cariry's grupo que sempre lhe mereceu muita attenção, e por quem se interessava immenso.

Vieira Fazenda chamava-lhe *Cariry jaguaribara!* amistosamente, quando o mestre cearense interpellava o grande erudito fluminense por *Tapera Velha!*

Vejamos porém o que diz o sabio cearense acerca dos tapuyas de quem falamos.

"Quando, em 1867, Martius lançou em suas *Beitraege* os primeiros alicerces da ethnographia brasilica, não podia esquecer os Cariry's e de facto não os esqueceu. Determina com bastante exactidão sua zona, desde o rio S. Francisco até o Curú ou Acaracú no Ceará, descreve seu aspecto geral, as differentes aldeas que foram reduzidas, aponta sua procedencia do Norte. O que elle fez está bem feito, e os documentos que posteriormente foram divulgados, muito poucas modificações trazem-lhe; elle enganou-se quando dá os Cariry's embrenhados em serras e só indo ao littoral como que forçados, asserção que não é exacta como veremos adiante; nega que elles usassem de massa nas guerras, quando a verdade é que elles a usavam, como depõe Elias Erckman, que os conversou com-pridamente".

Relata Capistrano que Martius, na classificação a que sujeitou as tribus do Brasil, collocou os Cariry's no grupo Guck ou Coco. Contra esta classificação protestou Baptista Caetano

e mais tarde, em 1886, derrocou-a definitivamente o illustre Dr. Carlos von den Stein.

“Descobrimo o bacahiry, lingua do grupo Carahyba, que se conserva pura entre o alto Tapajóz e o Xingú, provou peremptoriamente que os Carahybas nada tinham de commum com os Tupis, como pensaram d'Orbigny, Martius e Baptista Caetano, e ao mesmo tempo formulou novas bases para a classificação mais rigorosa. Por outro lado o estudo de dialectos do Amazonas tendo ficado mais simples graças a esta descoberta, reconheceu outro grupo, a que deu o nome de Nu-Aruack, denominação tirada do pronome pessoal da primeira pessoa Nu, tão característica daquellas linguas, e sobre o qual já na era de 50 o inglez Latham chamou attenção e do nome da nação Aruak (araquis ou aruã), a primeira das tribus deste tronco com que os Europeos entraram em contacto.”

“A constituição do grupo Nu-Aruack dissolveu o grupo Guck ou Coco de Martius, e ergueu-se, portanto, a questão dos Carirys.”

O illustre explorador confessa que não a resolveu.

“Nem uma tribu me deu mais trabalho que a dos Kiriris-Sabujas... Apresentaram um enigma altamente singular, que entretanto não consegui resolver.”

Entende Capistrano que os Kiriris emigraram do territorio de N.O. E' o que parece resultar dos caracteristicos ethnologicos por Martius reunidos, distinguíam-se dos povos vizinhos pela agricultura desenvolvida, os tecidos, a ceramica dos indios do Amazonas.

Sua lingua não tinha relação cognata com os outros Guck,

O nosso sabio ethnologo não ousa dizer a que hypothese se ha de filiar dentre as dos diversos classificadores do grupo.

Pensava o illustre Ehrenreich, em 1892, que os Carirys ainda continuavam sem classificação”.

“Documentos já conhecidos de Martius, combinados com outros que elle não conheceu, continúa Capistrano, se não esclarecem o grupo a que pertencem os Carirys, ministram ao menos algumas informações que poderiam ser de algum proveito.

Vinham da parte do Norte os Carirys: temos o testemunho seguro do catecismo de Bernardo de Nantes, a dizer claramente; não acrediteis que viestes de uma lagoa do Norte, tra-

dição que o Dr. Carlos von den Steinen parece descobriu também entre os Parecis de Matto Grosso.

Dividiam-se em dous grupos principaes: Dzabucua e Kippea, aquelles habitantes do rio S. Francisco e dahi por diante até o Ceará, talvez até o littoral de Piauhy, si, como parece provavel, pertenciam a elles os Tremembés, de que tanto nos falam os chronistas do Maranhão; estes habitantes da Bahia; os primeiros vulgarmente chamados Cariry's, os segundos Kiriris.

Occupavam o littoral da Bahia antes que a elle chegassem os Tupiniquins. Já o saudoso Baptista Caetano parece ter vislumbrado isto, porque, explicando a palavra *Quirimure*, nome da bahia de Todos os Santos, antes do descobrimento, dá como interpretação possível pousio dos Kirey.

E que esta explicação é a verdadeira comprova-se com o testemunho de Gabriel Soares de Souza. Diz este que a Bahia era primeiramente povoada por Tapuyas, quando chegaram os Tupiniquins que os repelliram para o interior.

Vieram depois os Tupinambás, que por sua vez repelliram os Tupiniquins ou Tupinaés. Um dos galhos dos Tupinambás, apertado entre os Tupiniquins e os Tapuyas, transpoz o rio S. Francisco e ficou se chamando Amoipiras. Ora, sabendo-se que os Amoipiras habitavam no S. Francisco entre as fronteiras da Bahia e Pernambuco, estendendo-se até o Piauhy, e procurando saber quaes eram os Tapuyas que habitavam nesta secção, vemos que eram os Cariry's ou antes Kiriris, como os chamavam na Bahia. Nada o prova melhor do que as aldeas fundadas depois de 1650 pelo padre João de Barros, que foram as de Canabrava, Sacco dos Morcegos, Natuba e Jurú, como diz Hervas (*Catalogo de las lenguas, Madrid, 1800, I p. 153*).

Succederia o mesmo na costa adiante da Bahia? E' o que parece certo: no littoral da Parahyba vê-se pela descripção de Elias Erckman como estão envolvidos a cada instante no littoral; em outro ponto nos diz que era costume delles descerem todo o anno ao littoral na estação do cajú, de Novembro a Janeiro, por ser pouca esta fructa no sertão.

E no littoral do Ceará com certeza ainda existiam ao descobrir-se o Brasil porque Gabriel Soares em 1587 dá como limites entre os Tapuyas e os Potiguares o rio Jaguaribe. Isto

sem levar em conta que os Tremembés são provavelmente Carirys.

Não tinham, pois a repugnancia pelo littoral que lhes attribue Martius; nelle ficaram emquanto se poderam sustentar. Diz Martius que elles não tinham a massa da guerra, mas Herckman descreve-nos "uma arma feita de páo brasil, plana e aguda e ambos os lados, no meio um pouco grossa e levantada, na frente tem a largura de uma mão grande e é muito penetrante, com a qual arma tomando elles alguém não se levantarão mais do chão."

Além do arco e flecha, tinham uma arma de arremeço, que nos é descripta quasi nas mesmas palavras pelo *Dialogo das Grandezas do Brasil*, escripto em 1618, e por Herckman, que escrevia em 1639. Diz aquelle, que não os chama Carirys, mas simplesmente Tapuyas: "a sua frecha é o seu verdadeiro arado e enchada, a qual tambem não usam juntamente com o arco como faz o demais gentio, porque com ella tomada sobre mão, com a encaixarem em uns canudos que no dedo trazem, fazem tiros tão certos e com tanta força que causa espanto, de modo que quasi nunca se lhe vai a caça a que lançam a flecha por esta via". E o viajante hollandez diz:

"Usam tambem do arco e setas e geralmente de azagaia, com que podem fazer muito damno entre os seus inimigos, porquanto lanção-nos com muito acerto. Para isto servem-se de umas madeiras leves, que em comprimento fazem iguaes á metade das azagaia; abrem em ditas mádeiras um rego onde collocam as azagaia e as atiram com tal velocidade que não encontrando nem um osso atravessam o corpo de um homem nú. Usam ainda de pequenos machados de mão com uns cabos compridos, como arma contra seus inimigos."

Attribue-lhes Martius agricultura adiantada, mas nisso parece haver exagero. Diz o autor do *Dialogo das grandezas do Brasil*: "Estes Tapuyas vivem no sertão e não têm aldeias nem casas ordenadas para viverem nellas e nem mesmo p'antam mantimentos para sua sustentação, porque todos vivem pelos campos de mel que colhem das arvores e as abelhas lavram na terra, e assim da caça que tomam em grande abundancia pela flecha se sustentam e para isto guardam esta ordem: vão todos juntamente em cabilda assentar seus ranchos na parte que melhor lhes parece, alevantando para isso algumas chou-

panas de pouca importancia e dahi vão buscar o mel e caça por roda, por distancia de duas ou tres leguas. E enquanto acham esta comedia, não desamparam o sitio, mas tanto que ella lhes vae faltando logo se mudam para outra parte, aonde fazem o mesmo; e desta maneira vão continuando com sua vivenda sempre no campo, com mudar sitios, sem se cansarem em lavrar e cultivar a terra”.

Elias Herckman não é menos affirmativo: “levam uma vida inteiramente bestial e descuidosa, escreve. Não semeiam, não plantam, nem se esforçam por fazer alguma provisão de viveres”.

Estes testemunhos são muito peremptorios; entretanto não parece que sejam absolutamente exactos. Os Carirys deviam ter alguma agricultura, inferior aliás á dos Tupis; e deviam tela, porque suas redes eram de algodão, e o fumo occupava lugar importante em suas observações culturaes - tão importantes que Badzé era ao mesmo tempo o nome da herva e de um dos seus deuses. Provavelmente quem se aproxima da verdade é Gabriel Soares que diz a proposito dos Maracás, que parecem pertencer ao grupo cariry; “São estes Tapuyas muito folgazões e não trabalham nas roças como os Tupinambás, nem plantam mandioca, nem comem sinão legumes, que as mulheres lhes plantam, e grangeam em terras sem mato grande a que poem o fogo para fazerem suas sementeiras; os homens occupam-se em caçar a que são muito affeiçoados”. E ainda a proposito de outros Tapuyas visinhos destes: “Não costuma este gentio plantar mandioca, nem fazer lavoura sinão de milho e outros legumes; porque não tem ferramentas com que roçar o mato e cavar a terra, e por falta della quebram o mato ás mãos, e ás arvores grandes poem fogo ao pé donde está lavrando até que as derrube e cava m a terra com páos agudos para plantarem suas sementeiras, e o mais do tempo se mantém com fructas silvestres e com caça, a que são mui affeiçoados”.

Pintavam-se de urucú e genipapo, furavam o labio inferior e os lobulos das orelhas, pondo naquelle uma pedra de cor e nestes ossos. Tinham redes e sabiam nadar - o que os destaca absolutamente do grupo Gé. No parto, as mulheres eram sujeitas a um jejum violento, o que os destaca dos Tu-

pis. Andavam nús, mas os homens serviam-se de um atilho e as mulheres de folhas de arvores”.

Assim escrevia Capistrano em 1891. Vinte e sete annos mais tarde ao reeditar Frei Vicente, do Salvador (ed. Weiszflog, 1918, S. Paulo). quando immenso se lhe alargara o conhecimento da ethnographia brasilica reproduziu; adoptando e com restricções, o resumo da questão relativa aos grupos principaes de nossos indigenas, segundo Ehrenreich. E ahi referindo-se ao quarto grupo, o dos Carirys que separa dos Nu-Aruaks, delles diz: “primeiros habitadores da grande extensão do littoral onde ainda os portuguezes os encontraram em parte do Maranhão e do Ceará, e á esquerda do Baixo S. Francisco, alhures já repellidos para o sertão antes da chegada de Europeus.

Começaram pelo menos no Paraguassú e chegaram talvez ao Itapicurú no Maranhão. Parecem de todo extinctos e não ter tido representantes fora do Brasil (Prolegomenos ao livro I, 10).

De todos estes tapuyas que tanto trabalho deram ás armas dos luso brasileiros os mais celebres de todos talvez hajam sido os janduins ou jandoys tão repetidamente citados pelos chronistas como terriveis e ferozes adversarios dos conquistadores. Occuparam sobretudo a faixa de terra limitada pelo Assú e o Jaguaribe até a parte central de Pernambuco.

Analysando velho manuscripto sem data e de autoria de Pedro Carrilho escreve Vicente de Lemos (cf. *Capitães móres e governadores do Rio Grande do Norte*, 57):

“A tribu dos jandoys era bellicosa e anthropophaga. Percorria valles e montes e alimentava-se de raizes, de cobras, de feras, de fructos agrestes e de mel das abelhas.

Não conhecia a pro genie e não acreditavam esses barbaros senão nos vaticínios de seus pagés.

Alegravam-se com a lua nova e contavam o tempo pela lua. Onde cahiam a noite ahi ficavam e adormeciam expostos ao tempo. Accendiam fogueiras e diante dellas passavam cantando parte da noite. Ao romper d'alva buscavam o rio ou a fonte para se banhar.

Bem dispostos e sadios tinham longa vida e morriam decrepitos.

Na infancia, furavam o labio inferior, e introduziam uma

pedra em torno de pau; na maioridade faziam sulcos na face e nos cantos da bocca, que os tornavam horrendos.

Exercitavam-se em dextrezas, correndo duas ou tres leguas sem descanso, sustendo sobre os hombros grandes pesos e ganhavam por isso premios, sendo o maior delles o de indias formosas.

Viviam nús e tinham por cobertura a que tiveram Adão e Eva no Paraiso”.

Assim como vemos, fortes e resistentes, deviam ser realmente adversarios terriveis do avanço cruel da civilisação.



### CAPITULO XXXIII

*A conquista da Parahyba do Norte. — Palavras de I. Joffily, e de Coriolano de Medeiros. — A actuação notavel dos Oliveira Ledo.*

Os que da historia do Brasil um pouco mais sabem do que as generalidades conhecem quanto trabalho deu aos portuguezes o apossamento da Parahyba e a dominação dos seus valentes indigenas.

Ahi vem á memoria os nomes de Fructuoso Barbosa e as suas tentativas frustadas, a intervenção de Diogo Flores Valdez e dos francezes alliados dos Potyguaras, a bravura do indomito Piragyba de Itagibe e de Tabira, os encontros sangui-nolentos de Leritibe e Tibery, a actuação providencial do ou-vidor geral Martim Leitão, etc.

Quem se der ao trabalho de ler os capitulos de Frei Vi-cente do Salvador sobre esta pagina da nossa historia terá o ensejo de certificar-se de quanto foi dura a faina do apossa-mento do littoral parahybano.

Em suas excellentes *Notas sobre o Parahyba* que tanto acabámos de citar, diz Irineu Joffily que a costa nordestina, numa faixa de cerca de vinte leguas, era occupada pelos Ta-bajaras e Potyguaras, nações tupys cujos appellidos tão cele-bres se tornaram nos nossos annos.

Sobretudo depois que o seu maximo representante, Poty,

alusitanado sob o nome de Antonio Philippe Camarão, passou a ser um dos homens symbolos do Brasil.

Subjugados os tupys do littoral não menos dura se tornaria a submissão dos tapuyas centraes.

Ao tempo, que, no S. Francisco, e na linha de penetração do Sul do Piauhy, os tapuyas já se batiam com os brancos estavam os do Nordeste relativamente tranquilos.

Lenta e progressivamente marchava a obra de penetração.

Escreve Irineu Joffily:

“Já eram passados mais de 80 annos, depois de iniciada a colonisação da Parahyba do Norte, isto é, depois da fundação de sua capital, quando foram dados os primeiros passos para catechese dos Cariryys. Grande parte desse prazo havia sido consummido na guerra hollandeza, na qual tomara a capitania parte muito activa, por ver á frente do exercito restaurador um seu filho, Vidal de Negreiros, o principal heroe brasileiro nos tempos coloniaes.

A missão da nação Cariry mais proxima da capital teve o nome de Pilar, (é hoje villa) a 12 leguas de distancia e outro tanto, pouco mais ou menos, da Borburema, do territorio dos Bultrins, dos quaes era ella composta.

O missionario ou missionarios encarregados da catechese teriam chegado até lá, convencendo-se de que deviam deixar a serra e vir formar a sua aldea á margem esquerda do rio Parahyba.

Se á esta aldea é que refere-se o padre Martim de Nantes, o que não, é provavel pela distancia de 50 leguas em que elle a colloca da capital, a sua fundação data de 1670 a 1671.

Dado com proveito esse primeiro passo por iniciativa da capital, para colonisação do interior da capitania, seguiu-se o segundo mais ousado. Avançaram provavelmente os apóstolos da fé pelas margens do rio Ingá, e vencidos os numerosos obstaculos das vertentes orientaes da Borburema, de onde elle desce, ganharam o planalto e no centro dessa região fria, ignorada dos hollandezes, em uma verdejante collina ao pé de grande campina, fundaram a segunda aldéa dos Cariryys no seu proprio territorio, dando-lhe o nome de Campina-Grande (hoje cidade).

Este marco da civilisação, plantado sobre a desconhecida serra, exerceu poderosa influencia no governo e povo da ca-

pitania; descortinavam vastísimos horizontes, ao Poente, Norte e Sul, e tinham diante de si uma região povoada de numerosa gentildade e cheia de mysterios”.

Continua Joffily:

“A curiosidade, ou antes a ambição de riqueza, foi a alavanca do movimento; e como em diversas capitánias do Brasil, foi a Parahyba por sua vez tomada da febre das descobertas.

Com o auxilio do governo, formaram-se duas fortes bandeiras e partiram á conquista do sertão.

O capitão-mór Theodosio de Oliveira Ledo, commandante de uma dellas, chegando á missão de Pillar, teria seguido sua viagem acompanhando o rio Parahyba até o *boqueirão* da serra do Carnoyó, onde fez demorado acampamento, fundamento da actual povoação de igual nome; se ella já não estivesse fundada, como faremos notar adiante.

Para alcançar este ponto, já em pleno sertão, Oliveira Ledo teria necessidade de repellir por muitas vezes os Cariryrs, principalmente além de Natuba, onde o Parahyba passa apertado entre serras; fazendo prisioneiros, que era o fim principal dessas *entradas*.

Deste modo, á palavra consoladora do missionario, á paz por elle pregada aos miseros indigenas, succedia a guerra com seus horrores.

Continuando a sua descoberta, o capitão mór achou-se na junção do rio Parahyba com o Taperoá e seguiu pelo valle deste, ao Norte, até que entre o riachão Timbaúba e o de Santa Clara encontrou as hostes Cariryrs, (provavelmente os Sucurús) embargando-lhe a passagem. Uma carta de data de sesmaria refere-se ao combate ou batalha que ahi teve lugar, dizendo que-os Tapuyas foram derrotados, soffrendo grandes perdas.

A bandeira avançou sempre, desceu a Borburema, ao Poente, e chegou a Piranhas.

Não podemos precisar o anno em que teve lugar o que acabamos de narrar, assim como o itinerario da outra bandeira, dirigida pelo capitão-mór Luiz Soares que supponmos ter sido pelo Norte.

O que é certo é que em 1697 Oliveira Ledo já era capitão-mór das Piranhas e Piancó, como se vê de um interessante

documento existente na Bibliotheca Publica da cidade de Parahyba, cujo extracto damos em seguida.

“O capitão-mór da Parahyba, Manoel Soares da Albercaria, em carta de 14 de maio deste anno (1699) dá conta a V. M. em como no 1.º de dezembro de 1697 fora áquella cidade o capitão-mór das Piranhas e Piancó. Theodosio de Oliveira Ledo e o informara do estado em que se achavam os sertões daquelle districto, despovoado pelas invasões que tinha feito o gentio barbaro Tapuya; e que era conveniente que estes se tornassem a povoar com gado, curraes, etc., para que lhes era necessario que elle o ajudasse com alguma gente e munições para nas ditas Piranhas fazer arraial; - que trouxera comsigo uma nação de Tapuyas, chamados Arius, que estão aldeados juntos dos Carirys onde chamam a Campina Grande, e queriam viver como vassallos de V. M. e reduzir-se á nossa santa fé catholica, dos quaes era o principal Tapuya de muito boa raça e muito fiel, chamado Calvalcante, os quaes foram com o dito capitão-mór e 40 cararys e 16 indios que tirara das aldeias e 10 soldados daquelle praça mandando-lhe concertar as armas e dando-lhe 4 arrobas de pólvora e bala, 140 alqueires de farinha e algumas carnes; e partindo no 1.º de Janeiro do anno passado, fora com o dito capitão-mór um religioso de Santo Antonio, a quem particularmente encommendara a conversão daquelle gentio, e pela carta inclusa do dito capitão-mór, seria presente a V. M. o bom successo que Nosso Senhor foi servido dar-lhe; e que estava esperando pelo capitão mór para fazer outra entrada; e lhe constava se ião juntando muitos gados para irem povoar as Piranhas, onde se devia fazer o arraial para segurança dos povoadores”.

O melhor desvendamento da documentação promoveu a revisão das asserções de Joffily que attribue a Theodosio de Oliveira Ledo como que a totalidade dos esforços locais da Parahyba na obra do desbravamento, quando, no emtanto, teve predecessores illustres, homens de sua familia.

Um outro autor moderno, parahybano, João R. Coriólano de Medeiros, senhor de melhores elementos imprimiu sobre o assumpto pequena monographia que merece demorada analyse.

No tomo II.º da *Revista do Instituto Historico e Geographico Parahybano* 9-32) traçou o nosso erudito confrade

uma serie de considerações sobre *Entradas* (ao sertão da Parahyba) obedecendo ao criterio que lhe norteia sempre os excellentes trabalhos e á honestidade da consulta ás fontes. Ao terminar invoca uma circumstancia que bem lhe demonstra a honradez de escriptor: “não duvida que amanhã ou depois a evidencia de novas provas o force a regeitar alguns documentos de que agora se utilizou. E' que *errando dicitur...*”.

Depois de falar das primeiras entradas quinhentistas e seiscentistas occupa-se em analysar o papel dos holandezes no sertão e o dos paulistas.

Admitte a possibilidade de haverem sido estes os primeiros devassadores lusos do alto sertão parahybano conforme lhe é dado conjecturar em virtude de alguns documentos que infelizmente não traz a collação.

“Mas os paulistas não exerceram grande influencia no povoamento de taes paragens, acrescenta o douto autor. Andando á cata de ouro e do gentio para escravisar tinham viver nomade. No Rio Grande do Norte, sim, fixaram-se no Assú”.

Admitte Coriolano de Medeiros uma migração de colonia parahybana para terras de S. Paulo, tangida pela terrivel secca que durante varios annos calcinou todo o Nordeste e ainda durava em 1654.

Mas a noticia desta migração é totalmente fantasiosa. Por ella comtudo não é responsavel o escriptor parahybano que se abeberou á turvissima fonte das informações de um italiano o Dr. Emmanuel Lomonaco, autor de certa obra: *Usi e costumi del Brasile*.

Commettendo a mais grosseira das cincadas confunde o Dr. Lomonaco *Parnahyba*, a 36 kilometros de Sorocaba, com *Parahyba do Norte*. A falar da fundação de Sorocaba, realisada pelo parnahybano Balthazar Fernandes, tambem chamado Balthazar Fernandes Ramos, filho de Manuel Fernandes Ramos, o Povoador, e fundador de Parnahyba, deixou o Dr. Lomonaco esta preciosidade:

“Verso l'anno 1654 il villaggio si ampliò considerabilmente, per che sopraggiunsero in esso alcuni coloni guidati da un tale Baldassare Fernandes Mourão (sic), suo genero Andrea de Zuniga e da Bartolomeu Zuniga (quest'ultimi spagnuoli) i quali tutti emigrarono colle loro famiglie dalla Parahyba del Nord, dove resiedevano, per questa nuova localitá”.

Assim uma migração minuscula, de algumas dezenas de kilometros, graças á autoridade do autor italiano se converteu em dilatadissima peregrinação digna de ser narrada em nova *Odyssea*.

Depois de um *coq-á-l'ane* historico desta ordem, se é possível assim dizer, só mesmo admittir-se a inteira procedencia da famosa phrase pela qual um grande conductor de homens dizia lhe bastarem cinco linhas do punho de um individuo para o fazer dependurar-se da trave superior de uma forca.

No sertão da Parahyba do Norte não houve entre os conquistadores quem de longe excedesse aos membros da familia Ledo. Foi-lhes "a acção vehemente e demorada, commenta Medeiros e o resultado poderá ser visto por duas faces: a benefica e a de aspecto mais selvagem do que o do povo barbaro que era o dono primitivo e natural das regiões conquistadas."

E'-lhes obscura a procedencia, repara o nosso autor, e nem se sabe quando começam a apparecer nos fastos parahybanos: O nome não dá indicios seguros e quer em Pernambuco quer na Bahia aponta a historia varios individuos de mesmo patronymico empenhados na conquista dos sertões.

Apoiado na excellente autoridade de Irineu Joffily (*Notas sobre o Parahyba*, 39) e numa sesmaria concedida pelo Governador Alexandre de Souza Freire entende Medeiros que estes desbravadores já eram brasileiros (cf. *Rev. Inst. Hist. Parahybano*, t. 2.º p. 18).

"Nenhum ponto mais obscuro que a procedencia da familia Ledo que se passou a esta capitania em data ignorada, marchando de logares de que a tradição não conservou indicação. O nome não dá indicio seguro e assim, quer em Pernambuco, quer na Bahia, aponta a historia varios individuos do mesmo patronymico, empenhados na conquista dos sertões.

Entretanto, em falta de melhor argumento, creio que os primeiros Oliveira fossem brasileiros morando na Bahia, donde vieram para a Parahyba, terra que lhes serviu de tumulo.

Do que me foi dado colligir de antigos documentos, tres foram os troncos principaes, na Parahyba, da familia Oliveira: Custodio de Oliveira Ledo, Pascacio de Oliveira Ledo e Antonio de Oliveira Ledo.

Não me consta que até hoje alguém tenha procurado examinar detidamente esse assumpto, por demais emmaranhado e

complicado. O habito ainda hoje seguido entre nós, de dar aos filhos o mesmo nome do pai, ou do avô paterno, produziu confusão e as datas de sesmarias que muito podem esclarecer a questão, tornaram-se quasi um labyrinthó de Creta. Custodio de Oliveira Ledo teve entre outros filhos, Theodosio de Oliveira Ledo e Anna de Oliveira.

Pascacio de Oliveira Ledo era pai de Christina Rodrigues de Oliveira e de Felipe Rodrigues.

Antonio de Oliveira Ledo, e este foi o mais esforçado dos velhos Oliveira, casou-se com D. Isabel Pereira de Almeida e teve entre outros filhos Francisco Pereira de Oliveira e João Pereira de Oliveira.

Theodosio de Oliveira Ledo casou-se duas vezes; do seu primeiro consorcio com D. Isabel Paes nasceram Francisco de Oliveira Ledo que mais tarde o succedeu como capitão mór de Piancó e Piranhas e D. Adriana de Oliveira Ledo que se casou com Agostinho Pereira Pinto. Os filhos de Theodosio nasceram no Cariry. Do seu segundo casamento com D. Cosma Tavares Leitão, nasceu-lhe Theodosio de Oliveira Ledo que teve a felicidade de possuir algumas sesmarias, em virtude de representar nominalmente as glorias de seu pai.

Christina Rodrigues, filha de Pascacio, casou-se com o capitão Antonio Ferreira Guimarães e deste consorcio nasceu Pascacio de Oliveira Ledo, o novo.

Francisco Pereira de Oliveira, filho de Antonio de Oliveira Ledo teve os seguintes filhos: João Pereira de Oliveira, Francisco Pereira de Oliveira, Manoel Pereira de Oliveira, João Baptista de Oliveira e Antonio de Oliveira Ledo.

Esta familia era fecunda e só apontei os typos principaes notando-se ainda que os Cruz Oliveira e os Rocha Oliveira eram da mesma familia; provavelmente descendentes do velho Pascacio os primeiros; os segundos descendiam de Custodio; e um cunhado de Theodosio, da familia Leitão, casou-se com uma filha de Antonio de Oliveira Ledo, conforme me é dado conjecturar, e teve tambem um filho de nome Francisco Oliveira.

Quanto á importancia da familia Ledo é facil avaliar pelos favores que gozaram e pela boa descendencia de que diziam originar-se: assim a viuva de Antonio de Oliveira Ledo, o antigo, a qual em sua velhice morava na varzea do Parahyba,

dizia num requerimento de sesmaria, no anno de 1716: "Izabel Pereira de Almeida, viuva do capitão Antonio de Oliveira Ledo, diz que lhe ficaram muitos filhos do dito seu marido, que sustenta-os tendo-os em sua companhia e deve tratá-los com decencia *por serem homens nobres* e com elles o dito seu pai tem feito muitos serviços a S. M. no descobrimento dos sertões onde a sua custa fizera guerra aos tapuios brabos, domesticando-os".

Destes Oliveira Ledo o mais notavel parece ter sido Theodosio; pelo menos delle falam mais detidamente os documentos.

Mas o avoengo, o progono, dessa raça dura de desbravadores, foi, no dizer de Medeiros, Antonio de Oliveira Ledo, o velho, "um dos primeiros a chegar ao sertão de Parahyba na persuasão de que se ainda achava no interior da Bahia. Delinlear o itinerario do velho bandeirante é cousa que se lhe afigura ainda impossível mau grado a opinião criteriosa em abono de Joffily.

E' uma nova demonstração do criterio e da moderação do erudito parahybano que escreveu quasi vinte annos após o apparecimento do livro excellente de seu conterraneo, notavelmente prefaciado por Capistrano.

Parece Joffily aliás muito pouco versado a respeito do delineamento genealogico tentado por C. de Medeiros.

Entende como vimos que a grande figura dos Ledos foi Theodosio e fala de um Paschoal nome que talvez deva ser substituído por Pascacio.

Assim avança a relatar antiga tradição de familia:

"Dessa época dos bandeirantes até o levante das tribus Cariry's que chamaremos tempos heroicos do Sertão, foi Oliveira Ledo a principal figura; póde-se dizer que todo esse periodo está nelle personificado.

Era elle brasileiro, filho da Bahia, segundo presumimos pela seguinte tradição referente a um seu parente:

"O capitão Paschoal de Oliveira Ledo, morador da cidade ou capitania da Bahia, raptou uma moça de familia importante. Perseguido tenazmente até a margem direita de S. Francisco, para escapar foi obrigado, com a sua amada a lançar os cavallos ao rio e passal-o a nado. Alcançada a margem esquerda, seguiram pela ribeira do Moxotó até ás suas nascentes e passaram para a capitania do Parahyba, vindo pousar en-



tre os rios Taperoá e o Parahyba, onde depois os seus descendentes fundarão a povoação de Cabaceiras, hoje villa.”

Por esta tradição nunca contestada, se pôde ver ou colligir: 1.º. que já era conhecido e explorado todo o territorio percorrido por Pascoal de Oliveira; 2.º. que elle, vindo refugiar-se na Parahyba, procurava a protecção de seu parente, o capitão mór Theodosio de Oliveira Ledo.

A existencia do capitão Paschoal de Oliveira está bem comprovada por diversos documentos, entre os quaes duas ou tres datas de sesmarías, que lhe forão concedidas em Cabaceiras e Campina-grande”.

Mostra-se Joffily insciente de que o Theodosio de Oliveira fundador da famosa aldeia do Boqueirão, provavelmente a mesmo de que fala a obra celebre de Martim de Nantes, *Relation succincte et sincère de la mission parmi les indiens appelés Cariris*, seja Antonio de Oliveira Ledo, o velho.

“O ponto onde se diz que se refugiou Pascoal, fica á distancia de tres legoas pouco mais ou menos de Boqueirão, povoação que sempre dispertou-nos certo interesse historico, principalmente agora que temos diante de nós a preciosa obrinha do Padre Martim de Nantes.

A’ aldeia em que este esteve, distava 50 leguas da cidade da Parahyba e 7 da do Recife; portanto não podendo ser Pilar, acreditamos que fosse Boqueirão, embora não seja exactamente essa a distancia que o separa daquellas capitaes: mas é natural a quem viaja, abrindo caminho para passar, como succedeu o padre M. de Nantes, calcular as distancias para mais.

O modo como descreveu a solidão que atravessou onde “as arvores estavam sem folhas, como se fosse em França, em tempo de inverno” só pode adaptar-se a uma região sertaneja ou de creação, segundo o sentido em que é empregado lá este termo.

Além disto, na citada obra ha outra passagem interessante, que diz:

“Essa aldeia foi descoberta em 1676, por um portuguez chamado Antonio de Oliveira que, procurando pastagens proprias para criar gado, encontrou no rio Parahyba”...

Esse Antonio de Oliveira era provavelmente da familia de Theodosio de Oliveira, se não era seu pai porque diversos

descendentes deste tiverão aquelle nome, talvez em memoria do seu antepassado.

Ha ainda poucos annos, vimos em Boqueirão as ruinas de um edificio que o povo chamava convento, onde antigamente moravão religiosos segundo a tradição.

Portanto, talvez a missão ou aldeia mais antiga dos Carirys seja a do Boqueirão, que communicando-se sómente com Pernambuco, vivia isolada da Parahyba”.

Para reconstituir a arvore genealogica destes notaveis sertanistas, os Ledos, valeu-se Medeiros do confronto dos melhores elementos: a *Synopsis de sesmarias*, do proprio Joffily dos *Apontamentos para a Historia territorial do Parahyba* de João de Lyra Tavares e dos *Desaggravos do Brasil* de Dom Domingos do Loreto Couto.

Para elle não pode haver duvida de que o Boqueirão foi inilludivelmente fundado por Antonio de Oliveira Ledo, o velho, que muito antes de qualquer outro desbravador, attingira Pinharas, nas vizinhanças do local onde hoje se ergue a cidade de Patos, a saber nas cabeceiras do Espinharas affluente do Rio das Piranhas.

E esta affirmacão elle a baseia em excellente documento territorial oriundo de um pedido de sesmaria feita por João Pereira de Oliveira, neto do velho Antonio de Oliveira, e onde ha referencia cabal á “data antiga dos Oliveiras” concedida pelo Governador Geral Souza Freire em 1670.

Irineu Joffily deficientemente documentado entende que Theodosio de Oliveira Ledo era provavelmente da familia, se não o filho de Antonio de Oliveira e não menciona em sua historia um outro Antonio de Oliveira Ledo acerca de quem publicou Borges de Barros, nos *Bandeirantes e sertanistas bahianos* documento valioso. E’ elle a patente que lhe passou Roque da Costa Barreto de capitão de Infantaria de todo o sertão da Parahyba (6 de fevereiro de 1682). Parece-nos que Medeiros o desconhecia tambem quando escreveu a memoria que estamos analysando.

Convinha organisar as forças militares do sertão e sob um chefe valoroso. Assim tendo em vista as qualidades que concorriam em Antonio de Oliveira Ledo, e a satisfacção com que servira a S. Alteza “descobrimdo o certão da dicta Capitania, com grande risco de sua vida e dispendio de sua fazenda, con-

gressando comnosco todo o gentio barbaro, de que se seguira grande utilidade á fazenda real por se povoarem as terras que o dito gentio occupava, "e o modo pelo qual se houvera na entrada que o Capitão mór da Parahyba Alexandre de Souza e Azevedo mandara fazer ao Sertão jornada em que se sustentara á sua custa, a um filho e a um homem da sua casa, andando melhor de cento e cincoenta legoas, e dando algum gado para a infantaria e mais gente que fora em sua companhia sem por isso querer satisfação alguma para se evitar todo o damno que o gentio pôdia fazer, o elegia para aquelle alto posto.

E' valioso o documento para a fixação chronologica. Assim, em 1682, quasi ao começar a *guerra dos barbaros* era o velho Antonio de Oliveira Ledo a grande figura do sertanismo parahybano. E parece a vista dos termos do papel acima que o Antonio de Oliveira, de Martim de Nantes não pode ser diverso deste Antonio de Oliveira Ledo.

Argumenta Medeiros:

"Ora este João Pereira de Oliveira de que fala o documento citado, é, como já foi mencionado, neto de Antonio de Oliveira Ledo e este, se obteve a sesmaria no começo do anno de 1670, é porque esteve no sertão no anno antecedente, de 1669, pelo menos.-

E' possível que só depois dessa entrada se lhe reunissem os, provavelmente, seus irmãos Custodio e Pascacio. O primeiro não deixou feitos notaveis e o segundo limitou-se a criar gados no Cariry.

Provavelmente eram senhores de melhores haveres. Em breve, porém, fizeram comunicação com a capital da capitania, em que data, não se sabe, até agora; porém é possível que fosse senão no mesmo anno de 1670, pouco tempo depois; a rota do caminho certamente levou-lhes, ou o missionario que catechisava os Cariry's ou o proprio indigena que em certas épocas do anno descia ao littoral."

Continuando a falar da actuação dos Ledos refere o douto escriptor parahybano:

"Mas, Antonio de Oliveira cedera á fadiga e á luta e em substituição surgiu seu sobrinho Theodosio de Oliveira Ledo, que, reunido aos seus irmãos, e aos seus primos e parentes, continuou a conquista do sertão. A campanha foi longa e a cruel-

dade de que usaram os bandeirantes mais acirrou o odio do gentio que só se rendeu á evidencia das armas e quando não teve mais numero para oppor-se aos invasores.

Celso Mariz, espirito jovem, culto e operoso, procurou salientar que a tradição data dos *Oliveiras*, e o modo ás vezes, porque os *Oliveira Ledo* requeriam sesmarias, davam a entender que houve antigamente uma outra familia com o nome *Oliveira*. Examinando-se porém diversas sesmarias tem-se a prova de que os proprios Oliveira Ledo, designavam as terras que possuiam com aquella denominação: a seguinte sesmaria (não falando na que acabo de citar) que tem valor duplo, para o que venho dizendo, dará um exemplo: "Viuva Anna de Oliveira e o menor Theodosio de Oliveira filho do capitão mór Theodosio de Oliveira e de Cosma Tavares, dizem que nas partilhas que se fizeram adjudicou a metade do sitio Timbauba á supplicante Anna de Oliveira e a outra metade a seu irmão capitão mór Theodosio de Oliveira e por morte do dito seu irmão se lançou a mesma Timbauba ao supplicante menor... e por justificação summaria se averiguou ficar a dita Timbauba fóra dos limites das datas dos Oliveiras, etc."

Oliveira Ledo conquistou quasi todo o Cariry e além da Borburema dominou até as terras onde fundou uma povoação que mais tarde recebeu o nome de Pombal. De todos, porém, sómente Anna de Oliveira conseguiu perpetuar o nome numa data de terra e assim quem hoje vai de Soledade para o interior, proximo aos primeiros declives da Borburema, sahe de uma sequencia de cactos, e entra numa planicie extensa, quasi sem arborisação, mas duma perspectiva agradável em cujo centro está uma casa de vivenda que é, ainda hoje, a *fazenda Anna de Oliveira!...*"

#### CAPITULO XXXIV

*O papel de Domingos Jorge Velho na conquista do Nordeste.*  
.. — *Accepção improvavel da palavra estancia. — Commen-*  
.. *tarios de Basilio de Magalhães. — Valioso documento por*  
.. *elle descoberto. — Concordancias e divergencias de pon-*  
*tos de vista.*

Na primeira phase da conquista do sertão parahybano entende Coriolano de Medeiros que pouco appareceram os bandeirantes de S. Paulo.

“Do que venho referindo se depreheende que os unicos factores de colonisação do interior da Parahyba foram os bandeirantes bahianos, pernambucanos, e, por fim, os proprios parahybanos descendentes desses primitivos conquistadores. Os paulistas... visitaram apenas a Parahyba; e de facto ella não tinha grandes encantos a offerecer-lhes, tinha apenas as secas para moderar-lhes a cobiça!”

Referindo-se especialmente a Domingos Jorge Velho explica ainda:

Dos typos, na historia da conquista do sertão parahybano, nenhum mereceu maior attenção dos escriptores patricios do que o paulista Domingos Jorge. Era apontado como o primeiro individuo civilisado que pisara no Piancó, dizendo-se, em virtude de uma informação de Rocha Pitta, que elle tinha ali fazendas de gado e até formara numeroso grupo colonial.

Assim o acreditou Irineu Joffely e assim o affirmou Maximiano Machado.”

Quiz o escriptor parahybano tirar o caso a limpo e declara que encetou o estudo da questão a sympathisar “com e nome do destemido paulista”. Onde teria o cabo de tropa de S. Paulo assentado arraiaes em territorio parahybano?

Eram escassos os documentos de que possuia mas solidos: as collecções de sesmarias sêrviriam de contra prova a uma affirmação positiva de Rocha Pitta (Hist. da America Portugueza, 238, ed. de 1880) ao tratar dos preliminares da campanha expugnatoria dos Palmares.

“Do Pinhacó onde tinha a sua estancia caminhara (Domingos Jorge Velho) com toda a sua gente de guerra, que seriam mil homens, e atravessando o Urubá, quiz de caminho dar primeira vista aos Palmares por registar a fortificação dos inimigos”, etc.

O Urubá é um affluente do Coruripe rio cujas cabeceiras são exactamente na região palmarense (cf. Moreira Pinto Dic.)

Entende Coriolano de Medeiros que a *estancia* do Piancó a que se refere Rocha Pitta é uma estancia de gado.

E esta affirmação nos parece provir de um lapso de memoria, a saber, do papel notabilissimo assumido por Domingos Jorge Velho na guerra da repressão dos tapuyas do Nordeste.

Mandado em 1688 para a região do Assú, pelo Governador Geral Mathias da Cunha, pelejara Domingos Jorge bravamente com os barbaros assoladores do Rio Grande do Norte; falto de munições retrocedera para o Sul. Do Assú a Piancó haverá uns 250 kilometros e este deslocamento é minimo tratando-se de guerrilhas do sertão.

Assim a estancia do Piancó não era uma fazenda de gado e sim um campo entrincheirado.

E depois no tempo de Rocha Pitta jamais, quer nos parecer, teria estancia o significado que hoje lhe damos de fazenda de criação de gado. Esta se chamava simplesmente curral. Dahi o nome dado por extensão á enorme zona de criação do alto S. Francisco: os *curraes da Bahia*.

Era sobretudo o forte, o reducto, logar ou ponto de acometer ou defender uma praça, o arraial, o acampamento, os quartéis. Quanto os narradores da campanha hollandeza de

Pernambuco nos falam, a cada passo, na estancia do capitão P... do sargento mór M...?

Não ha duvida que no velho portuguez tambem designava casa, morada, residencia, Mas não cremos que o significado moderno sul americano de fazenda de creação fosse corrente no tempo de Rocha Pitta.

Senão vejamos: Antonil escreveu contemporaneamente ao autor da *Historia da America Portuguesa*. A quarta parte de sua *Cultura e opulencia do Brasil* elle a consagra á pecuaria brasileira. Ao falar da grande extensão de terras para pastos, cheios de gado que ha no Brasil, escreve: "As fazendas e os curraes de gado se situão aonde ha largueza de campo, e agoa sempre nescentes de rios ou de lagoas".

E acrescenta:

"E postos que sejam muitos os curraes da parte da Bahia chegam a ser muito maior numero os de Pernambuco. E ainda, ajunta, falando de creação exactamente no Assú, no Apody, nos Carirys, etc.: "os curraes desta parte".

Curraes e fazendas são as palavras de que se serve o jesuita, jamais estancia.

*Curral* e *curralinho* são nomes que, com a maior abundancia occorrem na toponymia do velho Brasil, ora isolados ora acompanhados de grande numero de attributos. *Curral alto*, *Curral de dentro*, *Curral de fóra*, *Curral falso*, *Curral das pedras*, *Curral de cima*, *Curraes novos* e *Curraes velhos*, etc., um nunca acabar, por todo o paiz.

E *Curralinhos* vemol-os tambem esparsos pelo Brasil todo, no Pará, no Maranhão, na Bahia, no Rio Grande do Norte, em Alagoas, em Minas Geraes, Sergipe, S. Paulo, etc.

Lembram uns e outros fazendas antigas de creação, maiores e menores.

E um destes *curraes* até se tornou sobremodo prestigioso: o *Curral d'El Rey*, que não ha quem ignore, é o lugarejo de onde surgiu Bello Horizonte.

Estancia, como synonymo de fazenda de gado, era palavra desconhecida aos portuguezes contemporaneos de Domingos Jorge Velho. Attesta-o o dictionario de Bluteau.

Nelle se encontram as accepções de *morada*, *fundeadouro* de navios, *acampamento* de soldados, termo da tecnologia do pedreiro, e de arte poetica, assim como a designação que no

Rio de Janeiro actual se conserva: lugar onde se racha e se vende lenha.

E o dictionario de Bluteau em seus oito tomos se publicou, de 1712 a 1721, sendo os dous volumes de supplemento datados de 1727 e 1728.

O termo *estancia* é um castelhanismo infiltrado no Rio Grande do Sul, vocabulo da America Meridional hespanhola, dil-o a autoridade de Valdez, e o douto Beaurepaire-Rohan, sempre tão cauteloso, seguro e consciencioso só o dá como rio-grandensismo.

A mesma exclusividade lhe assignalam o erudito Teschauer no seu *Novo Diccionario Nacional*, o nesso grande corographo Moreira Pinto no monumental *Diccionario Geographico do Brasil*.

O raio de divulgação da palavra e seus derivados abrange apenas talvez, além do Rio Grande do Sul, o planalto cathari-nense. Logo depois deixa-se o Brasil das estancias para se entrar no Brasil das fazendas e dos engenhos .

Já em S. Paulo estancia e estancieiro são, por assim dizer, desconhecidos e nenhuma propriedade agricola é designada pela palavra estancia. No Rio de Janeiro *estancieiro* é o dono de um *lenheiro*. Em Minas Geraes de ha uns tantos annos para cá, costumam chamar *estancias* as estações hydromineraes. Talvez esteja a palavra algum tanto acclimada em Matto Grosso, para cujo sul houve forte corrente immigratoria de rio grandenses, como se sabe.

Assim não nos parece de todo possivel que Rocha Pitta haja empregado *estancia* numa accepção ainda não corrente em seu tempo, em que nem ainda começara a colonisação do Rio Grande do Sul, e minimos eram os contactos entre portuguezes e hespanhoes na America do Sul.

Aliás todo o contexto dos topicos de Rocha Pitta deixa-nos clarissimo que este autor empregou *estancia* tendo em vista o seu significado militar. Pois se no Piancó tinha Domingos Jorge aquartelados os seus indios, capitães e officiaes com quem marchou para Porto Calvo!

Verificou Coriolano de Medeiros que nas sesmarias do sertão parahybano não apparece o nome de Domingos Jorge Velho; dahí deduz bom argumento negativo da presença do lidador naquella região.



E reforça-lhe o modo de ver a suggestão do celebre documento descoberto por Pereira da Costa, para nós basico na historia do Piauhy e papel pelo qual se verifica que de 1663 a 1688 residiu Domingos Jorge no Piauhy.

“Ora, vê o leitor que não seria um homem que tinha onde gastar toda sua actividade e toda sua extraordinaria energia, num total onde a natureza lhe offerecia todas as vantagens, e num local onde lançou as bases de sua economia e onde mantinha o lar, que deixasse tudo isto para vir povoar o Piancó!

O paulista Domingos Jorge tem a sua consagração no Piauhy e nos Palmares e nada mais pode augmentar ou diminuir a veneração que dispensam á sua memoria!...”

O facto da falta do nome do bandeirante nas sesmarias parahybanas pouco valor tem. Nas do Piauhy tambem não apparece.

E quanto á distancia entre o Parnahyba e o Piancó nada era ella para os bandeirantes de S. Paulo; apenas uns seiscentos e poucos kilometros em linha recta. Ora, elles se deslocavam com pasmosa facilidade. Mandou Mathias da Cunha, em 1688, um proprio a Mathias Cardoso, que sabia acampado á margem do S. Francisco, na zona do Remanso, e o mandatario alli chegando soube pouco depois que o chefe bandeirante fora a S. Paulo pela via fluvial devendo voltar logo!

O proprio Domingos Jorge Velho sahiu do Piauhy para ir a S. Paulo buscar elementos para a investida aos Palmares, tambem em 1688, empreza que empreitara com o Governo de Pernambuco e de que o afastou a ordem do Governo Geral de marchar para o Nordeste a combater os tapuyas.

Creemos pouco aliás que Domingos Jorge Velho haja estabelecido fazendas de crear no Piancó. Alli esteve para fins militares. Agiu neste sentido no valle quer do baixo Piranhas quer no curso superior do rio commum á Parahyba e ao Rio Grande do Norte. Seja como fôr, assiste-lhe a maior preeminencia na historia da conquista do alto sertão parahybano.

Extranha Coriolano de Medeiros uma affirmação do erudito Irineu Ferreira Pinto, infelizmente tão cedo desaparecido, quanto tanto poderia ainda ter feito em prol de nossa historia.

Escreveu este nas *Datas e notas para a historia de Parahyba* (pag. 84) e a proposito do millesimo de 1690. “Neste

anno já havia fazenda de gado no Piancó "sem comtudo dizer que pertencesse a Domingos Jorge Velho. E depois referindo-se a julho de 1691 "de ordem do governador geral o capitão mór auxilia ao capitão Domingos Jorge Velho com munições para debellar os negros dos Palmares."

A Medeiros surprehende esta affirmação.

"Realmente, não podia conciliar minha opinião com tal documento; entretanto não desanimei e comecei a fazer outras indagações sobre o assumpto. E não me foi preciso ir tão longe como a principio imaginei. E assim tive a prova de que o Paulista de que me occupo não tinha interferido na conquista do interior Parahybano. Os seus feitos, sobremodo extraordinarios, prendem-se á historia de outro Estado e não ao nosso, onde talvez pizasse pela primeira vez, e somente com o fim de receber as munições que a capitania da Parahyba fora intimada a entregar-lhe. Emquanto chegava o auxilio, é possível se aproveitasse para melhor conhecer a zona, donde depois seguiu para Garanhuns.

Da sua parada resultou o erro de Rocha Pitta suppondo ter elle estancia de gado no Piancó."

Aventa Joffely muito acertadamente a hypothese de que já antes de 1690 estivesse Domingos Jorge Velho no Piancó; mas incide no mesmo engano de ter a *estancia* de Rocha Pitta como *fazenda de criação*. Cremos haja elle sido quem influenciasse a Irineu Pinto e a Medeiros trazendo-lhes uma suggestão, a nosso ver, totalmente inadequada.

Espanta-se o autor parahybano que em torno de sua fazenda de crear houvesse podido o chefe paulista "reunir um corpo de mil homens em armas, o que era admiravel."

Mas é que ao redigir estes topicos não se lembrava de que se estava em plena guerra dos Barbaros, na qual tomou parte o bandeirante de Parnahyba salientissima parte. Mais um argumento para o ponto de vista que defendemos. E' evidente que Joffely ignorou o documento de Pereira da Costa sobre a primeira devassa do Piauhý senão não teria escripto as seguintes linhas:

"Alem disto, em 1674, Domingos Jorge e Domingos Afonso Mafrense já tinham descoberto e invadido o Piauhý, transpondo a Serra dos Dous Irmãos. Mafrense lá ficou fundando

fazendas que as possuio até fallecer; Domingos Jorge, porém, não se demorou.

Não teria elle, de volta ás margens do S. Francisco tomado depois a direcção da Parahyba, descobrindo a ribeira do Piancó?"

Accrescenta o erudito parahybano a commentar:

"Que o dominio dos paulistas foi duradouro não sómente em Piancó, como tambem em grande parte da ribeira de Piranhas, prova uma carta regia datada de 15 de Dezembro de 1700, ordenando ao ouvidor da Parahyba que mandasse pôr em liberdade na sua aldeia os Tapuyas Payacús que forão captivados pelo mestre de campo dos paulistas, Manoel Alvares de Moraes Navarro, residente a esse tempo no Assú; providencia que foi estendido aos Payacús e Icós, do Ceará."

"São provas indirectas; as datas de sesmarias de terras que obtiverão a casa da Torre, da Bahia, e Chistovão da Rocha Pitta da familia do historiador. E essas fazendas que a opulenta casa da Torre fundava na Parahyba, não erão mais do que a continuação do seu extenso dominio, como se vê do seguinte trecho de uma carta do governador de Pernambuco, escripta em 1700, ao rei de Portugal:"

"A casa da Torre, os herdeiros de Antonio Guedes de Brito e Domingos Affonso Sertão, moradores na jurisdicção da Bahia, são senhores de quasi todo o sertão de Pernambuco."

"Partindo pois de pontos tão oppostos e distantes, alto S. Francisco e littoral da Parahyba, os bandeirantes, convergindo para o sertão da capitania, não teriam encontrado grandes difficuldades; derrotaram por toda parte os indigenas, reduzindo sem duvida a captiveiro os que conseguiram tomar."

Foram fundadas as primeiras fazendas de creação, e em poucos annos ellas se multiplicaram por todas as ribeiras; a producção do gado era espantosa nessas immensas pastagens virgens, de panasco e mimoso."

Estudando o controvertido e obscuro assumpto commenta-o Basilio de Magalhães em substanciosos trabalhos a principio na *Revisão do Brasil* (tomo IV, p. 20) depois na *Revista do Instituto Historico Brasileiro* (t. 85, 287). Neste ultimo, amplia o outro, publicado sobretudo com o fito de se divulgar importante descoberta do autor sobre a personalidade de Do-

mingos Jorge Velho, cujo nomê, aliás, epigrapha o artigo.

Resumindo autores nordestinos escreve o autor mineiro:

"João Brígido, em seu "Resumo chronologico para a historia do Ceará" (pags. 31) tambem assevera: "A tradição colloca entre 1673 e 1678 o começo do povoamento das regiões do Araripe pela familia Mendes Lobato Lyra, já tendo sido o paiz anteriormente explorado por bandeirantes da casa, chamada da Torre, da Bahia, que possuia muitas terras no Rio S. Francisco, onde criava gados. "E logo adeante (a pags. 33) consigna que em 1688 foi concedida "ao coronel Francisco Dias Avila (sic por "d'Avila") e mais quatro socios uma sesmaria de 10 leguas de comprimento no rio Jaguaribe."

Maximiano Lopes Machado, em sua *Historia da Provincia do Parahyba* (pags. 334-335), que deixou por acabar, afirma que "a casa da Torre fundou algumas fazendas de criar no Piancó nas terras apossadas pelo vaqueiro João Medrado".

Refere-se depois ao coronel Francisco Dias d'Avila afirmando que em 1671, poz-se em campanha Domingos Afonso Sertão ou Mafrense, joven portuguez de grande energia" coadjuvado pelo coronel.

Pequena autoridade nos parecem ter as palavras do autor parahybano quando traça rapido historico da jornada do Mafrense em terras do Piauhy. Pequena senão minima.

Refere depois o facto das grandes fazendas de gado que Sertão fundou no centro de Piauhy para as legar aos Jesuitas. E acrescenta:

"Na sua passagem pela serra dos Dous irmãos, encontrou-se com o bandeirante paulista Domingos Jorge, e, de accordo, tomaram rumos differentes, seguindo aquelle ao alto Piauhy, retrocedendo este pelo Salgado ao Icó e dahi pela Formiga ao Piancó onde o encontramos em 1696 com fazenda de gados, já elevado a mestre de campo, no governo geral de D. João de Lencastre e em marcha com mil homens á conquista dos Palmares.

Estas chronologia e referências nos mostram que o distincto autor parahybano não se acha muito documentado ao tratar de assumptos piauhyenses.

Todos estes deslises, aliás provêm da ausencia do estudo da correspondencia dos Governadores Geraes hoje altamente facilitada com a publicação dos *Documentos Historicos*.

Realmente, em 1696 e desde longos annos fora Domingos Jorge Velho elevado a mestre de campo. Já o era em 1689 no tempo do governo do Arcebispo D. Fr. Manuel da Resurreição.

O R. P. Heliodoro Pires em "Padre mestre Ignacio Rolim" affirma que Domingos Jorge foi grande amigo dos Ledos e precisa a data da fundação de Piancó (1675).

Entende o escriptor mineiro arriscada a hypothese. Descobriu no Archivo Nacional (cf. Rev. Inst. Bras. 85, 304) um documento cujas lacunas obteve Capistrano fossem suppridas pelo confronto com o original, na Torre do Tombo, coitejo realisado pelo douto J. Lucio d'Azevedo. E' uma patente passada pela Infanta D. Catharina, rainha da Inglaterra e regente de Portugal, por molestia de seu irmão D. Pedro II a Manuel Gonçalves Ferreira, de capitão mór da capitania de N. S. da Conceição de Itanhaen. E datada de 28 de março de 1705."

"Traz bastante luz á demonstração de que Domingos Jorge Velho tambem concorreu para a conquista e povoamento da ourela occidental da Parahyba.

Diz o documento cujas abreviaturas interpretámos:

"D. Catharina por graça de Deus Raynha de Inglaterra, Escocia, França e Irlanda, Infanta de Portugal como Regente destes Reynos no impedimento de meu Irmão Sr. Rey D. Pedro por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dâlem mar em Africa Senhor de Guiné e a conquista navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Percia e da India. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que por o Conde da Ilha do Principe como donatario da Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Tinhaem me haver proposto para Capitam dela tres sogeitos tendo eu consideração aos serviços de Manuel Gonçalves Ferreira obrados "por tres annos e meyo acompanhando ao Mestre de Campo Domingos Jorge Velho, quando veyo das Piranhas a fazer guerra ao gentio barbaro pelas grandes hostilidades "que fazião aos moradores em q. se derrotarão as nações dos hycos (icós) e sacurus (sucurus) e outras mais occupando o posto de ajudante do Capitão Mór Alv. Carneiro sem dispendio algum de minha fazenda penetrando aquelles sertões nas ocaziões que se lhe ordenarão, paçando ao Maranhão em companhia de huma escolta de sol-

dados e indios que vierão ao descobrimento, do caminho do Brasil, ser provido pelo Governo do d.º estado do Maranhão no posto de Capitão da tropa que tornou a mandar ao mesmo descobrimento no anno de 684, em que se gastarão quatro mezes pudendo as inclemencias do tempo com grande risco de vida fazendo grande falta as (ás) suas fazendas em 695 tornou por ordem do Governador Geral D. João de Lancastro ao mesmo effeito para explorar outro caminho mais breve, o que fez abrindo outro caminho e rompendo matos fazendo asento de toda a jornada e o socorro necessario, gastando nella quinze mezes por ser mais de 300 leguas com grande risco em razão das Rios que as paçavão e genio barbaro que habitava aquelles sertões, e por esperar d'elle que da mesma maneira se haveria daqui em diante em tudo o de que for encarregado de meu serviço conforme a confiança que faço da sua peço... Fiey por bem e me praz de o nomear e prover ( como pela presente, o proveo e nomeyo por Capitão da dita Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Timnez para que sirva o dito cargo por tempo de tres annos, assim e da mesma maneira que o fizerão seus antecessores, com o que haverá o ordenado que lhe tocar e gozará de todas as honras privilegios liberdades menções e triumphas que em razão do dito posto lhe pertencerem'.

Os seguintes commentarios de Basílio de Magalhães accompanham a transcripção deste papel valioso:

'Desta importante peça historica deduz-se que o mestre de campo Domingos Jorge Velho - de quem o soldado Manuel Gonçalves Ferreira foi auxiliar em tal expedição, e tendo estado primeiramente no rio das Piranhas, andou pelo menos durante tres annos e mais, e isto presumivelmente antes de 1704, fazendo guerra ao genio barbaro que hostilizava os moradores do sertão occidental da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Com effeito, o rio das Piranhas, que nasce a Sudoeste da serra do Bonfim, na curva occidental da Paraíba, percorre 200 kms. de territorio paraibano, antes de entrar no Rio Grande do Norte, ante logo recebe o Serião e perde o nome primitivo, tomando o de Assi. Assim, a expressão "quando veyo das Piranhas" demonstra que Domingos Jorge Velho já antes de 1704 estancava na região do extremo Oeste da Paraíba. E, como a Fiança é um effluente do rio das Piranhas pouco

ficar bem patente a possibilidade de haver o bandeirante paulista occupado aquelle ponto, do qual mais tarde poude elle partir com 1,300 arcos para a empreza dos Palmares.

Outro argumento, que vem corroborar tal presumpção é o que nos fornecem as denominações dos selvicolas, a que Domingos Jorge Velho fez então montaria, conforme o documento acima reproduzido. Segundo o "Diccionario chorographico do Estado de Parahiba" (pags. 39 e 104) de Coriolano de Medeiros tanto os Icóos quanto os Sucurús habitavam territorio parahibano e precisamente na ourela occidental deste porquanto aquelles, "selvagens da nação cariri, occupavam o rio do Peixe e adjacencias dos limites das capitancias de Parahiba e Ceará" e os Sucurús eram "uma grande familia indigena que habitava o planalto da Borborema, na zona occupada hoje pelos municipios de Alagoas do Monteiro, parte dos de São João do Cariry e Teixeira e parte do sertão de Pernambuco".

Em suas "Notas para a historia de Parahiba", Irineu Jofily assim se refere áquelles aborigenes (pag. 26 e 31): "Os Icóos do Ceará, extendiam o seu dominio a uma parte da capitania da Parahiba, o rio do Peixe e talvez Piancó fosse o nome da sub-tribu, habitante da ribeira assim denominada, que em alguns documentos é chamada tambem Curema".

E quanto aos Sucurús:

"Os Sucurús occupavam o sul da capitania, concentravam-se nesse triangulo formado pelas serras Jacarará e Jabitacá até ao rio de seu nome, territorio hoje da comarca de Alagoa do Monteiro e visinhas; e dahi fez o Governo remover a tribu ou grande parte della, para o Norte da capitania, na fronteira do Rio Grande afim de oppol-a aos indomaveis Janduis, que estavam devastando os estabelecimentos de agricultura e criação, que deviam existir ao Norte da Cupaoba até á actual serra, do Cuieté. O acampamento ou aldeia dos Sucurús foi entre o rio Curimataú e o Aracagi."

Note-se que Sucurú é a denominação de um dos primeiros afluentes do Parahiba do Norte, nas adjacencias de Alagoa do Monteiro o que talvez provenha de ter sido esse o primitivo *habitat* da tribu."

A objecção que a estas conclusões fazemos é a que procede do desvendamento da documentação constante da serie valiosa dos *Documentos historicos*, os codices da Bibliotheca

Naiconal, ultimamente impressos por ordem do actual chefe da Nação.

Entende Basilio de Magalhães que os tres annos e meio de campanha de Manuel Gonçalves Ferreira hajam sido presumivelmente antes de 1684. Parece nos que não. Tudo nos faz crer que se referem ao periodo inicial da Guerra dos Barbaros depois que em 1687 e em virtude de ordem do Governo Geral entrou Domingos Jorge Velho no campo da lucta do Nordeste.

E' a impressão que nos fica da leitura attenta da documentação acima citada.

Basilio de Magalhães ainda não a percorrerá em 1917 ao escrever o seu bello artigo "Domingos Jorge Velho" na Revista do Brasil (tomo IV) pois ali escreve: *E' bem provavel* que o afamado sertanista de S. Paulo tivesse sido o primeiro officialmente encarregado de bater os incolas bravios daquela zona septentrional do Brasil (o nordeste) onde teve por successores a Mathias Cardoso de Almeida e Manuel Alvares de Moraes Navarro.

Dous annos mais tarde ainda tambem não se puzera o erudito bandeirologo em contacto com esta serie vultuosa de papeis ao redigir a memoria d'*A conquista do Nordeste no seculo XVII*.



## CAPITULO XXXV

*Domingos Jorge Velho e Francisco Dias d'Avila. — Pontos de vista de Basilio de Magalhães sobre a conquista do Nordeste. — A memoria do Padre Heliodoro Pires*

Recorda Basilio de Magalhães a conjugação das bandeiras de Domingos Jorge Velho e das empresas de Francisco Dias d'Avila.

E' provavel que tal lhe decorra da meditação de uns topicos do documento de Pereira da Costa quando a viúva do bandeirante allega que elle *entrara e povoara toda Piauhy e Canindé em companhia da Casa da Torre de Garcia d'Avila.*

Isto não discrepa da narrativa de Rocha Pitta e nos leva a crer que apenas significa a contemporaneidade da actuação das duas empresas a de Francisco Dias d'Avila e a do cabo de tropa paulista. A não ser este trecho documental nenhum outro conhecemos de tal interferencia.

Chega Basilio de Magalhães a admittir que o parnahyba-no haja sido "o mais poderoso auxiliar de Domingos Affonso Sertão". Jamais encontrámos papel algum que nos induza a acompanhá-lo neste modo de ver.

A unica referencia divulgada de contacto entre o cabo paulista e Domingos Affonso Sertão representante da Casa da Torre, nossa conhecida, vem a ser a que consta dos topicos de Rocha Pitta. Reportam-se ao encontro que tiveram no Piauhy:

"Viram-se ambos e dando-se um a outro noticia do que tinham obrado e descoberto, se ajustaram no que haviam de proseguir e dividindo-se para diferentes partes, foi cada um pela sua conquistando todo aquelle paiz, cuja circumferencia dilatadissima comprehende grande numero de leguas."

Que é isto senão a acceitação de um accordo tacito de respeito a umas como que "espheras de influencia"?

Em nada diminue este facto o valor da actuação de Francisco Dias d'Avila no desbravamento do nordeste.

De sua importancia nos deixam frisante prova o testamento do Sertão e o resumo das primeiras sesmarias do Piahy que Aencastre publicou.

O trecho capital do testamento, datado de 12 maio de 1711, vem a ser o seguinte:

"Declaro que sou senhor e possuidor de metade das terras que pedi no Piahy com o coronel Francisco Dias d'Avila e seus irmãos as quaes terras descobri e povoei com grande risco de minha pessoa e consideravel despesa com adjutorio de socios, e sem elles defendi tambem muitos pleitos, que se moveram sobre as ditas terras ou parte dellas: e, havendo duvidas entre mim e Leonor Pereira Marinho, viuva do dito coronel, sobre a divisão das ditas terras, fizemos uma escriptura de transacção no cartorio de Henrique Vellensuela (sic, mas parece que deve ser Valensuela) da Silva, na qual declaramos os sitios com que cada um haviamos de ficar, assim dos que tinhamos occupados com gados, como arrendados a varias pessoas accordando e assentando juntamente a forma com que haviamos de ir occupando as mais terras por nós ou pelos rendeiros que mettessemos como mais largamente se verá da dita escriptura".

Das declarações de ultima vontade de Domingos Affonso Sertão consta que D. Leonor Pereira Marinho, viuva do coronel Francisco Dias d'Avila lhe estava a dever 5000\$000 e, pela enumeração dos seus bens, verifica-se que a fortuna obtida pelo intrepido aventureiro chegou a ser uma das maiores do Brasil, naquelle tempo. Assim, o simples rendeiro da Casa da Torre emulou talvez com o dono desta quanto á opulencia material."

Falando das primeiras concessões territoriaes do Piahy diz Rocha Pitta que com a noticia da descoberta das terras de

alem Cariry's Novos avultaram os pedidos de concessões do Governo de Pernambuco.

O honesto e judicioso José Martins Pereira de Albuquerque, que morreu ignorante da existencia do documento de Parnaíba da Costa queremas mais uma vez lembrar-se (Santos) — por até agora se sabe sobre a legislação de p. me. das concessões territoriaes do Piauí (cf. Rev. Hist. Bras. 29, 133 et pass.).

Annota Dasilva de Magalhães pernambuco, (cf. Rev. Hist. Hist. Bras., 83, 308-7).

Das l. vres de Promisões e Doações (IV, 30, 308, V, 30, 37 e segs. e VI, 113, 114-115) esboça respectivamente as seguintes resoluções que tem consideravel importancia para a colonização que era nos primeiros 20 annos da existencia do Piauí: assigna concessões de 20 leguas de terra ao Sr. Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, e 10 leguas ao Sr. Francisco Dias e Avila, seu irmão, Bernarques Pereira Gomes e capitão Domingos Affonso Serra e ao Sr. João Affonso Serra, que requereram nas leguas em guerra para criar um na margem do Hergueia (Gurgueia). Em 30 de Janeiro de 1661 o governador Ayres de Souza de Castro distribuiu mais a cada um dos quatro acima e ao alferes Francisco de Souza Fagundes dez leguas de terra na margem do Parnaíba. Com data de 7 de outubro de 1661 foram concedidas terras de sesmarias a José Simões, Francisco de Oliveira Pereira, Catharina Fogaça, Pedro Vieira de Lima, Manuel Ferreira e João Ferreira de Lima, todos moradores da Bahia, que pediram todo o territorio entre o rio Itapicuru e Gurgueia, ou entre as aldeias dos Anatis e Abejiras, cujo termino não pode ser hoje sinão o de Pastos Bons e parte do Parnaíba.

Na mesma data, as terras do Parnaíba, entre as cabeceiras do Parahim até a barra deste rio no Gurgueia, foram partidas em porções iguaes entre Manuel de Oliveira Pereira, Francisco de Oliveira, tenente Francisco Dias d'Avila, alferes Domingos Vieira de Lima, João de Souza Fragoso e Christovam da Costa Ferreira, todos farenseiros de na. de S. Francisco.

Era tão desmesurada a amoção de possuir vastos territoriaes que até chegaram a pedir despojoamento.

Lê-se no livro 6.º, a fls. 130 do registo de Promisões e

Patentes, que Dom João de Souza, concedeu em data de 13 de outubro de 1684, mais dez leguas de terra nas margens do Gurgueia e Parahim, com reserva de terras, catingas e terras inuteis a Domingos Affonso (sc. Sertão), Garcia de Avella (sic de certo d'Avila), Francisco de Avella (sic), Bernardo Pereira (sc Gago) e Julião Affonso (sc Serra), e outros tantas leguas em quadra aos mesmos socios nas margens do rio Tranqueira: e em 29 de dezembro de 1686, mais 12 leguas em quadra aos mesmos socios, na margem do Parnahyba começando na aldeia dos Aranhuns até a ultima aldeia ou tapera do gentio Maipurá e pela parte do Sul até a serra do Araripe.

Este Garcia de Avella, isto é, Garcia de Avila, a que se refere a provisão de 13 de outubro de 1684, era Garcia d'Avila Pereira, filho do coronel Francisco Dias d'Avila; e quanto a figurar com alguns individuos da familia Vieira de Lima, na provisão de 7 de outubro de 1681, não deve causar admiração, porque a dita familia teve ingresso pelo casamento, na casa da Torre, desde que João Vieira de Lima desposou Clemencia Dias, filha do coronel Francisco Dias d'Avila.

No testamento de Domingos Affonso, falla este nas terras que pediu no Piahy "com o coronel Francisco Dias d'Avila e seus irmãos".

Este plural justifica-se em face das provisões de 12 de outubro de 1676 e 7 de outubro de 1681, acima citadas, porque da primeira consta o nome de Bernardo Pereira Gago e da segunda o nome de Catharina Fogaça, aquelle irmão e esta irmã e sogra do coronel Francisco Dias d'Avila".

São as seguintes as conclusões de Basilio de Magalhães: apoiado nos tratadistas e documentos".

"I A conquista do Nordeste, em sua maior parte, foi um episodio não devido á caça do ouro ou de pedra preciosa ou á caça do escravo indigena, e sim, á povoação de estancias de gado, isto é á zona de criação.

II A conquista do Nordeste, por isso mesmo que não foi uma consequencia de entradas ou bandeiras, de intuitos mineiras ou escravistas realisou-se em sua maior parte, não do mar para o interior, e sim do hinterland para a ourela atlantica.

III — Os heroes da conquista do Nordeste foram o coronel Francisco Dias d'Avila, Domingos Affonso Sertão e Domingos Jorge Velho, distinguindo-se o primeiro pelo alarga-

mento que deu aos seus domínios, da casa da Torre, distinguindo-se o segundo pelo estabelecimento de grande numero de fazendas de gado no Piauí e distinguindo-se o terceiro pela extensão que teve a sua actividade, no tempo e no espaço, sobrelevando aos seus companheiros pelo duplo auxilio que deu á metropole no expurgo de selvicolas e na destruição dos Palmares”.

A este modo de ver do eminente bandeirologo oppomos pequenas restricções. Parece-nos que Domingos Jorge Velho foi acima de tudo a encarnação do “topador de bandeiras ao gentio bravo” e pouco afeiçoado á sedentarisação do proprietario rural, embora creador de gado não agricultor. E pensamos que ainda imperiosamente devem ser lembrados ao lado desse trio de conquistadores mais dous sertanistas de primacial relevo cujos nomes em nada desmerecem em qualquer confronto com os seus emulos: Mathias Cardoso de Almeida e Manuel Alvares de Moraes Navarro.

Em interessante estudo — *Domingos Jorge Velho - Uma pagina da colonisação de Nordeste* (Revista do Brasil, n.º 43, junho de 1919) procurou o Revdo. Padre Heliodoro Pires esboçar algumas hypothèses suas sobre a conquista dos sertões parahybanos e nordestinos em geral.

A seu ver foi Piancó o ponto de convergencia de tres movimentos entradistas. Um determinou-o em 1660 a Casa da Torre, pela Bahia (via Massacará e o S. Francisco), Pernambuco (pela Serra da Baixa Verde e o Rio das Bruxas), outro em 1687 por Theodosio de Oliveira Ledo atravez do territorio parahybano (via Boqueirão, Taperoá, Passagem, Patos e Pombal). Um terceiro a este anterior, em 1674, por Domingos Jorge Velho, partiu do Piauí atravez da serra dos Dous Irmãos, a chapada do Araripe, passando por Icó para atingir a actual fronteira parahybana quasi em sua linde com o Rio Grande do Norte.

Admitte o R. P. Pires um quarto rumo de penetração, o de Antonio de Oliveira Ledo que, partindo da Bahia, deve ter atingido o Pajehú, em Pernambuco, o curso do Parahyba do Norte e depois o Boqueirão á margem deste.

Para o nosso autor foi Domingos Jorge, provavelmente o fundador do Piancó embora os titulos territoriaes declarem que já no valle deste rio deste nome possuia a casa da Torre do-

minio, em 1660. "E' esta a opinião de alguns historiadores autorizados. E os documentos não infirmam esta hypothese que aceitámos".

Não podemos sem restricções admittir o argumento que se quer adduzir em favor de tal conjectura. A documentação sobre o caso é a mais escassa e mais indeterminada como tudo quanto se refere ao apossamento do sertão brasileiro no século XVII. Os documentos não infirmam a hypothese allegada pelo Padre H. Pires mas nós lhe perguntamos onde acaso se acham os que a esteiam satisfactoriamente.

Diz o R. Pe. Pires que, já em 1671, residia Domingos Jorge na fazenda Sobrado em territorio pernambucano, um pouco ao norte do riacho Terra Nova, affluente do Pontal, e, por este, confluyente de S. Francisco na linha de penetração da via ferrea que, partindo de Petrolina vae ao interior do Piauhy.

Admitte esta premissa á voz de "chronistas e historiadores" (;) entende que em 1671 haja o bandeirante mandado explorar os sertões parahybanos.

Affirma que do Sobrado partiu com Domingos Sertão para combater os Pimenteiros (1673-1674). Desavindo-se os dous homonymos retrocedeu Domingos Jorge, conseguindo, em sua marcha, submeter ou afugentar os cariryrs no Ceará. E tambem os icós e sucúrús.

Argumenta com as opiniões de Alencastre sem se lembrar que o autor bahiano ignorou o documento de Pereira da Costa, facto que de todo não pode deixar de ser invocado.

O seu capítulo *Bandeirantes no Piauhy* parece-nos tambem o mais expugnavel. Nelle se nos depara um itinerario do Mafrense e seus companheiros apresentado como indiscutivel e no emtanto, absolutamente nos casos de precisar ser documentado.

Nelle se notam verdadeiras incongruencias, como a seguinte:

"Passaram-se Domingos Sertão e seu irmão, Francisco Dias d'Avila e o irmão, ao norte da Serra do Sobrado e continuaram procurando sempre o occidente. Chegaram ao rio Canindé e ás cabeceiras do Piauhy nas vertentes occidentaes da serra dos Dous Irmãos.

Demoraram-se, provavelmente, ahi. Informa Pereira da Costa que existe nesta altura o municipio *Paulista*. Este nome

"Paulista" parece indicar o acampado não de guerra, e sertanista Domingos Affonso Sertão (ou Maírense, que tinha a servidão da Casa da Torre" (sic, sic).

Nem se alegue que se trata de *locus inanis* pois o autor em nota reforça: "Indógena Coriolano de Medeiros que este Domingos Maírense era português de nascimento" (sic).

Nota a nosso ver ineficacíssima pois um que atribuiu a Coriolano de Medeiros a prioridade da descoberta do berço de um personagem que jamais ninguém atribuiu fosse português, circunstância confidenciíssima, indubitável deste o século XVII. Basta este nome de Maírense para lhe identificar o berço. Onde então havia Maíra no Brasil senão esta?

Achamos absolutamente empesso que o R. Padre Fries se tenha deixado levar a escrever tais opiniões.

Passa depois o ilustre sacerdote a aludir a um "autor de Roteiro" que não nos diz quem haja sido e refere-se a entrada de Sertão no Piauí. O que escreve sobre a atuação piauiense de Domingos Jorge Velho demonstra que conhece assaz pertencidamente os primórdios da história piauiense, a começar pelo próprio documento de Ferreira da Costa.

Sendão não reingria certamente esse nome.

"Como se explica que morando não perto do Piauí, no Sobrado, não foi Domingos Jorge Velho o descobridor dos sertões daquele Estado e sim Domingos Affonso?" Logo depois acrescenta outro comentário verdadeiramente inócuo: "Hoje não se pôde mais por um bovída a viagem (sic) de Domingos Jorge ao Piauí".

Assim não podemos atribuir valor real aos argumentos seguintes do autor maribetano:

"Em fins de 1673 passaram Francisco Dias d'Ávila e Domingos Sertão com grande caravana ou bandeira, ao norte da Serra Sobrado, demandando o Piauí. E Domingos Jorge, em sua fazenda Sobrado, não deixava de pensar nos sertões paratibanos de onde os apangnados lhe traziam também não boas notícias sobre a fertilidade da terra.

Dahi a algum tempo (1673-1674) Domingos Jorge Velho recebia em sua fazenda um recado, ou melhor um convite ou oferta de Domingos Sertão e Francisco d'Ávila. A entrada dos descobridores e primeiros conquistadores do Piauí, não podia avançar em vista da opposição tenaz, e da fertilidade dos

Indios Pimenteiras. Era preciso vencel-os primeiramente. Domingos Jorge ajudaria na lueta contra os indigenas e receberia largo quinhão de terra. Sorria-lhe a fortuna. Partiu para o Piauhy. Iria acalentando o seu sonho de ser mais tarde o dominador do rio Piranhas?

Sem duvida alguma.

Domingos Affonso foi, portanto, um dos descobridores do Piauhy e Domingos Jorge Velho pertence ao numero dos primeiros occupadores dos sertões do mesmo Estado”.

Mais aceitavel nos parece o que escreve o R. Pe. Pires da jornada de Domingos Jorge do Piauhy ás margens do Piranhas.

“Domingos Jorge Velho, depois de vencer os Pimenteiras, recebeu uma rica partilha de largos trechos de terrenos; deixou gente para organizar e povoar as fazendas; e entrou pelo Ceará, “talvez quando o seu homonymo não precisasse mais de seus serviços” e segundo Coriolano de Madeiros levava o bandeirante grande copia de indios escravizados.

Estes indios com os mamelucos que acompanhavam sempre Domingos Jorge Velho e provavelmente mais algum armamento e tropa que o Mafrense e Francisco d’Avila tinham aparelhado para enfrentar os Icós no Ceará e os indigenas do Rio Piranhas.

Esta empreza de bater indios em logar distante, pondera Coriolano, devia durar algum tempo e “Domingos Jorge si foi ao sertão parahybano (sabemos hoje ao certo que foi) antes de 1690 encontrou-se com a bandeira de Theodosio Ledo.

Pela patente de D. Catharina sabemos que os Icós, os sucurús e provave'mente uma parte dos coremas foram batidos e “derrotados” antes de 1680 pelo Mestre de Campo Domingos Jorge Velho e por Manuel Gonçalves Ferreira.

Com esta victoria, muitos colonos foram fundando fazendas de criação naquellas paragens, apossando-se de terras sobre as quaes só mais tarde herdeiros e successores conseguiram firmar direitos.

Pela palavra “primeiramente” da patente de D. Catharina vê-se que antes de 1680 (de 1680 a 1684 foi a guerra aos indigenas) já Domingos Jorge estivera no Rio Piranhas.

O documento referido firma isto com todo o rigor e exactidão”.



O grande defeito da memoria do Rev. Padre S. Pires é a ausencia, por assim dizer, total das referencias documentaes.

Parece o seu autor dar como demonstrado o que é conjectural nebuloso e controversissimo.

Não sabemos em que se esteva para escrever o seguinte:

"Domingos Jorge tinha sête de poderio e de riqueza. A Casa da Torre espalhava-se do rio S. Francisco para o norte, conquistando os sertões pernambucanos.

Quando em 1670 Antonio Leão passou ao rio S. Francisco procurando o rio Pajeú e o estado da Parahyba, Domingos Jorge mandou gente explorar as terras parahybano onde corre o rio Piancó. As noticias que lhe vinham daquellas paragens fuziam sempre da ferocidade dos selvagens que povoavam aquelles riuões.

Sabia mais o audacioso sertanista que, depois de 1600, alguns descendentes de Francisco d'Ávila vinham pouco a pouco estabelecendo-se naquelles terras, nos pontos menos accessiveis ao furor dos indigenas.

Tinha conhecimento certo de que a resistencia dos selvagens vinha impedindo até então, o desenvolvimento dos aldeios já estabelecidos naquellas paragens parahybanoas.

Isto, porém, não lhe alterava os planos.

Domingos Jorge Velho viu desfilár no S. Francisco a caravana de Antonio de Oliveira, o colono bahiano que veio a Parahyba e fundou o arraial do Boqueirão (Caacemas).

Contava, pois, Domingos Jorge que entrando na Parahyba, não encontraria a sombra de um Francisco d'Ávila e de um Domingos Sertão?

A ultima parte da pequena memoria do Pa. Pires comeca por uma affirmativa que demonstra apenas a insciencia em que ao redigil-a o seu autor se achava da actualiação de Domingos Jorge Velho, na *Guerra dos Barões*. "O periodo que vai de 1675 a 1680 passou Domingos Jorge ora em suas propriedades do Piancó, ora em Sobrado, ora na fazenda Formiga na Parahyba."

A idade de sessenta annos que, em 1680, lhe attribue é tambem inteiramente conjectural. Mas julga o nosso autor que Domingos Jorge haja sido outro personagem seu homonymo. Com a maior propriedade define o Barão de Sordani a actualiação de Domingos Jorge Velho na obra da conquista do Nordeste.

“Na vida arriscadissima, cheia de lances tragicos do bandeirante, do sertanista, dominam a cupidez, a temeridade, o estoicismo, a sagacidade, o descaso da morte e essas qualidades caracterisam Domingos Jorge.

Na historia da conquista mais merecem os que correram mil perigos e ás aventuras se entregaram do que os possuidores de 250 leguas de testada na margem pernambucana do S. Francisco”.

Analysando a effigie imaginada por Benedicto Calixto — realmente felicissima composição — como devendo ser a do magno bandeirante escreve o Rev. Pires bella e extensa pagina litteraria intitulada “A magestade de um perfil” e caracterisadora de suas qualidades de escriptor. Dellas e com prazer nesta *Historia Geral das Bandeiras Paulistas* e em homenagem ao grande e crudo parnahybano conquistador do Nordeste transcrevemos os trechos inicial e final.

“Ha nesta figura algo de patriacha biblico e de campeão medieval; aliaram-se naquella compleição de atleta a imponencia dominativa de Abrahão e a “bravura romanesca de um cavalleiro” de Carlos Magno...

Delatam-se no porte avantajado do guerreiro o aprumo e a compleição inteiriça “que não são no soldado a base physica da coragem”. Sente-se vivamente que a natureza forjou e temperou aquellas fibras para o embate rude e as fadigas devorantes na conquista da terra virgem...

A physionomia é illuminada por um reflexo “dessa magestade selvagem que avassala o deserto e que fulgurou um dia nos olhos do cavalleiro arabe e do guerreiro tupy.

Trata-se no conjuncto daquellas linhas a energia formidavel daquelle organismo em que se conjugaram, de maneira insolita, as ambições de um senhor feudal e as arrancadas de um beduino...

Para aquella figura bronzea de bandeirante só a molduragem selvatica da terra escalavrada e dos horizontes incendiados na terra atormentada dos coremas e pimenteiras, no imperio vasto dos carirys ferozes...

Como é interessante a figura deste legionario de Homero que veio surgir na historia brasileira sob o “travesti” do campeão colonial!”

## CAPITULO XXXVI

*Primórdios da Guerra dos Barbaros. — Os dois freitas Azeredo no sertão bahiano. — Primeiros movimentos dos tapuyas no Rio Grande do Norte.*

Esmagados os guerens fôra o sertão varrido até á baranca direita do Rio São Francisco.

Retiraram-se para o sul Braz de Arzão, em 1674, e João Amaro Maciel Parente. Este em data que não sabemos fixar mas provavelmente posterior á morte do Pae, Estevão Bayão, segundo parece.

A Junta Trina, successora do Visconde de Barbacena, viu-se, em 1677, obrigada a reclamar novos soccorros paulistas ante a investida dos Anayós, terriveis barbaros que haviam destroçado varias bandeiras de S. Paulo. Já o deixámos aliás notado nesta obra (V. 50).

Dos sertanists da Bahia quem mais se distinguiu nesta contingencia foi Domingos Rodrigues de Carvalho, o bravo sargento mór do terço de que era coronel o illustre e ainda muito mal estudado Francisco Dias de Avila.

Já a hures relatámos os seus triumphos em 1674 e 1675 sobre os Anayos e seus alliados, á margem do S. Francisco e os Guasguaes, no sertão do Pajehu'.

Em 1676, nova e assignalada vantagem alcançou á margem do rio do Salitre atravessando então o S. Francisco em perseguição aos Barbaros (*Hist. Ger. das Bandeiras Paulistas*, v. 41).

Na patente que lhe passou a Junta Trina, "os Governadores do Estado do Brasil", a 2 de outubro de 1677, nomeando-o capitão-mór da jornada que se fazia ás aldeias de Natuba onde havia pouco perecera "atrozmente ás frechadas" o capitão mór Agostinho Pereira Bacellar — nesta patente se historia do modo mais elogioso o triumpho do rio Salitre (cf. Docs. Hist. XIII, 19).

Haviam porém os paulistas attendido aos chamamentosolicitos dos Governadores do Brasil.

E as suas expedições começaram a descer o S. Francisco.

E' então que vemos surgir na historia do bandeirantismo dois personagens cujos vestigios documentaes são os mais exiguos, Domingos e Bernardo de Freitas Azeredo.

Aos nomes destes dois homens, que devem ter sido irmãos, ou quiçá pae e filho, se associa o de Antonio Coutinho. Trahem a sua presença tres documentos do codice 40 do Catalogo de Manuscriptos da nossa Bibliotheca Nacional.

Na patente de Capitão Mór passada a Domingos de Freitas de Azeredo, a 5 de julho de 1677, pela Junta Trina dos Governadores interinos, se relata que elle era Cabo de uma tropa de S. Paulo, vinda pelo Sertão do Rio de S. Francisco e desbaratada pelas "Nações Barbaras com que pelejara". Vencido pelos indios fora soccorrido por João Peixoto Viegas valente official, cujo nome muito apparece como um dos mais prestantes auxiliares de Bayão, Arzão e D. Rodrigo de Castel Blanco assim como nas operações da devassa do sertão bahiano.

Pelos termos da patente parece que se acolhera Azeredo ao arraial de Viegas em Itapororocas.

De lá se offerecera aos Governadores para expugnar aldeias existentes na actual chapada Diamantina cabeceiras do Rio Paraguassú. Assim occorreria "o beneficio de ter sua Alteza de contar para o seu serviço com as conquistadas Nações evitando-se ainda o prejuizo de experimentarem inimigos."

Promptificava-se Viegas a auxiliar-o com Indios, algumas armas e munição, e outros gastos de sua fazenda. E elle, Azeredo, daria fiança de toda a despeza da Fazenda Real supprindo-o de elementos de guerra.

Foram as suas propostas acceitas, recommendando-lhe muito os Governadores que só usasse de meios violentos em situa-

ções extremas procurando reduzir os indios pela persuasão e os bons tratos.

Como zona de operações lhe fixaram 60 leguas a partir de Itaporocacas em direcção ás nascentes do Paraguassú e mais 60 "para a banda do Sertão ainda não penetrado". Devia entrar em contacto com todas as aldeias "de quaesquer nações barbaras ou de Lingua Geral."

Foi a sua tropa dividida em duas companhias, respectivamente commandadas por Bernardo de Freitas Azevedo e Antonio Coutinho. Não nos foi possível identificar os dois Azevedos no conjuncto dos clans paulistas do seculo XVII, em cujos catalogos genealogicos seu patronymico se não nos depara ao passo que apparecem alguns escassos Azevedos, nome tambem raro entre paulistas das primeiras edades.

Teriam sido os dois Azeredos chefes ou apenas simples membros de algumas daquellas bandeiras de paulistas que os anayós "haviam dego'ado" no relatar da Junta Trina? Quando esta, a 20 de fevereiro de 1677, escrevia a notaveis sertanistas de São Paulo pedindo-lhes que viessem operar no sertão bahiano?

Um documento divulgado por Borges de Barros se prende á memoria de Domingos de Freitas Azevedo. E' a patente de Capitão Mór, Administrador temporal do gentio brabo provida em Francisco de Chaves Leme pelo Governador Geral Roque da Costa Barreto, a 30 de setembro de 1679.

Por ellá ficamos sabendo que fora o cargo exercitado por Domingos de Freitas de Azevedo o qual se propuzera a aldeiar nações barbaras nos sitios da nascença do rio Paraguassú ou onde melhor lhe parecesse.

Morrera elle e surgira Francisco de Chaves Leme, com uma tropa sua de indios e brancos de S. Paulo. Propunha-se a fazer este serviço a Sua Alteza e como nelle concorressem todas as qualidades para tanto, Roque o nomeara com a condição de em taes aldeias collocar missionarios.

No fim *sancta simplicitas!* advertia-o o Governador Geral:

"Em nenhum caso hão de ser cativos, hão de lograr de sua inteira liberdade serão tratados como todos os outros vassallos do Principe Nosso Senhor e para a sua jurisdicção temporal, uzará do Regimento que mandey passar acs mais Administradores das Aldeas deste Estado de que enviará buscar

copia a Secretaria delle tanto que tiver assentada a primeira Aldea”.

Depois disto só mesmo o velho e antiquissimo *risum tenacatis!*

Já tivemos o ensejo de frisar quanto, até agora, era ainda escasso o acervo de papeis de que podiam os estudiosos lançar mão, para historiar a mais longa e intensa, sinão a mais grave, talvez, das pugnas havidas entre civilizados, e autochthonos, de que resultou a conquista definitiva do Nordeste.

Quer nos parecer que os primeiros divulgadores de documentos sobre a Guerra dos Barbaros hajam sido o Barão de Studart, no Ceará, ao tratar das campanhas de Mathias Cardoso, no Jaguaribe, e Borges de Barros nos *Bandeirantes e sertanistas bahianos*.

Vicente de Lemos tambem publicou alguns papeis valiosos no seu estudo sobre os capitães mores do Rio Grande do Norte.

Explica o penultimo destes autores o que foi a porfiada lucta a que intitula *Confederação dos Carirys*.

“Ao geito dos Tamoyos que se confederaram no sul, no meado do seculo XVI, os indigenas do norte formaram no seculo XVII, de 1670 em diante, uma confederação que tem o nome acima citado.

Todos de raça tapuya, e incommodados pelos portuguezes, que penetravam as regiões remotas do nordeste eram tambem instigadas algumas tribus por negros aquilombados. Aliaram-se e resolveram oppor aos desbravadores dos sertões a resistencia mais tenaz.”

Comprehendeu a “Confederação” os indigenas das tribus seguintes: “Sacurús ou sacuriús, panatis, icós, icosinhos, coremas, bulbuis ariús, ou areás, pêgas, paiacús, caracós, jan-duys, caracarás, bruxarás, canindés e cariris”, localizados no Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagoas.”

“Das tribus indigenas que fizeram parte dos regimentos que se formaram para batel-os e aos Carirys confederadôs, contam-se “Mongruzes, Guapurús, Toucurubas, Parariconhas, Baybes, Carimbes, Tamanquizes e Porcazes.”

Taes as informações, colhidas pelo escriptor bahiano na documentação e nas obras de Lyra Tavares e Irineu Ferreira Pinto, abalisados autores parahybanos.

Pobres crianças grandes que eram estes nossos índios abulicos, guiados, em rebanho, pelos brancos, levados a empunhar armas contra os seus irmãos da selva!

Aldeados, vinha-lhes a cada passo o recrutamento para esta ou aquella "ocasião de real serviço."

Quanta violencia padeciam e quanta injustiça!

Nada mais expressivo do que a recommendação do governador geral Visconde de Barbacena, em 18 de setembro de 1674 a Dom Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, que estava preparando uma expedição contra Palmares.

Dada a gravidade do momento, cohibisse com energia a continua e habitual transferencia de índios de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, de um ponto para outro sinão de capitaniapara outra. E se oppuzesse a que os índios recrutados fossem prohibidos de voltar a seus pobres lares, findas as operações de guerra, como não frequentemente se fazia.

Agindo de tal maneira ainda se espantavam os brancos da revolta dos Barbaros!

Como a esta situação se applicava bem o famoso e ingenho distico do bufarinheiro francez, mostrador de animaes selvagens:

*Cet animal est très méchant  
Quand on l'attaque il se defend!*

Bravos ás direitas, resistentes como raros eram tidos estes índios do Nordeste brasileiro, lembramol-o novamente.

Perto de vinte annos durariam as campanhas de sua repressão a longa, porfiada, sanguinolenta, crudeiissima *Guerra dos Barbaros*.

O maximo de sua intensidade caberia occorrer especialmente no Rio Grande do Norte, e na Parahyba, onde, no valle dos Assú, parecem ter vivido os mais indomaveis dos tapuyas nordestinos.

Graças a Vicente de Lemos nos seus *Capitães mores e Governadores do Rio Grande do Norte* e a Augusto Tavares de Lyra na *Historia do Rio Grande do Norte* estamos hoje em condições de ministrar largos esclarecimentos sobre os factos desta guerra india certamente a mais seria que jamais viu o Brasil.

Alargam immenso o que sobre o assumpto escrevera Gonçalves Dias em seu *Catalogo dos capitães mores e governadores da Capitania do Rio Grande do Norte* (Rev. do Inst. Hist. Bras., XVII, 22).

Governando o Rio Grande do Norte o pernambucano Antonio da Silva Barbosa de 1681 a 1682 entregou por assim dizer o commando da fronteira do Assú a Estevam Velho de Moura desde as cabeceiras do Paraíba até o Xoró no Ceará compreendendo-se portanto nesta area o valle do Jaguaribe.

Passando patente a Estevam Velho declarava Barbosa que fora o primeiro que com os gentios tratara pazes e os domesticara com grande dispendio, tendo como auxiliares José Peixoto Viegas, cavalheiro da ordem de Christo, Coronel Antonio de Albuquerque de Camara e o sargento mór Manuel Vieira de Lima além de mais 32 companheiros mencionados neste documento de 2 de janeiro de 1682 e ractificado pelo Governador Geral Roque da Costa Barreto (cf. Lemos, 344 et pass, Lyra 225 et pass).

O successor de Barbosa, Manuel Muniz (1682-1685), bravo militar, soldado da campanha hollandeza, debalde clamou ao Governo Geral por soccorro. Estava o Rio Grande do Norte totalmente desamparado com o forte dos Tres Reis Magos base de sua segurança reduzido a meia duzia de infantes e sem munição alguma. Disponha a capitania apenas de 300 homens brancos validos para a guerra dos quaes apenas cem capazes de uma offensiva.

Quando Muniz deixou o governo "já se presentia certo rumor bestial dos barbaros contra os moradores do Assú e os da ribeira do Apody, no alto sertão, portanto.

De entre 1682 e 1684 é uma patente que denuncia graves movimentos bellicosos entre ostapuyas. Foi passada pe'lo violento *Braço de Prata* a Manuel Nogueira Ferreira e Borges de Barros a transcreveu sem lhe por a data.

Allegava este Ferreira que a arriscar a vida e á custa de grandes trabalhos e muito resgate conseguira pacificar diversas nações de tapuyas do Rio Grande do Norte e do Ceará attrahindo para o sertão muitos moradores e curraes de gado.

Entretanto entre os indios se notavam uma ou duas nações "que faziam grande damno aos moradores que lá assistiam, matando-lhes e comendo-lhes muito gado, frexando e



matando alguns negros; e que no anno passado houvera consideravel perda em todas aquelles curraes, donde S. Mgde. tivera tambem nas suas rendas, como constava das certidões que se offereciam do Povo daquella Capitania”.

Decididos á reacção contra os seus vizinhos indios mais proximos estes representaram que seria injusto culpal-os de taes maleficios.

“Disseram os ditos Tapuyas que não erão elles, mas que os homicidios naquella destruição, herão as duas nações que andavão rebeldes e senam queriam congraçar e domar, nem ainda com elles mesmos, e que lhes desse adjutorio como faziam os brancos do Syará á Nação Jaguaribara, com que davam guerra aos outros Tapuyos barbaros, porque assim o distinguiam e livravão do damno que podiam fazer aquella fronteira e moradores que ahy assistiam.”

Contemporaneamente se formava grande mocambo no alto Nordeste, colonia de palmarenses a que era preciso attender, antes que assumisse maior importancia.

Propunha-se Nogueira Ferreira a ajudar os indios amigos para isto pedira o titulo de capitão das Entradas daquelle sertão, desde o Ceará Grande até a Parahyba para domar o gentio rebellado, sem despeza alguma para a fazenda de Sua Magestade e obteve o que desejava.

Que teria conseguido? Bem pouco ao que parece, como veremos.

Mais ou menos na mesma epoca passou Braço de Prata patente de capitão da ordenança do districto de Ribeira do Assú e Tres Irmãos a Manuel Figueira de Carvalho.

Este homem, que morava á margem do S. Francisco transferira-se para o alto Nordeste “fazendo pazes com o gentio barbaro domesticado á custa de grande dispendio de sua fazenda.

## CAPITULO XXXVII

*A documentação inédita sobre a Guerra dos Barbaros. O que sobre esta escreveram os historiadores antigos. — A agressão dos tapuyas do Rio Grande do Norte.* ..

“Guerra dos barbaros” é o titulo generico que abrange avultadissima documentação, até agora quasi toda inédita, do Governo Geral com os governos das capitánias do Norte e relativa á repressão de uma grande offensiva generalizada, de verdadeira confederação de indios contra os brancos. Encetada a “guerra dos barbaros” em 1683 recrudesceu immenso em 1687 alarmando sobremaneira as populações do Nordeste.

Deu ella motivo a que sobresahissem novamente as armas das bandeiras de S. Paulo sob o commando de varios cabos de tropa eminentes entre os quaes merecem a mais especial menção Domingos Jorge Velho, Mathias Cardoso de Almeida, João Amaro Maciel Parente e Manuel Alvares de Moraes Navarro.

Depois do terrivel exemplo da repressão branca nos sertões bahianos, deu-se a colligação geral das tribus exasperadas pela larga e progressiva espoliação do seu territorio ancestral, diuturnamente realizada pelos civilizados.

E’ nos archivos que se encontra, ainda por assim dizer, virgem, o material cujo manipulação póde dar-nos o relato completo deste episodio da historia do paiz cujas consequencias notaveis se apresentam para a obra de apossamento do territorio.

Curioso que os velhos escriptores pouco se tenham occupado com tal facto.

Rocha Pitta, por exemplo, apenas incidentemente trata do caso e assim mesmo a restringil-o ao Ceará quando abrangeu enorme trato de terras quiçá desde as cabeceiras do Jusiapé e do Paraguassú até o centro do Maranhão.

Assim relata que em 1687, nos primeiros mezes de governo de Mahias da Cunha, a este recorreram "os moradores da capitania do Ceará invocando o seu amparo contra os gentios daquelles asperos sertões, que tinham de proximo feito grandes damnos na cidade e seu reconcavo, pedindo-lhe ajuda para lhes fazerem guerra".

Convocara Mathias, logo, a palacio, theologos missionarios e os cabos principaes, para se votar em junta (na forma da provisão de d. João IV) si era justa a guerra que se havia de fazer áquelles gentios, e si ficavam legitimamente captivos os que nella ficassem presos".

Opinando a Junta que sim, ordenára logo aos capitães mores da Parahyba e Rio Grande do Norte mandassem cabos, gente, petrechos e bastimentos para aquella empresa", resolução que logo se executara com tão bom successo que della resultara a quietação que (em 1724) lograva aquella provincia, colhendo os fructos das culturas do seu reconcavo com menor perigo do que até aquelle tempo experimentava."

E nada mais! Bem demonstram estes magros periodos, quanto a Pedro Taques cabiam motivos para apregoar a pequena conta em que tinha os meritos da *Historia da America Portuguesa*.

Quanto á *Historia Militar do Brasil* seu autor, escrevendo em 1762, trinta e oito annos depois de Rocha Pitta, passou por sobre o capitulo da *Guerra dos barbaros* com a maior presteza.

Aliás quanto ficou a pobre obra do esforçado e solescitico "academico do numero" da Academia Brasileira dos Renascidos abaixo do titulo elevado que lhe conferiu e seu autor?

O que no aranzel tremendo de suas innumerab abreviaturas a tal respeito narra é mais ou menos o que Rocha Pitta traz.

As informações de Southey bem pouco valem.

Realizando mais que succinta summula dos actos de Mathias Cardoso mal traça meia duzia de palavras sobre estes acontecimentos.

Vejamos agora o que a proposito de tão importante capitolo da Historia do Bandeirantismo Paulista deixaram traçado os autores modernos.

E' bem pouco elucidativo o que Varnhagen narra.

"Nas capitánias do Ceará e Rio Grande davam então (em fins do seculo XVII) os indios muito que fazer.

No Ceará, os Kairiris e Icós, aldeados nas margens do Jaguaribe, alçaram-se em hostilidades, obrigando todos os colonos a se recolherem á povoação fortificada, ainda então junto á foz do rio Ceará. A importancia que havia adquirido esta capitania, com muitas fazendas de gado no dito rio Jaguaribe e no Acaracú, e a entrada nella de muitos sertanejos vindos do Rio de S. Francisco, decidira o governo, por carta regia de 13 de fevereiro de 1699, a mandar ali criar uma villa com a competente Camara, afim de regularizar a justiça.

Não designando a dita carta regia o local para a nova villa, entendeu-se, como era natural, que devia ella ser onde estava a povoação primitiva e o presidio. Apresentaram-se porém partidarios a favor da paragem do Aquiráz, á margem direita do Pacoty, e não longe do porto de Iguape; e para alli foi transferida a villa, e ahi funcionou desde 1713, durante treze annos.

O Rio Grande viu-se de tal modo a braços com os indios invasores do sertão, que esteve a ponto de succumbir ante as chusmas devastadoras que chegaram a assenhorear-se do Assú. A visinhança do perigo despertou a actividade do Senado do Natal, o qual, em vereação de 2 de dezembro de 1687, resolveu apellidar o povo todo á defesa dos seus lares ameaçados. Porém, esta heroica providencia houvera sido inefficaz, si não lhe acodem, com soccorros, as visinhas capitánias. Da Parahyba mandou Amaro Velho o capitão mór dos indios com a sua tropa e alguns africanos. Do Rio de São Francisco marchou um corpo de paulistas. De Pernambuco partiu tambem um contingente das tropas que continham os Palmares. Com taes reforços, pôde o capitão mór Agostinho Cesar desassombrar a capitania do perigo; porém só veiu a ter a gloria de a pacificar de todo em 1697 o capitão Bernardo Vieira de Mello.

Os indios se retiraram, mas naturalmente foram os proprios que depois se apresentaram invadindo as fazendas do Meary e Itapicurú; de modo que foi necessario ir para o Maranhão (em 1699) um importante soccorro da Bahia. Parecia que os perigos iam nascendo para unir entre si as capitancias, provando à todas como da união resulta a verdadeira força que faz respeitaveis e respeitados os Estados."

Quasi nada, por assim dizer, relata o illustre sorocabano das notaveis campanhas de Domingos Jorge Velho e Mathias Cardoso, das mais elevadas consequencias, no emtanto.

Referindo-se ao desbravamento das terras do Alto São Francisco escreveu Capistrano nos magistraes *Capitulos de Historia Colonial*:

"A's expedições maritimas succederam outras por via terrestre. Talvez a mais antiga fosse a de Domingos de Freitas de Azeredo, de quem apenas consta haver sido derrotado no rio S. Francisco. Facilitaram estas entradas a abundancia de mattas no trecho superior do rio, as suas condições de navegabilidade dentro do planalto, o emprego de canôas.

Paulistas houve que fizeram canôas de descerem para vendel-as proximo do trecho encachoeirado onde a escassez da vegetação tornava preciosa a mercadoria. Das expedições feitas pelo interior conhecemos as de Domingos Jorge Velho, Mathias Cardoso de Almeida, Moraes Navarro, todos empregados em combater os Piacús, Janduys, Icó nas ribeiras do Açú e do Jaguaribe.

Domingos Jorge auxiliou a debellação dos Palmares, mocabo de negros localizado nos sertões de Pernambuco e Alagoas, que já existia antes da invasão flamenga e zombara de numerosas e repetidas tropas contra elle mandadas. Ficou assim livre todo o territorio entre as mattas do cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo.

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a S. Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietarios nas terras adquiridas por suas armas; de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos.

Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem familias paulistas, entregues á criação de gado."

Mais adiante outro trecho dos *Capitulos* tambem se refere á Guerra dos Barbaros mas muito laconicamente.

“Por esta margem do São Francisco existiam numerosas tribus indigenas, na maioria pertencente ao tronco Cariry, algumas caribas, como os Pimenteiras, e até tupys como os Amoi-piras. Com ellas houve guerras, ou por não quererem ceder pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfructar os gados contra a vontade dos donos. Estes conflictos foram menos sanguinolentos que os antigos: a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugancia; além disso abundavam terras devolutas para onde os indios podiam emigrar.

Entretanto, muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas por missionarios, acostaram-se outros á sombra de homens poderosos, cujas luctas esposaram e cujos odios serviram.

Resistiram bastante os indios do Pajehú, mas em tempo de D. João de Lencastro e por sua ordem Manuel de Araujo de Carvalho atacou-os. Simultaneamente penetrava da Parahyba Theodosio de Oliveira Ledo.

Graças aos esforços dos dois, ficaram pacificados os sertões de Pajehú, Piancó e Piranhas. Parte dell'es abriu communições com Pernambuco, para onde mandavam seus gados. Pajehú, apesar da proximidade, só fez isto em começos do seculo XIX; até então gravitava para a Bahia.”

Quanto a Rocha Pombo (Hist. do Brasil, VI, 58, 59) bem pouco escreve o douto autor paranaense sobre este assumpto.

Apenas refere que Mathias Cardoso, com um pequeno corpo de exercito de 1200 homens, por elle organizado, hostilисou durante 7 annos a colligação das tribus.

“A revolta geral dos indios, cujas relações com os colonos jamais foram inteiramente pacificas, rebentou em 1687, sendo capitão mór Paschoal Gonçalves. Della nos tem dito varios escriptores mas nenhum fez com melhores documentos do que Vicente de Lemos” (Augusto Tavares de Lyra, *Historia do Rio Grande do Norte*, 245).

Assim resume este distincto autor os primeiros successos da guerra tapuya:

“Em 23 de fevereiro de 1687, escrevia o Senado da ca-

mara de Natal ao Capitão General de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior: "Vimos pedir com toda brevidade soccorro pelo risco em que nos achamos diante da rebelião dos indios tapuios, que no sertão do Açú já tem morto perto de cem pessoas, assolando os moradores, destruindo os gados, de modo que já não são elles senhores daquellas paragens.

A fortaleza acha-se sem guarnição, não dispõe de recursos necessarios para acudir os pontos atacados e conclue a carta rogando que lançasse as vistas para este povo, que tão abatido se achava, soccorrendo-o, soccorro que não devia faltar em tão extrema necessidade."

Dirigindo-se, na mesma data, ao Senado da Camara de Olinda, depois de narrar os acontecimentos que começaram a 15 de feveiro; pedia para que junto ao capitão general interpozessem os bons officios, afim de não faltar com a remessa da infantaria e o que mais fosse preciso para debellar o inimigo.

Ao capitão mór da Parahyba, escrevendo no mesmo sentido, em primeiro de março, depois de relatar os factos occorridos e pedir soccorro, lembrava que, se as forças fizessem entrada pe'lo sertão confinante, encontrariam o capitão mór Manuel de Abreu Soares, que tinha partida para o Açú a fazer todo o damno ao inimigo, a cuja crueldade não escapavam as proprias creanças."

## CAPITULO XXXVIII

*As primeiras providencias do Governo Geral. — Appello de Mathias da Cunha á Camara de S. Paulo.*

Da Bahia e a 17 de junho de 1687, escrevia Mathias da Cunha, a Sotto Maior, governador de Pernambuco, ordenando-lhe que soccorresse o Rio Grande do Norte "com a brevidade possivel e com toda a gente e munições que poudesse ser para que os moradores da capitania não padecessem a sua ultima ruina". A 22 de março notificara-lhe o capitão-mór riograndense que o gentio barbaro se havia levantado e já até aquella data morto mais de sessenta colonos brancos enegros, E ia continuando "ó mesmo estrago" (Docs. Hist., X, 245).

A 6 de setembro ordenava o Governador Geral que o coronel da capitania riograndense e fidalgo da casareal, Antonio de Albuquerque da Camara, reunindo todo o pessoal disponivel das ordenanças e forças de Pernambuco e Parahyba seguisse sem demora ao encontro das tribus sublevadas (Vic. de Lemos, ob. cit., 40). Para melhor garantir a situação dos moradores nomeara para a parte central do Assú Manuel Rodrigues Santiago, capitão de infantaria e para a parte que ia do logar "Arraial" até ás praias a Manuel do Prado Leão.

A 15 de setembro seguinte, quasi tres mezes depois, era provavel que o soccorro pernambucano apenas se houvesse posto em mrcha. Notificara Souto Maior ao governador geral que deviam partir duas companhias dós terços de "Camarão" e "Henrique Dias".



Sceptico a respeito da rapidez dos movimentos desta força, dizia-lhe Mathias: "Se V. S. o não tem feito ainda, no mesmo ponto que receba esta o mande' escolhendo os melhores Capitães e Soldados de ambas as côres, que uns e outros são que nelle mais se desejam pelos moradores, a cujo perigo se deve acudir mui promptamente, pois é justo que o padeçam sendo tão vizinhos a Vossa Senhoria e não podendo elles sós resistir ao poder de um inimigo que tanto os afflige (Ibid, 247).

Preoccupado com tal perigo ordenava Mathias da Cunha, dois dias mais tarde, ao capitão-mór da Parahyba, Amaro Velho de Cerqueira, que "acudisse ao Rio Grande com o maior empenho". O incendio poderia alastrar-se á sua capitania.

Resolveu ainda que o coronel riograndense Antonio de Albuquerque da Camara fosse ocommandante das duas companhias mobilizadas.

Tão assustados estavam os colonos do Rio Grande que a Camara de Natal enviara á Bahia, em missão especial, de pedido de soccorros ao governo central, um de seus officiaes, Manuel Duarte de Azevedo.

E Mathias da Cunha, em carta de 24 de setembro, tranquillizava a população natalense, contando-lhe as providencias tomadas.

Esperava que em breve ficasse a capitania "totalmente livre da afflicção em que a tinha posto o Gentio". Em todo o caso pedia a S. Mercês que o trouxessem sempre muito bem informado de o quanto se passasse em campanha.

Escreve Tavares de Lyra (Hist. do Rio Gr. do Norte):

"Na vereação de 2 de Dezembro ponderando os officiaes do Senado da Camara que os barbaros estavam senhores das ribeiras do Açú e do Apodi e a republica em perigo, e, notando o pouco fervor com que agia o capitão-mór, accordaram seguir em pessoa com aquelles que os quizessem acompanhar a bater os barbaros.

"Tornaram a escrever neste mesmo mez ao governador geral, communicando que os gentios, senhores de todo o sertão, tinham assaltado agora os colonos da ribeira do Ceará-mirim, a cinco leguas da capital, os quaes mal podiam defender-se de dentro das casas fortes; que diversas casas fortes tinham sido construidas em Tamatanduba, Cunhahú, Goiani-

nha, Mopibú, Groahiras, Potengi, Utinga, aldeia de S. Miguel, assistindo em cada uma dellas apenas de cinco a seis homens, á falta de pessoal capaz, porque o disponível partiria para o sertão, sob o commando do coronel Antonio de Albuquerque Camara, e, por isso, insistiam pelos soccorros ao menos dos cincoenta pretos de Henrique Dias, como haviam pedido ao capitão general de Pernambuco, com cinco peças de campanha, cento e cincoenta casaes de indios, mantimentos e effeitos da fazenda real, uma vez que os dizimos da capitania, provenientes da criação do gado, não existiam, em vista das destruições que occorriam."

Esta transcripção é clara e suggestiva; os pontos onde foram construidas as casas fortes aque se refere a ultima comunicação, eram os mais povoados da capitania, sendo que alguns, como Utinga e aldeia de S. Miguel (Extrmoz), ficavam a poucos kilometros da fortaleza, o que quer dizer que a propria capital estava ameaçada: "O perigo era tão imminente que nem no recinto da cidade se podia contar com a vida" (Gonçalves Dias, op. cit.).

As autoridades despertam por fim. Em 18 de Janeiro de 1688, o capitão mór baixa um eidal nos seguintes termos:

"Tendo o Senado da Camara representado que muitos moradores procuravam ausentar-se da capitania com suas familias, e convindo, em nome de Sua Magestade, castigar os que assim procedem pelo mau exemplo que dão aos outros moradores, ordeno que toda pessoa de qualquer classe ou condição que more nlla ou assista não vá para fóra da jurisdição, sob pena de ser considerada traidora, presa e mettida na casa escura da fortaleza, e, para exemplo, de maior castigo, será toda a sua fazenda confiscada para as despezas de guerra, sendo metade para quem denuncie, e na mesma pena incorrerão os vizinhas mais chegados, que, sabendo, não avisem logo ao Senado da Camara"; e, poucos dias depois, a 24 de Fevereiro, lança um bando, declarando que seriam perdoados de seus crimes, todos aquelles que acudissem ao real serviço, fazendo guerra ao gentio.

O capitão general de Pernambuco, providenciando no mesmo sentido, fazia seguir dalli, em 18 de Maio, com cinco companhias, o terço de Henrique Dias, do qual fôra successor, como mestre de campo, Jorge Luiz Soares, que, atravessando

a Parahiba, recebeu um reforço de índios e africanos e marchou directamente para o Açú.

Ahi se estabelecera a base das operações, não só por ser ponto central da zona conflagrada, como tambem para facilitar o soccorro rapido e immediato ás demais forças que tinham sido mobilisadas e que agiam isoladamente.

Pouco antes o coronel Antonio de Albuquerque Camara, que desde o começo da lucta combatia os índios revoltados, subira até ás cabeceiras do Piranhas, deixando a casa forte do Cuó (proximo ao Açú) entregue á defesa do sargento-mór Manoel da Silveira, que, atacado, conseguiu repellir os assaltantes, mas não poude ir em auxilio daquelle coronel que, perdendo em acção 27 mortos e muitos peridos, bagagens, armas e munições, foi forçado a recolher-se a uma casa forte, situada na região onde se encontrava, abandonado pelos índios aliados.

E tal foi a situação em que se deparou que o governador geral, informado do que succedera, publicou um bando "convidando aos foragidos, degredados e criminosos, tanto da capitania como de Pernambuco, Itamaracá, Parahiba, rio São Francisco, de uma e outra margem, e Sergipe d'El Rei, a se incorporarem ás forças do coronel Antonio de Albuquerque no Açú, sendo perdoados de seus crimes, salvo os exceptuados na lei, a todos aquelles que apresentassm certidão, passada pelo mesmo coronel, de ter feito parte de suas forças."

Em principios de 1688, era de seiscentos o numero de homens que haviam seguido para o sertão; mas após as providencias que acabam de ser indicadas esse numero era já muito maior, sendo de notar que entre os combatentes estavam muitas forças regulares, bem armadas e municadas."

Más, tudo ia muito e muito lentamente naquelles bons tempos coloniaes. Em meados de março de 1688 relatava Mathias da Cunha a Sotto Maior o que já fizera para accudir a terrivel situação dos colonos do Rio Grande do Norte.

Nada de pratico se effectuara ainda, por causa de embaraços pecuniarios nascidos da recusa dos officiaes de fazenda. Não tinham autorização para o fornecimento de dinheiro e sem ella nem um ceitil queriam dar dos cofres reaes, allegara o governador pernambucano. E com razão, com toda a razão!

Quem se atreveria a tocar nos sagrados dinheiros de sua majestade?

Os novecentos mil reis indispensaveis ás primeiras despesas da campanha talvez não os tivesse de prompto a Fazenda Real. Si acaso tal se desse devia o governador "buscal-os infallivelmente sobre quaesquer effeitos" ou por empréstimos de quaesquer pessoas ou qualquer outro meio.

O modo imperativo pelo qual Mathias da Cunha se expressava dá a entender quanto pouca fé depositava na actuação proficua de João da Cunha Sottomaior, verdadeiro flagello dos seus governados no dizer de Rocha Pitta e outros chronistas.

E' muito curiosa a carta de Mathias como explicativa da marcha ronceira da machina administrativa colonial e das noticias pormenorizadas que das suas diversas providencias dava.

"Com os avisos do Rio Grande e carta de Vossa Senhoria chamei a Junta na qual votaram uniformemente todos os Theologos Ministros Officiaes maiores e mais sujeitos de que constou, que a guerra que se devia fazer aos Barbaros era justa, devia ser offensiva, e os prisioneiros captivos; que se mandasse socorrer aquella Capitania, presidiar a sua fortaleza e a ...; que assistisse a Fazenda Real com todas as armas e munições necessárias, e com fardas aos Indios e soldados pretos que fossem; e as Camaras da cidade de Holinda Tamaracá e Parahiba sustentassem na campanha o numero de infantes, que da guarnição de cada praça destas se tirasse assim como nella a sustentavam, e concorressem todas para o mantimento dos Indios, e pretos que assistissem naquella guerra; para a qual se mandassem de socorro dessas Capitancias duzentos infantes, e toda a mais gente de Henrique Dias e Camarão, á ordem do Capitão-mór Manuel de Abreu Soares, com toda a brevidade que estava pedindo a insolencia dos Barbaros e estrago dos moradores, e o perigo de uma Capitania tão importante."

E conformando-me eu com o parecer universal da Junta, e com a lei de sua majestade de 1611 sobre a forma em que na guerra justa devem ser os prisioneiros captivos os declarei por taes."

E recapitulando a série das suas providencias dizia o governador que mobilizara 150 infantes de linha da guarnição

da Bahia, "escolhidos com quatro capitães os mais capazes para aquella guerra": 25 de Itamaracá, 25 da Parahyba, o governador do Terço dos Henriques com cem soldados pretos e o capitão-mór dos índios com quatrocentos.

Este nucleo de 700 homens aguerridos estaria logo em campanha.

Ao mesmo tempo expedira ordens terminantes para que o Provedor da Real Fazenda em Olinda cessasse a sua opposição á entrega de dinheiro devendo de prompto fornecer seiscentos mil reis para a aquisição de armas e munições, além de 100 ao governador dos pretos e 200 ao dos índios.

O commandante da nova entrada devia ser Manuel de Abreu Soares com a patente de capitão-mór. Agiria independentemente das forças riograndenses, já em campanha, de Antonio de Albuquerque da Camara a quem se reforçaria com uma companhia de pardos, organizada na Bahia e ainda com um corpo de degradados e criminosos homisiados. Em troca do perdão de seus delictos viessem apresentar-se a esta occasião tão grave do Real Serviço!

Na patente a Soares expedida a 12 de março de 1688 (Livro V de patentes do Arch. Publico da Bahia ap. 11) se relata que ella servira muitos annos nas guerras de Pernambuco, "occupando todos os postos até o de capitam da infantaria" sendo depois capitão mór do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Fora o indicado pelos moradores do Rio Grande para o commando do reforço.

Já nesta epoca aliás e com notavel presteza se pozera Soares a campo.

Jaboatão (*Novo Orbe Seraphico*, II, 110) de tal dá noticia.

Por elle se vê que entrou em campanha a 7 de março de 1687 com 120 homens da ordenança e índios de Camaráo com que partiu de Natal, chegando ás margens do Assú alli fez arraial num lugar chamado O'ho d'Agua. Mais tarde se mudou para um ponto denominado Poço Verde a cinco leguas do primeiro. Levava como seu capellão ao P. Fr. Manuel de S. Rosa, franciscano. Distinguiu-se este menor pelo zelo com que trabalhou carregando madeiras para a estacada etc. Depois foi a tropa percorrer os lugares assolados pelos índios, "achando tudo queimado e destruido". Ajuntou a ossada dos

corpos que o gentio tinha morto atraçoadamente e sem piedade. O padre ajudou o serviço do enterramento e rezou missas por aquelles desventurados.

Seguiu com 80 homens em direcção ao Rio Salgado onde achou trilha de gentio brabo que fora buscar sal às salinas. Durante tres dias, por asperas serras caminhou, assaltando, de repente o local onde habitavam os barbaros com o seu mulherio.

“Ao romper da manhã diz o documento que analysamos, lhes dey hum repentino assalto, fazendo nelles grandes matanças queimando-lhes os ranchos e mais despojos.”

Receioso de algum embate com forças maiores retirou-se Soares e nesta retirada teve refrega violenta em que derrotou os indios matando-lhes e ferindo muita gente, combate em que teve dous homens mortos e um ferido.

Neste embate distinguiu-se muito o franciscano.

Derrotado o gentio retirou-se para o seu valhacouto do Carrasco e os brancos para o seu arraial onde permaneceram quatro mezes.

Tornou-se-lhes porém a situação insustentavel. A reforçar Soares partiu Manuel da Silva Vieira, sargento mór da ordenança de toda a capitania do Rio Grande do Norte. Comandava quatorze brancos e doze indios e levava consigo outro franciscano, Fr. Francisco dos Anjos.

Houverá muitas deserções na gente de Abreu Soares, ao que parece. Diz uma certidão transcripta por Jaboação (Ibid, 112) que Abreu Soares e seu filho Vieira, e o franciscano, com alguns indios, se refugiaram numa casa forte, construida por Soares a uma legua do antigo arraial que elle fora obrigado a desguarnecer por falta de gente. Passaram alli cinco mezes de verdadeira miseria de viveres, isolados e sem socorro algum.

Vieram os tapuyas ao arraial e o incendiaram e depois cercaram a casa que com grande impeto atacaram. Foram repellidos mas mataram diversos indios fieis. Em todas estas occasiões portou-se o franciscano admiravelmente, attestou-o Abreu Soares.

Continuemos porém a analyse da carta de Mathias da Cunha.

Os principaes elementos para a jugulação dos tapuyas movimentaria elle, governador geral, recorrendo a dous prestigio-

sísimos cabos de tropa de S. Paulo Mathias Cardoso de Almeida e Domingos Jorge Velho.

As instrucções a elles passadas determinavam que agissem de modo perfeitamente autonomo.

“Com a mesma independencia marchem do Rio de S. Francisco, pelo sertão, o Governador das Armas, Mathias Cardoso, paulista, com trescentos soldados brancos e indios, a quem dahi mando armas, e munições e o mais necessario, e cem mil reis de ajuda de custo.

E os dois capitães-mores Domingos Jorge Velho e André Pinto, a quem mando suspender a entrada que estavam para fazer aos Palmares, ambos da jurisdicção de Vossa Senhoria (o governador de Pernambuco) aos quaes Vossa Senhoria applicará todo o calor, porque uns e outros, cada um pela sua parte, façam pelos sertões da Parahyba, Rio Grande e Ceará, ao mesmo tempo as entradas com que entenderem poder, affligir, incisiva e damnosamente aos barbaros.”

Deviam comtudo os chefes paulistas manter estreito contacto, com Manuel de Abreu Soares e o coronel Antonio de Albuquerque afim de mais rapidamente “desunirem o poder dos Barbaros”.

Atacados estes em differentes pontos não tardaria que lo-grassem o merecido castigo e tivessem as armas de Sua Magestade obom successo indispensavel ás capitancias do Nordeste.

Achava o governador geral que se impunha, de tal modo, numa manifestação de solidariedade de todos os vassallos do Brasil que da Camara da Bahia exigira uma contribuição de trezentos mil reis para as primeiras despesas da perigosa campanha.

Deste subsidio cem mil reis se destinavam aos paulistas. Mathias Cardoso e seu logar tenente Marcellino Coelho (nome que aliás pela primeira vez vemos figurar nos fastos do bandeirantismo) deviam distribuil-os como melhor lhes parecesse pela sua gente de armas.

Esta requisição, escripta em termos peremptorios, proprios daquelles tempos do “hoc volo” está pittorescamente redigida e Borges de Barros foi quem a revelou nos seus *Bandeirantes e sertanistas bahianos*, (p. 161).

“Porquanto hé justo que o Senado da Camara desta ci-

dade concorra tambem com alguma parte da despeza que a fazenda real e Camaras das capitanyas de Penedo, Itamaracá e Parahiba fazem no soccorro que pareceu na junta se dêsse a do Rio Grande, pello eminente perigo em que ficava de se despovoar as insolencias dos barbaros que com tantas mortes de seus moradores e destruição de seus gados a tem quasi desbaratado e posto na ultima desesperação e na mesma Junta, em que tambem o dito Senado se achou se votou que por serem tambem interessados na dita Capitanya, alguns moradores desta, devia o dito Senado ajudar a soccorrel-a.

Hey por serviço de S. Magde. e ordeno ao mesmo Senado que de qualquer dinheiro que tiver mais prompto despenda para esta guerra tresentos mil réis, a saber cento de ajuda de custa para o Tte. General Mathias Cardoso e Marcellino Coelho distribuirem como lhes parecer pela gente de armas com que marchão do Rio de S. Francisco pelo certam a medir os mesmos barbaros; os quaes se entregarão aqui ao seu procurador pa. lhes remeter em moeda, ou nos generos mais convenientes para a jornada; e os duzentos pa. se enviarem por letra ou se aceitarem aqui pella que vier do Provedor da Fazenda do Rio Grande, a quem ordeno os empregue em farinhas para dispender nos soccorros que fôr mandando a ordem do Coronel Antonio de Albuquerque da Camara Coitinho, para sustento de sua gente.

E destes tresentos mil reis com recibo do procurador do dito Te. General e conhecimento em forma do Provedor do Rio Grande de haver recebido os ditos duzentos mil reis, ou recibo da pessoa a quem aqui se entregarem por letra sua se passará mandando em forma para a despesa do Thesoureyro do mesmo Senado que o despender.

E o dito Senado me dará conta da forma com que remete estes duzentos mil reis por o ter entendido e se avisar ao dito Provedor da Fazenda.

Bahia, 1.º e Março de 1688 — Mathias da Cunha”.

*Sic jubeo...* Talvez dissesse ao terminar a imperativa carta s. exc. o sr. governador geral do Estado do Brasil. Si o Senado da Camara bahiana não tivesse o dinheiro exigido recorresse ao “donativo voluntario”, processo de frequente emprego e ao sabor dos tempos, pittoresca e euphemisticamente appellidado e nimamente escorchante dos vassallos de sua Mage-



tade, a quem Deus guardasse como tanto os mesmos vassallos haviam mister.

Foram as mesmas explicações acima expostas dadas ao capitão mór riograndense (cf. Vicente de Lemos, ob. ct., 42).

Appellando para os paulistas em 10 de março de 1688 escrevia Mathias da Cunha á Camara de S. Paulo calorosamente a expor a tremenda situação do Rio Grande do Norte.

"Acha-se a Capitania do Rio Grande tão opprimida dos Barbaros, (que nella mataram o anno passado mais de cem pessoas entre brancos e escravos, destruindo mais de 30.000 cabeças de gado; e neste, 30 homens, além de muitos feridos, ao Coronel Antonio de Albuquerque da Camara na entrada que lhe fez com trezentos, pelejando todo um dia, com mais de tres mil arcos; por cujo temor estão os mor(a)dores quasi abalados e despejarem a Capitania), que convem ao serviço de Sua Magestade se lhe acuda por todos meios possiveis."

Reunido o Conselho superior do Estado, adoptara-se uma medida que o Governador Geral acenava aos paulistas como cousa que bem sabia quanto lhes causava o maior interesse.

"Para esse effeito fiz conselho, e se assentou, nelle, que se declarassem por captivos todos os Barbaros prisioneiros por ser justissima a guerra na forma da provisão de Sua Magestade de 611", o que porém se tornava indispensavel era a conjugação dos ataques aos tapuyas, os do littoral e os do sertão. Este, só havia um meio de se levar a effeito: a actuação paulista. Assim, declarava o Delegado Regio:

"Considerando eu que só o grande valor e experiencia dos Paulistas poderão alli conseguir o mesmo fim, que com tanta gloria alcançaram das nações que tyrannisavam a Bahia; e que só o zelo com que Vossas Mercês servem a sua Magestade os poderá mover a esta guerra; me resolvi a dizer a Vs. Mercês e encommendar-lhes muito que supposto o particular serviço que fazem a Sua Magestade e o interesse que lhes pode resultar dos prisioneiros, os persuadam Vossas Mercês a virem pelo Sertão áquella Empresa, para a qual acharão as munições necessarias donde avisarem que as querem".

Tambem nada mais esperassem! Minguada paga! "E" só a despeza que a Fazenda Real pode fazer do presente. E do que resultar me avisem Vossas Mercês com toda a brevidade

para o ter entendido, e lhes agradeça a efficacia com que neste negocio obrarem, como tão importante.”

Ao capitão môr da capitania de S. Vicente, Thomaz Fernandes de Oliveira, encarecia Mathias da Cunha, com quem tanto haviam os proprios paulistas rixado, não havia muito, quando no Rio de Janeiro, a proposito da escravisação de indios, a ponto delles o haverem denunciado ao Governo Geral:

“Da carta que escrevo á Camara de S. Paulo, e com esta remetto a Vossa Mercê para que a veja, e lh’a dê; terá Vossa Mercê entendido Vossa Mercê entendido (sic) a importancia de virem os Paulistas pelo Sertão, á guerra que mando fazer aos Barbaros que têm destruido a capitania do Rio Grande.

Trabalhe Vossa Mercê com todas as forças por se conseguir o effeito.”

## CAPITULO XXXIX

*Novas providencias do Governo Geral. — Annuncio da marcha do soccorro paulista. — Diversos successos militares. — Notavel victoria de Domingos Jorge Velho. — Annuncio da entrada em campanha de Mathias Cardoso.*

A Antonio de Albuquerque da Camara, sempre a 14 de março de 1688, prevenia o Governador Geral Mathias da Cunha que, por precaução, determinara a permanencia de 80 infantes na Fortaelza dos Tres Reis e a remessa de mais 30 á guarnição do Ceará, que convinha muito reforçar.

Tal a fraqueza destas duas cidadéllas que nos Tres Reis havia sete homens apenas e um artilheiro incapaz. No Ceará o punhado de homens existentes se achava exposto "ao arbitrio dos piratas que frequentavam aquella costa, de cuja comunicação com os Barbaros não havia pouco vehementes indicios".

Dentro em breve esperava saber que tinha recebido o soccorro de cincoentâ infantes de Pernambuco e dos indios das aldeias da Parahyba.

A estes "segurara por livres se fossem a esta guerra". Mandara promulgar bandos perdoando aos homisiados que se alistassem e recommendava-lhe ainda que operasse a parte de Soares de Abreu.

E lá vinham as mesmas instrucções de ferocidade.

"De tudo o que succeder desde o principio da marcha até o fim da guerra, me vá Vossa Mercê fazendo avisos com toda

a particularidade e vá Vossa Mercê com advertencia de não consentir que nos conflictos se dê quartel a Barbaro algum grande, não occasiona a cobiça de serem os prisioneiros captivos, como tenho declarado, deixal-os vivos, e poder acontecer a desgraça de ou fugirem ou tornarem a tomar as armas, que para despojos bastam os pequenos, e as mulheres. E depois do ultimo estrago que se lhes fizer obrigar o medo aos que escaparem, e a outras nações a offerecer vassallagem a El-Rei. Nosso Senhor Vossa Mercê me dê primeiro conta para seguir a minha resolução.”

Já para o fim occorria a melhor nova, e a mais alviçareira, para os habitantes da Capitania assolada.

“Mas para esses moradores terem entendido quanto me desvelei em soccorrel-os, e os soldados que acompanharem a Vossa Mercê o façam com maior alegria, saibam que tambem do Rio de S. Francisco mando marchar pelo sertão ao Governador das Armas Paulistas com 300 homens entre brancos e indios, para o qual deu tambem o Senado da Camara 100\$000 e a Fazenda Real as armas e munições necessarias; e os dois Capitães-mores da jurisdição de Pernambuco Domingos Jorge Velho, e André Pinto que estava (sic) de caminho para os Palmares, entre os quaes ha mais de 600 homens tambem independentes uns dos outros para por diversas partes invadirem os Barbaros das campanhas interiores da Parahiba, Rio Grande e Seará das quaes se entende descerem as nações que se uniram aos Janduis e a todos ordenei se communicassem com Vossa Mercê, e com Manuel de Abreu, Soares”. (Docs. Hist., X, 279).

“Antonio de Albuquerque (que se acha no interior do Sertão com menos gente e maior perigo que Manuel de Abreu) me pede instantemente o socorra, sem embargo de me avisar qu brevemente se uniria a elle um troço de Paulistas e Indios, que ordenei divertissem para aquella guerra, a entrada que intentavam fazer aos Palmares. O peso principal della é o que sustenta Antonio de Albuquerque. Importa muito á conservação daquella Capitania que os Barbaros o não rompam. O que supposto deve Vossa Mercê mandal-o soccorrer quanto antes, e com o mais que fôr possivel; com ordem que os Capitães pagos, e infantaria que for esteja tudo á sua disposi-

ção, porque não tenha algum a duvida na obediencia a'ém da que lhe mando por escripto com patente minha.

E espero que a applicação e efficaçia de Vossa Senhoria antecipe o tempo, e faça emtoda a parte sempre gloriosas as armas de Sua Majestade."

Organizara Pedro de Albuquerque da Camara, irmão de Antonio, um soccorro para a este acudir e o Capitão mór rio-grandense o forçara a acompanhar a columna de Abreu Soares pelo que fôra severamente reprehendido por Mathias em carta de 28 de agosto.

"E' este um caso por que V. Mercê merece ser não só reprehendido mas asperamente castigado e por isto lh'o extranho muito". Era Pedro sargento mór do regimento do irmão e além de tudo Paschoal Gonçalves desobedecera terminantemente ás ordens superiores do Governo Geral que queria operações das duas columnas em zonas diversas.

No mesmo dia, em alambicadissima carta de parabens pelicitavá Mathias da Cunha a Fernão Cabral pela tomada de posse do governo de Pernambuco "para alegria universal dos subditos." E observava-lhe: se os pernambucanos lhe haviam parecido "montanhezes" eram no emtanto "as mais valorosas gentes e as menos rusticas do Brasil".

Substituido no governo do Rio Grande do Norte Paschoal Gonçalves de Oliveira por Agostinho Cesar de Andrada escrevia-lhe o Governador Geral dizendo-lhe que do novo Governo esperava grandes acertos do serviço de Sua Majestade e novas fortunas na destruição dos Barbaros e socego dos moradores" (4 de setembro de 1688).

Recebera a noticia da falta de farinha para a tropa em campanha e determinara logo que se applicassem mais mil cruzados na aquisição de tal genero.

Mas a grande noticia do dia era a chegada dos paulistas ao Rio das Piranhas. Jubiloso communicava o Governador a Francisco Berenguer de Andrada:

"Quando agora recebi a carta de Vossa Mercê de 5 de junho deste anno já eu tinha noticia de os Paulistas serem chegados ao rio das Piranhas. Espero que com a sua união ao Regimento de Antonio de Albuquerque tenham as armas de Sua Majestade grande successo por aquellas partes. E como a disposição das minhas ordens se encaminhou ao fim to-

tal da extinção dos Barbaros se escusa nova advertencia ao Cabo dos Pauistas" (cf. Doc. Hist., X, 299).

Logo depois morria Fernão Cabral e o governo pernambucano passava ás mãos do Bispo apesar da pretensão que o Senado da Camara de Olinda demonstrara de querer participar da autoridade no que fora "in totum" contrariado pelo Governador. Louvou este muito ao Prelado, assim como ao Mestre de Campo Zenobio Axiaoli (sic) de Vasconcellos, governador dos dois terços da infantaria de Pernambuco pela prudencia e acerto de sua intervenção em pról do Bispo.

Chegara á Bahia a noticia do serio revez soffrido pelas armas reaes. Era o que Mathias narrava ao antistite olindense.

Felizmente viera compensal-a outra nova: a da primeira victoria de Domingos Jorge Velho sobre os barbaros.

Indignado disse Mathias asperas cousas do valor dos pernambucanos "que desmentiam a antiga reputação de sua gente". Tornava-se necessaria a applicação de serio castigo a estes militares medrosos e sobretudo ao indisciplinado Antonio Pinto capitão de infantaria cuja desobediencia fôra uma das causas de tão deploravel insuccesso (cf. Doc. Hist. X, 306).

"No ponto que se entregava o maço, que será com esta, para Vossa Senhoria, ao Sargento que o leva, chegou um correio que havia quarenta dias tinha partido dessa cidade, com cartas do Governador Fernão Cabral que Deus tem, nas quaes me dava bem lastimosas noticias do mau successo que haviam tido as armas de Sua Magestade na campanha no Rio Grande.

O mesmo aviso me fez o seu Capitão-mór Agostinho Cesar de Andrada. E poucas horas depois, chegaram dous Indios com vinte e nove dias de caminho, e as cartas que havia de trazer o Capitão Sebastião Pimentel que dessa praça fez voltar Fernão Cabral, com algumas armas, ao Capitão-mór dos Paulistas Domingos Jorge Velho, que o mandava a dar-me conta da felicidade que com a sua gente havia tido, pelejando quatro dias com os mesmos Barbaros, depois de os haver seguido pelo sertão interior, a que tinham retirado notavel presa de gados; e por lhe faltar polvora e balas, se retirara ao seu Arraial, enquanto lhe chegava o soccorro das armas e munições que lhe faltavam.

Esta não me diminuiu o sentimento da fraqueza que os

pernambucanos tinham mostrado antes, tanto contra a opinião de seu antigo valor; fugindo tão declaradamente dos Barbaros que entrando naquella campanha quasi novecentos homens se não acharam seus Cabos, com duzentos, sendo motivo para o medo, não tanto o superior poder das varias nações que se uniam para os estragos daquella Capitania como a divisão da nossa gente e a desobediencia de um Capitão de Infantaria chamado Antonio Pinto. E porque se não pode dissimular semelhante excesso, Vossa Senhoria o mande logo prender, e tirar pelo Ouvidor Geral informação juridica de um procedimento tão indigno, e de tão pernicioso consequencia; e convencido ou nessa praça o castigue Vossa Senhoria como merece ou m'õ remetta preso com os autos, para aqui se sentenciar com a pena que se deve a tal exemplo."

Na carta de 14 de março de 1688, tão extensa quanto interessante, revelou-se o velho Mathias da Cunha o propecto chefe militar cuja larga fé de officio encerrava assentamentos brilhantes como os de commissario geral da cavallaria do Alemtejo, Mestre de Campo do Terço da Armada, Governador das Armas da Provincia do Entre Douro e Minho e afinal governador do Rio de Janeiro, de onde fôra promovido, e com toda a justiça, ao Governo Geral do Brasil.

A' Camara de Olinda, no mesmo dia 14 de março de 1688, dizia Mathias que determinara distribuir as despesas de guerra do seguinte modo: dois terços caber-lhe-ia subsidiar tocando o outro terço, repartido em duas partes eguaes, a Itamaracá e Parahyba. O governo central nada gastaria pois!

"A esse senado incumbe o sustentar na praça esse presidio a elle toca sustentar tambem na campanha os soldados dos que a ella hão de remetter e a todos os povos de Pernambuco, Itamaracá e Parahyba concorrer com o sustento dos indios e soldados pretos emquanto na dita guerra assistirem."

E si o Senado da Camara olindense estivesse sem recursos, Suas Mercês lançassem mão de quaesquer meios que lhes parecessem mais effectivos sobre as consignações e subsidios que houvesse, sendo-lhes dadas todas as faculdades para o levantamento de fundos. Dias antes escrevera o Governador Geral a Domingos Jorge Velho uma carta, contra ordenando a marcha da expedição que sobre os Palmares devia partir sob a chefia do já famoso desbravador do Piahy.

As graves noticias que vinham do Rio Grande do Norte eram a causa de tal decisão, á vista do serio revez soffrido pelo coronel Antonio de Albuquerque da Camara Coutinho (Docs. Hist., X, 271).

“Sei que está Vossa Mercê com a sua gente de caminho para os Palmares; e porque ora me chegou um aviso do capitão-mór e Camara e Capitania do Rio Grande, e juntamente carta do Governador de Pernambuco em que me dá conta do mau successo que teve o Coronel Antonio de Albuquerque da Camara na entrada que fez aos barbaros pela destruição antecedente que haviam feito aos moradores brancos, escravos, e curraes, pelejando, um dia inteiro, até não poder resistir, e é evidente o perigo em quefica a mesma Capitania a que devo acudir por todos os meios possiveis; e o mais prompto é marchar Vossa Mercê dahi com todas as forças que tiver sobre aquelle barbaro, e fazer-lhe todo o damno que puder, porque nisto faz Vossa Mercê mais importante serviço a Sua Magestade que na jornada dos Palmares de que Vossa Mercê se suspenda, e assim lh'o ordeno. E eu fico dispondo novos soccorros para marcharem com a mesma brevidade pelo sertão ao mesmo intento. Espero que não só terão todas as glórias de degollarem os barbaros, mas a utilidade dos que prisionarem porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem captivos todos os Barbaros que nella se aprisionassem na forma do Regimento de Sua Magestade de 1611. Pelo que Vossa Mercê seja o primeiro assim no partir como em dar conta do poder que leva.”

A Amaro Velho Cerqueira communicava Cunha que o capitão mór Manuel de Abreu Soares levava 25 soldados brancos do seu commando para a campanha do Rio Grande. A elle deviam reunir-se quatrocentos indios das aldeias reaes recrutaveis pelo seu capitão e mais cem pretos.

Quanto aos indios aldeiaados em Mapebú, Guarairas e sobretudo em Preguiça fossem elles mobilizados e com toda a urgencia enviados em soccorro de Camara. Em troca deste serviço a corôa os haveria por livres. E quanto ao sustento da tropa devia a Parahyba entrar com a sua quota já fixada e communicada á Camara de Olinda.

Ao capitão mor riograndense, noticiava, no mesmo dia, o



governador geral que o soccorro de Manuel de Abreu se comporia de 200 soldados brancos, 400 indios e cem negros. Afinal se decidira a mandar que a Fazenda Real custeasse a expedição com novecentos mil reis. E sobre as operações de guerra dos paulistas noticiava alentador:

“E pelo sertão mando marchar do Rio de S. Francisco um governador das Armas Paulistas com 300 homens armados; e dous Capitães-mores da jurisdição de Pernambuco, um delles que estava para ir aos Palmares com mais de 600, para cada um fazer guerra aos Barbaros por sua parte independentes uns dos outros; e creio que obrarão muito pelo interesse dos prisioneiros que declarei por captivos a todos os que os tomarem nesta guerra.

E para accrescentar gente ao coronel Antonio de Albuquerque da Camara mando publicar o Bando que será com esta em todas as Capitánias o que Vossa Mercê fará também nessa, e formar companhia de pardos ao Ajudante que veio com as cartas, e que da Parahiba lhe remetta o Capitão-inór todos os Indios que estão na Aldeia da Preguissa, fugidos das de Mapebú. Cunchã, e Guarairas.

E tanto que chegarem a essa fortaleza os 80 infantes que ordeno ao Governador de Pernambuco lhe remetta para nella ficarem permanentes, mande Vossa Mercê... cincoenta com um cabo á ordem no mesmo Antonio de Albuquerque, e que ha de governar toda a sua gente, e fazer a sua entrada ao mesmo tempo que fizer a sua Manuel de Abreu, cada um pela parte que mais convier e cada um parecer, ambos independentes um do outro, para que todas se desbarate o inimigo; fique essa Capitania livre, e esses moradores com o descanso que lhes desejo e procuro.

Esta carta mostre vossa mercê aos officiaes da Camara, dessa cidade para que tenham entendido quanto tenho disposto em seu beneficio, e nella digo a vossa mercê por não dar a brevidade logar a lh'o escrever particu!armente.”

Ao provedor da fazenda, João do Rego Barros, ordenava Mathias que com o maior empenho auxiliasse os chefes militares “não só pela commiseração áquelles pobres homens do Rio Grande sobre as razões maiores de conservação de uma capitania que perdida é tão evidente consequencia o prejuizo das mais do Norte.”

A Francisco Berenguer de Andrade procurador dos moradores do Rio Grande do Norte, ainda na mesma data tranquilizava o governador contando-lhe a série das providencias tomadas.

E ao provedor da capitania riograndense se informava que a Camara da Bahia fôra taxada em trezentos mil reis para as despesas de campanha. Como já vimos cem mil reis para o governador das armas paulistas que marchara do rio de S. Francisco pelo sertão com 300 brancos e indios armados (além de dois capitães môres da jurisdicção de Perambuco, que tinham mais de 600 a conquistar os barbaros pelas campanhas interiores da Parahyba, Rio Grande e Ceará. Os demais 200 seriam empregados em farinhas que se despachariam para o Rio Grande do Norte e o capitão môr iria remetendo á ordem do coronel Albuquerque de Camara.

A Manuel de Abreu Soares as instrucções fornecidas eram mais severas.

A sua tropa seria de 700 homens, 200 infantes brancos de escól, 400 indios, com seu capitão môr Camarão e cem soldados pretos, com o seu governador. Expressamente lhe era ordenado:

“Vossa mercê dirija a entrada á guerra que ha de fazer aos Barbaros como entender que possa ser mais offensiva degollando-os e següindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que confederadas com elles não temiam as armas de sua majestade que considere victoriosas indo a cargo de vossa mercê; e de todos os successos que vossa mercê tiver me vá dando conta com toda a particularidade. E como eu declarei em Junta Geral que fiz, que os prisioneiros nesta guerra seriam escravos daquelles que os captivassem, assim como este é um grande estímulo para o gosto dos soldados, é muito importante o reparo que vossa mercê deve fazer em não consentir quedexem de degollar os Barbaros grandes só por os captivarem, o que principalmente farão aos pequenos e ás mulheres de quem não póde haver perigo que ou fujam ou se levantem.

Ao coronel Antonio de Albuquerque da Camara mando a mesma ordem sobre este particular como tão importante e que governe a sua gente e eleja a parte por onde ha de fazer a sua entrada com a jurisdicção separada e independente da

de vossa mercê. E por esta razão se devem vossas mercês, communicar de palavras, ou por escripto, assentando entre ambos as partes e o tempo em que cada um ha de partir, e por onde ha de fazer entrada, para que no mesmo se veja o Barbaro por uma e outra invadido, e não possam conservar junto o grande poder com que de presente se acha, pois será dividindo-se mais facil de ser vencido. E como o fim é desbaratal-o, vossa mercê e elle disporão o meio que lhe parecer melhor.”

Contemporaneamente avisava Mathias da Cunha ao seu subordinado de Pernambuco quanto se podia esperar da actuação de um segundo reforço paulista que já devia ter partido do S. Francisco para o theatro da guerra.

Como a fazenda real em Pernambuco estivesse exausta seria necessario apertar os contractadores de impostos do Rio Grande e Itamaracá a entrar com os saldos arrecadados.

E depois de recommendar que como o seu antecessor procurasse dar o maior auxilio ao Rio Grande do Norte particularisava instante:

“Emquanto não chegam estas ordens, Vossa Senhoria socorra quanto puder de armas, munições e mantimentos ao Capitão-mór do Rio Grande para que elle remetta tudo á maior pressa ao dito Domingos Jorge Velho, pois o merece tanto o seu valor, como se deve ao seu perigo.”

## CAPITULO XL

*Encomios do Governador Geral a Domingos Jorge Velho. — Victoria deste cabo de tropa. — Revezes graves soffridos por Abreu Soares e Albuquerque da Camara.*

A 12 de outubro de 1688 attendia o Governador Geral Mathias da Cunha, á reclamação de Rego Barros, Provedor da Fazenda Real em Pernambuco que lhe declarara categoricamente não se achar o erario regio em condições de “fazer as despesas da guerra dos Barbaros.”

Prometteu-lhe suprimentos do Governo Geral. Era preciso que os povos fizessem sacrificios, por penosos que fossem.

“Não ha outro remedio para se acudir a uma guerra do que tanto depende a segurança das capitánias (Rio Grande e Parahyba) sendo agora mais para temer com o assalto do Cunhaú.”

Do dia immediato é a resposta de Mathias a uma carta em que o capitão mór riograndense Cesar de Andrade lhe expuzera o miseravel estado de sua capitania.

Mandando-lhe as patentes pedidas para os capitães de infantaria de Domingos Jorge Velho declarava (cf. Docs. Hist. X, 310).

“Eu lha mando, e a elle (D. J. Velho) a de Governador do Regimento que lhe ordeno forme da sua gente com soldo e preeminencias de Mestre de Campo; e creio que este exemplo não só fará mais valorosos os mesmos Paulistas mas

nais ambiciosos da gloria aos que a não quizeram ter na primeira occasião com tão grosso poder como o que tinham."

E aproveitava o ensejo para encarecer a altissima conta em que tinha a Domingos Jorge Velho.

Para remediar á falta de dinheiro ordenara que a Capitania de Itamaracá fornecesse documento do muito que estava devendo a Sua Majestade, de impostos atrasados.

Assumisse compromissos, por emprestimo, mas enviasse o dinheiro logo! Assim determinara e encarecera ás suas autoridades.

Sobremodo interessante é a carta de 13 a Domingos Jorge Velho (cf. Docs. Hist. X, 312) infelizmente lacunosa, por avariada pelos insectos papyrophagos.

"Com grande contentamento li a carta de 2 de agosto em que Vossa Mercê me dá conta do primeiro successo que teve com os barbaros, por ser tão digno da fama dos Paulistas como necessario á declinação em que nesse ... as armas de Sua Majestade... Vossa Mercê com ... enta e que baldadas as mais disposições com que mandei fazer essa guerra, teve a felicidade que eu entendi lograria todo o mais poder dos que a deixaram, desamparando seus Cabos de que dou a Vossa Mercê o parabem.

Vossa Mercê me pede que o socorra com armas, munições e mantimentos. Antes de eu ter este seu aviso, havia eu encarregado com encarecido aperto ao Bispo Governador de Pernambuco, o fizesse sem embargo da noticia que tive do Governador Fernão Cabral, não deixando vir a esta cidade o Capitão Sebastião Pimentel, por quem Vossa Mercê me escrevia, o mandava voltar a conduzir as que lhe deu, para levar a Vossa Mercê a toda a pressa pois esta tão excessiva distancia da Bahia a esse Arraial, impossibilita o concurso dos socorros que daqui se lhe difficultam. Agora o torno a fazer com a mesma efficacia, applicando o Provedor da Fazenda... da despesa da Fazenda Real, na falta della e assim do seu zelo e obrigação, como da actividade do Bispo me seguro será Vossa Mercê bem socorrido.

Ao Capitão-mór da Capitania do Rio Grande Agostinho Cesar de Andrada escrevo muito particularmente sobre a pessoa de Vossa Mercê; e a Vossa Mercê encommendo quanto posso a boa correspondencia com os mais Cabos, porque nunca

nas maiores guerras da Europa tiveram boa fortuna os exercitos, cujos postos maiores andaram desunidos. Mas de al modo se ha de . . . sempre Vossa Mercê tenha livre as disposições dos intentos que . . . gente, pois das suas experienciâs, e valor devo fiar todo o acerto.

Vossa Mercê me pede lhe mande Patentes de Capitães da infantaria para os seus Capitães, a exemplo das que na guerra da Bahia com os Barbaros as tiveram e se concedeu neste Governo ao seu Governador Estevão Ribeiro Bayan Parente. As patentes que a elle, e aos mais officiaes dos Paulistas se concederam foram sem soldo. Mas para que Vossa Mercê entenda a estimação que faço de sua pessoa, e a grande opinião que tenho de seu valor, e dos seus soldados, e que tenho mui presente a acção de deixar pela minha ordem a empresa dos Palmares, a que por tão asperos, e dilatados sertões, veiu destinado de São Paulo, e marchar logo á essa guerra, lhe envio com esta Patente de Governador de um Regimento que ordeno a Vossa Mercê forme de toda a sua gente, e da mais que se lhe aggregar, com o soldo, e preeminencias de Mestre de Campo; e para o Sargento-maior, quatro Capitães, e dous Ajudantes do numero, as suas todas com os nomes em branco, para que Vossa Mercê lá os ponha, elegendo para estes postos os sujeitos mais benemeritos de os occuparem. Que como Vossa Mercê se remetteu sobre este particular ao Capitão Sebastião Pimentel, que não chegou a esta cidade, e não tinha noticia dos que devia eleger, tomei por expediente, por não faltar ao que Vossa Mercê me pedia, fiar da nomeação de Vossa Mercê a que só me tocava. Todos ficam registrados na Secretaria do Estado, e Fazenda Real delle, em Pernambuco, donde Vossa Mercê ha de vencer o soldo (e) as mandará registrar.

Espero que Vossa Mercê me repita novas de outros maiores successos, até finalmente me vir a ultima e mais g'oriosa de se ter acabado a guerra, e ficarem totalmente extinctos os Barbaros, como Vossa Mercê me promete, e os moradores dessa Capitania livres de suas insolencias como procuro, para que Vossa Mercê, e os seus officiaes e soldados tenham victoriosos, e interessados na presa dos vencidos, as honras e mercê que confiadamente devem esperar da grandeza de Sua Ma-

gestade a quem hei de dar conta. E Vossa Mercê m'o dê de tudo o que for succedendo.

Sobre a advertencia que Vossa Mercê me fez tocante ás armas e munições do Seará, mando tirar informação juridica para se averiguar o caso, e resolver nelle o que mais conveniente for ao serviço de Sua Magestade."

Outro era o tom com que o Governador Geral se dirigia a Manuel de Abreu Soares, pouco generoso para com o bravo cabo de guerra octogenario e infeliz em campanha. Rispidamente lhe commentava o revez: (Doc. Hist. X, 315).

"Vejo a conta que Vossa Mercê me dá do estado em que se acha falto de gente e mantimentos, e o animo com que nessa idade de oitenta annos continua como me diz a ... le-rancia dos trabalhos dessa Capitania ... ha o que teve a infantaria e mais gente com que Vossa Mercê chegou a esse arraial... matou a sua vista dezeseis soldados, sendo bastante o poder que então se achava junto para os Barbaros não ficarem sem o castigo que deviam tomar das nossas armas. De tudo devem os Cabos dar conta aos seus Generaes e a desobediencia que sei teve um Capitão a Vossa Mercê não era para dissimular-a. A reputação das armas prefere a todo o perigo, e se os Barbaros não conheceram o temor da nossa gente, se não fizeram mais insolentes. E se as minhas disposições se guardaram, se reduzira essa guerra a tão differentes termos, do que eu esperava do antigo valor dos Pernambucanos. Creio que a emulação dos Paulistas os fará daqui por diante mais victoriosos que elles e tendo um grande Cabo, como Vossa Mercê, e, se antes o desampararam, hoje o hão de imitar, para que as armas de Sua Majestade conquistem aquella opinião, que quando os Paulistas chegaram, se tinha tão lastimosamente perdido.

Ao Bispo Governador de Pernambuco, e ao Provedor da Fazenda daquella Capitania tenho mandado (e agora repito) apertadissimas ordens sobre os soccorros que devem mandar, assim a Vossa Mercê como aos Paulistas, com cujo Governador encommendo muito a Vossa Mercê tenha toda a boa correspondencia e união; pois só as que os Cabos conservam entre si, é a mais effizaz disposição dos bons successos. Dos que houver, me dê Vossa Mercê sempre conta mui particular.

As ordens que vão ao Provedor da Fazenda de Pernam-

bucu sobre os effeitos de que se ha de valer para os soccorros, mando que remetta a Vossa Mercê duzentos cruzados, e cento a cada um dos seus filhos, que é a ajuda de custo que Vossa Mercê me pede, e a que se pode esforçar o pouco cabedal com que alli se acha a Fazenda de Sua Magestade.”

A 14, prevenia Mathias a Agostinho Cesar de Andrada que, uma vez por todas, se tornasse publica a sua autoridade sobre todos os chefes em campanha. Abreu Soares, o governador paulista, e Antonio de Albuquerque da Camara.

Noticiava-lhe a partida, dentro em breve, de reforços de Pernambuco e Parahyba, enviados pelo Mestre de Campo Zenobio Axiaoli (sic) de Vasconcellos e o capitão mór parahybano Amaro Velho de Cerqueira.

Terrível fôra o revez do Assú soffrido por Abreu Soares. Dos 600 soldados brancos que regera estava reduzido a 200! Verdadeira catastrophe se abatera sobre as forças de Camara. Tal o seu desbarato que o Coronel agora só tinha em torno de si o seu capellão e um trombeta. Era o que mandara dizer Domingos Jorge ao Governador Geral o que o fazia escrever terrivelmente sarcastico a Zenobio de Vasconcellos:

“Acção verdadeiramente incrível do antigo valor Pernambucano; mas é certo que são lá poucos aquelles que então lhe deram a fama. Acabara de se perder agora se se retirava do Assú essa gente que lá estava, na fronteira principal dos Barbaros. Perdida esta padecerão a mesma ruina as Capitánias visinhas”.

Era preciso portanto soccorrer e com todos os recursos, possiveis, o governador das armas paulistas. Nisto residia o maior serviço que a Sua Magestade se podia fazer “para o desejado fim da gloria de suas armas e do repouso de todos os que hoje desasocegava tão pertinaz inimigo.”

A Amaro Velho de Cerqueira logo depois seguiriam ordens terminantes para a remessa ao Capitão Mór riograndense da metade da infantaria de linha de sua guarnição, do maior numero de gente que pudesse tirar das companhias de ordenança e quântos indios fornecessem as aldeias. E todos armados do melhor modo.

Ao Bispo Governador de Pernambuco, a 12 de outubro de 1688, ordenava Mathias que além de soccorrer, com toda a pressa, a Domingos Jorge, com armas, munições e manti-



mentos procedesse com o maximo rigor contra Antonio Pinto (cf. Doc. Hist., X, 324).

“Uma e outra ordem torno a encarecer a Vossa Senhoria por ser maior que todo o encarecimento a importancia de se soccorer o Capitão-mor dos Paulistas e castigar o exemplo daquelle capitão.

Pelo singular valor, e felicidade do dito Capitão-mór, lhe envio Patente de Governador da sua gente (de que mando formar um Regimento) com o soldo, e preeminencias de Mestre de Campo, e a um Sargento-maior e quatro Capitães, patentes com o mesmo soldo, e honras que tocam aos de infantaria paga, como me pediram; para mais os empenhar na gloria de que aquella gente é mui ambiciosa, segurando-lhes a efficacia com que Vossa Senhoria os ha de soccorrer, e creio eu do antigo valor dos Pernambucanos que á vista deste valor se corram de o haver perdido, e se animem a excedel-os na destruição dos Barbaros.”

E obrigasse S. Illma. a gente de Itamaracá a entrar com os debitos á Fazenda Real.

Pormenores curiosos são os do final da carta.

“Por diversos avisos que a este Governo tem chegado, e agora confirmou o successo do dito Domingos Jorge Velho se vê, que trazem os Barbaros grande numero de armas de fogo: a ... em o das que podiam ter tomado aos moradores do Rio Grande quando os matavam e devastavam aquella Capitania. Uns affirmam que os navios de Piratas que por vezes entravam o Rio Assú (navegavel de embarcações maiores por distancia de oito leguas em cujas ribeiras havia de uma e outra parte muitos curraes de gado) commerciendo com os Tapuyas Janduinhs lhes deram as armas e munições com que pelejam; e outros que tendo o mesmo commercio com elles o Capitão-mór da Fortaleza do Ceará, lhes deram a polvora e munições que ainda lhes duram. E ainda que parece mais verosimil a opinião dos primeiros do que crível de vassa (llos) Portuguezes a dos segundos, convem muito ao serviço de Sua Magestade que Vossa Senhoria mande averiguar com certissima diligencia esta materia: pois a gravidade della, o está pedindo assim por todos os meios possiveis, e do que se convencer me dê Vossa Senhoria conta para a resolução que se ha de tomar.”

De accordo com o annuciado fez Mathias da Cunha expedir immediatamente a patente passada a Domingos Jorge Velho, "de Governador da gente da Conquista dos Barbaros do Ryo Grande" papel do archivo da Bahia que Borges de Barros divulgou nos *Bandeirantes e sertanistas bahianos* e infelizmente muito avariado.

Os mais elogiosos são os termos deste documento, brilhante apregoador dos meritos do sertanista.

Revela novidades sobre a organização da empreza expugnadora dos Palmares que uma ordem superior desviara de sua meta.

"Porquanto o Capm. mór Domingos Jorge Veího me representou que para os capitães e officiaes que se achão nas partes do Ryo Grande poderem continuar aquella guerra e supportar as asperezas daquelle sertão com mayor animo, seria conveniente ao serviço de S. Magestade honrallos em seu Real Nome com Patente e soldo de Infanteria para a exemplo das que se passarão aos cabos e officiaes que de S. Paulo vierão a semelhante guerra nesta Praça da Bahia, sendo ella de menor consequencia.

Respeitando eu o grande vallon e experiencia do Gentio, prudencia militar e mais qualidades que concorrem no dito Capitão mór além da modestia com que sem fallar em sua pessoa procura a honra de seus officiaes e considerando o notavel serviço que fez S. Magestade em deixar por ordem minha a empreza dos Mocambos dos Palmares para a qual se abalou por terra da Villa de São Paulo com o numero de gente branca e de indios que entendeu ser bastante, a conquistallos, havendo rezistido varias vezes aos soldados, de Pernambuco tolerando nas jornadas em que gastou quasi dez mezes de grande esterilidades e falta de sustento e aguas, no que mostrou melhor a constancia com que os venceu até chegar ás vizinhanças dos ditos Palmares.

E sem reparar nos interesses da dita empreza marchou logo que recebeu o meu avizo para a guerra dos Barbaros Janduis, e outras nasçoens confederadas que com diversas mortes roubos e insolencias tinhão reduzido aquella Capitania a perigo de seus moradores desamparalla, sem lho impedirem os consideraveis soccorros com que lhe mandey acodir de Pernambuco e das mais Capitancias do Norte ao terror do innu-

meravel poder dos Barbaros mais lecensozoz, em aquella inefficacia das nossas armas, chegando nestes termos, o dito capm. mór e penetrando lá com a sua gente o interior da campanha queimou as principaes aldeyas e degollou toda a nação que nellas estava passando a investir as outras que unidas o esperavão pelejou com el'as quatro dias e quatro noites, sempre em fogo vivo, por trazerem muytas armas desta qualidade, além dos sem numeros (sic) de arcos e setas fazendo nelas tanto estrago que os obrigou a retirar, e elle não os seguiu por falta de polvora e balla, mandando-os buscar a Pernambuco, e pediu-me o soccorresse para continuar a guerra thé de todo a acabar e extinguir os Barbaros.

E porque havendo sido aquelle ... nova reputação das armas de S. Magestade que tanto ... havião declinado, e principio de respirar a dita capitanya, quando mais ... estavam as esperanças de se conservar, e a seu exemplo se animar a infantaria paga, meliciana e mais soldados pretos e indios de que ordeno se lhe enviem outros soccorros hé o dito Capm. mór digno de toda a honra e das mercês que espera da grandeza de sua Magestade, a quem dou conta de seu grande merecimento e valor, e estando elle em acto de guerra tenho resoluta (ajustando-me ao cap. 40 do Regimento novo deste Governo) que odito Capm. mór forme da sua gente, e de toda a mais que se lhe aggregar, hum regimento com quatro companhias e hum sargento mayor, como elle me pediu, porquanto a dita guerra durar a sua magestade o houver assim por bem e hé justo a continue com mais autorizado posto de que hé tambem ...."

No final do documento ha uma referencia que certamente provem de má traducção e relativa ao soldo de Domingos Jorge "assento campo e deseseis cruzados por mez" (sic) (ob. cit., p. 178).

Exigia o Governador Geral que as autoridades todas enxergassem no cabo bandeirante uma patente revestida das maiores honras identicas ás dos Mestres dos Terços de Infantaria paga. E ordenava que os officiaes da fazenda de Pernambuco lhe pagassem pontualmente os soldos.

## CAPITULO XLI

*Morte do Governador Geral Mathias da Cunha. — Primeiras providencias do Arcebispo Governador Geral interino.*

A 24 de outubro de 1688 succumbia o velho Mathias da Cunha, victima da *bicha*, o terrivel surto de typho icteroiide, devastador implacavel do Brasil de fins do seculo XVII.

Abertas as vias de successão assumiu o governo geral do Brasil o energico arcebispo D. Fr. Manuel da Resurreição que, em materia de politica relativa á campanha contra os indios do Noroeste, "os barbaros", reiterou logo as ordens do antecessor.

A 29 de outubro de 1688 communicava ao capitão mór do Rio Grande do Norte as suas instrucções terminantes: (cf. Docs. Hist., X, 334).

"Foi Nosso Senhor servido levar para Si o Sr. Mathias da Cunha Governador e Capitão Geral que foi deste Estado, em cujo logar lhe succedi. Ao Sr. Bispo Governador de Pernambuco e ao Provedor da Fazenda Real daquella Capitania ordeno que guardem inteiramente todas as ordens e disposições que sobre essa guerra dos Barbaros, e soccorros das nossas fronteiras expediu meu antecessor a aquelle Governo por evitar toda a duvida de terem expirado, com a sua morte. O mesmo digo, e ordeno a Vossa Mercê o avise de minha parte a todos os Cabos que andam na Campanha, para que na mesma conformidade assim Vossa Mercê, como elles, observem, cumpram e guardem todas como se agora eu expressamente as

dera e remettera. E de tudo o que for succedendo me dará Vossa Mercê conta muito por menor para me ser presente.”

Na carta á Camara de Olinda dizia mais explicitamente que nada se alteraria emquanto as armas de sua Magestde não castigassem os rebeldes.

Ao Bispo Governador de Pernambuco a 4 de dezembro expunha o Arcebispo as providencias tomadas com a presteza que lhe fora possivel desenvolver.

Recebera relatorio do Capitão Mór do Rio Grande do Norte e dos diversos chefes militares em campanha :

“Chegaram a este governo novos avisos do Capitão-mór Agostinho Cesar e dos Cabos Domingos Jorge Velho e Antonio Albuquerque da Camara significando uns, e outros o aperto em que ficavam as nossas fronteiras pe'lo grande poder, e atrevimento dos Barbaros e falta com que ambos se achavam, de gente, armas, munições e mantimentos.”

“E por não faltar á diligencia alguma, escrevi á Camara de S. Paulo para que daquella Capitania venha outro soccorro de Paulistas pelo Sertão, e não tenho pequena confiança de que venham fazer este grande serviço a El-Rei meu Senhor: mas a minha maior ponho toda no que Vossa Senhoria oõr.”

O que muito convinha era guarnecer o forte dos Tres Reis Magos, ao menos com 50 infantes. Estava a sua guarnição reduzida a sete estropeados.

Esperanças serias nutria de que se effectivasse um soccorro cearense de que fora Mathias da Cunha avisado; um sargento maior, de grande valor, á testa de quatrocentos tapuyas mui valentes. Sabia que não partira e recommendava ao governador pernambucano que o promovesse com todo o empenho.

A ideia de recorrer ao novo reforço paulista suggerira-a Bernardo Vieira Ravasco ao Arcebispo. Elle proprio, o declararia em certidão passada ao famoso Secretario do Estado de Brasil, a 16 de junho de 1690 cujo original se acha no archivo de Alberto Lamego (cf. *Bernardo Vieira Ravasco*, do escriptor fluminense n“O Jornal” de 12 de janeiro de 1930).

Neste mesmo dia, 4 de dezembro de 1688, recebia o Provedor Real o aviso da remessa das munições e cem arcabuzes

que deveriam ser repartidos igualmente entre Domingos Jorge Velho e Albuquerque da Camara.

Estas armas as conduziriam dous troços de gente branca e indios, seiscentos homens mobilizados em Penedo e sertão do Rio de S. Francisco.

Ainda de 4 de dezembro é outra carta do Arcebispo Governador Geral a Agostinho Cesar de Andrada.

Sabedor de que os dous mestres de Campo estavam recolhidos aos quartéis das Piranhas por falta de munições "e onde não estavam livres de atrevimento dos barbaros cujo poder era notavel", como elles lhe contavam, dera-se pressa em organizar vultoso soccorro.

Um capitão mór seguira para Penedo afim de, até a Cachoeira Grande (Paulo Affonso) alistar 200 brancos e trezentos indios das aldeias de uma e outra margem do S. Francisco. O segundo no sertão recolhera 150 brancos e 300 indios dos Rodellas e mais nações além dos criminosos homisiados em uma e outra barranca do grande caudal.

Este segundo soccorro é que devia incorporar-se ao arraial de Domingos Jorge.

O que sobretudo convinha, porém, era angariar maior numero de paulistas.

Em presença dos factos graves recem denunciados decidira tomar as mais rapidas e energicas providencias.

"Bem creio do zelo e actividade de Vossa Senhoria que lhe terá mandado dessa Capitania taes soccorros, que não só os anime mas antes convertam a defesa em mais viva guerra aos Barbaros.

Mas porque a importancia de se não perderem as nossas forças obriga a que todas as partes sejam soccorridas, me resolvi a mandar-lhe formar quarenta arrobas de polvora fina, e cento e vinte de chumbo que vão nesta sumaca de João Alvares a entregar nesse Recife á ordem do Provedor da Fazenda João do Rego Barros para elle remetter dahi a Parahiba em outra embarcação por esta em que vão não ter Pratico; e o Capitão-mór Amaro Velho mandar comboiar por terra pela distancia ser mais breve dos quartéis das Piranhas, a entregar tudo aos ditos dous Cabos para entre si o dividirem igua'mente.

E por terra mando dous troços de gente. um de cento e

cincoenta homens brancos e até trezentos Índios reconduzidos das Aldeias e vizinhanças de uma e outra banda do Rio de São Francisco pela parte do sertão, e entregar ao Mestre de Campo dos Paulistas Domingos Jorge Velho e outro das Aldeias e Ribeiras do mesmo Rio de duzentos brancos e trezentos Índios juntos na Villa do Penedo para Antonio de Albuquerque da Camara a quem a exemplo do Paulista fiz agora Governador de toda a gente que tiver á sua ordem, com as mesmas preeminencias e soldo de Mestre de Campo, escrevendo a ambos ao Capitão-mór Manuel de Abreu Soares, que tenham todos jurisdicção independente uns dos outros subordinada porém ao Capitão mór Agostinho Cesar: mas que para o serviço de Sua Magestade se conformem entre si segundo a occasião, tempo e logar o pedirem.

E como a guerra dos Barbaros é desordenada, e a suas invasões repentinas, ao mesmo tempo em diversas partes, sendo estas distantes, é impossivel que um só sujeito possa acudir a todas, é preciso que em cada uma governe separadamente o Cabo a que tocar resistir-lhe ou commetel-o.

Tambem remetto por uma e outra gente aos ditos Mestres de Campo cem espingardas e é o mais com que pude esforçar a acudir-lhes."

Mas o mais importante era o recurso que o energico Prelado resolvera tomar pedindo reforços paulistas.

Annunciava-o como "maior de espadas".

"E porque sou informado do grande valor dos Paulistas escrevi um dia destes ao Capitão-mór de São Vicente e Camara de S. Paulo os persuadissem a vir por terra empregar-se na guerra desses Barbaros, assim por credito de sua fama como pela conveniencia de sua presa cuja ambição espero seja igual estímulo ao merecimento do serviço que farão a El-Rei meu senhor e esperança das honras que lhe seguro de Sua Real Grandeza."

Não menos importante o soccorro do Ceará.

Autonomos deviam ser os diversos cabos de tropa mas subordinados todos ao governador pernambucano. A natureza da guerra o exigia. União entre todos! união completa!

"E assim o que só convem ao serviço de Sua Magestade e bom successo de suas armas, é a união dos animos para a conformidade das jurisdicções.

E como todos procederão sem desconfiança, sendo (como é) igual o valor em todos, em nenhum haverá escrupulo e as armas d'El-Rei meu Senhor se restituirão a aquelle antigo estado que sempre as fez victoriosas e terriveis aos Barbaros.

Por esta razão me resolvi a não innovar cousa alguma que pudesse offender a opinião a quem sei que a soube grangear sempre nos postos que occupou. Pois esta não só se conserva com o proprio esforço, senão com a obediencia de seus subditos”.

A Manuel Abreu Soares duramente exprobará o Prelado a sua derrota ultima no Assú (cf. Doc. Hist., X, 342).

O pobre capitão octogenario e coberto de serviços á corôa de seu Rei via-se agora asperamente accusado de ineptia e desidia.

Attribuia-lhe o fracasso á indisciplina, á vaidade, á emulação e esperava que de ora em diante soubesse mostrar-se docil ás ordens superiores emanadas do Capitão-mór do Rio Grande do Norte.

“Pelas cartas que dessa capitania e campanha se escreveram ao sr. Mathias da Cunha governador e capitão geral que era deste Estado em cujo logar succedi por sua morte, e pelas que depois se lhe escreveram suppondo-se ainda vivo fiquei entendendo o successo que nesse Rio Assú foi causa da fugida da maior parte da gente que vossa mercê tinha á sua ordem; e das que tambem li de vossa mercê vejo a differença das razões com que vossa mercê se livra da murmuração do mesmo successo, e pouca obediencia que lhe teve a infantaria.

Pois de um soldado de tanto valor e tão experimentado como vossa mercê é não era para crer, que tendo um grosso de seiscentos homens deixasse perder a primeira occasião que os Barbaros lhe offereceram para os desbaratar.

E menos era para condemnar que ficando vossa mercê com tão poucos infantes milicianos, indios do Camarão e pretos de Henrique Dias, sendo essa fronteira do Assú, de tanta importancia a houvesse vossa mercê de a desamparar, para que unido a outro Cabo, fosse (sic) a sua facção contingente e perdesse o quartel em que estava, e ficasse o inimigo mais licenciosamente senhor dessa principal parte da capitania e curraes della.

Por duvidas de preferencia, e jurisdicções se têm perdido



grandes batalhas; e não é razão que agora se percam as victorias que espero em Nosso Senhor se alcancem conformando-se vossa mercê com as ordens que o capitão-mór dessa capitania Agostinho Cesar de Andrada lhe mandar."

Após esta reprehensão vinham as noticias de que falámos. Depois de referir o arcebispo quanto esperava do novo socorro paulista verberava a indisciplina do acampamento de Soares, da de seus soldados e os abusos praticados para com os moradores do Rio Grande roubados por esta soldadesca depredadora de seus gados e fazendas.

"Sou informado que é grande o estrago, que a gente que Vossa Mercê tem consigo, têm feito nos gados, pois devendo dar-se-lhe por razão, se matam as rezes (que) cada um quer em grande prejuizo de seus donos, os quaes por essa causa os iam retirando e é lastima que não só tenham contra si os Barbaros, mas os mesmos que os deviam defender para a sua ruina."

Como é que um commandante de corpo do exercito não comprehendia a gravidade de tal situação?

"Vossa Mercê ponha particular cuidado, assim na parcimonia das rações, como no retiro dos gados, pois se elles faltarem, se não poderá continuar a guerra, e se os moradores virem o cobro que Vossa Mercê põe nisso, não chegarão cá as suas queixas."

Recommendação muito seria era de induzir severamente os seus commandados á pratica da religião de que pareciam afastados.

"Muito encommendo a Vossa Mercê que faça viver como christãos todos esses soldados, advertindo-os das occasiões que tiverem de que Deus se possa offender, e El-Rei meu Senhor se dê por mal servido; porque as victorias das armas das Magestades humanas todas pendem da Divina."

E digna de um prelado vinha a ser a reiteração dos conselhos relativos á pratica da humanidade para com os vencidos.

A Magestade divina agradaria muito, "não só a modestia e bom procedimento que Sua Mercê fizesse ter na observancia de seus mandamentos, como na commiseração dos Barbaros, que depois de serem vencidos ficassem seus prisioneiros como confiava elle Arcebispo viessem a ser muitos."

Terminando escrevia o governador geral judiciosos repa-

ros sobre a circumstancia inexplicavel de se acharem os barbaros providos de elementos bellicos civilisados.

“Cinco annos ha que essa guerra se começou, e um que é tão aspera e viva como Vossa Mercê vê, e dá muito que cuidar trazerem os Barbaros armas de fogo e não lhes faltar polvora, quando elles não a fabricam. Vossa Mercê com todo o silencio examine donde lhe vem, ou quem lh'a dá e com o mesmo segredo e clareza que esta materia pede me avise; dando-me conta do mais procedimento dessa guerra.”

## NOTA

---

Um documento portuguez summamente interessante e elucidativo para os antecedentes da historia da Guerra dos Barbaros veio-nos ás mãos quando já imprimiramos os capitulos com que abrimos a narrativa deste episodio tão importante da historia do bandeirantismo. E' a "carta de Sua Magestade acerca dos Barbaros da Capitania e Certão da Paraiba e guerra que se pretende fazer-lhes", datada de Lisboa e de nove de janeiro de 1662 e expedida pela rainha regente D. Luiza de Gusmão, tutora de D. Affonso VI, ao Governador Geral do Brasil Francisco Barreto.

A' soberana avisara assustado o capitão mór da Parahyba, Mathias de Albuquerque Maranhão (1661-1663) "como os Indios Barbaros Janduis residentes no districto e certão da capitania estavam rebellados e declarados inimigos."

Já haviam morto até alguma gente dos moradores do Rio Grande. "E no mais tem causado tanto receio, diz a Carta Regia, que os brancos tratão de fazer suas casas fortes em que se possam defender dos repentinos assaltos que aquelles Barbaros costumão dar."

Quanto ao motivo para esta rebellião era elle insignificante, ao ver do prisma da raça superior. Desde o governo de João Fernandes Vieira na Parahyba (1655-1657) estavam os tapuyas sobremodo resentidos e alarmados. Puzera o heroe do Monte das Tabocas a ferros os dois filhos do seu maioral mais graduado. E logo depois como El Rei desejasse ver alguns especimens dos seus vassallos vermelhos e selvagens do Brasil prendera o capitão mór parahybano quatro pobres tapuyas e os reinettera a Lisboa de onde provavelmente jamais regressaram.

Espalhara-se entre os indios a noticia de que pretendia o governo parahybano proceder do mesmo modo com muitos dos seus principaes Dahi o seu alvoroço. E tão injustificado pensariam de si para si os bons portuguezes. Que honra maior do que esta da apresentação a Sua

Magestade! E estes broncos negros do gentio da terra que a não sabiam devidamente avaliar!

A' vista porém da gravidade da situação entendeu a Rainha quanto convinha fazer guerra immediata a tão rudes adversarios "com que se extinguissem de uma vez."

E ahi vinham uns topicos do mais alto reconhecimento ao valor dos tapuyas nordestinos: facil se tornava que valorosos como eram se convertessem em "outros novos Araucanos como os de Indias de Castella".

Possuiam grande cavallhada "em que se exercitavam com a doutrina que lhes deixaram os Hollandezes."

Queria pois Mathias ataca-os pelo lado de leste em conjugação de esforços rom o seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, capitão mór do Ceará (1660-1663). Tinha este "sob sua obediencia outras nações de barbaros contrarios aos janduins". "Dando-lhes pelas espaldas não poderião estes escapar nem ter retirada."

E tudo isto se faria com pequeno dispendio da fazenda real.

Achava a Rainha o assumpto da maior importancia e encarecia-lhe o estudo ao Governador Geral que devia executar o que mais conveniente julgasse ao Real serviço.

Provavelmente nada ou quasi nada se fez nem se poderia fazer dispondo tanto o capitão mór parahybano quanto o sobrinho do Ceará de recursos minimos para enfrentar um adversario temivel que tres decadas mais tarde exigiria, para a sua submissão, muito penosos sacrificios e esforços das armas reaes e cuja redução como se sabe se deveu a acção prolongada das bandeiras paulistas.

---

# INDICE

---

**Prefacio** . . . . . pag. VII

## CAPITULO I

As bandeiras no Sul de Matto Grosso. — O campo entrincheirado e a esquadilha do Mboteteú. — Os documentos do Archivo General de Indias. — Os depoimentos dos chronistas e escriptores modernos matto-grossenses . . . . . pag. 1

## CAPITULO II

A Vaccaria. — Fundação de uma base de operações permanente no Sul de Matto Grosso pelos paulistas. — Referencias diversas e dubitativas . . . . . pag. 5

## CAPITULO III

Bandeira de Braz Mendes Paes. — Pedro Leme e sua famosa acção. — Antão Leme da Silva. — Importante documento novo . . . . . pag. 13

## CAPITULO IV

A base do Mboteteú. — Denuncias do Padre Altamirano e de D. Antonio de Vera Mujica. — Inquerito sobre a expedição de Salvador Marecos . . . . . pag. 22

## CAPITULO V

Prosecução do relato do Morgado de Matheus. — A bandeira de André de Frias Taveira. — Os dous Gabriel Antunes. — O memorial do Padre Burgés. — As expedições de Manuel de Campos Bicudo. — Tentativas para a elucidação de duvidas . . . . . pag. 33

## CAPITULO VI

Um itinerario curiosissimo de bandeira no centro matto grossense. — Grave revez dos bandeirantes. — Relato de Charlevoix. — Alguns dados sobre Paschoal Moreira Cabral e André de Zunega. pag. 40

## CAPITULO VII

Os governadores do Paraguay e o campo entrincheirado paulista do sul de Matto Grosso. — Uma bandeira anonyma. — A actuação de Arthur de Sá e Menezes. — As expedições de Amaro Gauto. — Revelações do Archivo General de Indias. — Expedição de Gaspar de Godoy Collaço . . . . . pag. 50

## CAPITULO VIII

A navegação do Tietê, do Paraná e afluentes destes no seculo XVII. — Frequencia do transitio de paulistas e hespanhoes. — As grandes expedições bandeirantes. — O caso do Padre José Pompeu de Almeida . . . . . pag. 58

## CAPITULO IX

Appello de Barbalho Bezerra a Fernão Dias Paes. — Appellos do Rei do Rei e do Visconde de Barbacena ao sertanista para uma grande jornada ás minas. — Sua acquiescencia. — Correspondencia trocada . . . . . pag. 63

## CAPITULO X

Cartas de Barbacena ao sertanista. — Patente a este passada de Governador . . . . . pag. 69

## CAPITULO XI

Preparativos para a jornada esmeraldina. — Partida da expedição. — Promessas regias e mais promessas . . . . . pag. 77

## CAPITULO XII

Os dispendios de Fernão Dias na organização da bandeira. — Documento revelado por P. Prado. — Cartas do Governador Geral ao sertanista . . . . . pag. 84

## CAPITULO XIII

Itinerarios attribuidos a Fernão Dias Paes. — Hypotheses de Derby, Calogeras e Basilio de Magalhães. — Informação de Borges de Barros. — O caminho provavel de Fernão Dias. — As principaes figuras da bandeira. — Mathias Cardoso, Garcia Rodrigues Paes e Manuel de Borba Gato . . . . . pag. 94

## CAPITULO XIV

Peregrinação da bandeira pelo norte mineiro. — Terríveis contingencias. — A conspiração do bastardo José Dias Paes. — Episodio brutiano. — Descoberta de pedras verdes . . . . . pag. 103

## CAPITULO XV

Dissabores, privações, desenganos do Governador das Esmeraldas. — Deserção de companheiros fieis. — Annuncio da chegada de D. Rodrigo. — Carta do Regente. — Versões sobre a morte do sertanista. — Nobre attitude de Garcia Rodrigues Paes . . . . . pag. 108

## CAPITULO XVI

Trasladação dos despojos de Fernão Dias Paes para S. Paulo. — Poetas que lhe celebraram a gloria. — Diogo Garção Tinoco, personalidade obscura. — Versão inaceitavel sobre a morte e funeral de Fernão Dias Paes . . . . . pag. 117

## CAPITULO XVII

Primeiras novas divulgadas sobre a morte de Fernão Dias Paes. — Commentarios modernos sobre as consequencias da jornada esmeraldina. — O inquerito promovido pelo Padre João Leite da Silva . . . . . pag. 128

## CAPITULO XVIII

A expedição de Fernão Dias Paes e os primeiros chronistas das minas. — Analyse de asserções modernas de Diogo de Vasconcellos na "Historia Antiga das Minas Geraes" . . . . . pag. 137

## CAPITULO XIX

Os primeiros passos, no Brasil, de Don Rodrigo de Castel Blanco. — O Engenheiro Antonio Correia Pinto. — Pormenores novos. — Os trabalhos de Frei João de Granica. — Scepticismo regio acerca das minas de Paranaguá — O naufragio de Furtado de Mendonça . . . . . pag. 146

## CAPITULO XX

O Visconde de Barbacena e as suas baldadas emprezas mineradoras. — Carta a D. Pedro de Almeida. — Sinceridade do Governador Geral. — Providencias da Junta Trina, sua successora . . . . . pag. 155

## CAPITULO XXI

Partida de D. Rodrigo para o Sul. — Estada no Rio de Janeiro e em Santos. — Primeira ida a S. Paulo. — Permanencia nas minas de Paranaguá. — O regimento das terras mineraes . . . . . pag. 165

## CAPITULO XXII

Actuação de Don Rodrigo quanto ás minas de Curytiba. — As faisqueiras de Iguape. — Trabalho nas jazidas de Paranaguá. — Pesquisas infructíferas. — Regresso de D. Rodrigo a Santos pag. 172

## CAPITULO XXIII

Preparativos para a jornada de Sabarabussú. — Difficuldades para a recruta dos indios. — A attitude do mineiro mór João Alvares Coutinho. — Homisio de indios pelos moradores. — Actuação da Camara de S. Paulo. — Recruta violenta de aldeiaados pag. 184

## CAPITULO XXIV

Convocação pela Camara de S. Paulo. — A attitude de Mathias Cardoso e do mineiro João Alvares. — Partida da columna de Don Rodrigo. — Seu itinerario. — Fuga de indios. — Incidentes diversos. — Contacto com a columna de Fernão Dias Paes. — Encontro com Garcia Rodrigues Paes. — O manifesto do filho de Fernão Dias. — Providencias reclamadas por D. Rodrigo pag. 192

## CAPITULO XXV

Protesto do Padre João Leite á Camara de S. Paulo. — Chegada das pedras verdes destinadas ao Principe. — Organização do soccorro a Sabarabussú. — Difficuldades notaveis para se conseguir tal fim. — Medidas illusorias de rigor . . . . . pag. 199

## CAPITULO XXVI —

Novas difficuldades e graves. — Chegada inesperada de Garcia Rodrigues Paes a S. Paulo. — Echos longinquos das pasteadas de D. Rodrigo. — Cartas do Administrador Geral á camara paulistana. pag. 204

## CAPITULO XXVII

Noticia do assassinato de Don Rodrigo. — Carta da Camara ao Principe Regente. — Versões diversas sobre o crime. — Relatos de Pedro Taques e de Duarte Teixeira Chaves . . . . . pag. 210

## CAPITULO XXVIII

Ainda o crime de Manuel de Borba Gato. — Homisio do mandante. — Versões dos chronistas de Minas. — Relato de Diogo de Vasconcellos . . . . . pag. 215

## CAPITULO XXIX

O crime de Manuel de Borba e o relato de Diogo de Vasconcellos na "Historia Antiga das Minas Geraes" . . . . . pag. 220



## CAPITULO XXX

Actuação cada vez mais intensa das bandeiras no Nordeste. — A questão controvertida da prioridade da devassa do Piahy . pag. 229

## CAPITULO XXXI

Francisco Dias d'Avila II, personalidade notavel e pouco estudada. — Ainda o caso da prioridade da devassa do Piahy. — Argumentos a favor de Domingos Jorge Velho. — Dias d'Avila e os capuchinhos da Missão dos Carirys. — A relação de Fr. Martim de Nantes . . . . . pag. 241

## CAPITULO XXXII

Os tapuyas do Nordeste. — Os carirys. — Palavras de Irineu Joffily, Capistrano de Abreu e Vicente de Lemos . . . . . pag. 255

## CAPITULO XXXIII

A conquista da Parahyba do Norte. — Palavras de I. Joffily e de Coriolano de Medeiros. — A actuação notavel dos Oliveira Ledo. . . . . pag. 267

## CAPITULO XXXIV

O papel de Domingos Jorge Velho na conquista do Nordeste. — Acrebação improvavel da palavra estancia. — Commentarios de Basilio de Magalhães. — Valioso documento por elle descoberto. — Concordancias e divergencias de pontos de vista . . . . . pag. 279

## CAPITULO XXXV

Domingos Jorge Velho e Francisco Dias d'Avila. — Pontos de vista de Basilio de Magalhães sobre a conquista do Nordeste. — A memoria do Padre Heliodoro Pires . . . . . pag. 291

## CAPITULO XXXVI

Primordios da Guerra dos Barbaros. — Os dois Freitas Azeredo no sertão bahiano. — Primeiros movimentos dos tapuyas no Rio Grande do Norte . . . . . pag. 301

## CAPITULO XXXVII

A documentação inedita sobre a Guerra dos Barbaros. — O que sobre esta escreveram os historiadores antigos. — A aggressão dos tapuyas do Rio Grande do Norte . . . . . pag. 308

## CAPITULO XXXVIII

As primeiras providencias do Governador Geral. — Appello de Mathias da Cunha á Camara de S. Paulo . . . . . pag. 314

CAPITULO XXXIX

Novas providencias do Governo Geral. — Annuncio da marcha do soccorro paulista. — Diversos successos militares. — Notavel victoria de Domingos Jorge Velho. — Annuncio da entrada em campanha de Mathias Cardoso . . . . . pag. 325

CAPITULO XL

Encomios do Governador Geral a Domingos Jorge Velho. — Victoria deste cabo de tropa. — Revezes graves soffridos por Abreu Soares e Albuquerque da Camara . . . . . pag. 334

CAPITULO XLI

Morte do Governador Geral Mathias da Cunha. — Primeiras providencias do Arcebispo Governador Geral interino . . . . . pag. 342



## INDICE ONOMASTICO

---

- Abreu (Bartholomeu Paes), 16.  
Abreu (J. Capistrano de), 113, 173,  
195, 230, 233, 237, 239, 243, 260,  
265, 274, 287, 311, VIII.  
Abreu (Manuel Fernandes de), 178.  
Adorno (Antonio Dias), 131.  
Affonso VI, 64, 349.  
Affonso (Paschoal), 177.  
Aguilar (Martim Fernandes Teno-  
rio de), 216, 217.  
Aguirre (João E. de Campos), 232.  
Alarcão (D. José de), 60, 62.  
Albergaria (Manuel Soares), 270.  
Albernaz (Domingos Gomes), 133.  
Albuquerque (Diogo Coelho de), 350.  
Alencastre (José Martins Pereira  
de), 238, 239, 292, 293.  
Alfaro (Padre Diogo), 43.  
Almeida (Antonio Borralho de), 2.  
Almeida (Domingos de Amores de),  
225.  
Almeida (Eduardo de Castro de),  
18.  
Almeida (Guilherme Pompeu de),  
173, 194.  
Almeida (Isabel Pereira de), 273,  
274.  
Almeida (João Mendes de), 144.  
Almeida (Padre José Pompeu de),  
59, 60, 62.  
Almeida (Manuel Cardoso de), 169,  
189, 222.  
Almeida (Mathias Cardoso de), 65,  
86, 87, 99, 100, 106, 107, 110, 111,  
128, 132, 140, 183, 184, 187, 189,  
192-194, 196, 199, 202, 218, 221,  
222, 229, 236, 283, 290, 295, 304,  
306, 310, 311, 321, 322, VIII.  
Almeida (Dom Pedro de), 155, 293,  
305.  
Almeida (Pedro Taques de), 59, 60,  
62, 196, 201, 205.  
Almeida (Salvador Cardoso de),  
189, 199, 222.  
Almeida (Wenceslau de), 242.  
Altamirano (Diogo), 23, 27, 28.  
Alvarenga (Anna de), 125.  
Alvarenga (Pe. Antonio de), 176.  
Alvarenga (Antonio Bicudo de), 11,  
113.  
Alvarenga (Luiz Pedroso de), 11.  
Alvares (João), 119, 344.  
Alvares (Simão), 11.  
Amaral (Braz H. do), 123.  
Anchieta (Ven. Joseph de), 2, 3,  
120.

- Andino (Juan Diez de), 9, 26.  
 Andrada (Agostinho Cesar de), 310, 327, 328, 334-335, 338, 344, 345, 347.  
 Andrada (Francisco Berenguer de), 327, 332.  
 Anjos (Fr. Francisco dos), 320.  
 Antonil (André João), 141, 243, 281.  
 Antunes (João), 178.  
 Aragão (Pedro Camello de), 244.  
 Araujo (Ambrosio de), 198, 202, 205.  
 Araujo (Antonio Ferraz de), 37-33, 43.  
 Araujo (Diogo Ayres de), 202.  
 Araujo (João de), 172, 179.  
 Araujo (Jeronymo Ferraz de), 33, 38, 39.  
 Arce (P. João Francisco de), 35, 40, 42.  
 Arrayolos (João de), 176.  
 Arzão (Braz R. de), 74, 77, 78, 148-150, 159, 160, 183, 229, 255, 301, 302.  
 Audibert (Alexandre), 30.  
 Audierno (Fr. Anastacio de), 247, 248, 252.  
 Avila (Francisco Dias d'), 67, 143, 233, 242, 244, 245, 248-255, 286, 291-294, 296-299, 301.  
 Avila (Garcia d'), 233, 242, 244.  
 Avila (Isabel d'), 242, 244.  
 Azeredo (Bernardo de Freitas), 302, 303.  
 Azeredo (Domingos de Freitas), 302, 303, 311.  
 Azevedo (Alexandre de Souza), 277.  
 Azevedo (Antonio Soares de), 174.  
 Azevedo (J. Lucio d'), 287.  
 Azevedo (Manuel Duarte de), 315.  
 Bacellar (Agostinho Pereira), 302.  
 Bajarte (Francisco Jacome), 170, 171.  
 Baptista (Frei João), 236.  
 Barace (Pe. Cypriano), 35.  
 Barbacena (Affonso Furtado de Castro do Ryo de Mendonça, Visconde de), 65, 66, 69, 71, 72, 74, 75, 77, 81, 87, 89, 90, 91, 146-149, 151, 153, 155, 158, 160-162, 177, 228, 237, 246, 305.  
 Barbosa (Antonio da Silva), 306.  
 Barbosa (Fructuoso), 267.  
 Baro (Roulox), 259.  
 Barreto (Francisco), 349.  
 Barreto (Roque da Costa), 163, 249-253, 276, 303, 306.  
 Barros (Diogo Vaz de), 178.  
 Barros (Fernão Paes de), 106.  
 Barros (Francisco Borges de), 98, 110, 242, 245, 246, 254, 276, 303, 306, 321, 340.  
 Barros (Padre João de), 260, 262.  
 Barros (João do Rego), 331, 334, 344.  
 Barros (Luiz Pedroso de), 2, 6, 7, 58, 232.  
 Barros (Sebastião Paes de), 55.  
 Baruel (João), 111.  
 Bayão (Antonio Ribeiro), 201.  
 Beaurepaire-Rohan (Visconde de), 2, 282.  
 Beja (Viente Dias de), 242.  
 Benevides (Salvador Correa de Sá), 159.  
 Bentinck (João Guilherme), 140.  
 Betting (Geraldo), 140.  
 Betim (Maria), 140, 142.  
 Betim (Maria Garcia Rodrigues), 85, 100, 101, 106.  
 Bezerra (Agostinho Barbalho), 63, 64, 67, 134.  
 Bezerra (Luiz Barbalho), 143.  
 Bicudo (Felippe de Campos), 34.  
 Bicudo (Manuel de Campos), 1, 2, 4, 33, 34, 37, 38, 43.  
 Bilac (Olavo), 124.  
 Bluteau (Dom Raphael), 281, 282.  
 Borba (João de), 216, 217.  
 Brandão (Thomé), 67.  
 Brigido (João), 286.  
 Brito (Anisio de), 239.  
 Brito (Antonio Guedes de), 243, 285.

- Bueno (Diogo), 206.  
 Bueno (Jeronymo), 1, 237.  
 Burgés (Padre Francisco), 30, 35, 37, 38, 40, 42, 50, 57.
- Cabral (Braz), 47.  
 Cabral (Fernão), 327, 328, 335.  
 Cabral (Jacintho Moreira), 47-49.  
 Cabral (João Moreira), 178.  
 Cabral (Paschoal Moreira), 47, 49, 178.  
 Cabral (Pedro Alvares), 48.  
 Cabral (Pedro Alvares Moreira), 48  
 Cabral (Sebastiana), 47.  
 Cabral (Thomé), 47.  
 Cadaval (Duque de), 250.  
 Calabar (Domingos Fernandes), 143  
 Caldeirão (Judeu), 156.  
 Calheiros (Domingos Barbosa), 175  
 Calixto (Benedicto), 236, 300.  
 Calogeras (João P.), 67, 85, 96, 217, 219.  
 Calvo (D. Luiz Antonio), 43.  
 Camara (Pedro de Albuquerque da) 327.  
 Camarão (Cacique), 332, 344.  
 Camarão (Antonio Felipe), 268.  
 Camargo (Francisco), 79.  
 Camargo (Fernão de), 79, 237.  
 Camargo (Jeronymo de), 183.  
 Camargo (Pedro de), 55.  
 Camargo (Pedro Ortiz de), 56.  
 Campos (Antonio Pires de), 1, 2, 4.  
 Campos (Gabriel Antunes de), 38.  
 Caracará (Cacique), 256, 257.  
 Caramuru (Diogo A. Correa), 242.  
 Cardim (Fernão), 259.  
 Cardoso (Domingos), 206.  
 Cardoso (Francisco), 11, 222.  
 Cardoso (Jeronymo), 222.  
 Carlos II, 23, 24.  
 Carrilho (Pedro), 265.  
 Carvalho (Francisco Rodrigues de) 246.  
 Carvalho (Domingos Rodrigues de) 67, 246, 255, 301.  
 Carvalho (Manuel de Araujo), 311  
 Carvalho (Manuel Figueiredo de), 307.  
 Carvalho (Theophilo Feu de), 80, 98, 112, 112, 140, 166.  
 Cascaes (Marquez de), 77, 237.  
 Castanho (Manuel), 188, 194, 208, 226, 227.  
 Castilho (Joseph de), 111, 112, 116, 117, 200, 201.  
 Castel Blanco (Don Rodrigo de), 56, 57, 63, 85, 86, 89-91, 108, 112-114, 128, 129, 143, 146, 147, 150, 155, 156, 162, 163, 165-170, 172, 174, 175, 176, 179-183, 185-191, 193-196, 198, 200-203, 205-215, 217, 218, 220-223, 225-227, 302.  
 Castello Branco (Camillo), 156.  
 Castello Branco (Pedro de Unhão), 148, 149, 160, 161.  
 Castro (Ayres de Souza), 292.  
 Cataldino (P. José), 37.  
 D. Catharina, rainha de Inglaterra, 287, 298.  
 Cerqueira (Amaro Velho), 310, 315, 330, 338, 344.  
 Cesar (Ignacio), 124, 125.  
 Chagas (Joaquim Pinheiro), 250.  
 Charlevoix (Pe. Pedro Francisco Xavier de), 42, 43.  
 Chaves (Duarte Teixeira), 213, 214, 217.  
 Cley (Padre Jacob), 252.  
 Coelho (Felippe Nogueira), 2.  
 Coelho (Marcellino), 321, 322.  
 Collaço (Gaspar de Godoy), 32, 52, 54-56, 59.  
 Collaço (Pedro), 55.  
 Conceição (Fr. Francisco da), 115, 118.  
 Conde (Antonio de Lemos), 170.  
 Conde (Manuel de Lemos), 77, 148, 149, 151-153, 170, 176, 179-181.  
 Constancio (Francisco Solano), 238.  
 Corrêa (Virgilio), 2, 53.  
 Costa (Claudio Manuel da), 96, 97, 121, 122, 124, 138, 140.  
 Costa (Felix da), 114.  
 Costa (Francisco Antonio Pereira

- da), 230, 233, 235, 237, 239, 240, 245, 283, 284, 291, 296.
- Costa (Luiz da), 176.
- Costa (Manuel da), 111, 173, 174.
- Costa (Manuel Telles da), 151, 153.
- Costa (Manuel Velloso da), 177.
- Costa (Mathias da), 203.
- Coutinho (Antonio), 302, 303.
- Coutinho (Antonio de Albuquerque da Camara), 306, 314-317, 319, 321-323, 325-327, 330-332, 338, 343, 345.
- Coutinho (Antonio Luiz Gonçalves da Camara), 227, 228.
- Coutinho (Diogo Cardoso), 125.
- Coutinho (João Alvares), 153, 165-167, 176, 188, 192-194, 220, 221.
- Coutinho (Marcos de Azeredo), 107, 111.
- Couto (Dom Domingos do Loreto), 276.
- Cruz (Antonio Moreira da), 52.
- Cubas (Antonio), 234.
- Cunha (Antonio do Prado da), 87, 111, 140.
- Cunha (Belchior da), 111.
- Cunha (Francisco João da), 115, 166, 176, 196, 198, 200, 202, 204, 205, 208.
- Cunha (João Gago da), 110.
- Cunha (João do Prado da), 101.
- Cunha (Maria da), 80.
- Cunha (Mathias da), 155, 160, 235, 280, 283, 309, 314, 315, 317, 318, 320, 322-324, 327-331, 333, 334, 338, 340, 342, 343, 346.
- Decocca (Antonio), 144.
- Derby (Orville A.), 66, 94-96, 98, 130.
- Dias (Antonio), 176.
- Dias (Antonio Gonçalves), 306.
- Dias (Bartholomeu), 10.
- Dias (Beatriz), 50, 149.
- Dias (Clemencia), 294.
- Dias (Custodia), 101.
- Dias (Fernão), 94.
- Dias (Diogo), 242, 244.
- Dias (Padre Domingos), 84, 85, 120, 134.
- Dias (Guilherme), 176.
- Dias (Ignez), 10.
- Dias (José), 141, 142, 145, 223.
- Dias (Lopo), 50.
- Dias (Roberio), 54.
- Dias (Suzanna), 49.
- Domingues (Pero), 13, 14, 17.
- Domfront (Fr. Francisco de), 248.
- Eguiluz (Pe. Pedro de), 35.
- Ehrenreich (Paulo), 261, 265.
- Ellis (Alfredo), 79, 195, 232.
- Esteves (Braz), 10, 11.
- Fagundes (Francisco de Souza), 293.
- Falcão, (Vasco Marinho), 244.
- Faria (Diogo Domingues de), 175, 178.
- Fazenda (José Vieira), 260.
- Felix (Jaques), 98, 143.
- Fernandes (Amaro), 20.
- Fernandes (André), 1, 48, 101.
- Fernandes (Balthazar), 39, 49, 101.
- Fernandes (Clara), 13.
- Fernandes (Domingos), 101.
- Ferrão (José da Silva), 185.
- Ferreira (Christovam da Costa), 293.
- Ferreira (João Pinto), 195.
- Ferreira (Manuel), 293.
- Ferreira (Manuel Gonçalves), 287, 288, 290, 298.
- Ferreira (Manuel Nogueira), 306, 307.
- Figueira (Antonio Gonçalves), 87, 140, 219.
- Figueiredo (Agostinho de), 76, 77, 86, 87, 90, 92, 99, 149, 158-160, 176.
- Figueiredo (Candido de), 87.
- Fogaça (Catharina de), 244, 293, 294.
- Fonte Arcada (Visconde da), 250.
- Fontes (José Alvares), 249.
- Fragoso (João de Castro), 67.
- Fragoso (João de Souza), 293.

- França (João Roiz), 175.  
 Freire (Aleqandre de Souza), 272, 276.  
 Froes (Jeronyma Cardim), 233, 240.  
 Funes (Deão Gregorio), 30.  
 Furtado (Deão Gregorio), 30.  
 Furtado (André), 189.  
 Furtado (Bento), 123.  
 Furtado (Isabel), 100.  
 Furtado (Luiz), 100.
- Furtado (Salvador), 217.  
 Gago (Antonio da Cunha), 169, 184, 185, 188.  
 Gago (Bartholomeu da Cunha), 85, 169.  
 Gago (Bernardo Pereira), 233, 242, 244, 245, 293, 294.  
 Gago (Felippa), 39.  
 Gago (Manuel Pereira), 244.  
 Gaia (Manuel Affonso), 208.  
 Gama (Pedro da), 198, 207.  
 Garcez (Juan de Mongelos), 11, 12.  
 Garcia (Antonio), 75.  
 Garcia (Rodolpho), 237.  
 Garro (D. José de), 28.  
 Gato (Belchior de Borba), 216.  
 Gato (Lucas de Borba), 216.  
 Gato (Manuel de Borba), 87, 101, 107, 109, 131, 133, 139, 141, 145, 212, 213, 215, 217, 219, 222, 224, 225.  
 Gato (Manuel Pacheco), 217.  
 Gauto (Amaro Fernandes), 51, 53, 54, 59.  
 Glimmer (Wilhelm Jostten), 94, 95, 143, 144.  
 Godoy (Balthazar de), 54.  
 Goes (Carlos), 105.  
 Goes (Luiz de), 176.  
 Gomes (João), 197.  
 Gonçalves (Cosme), 20.  
 Gonçalves (João), 203, 208.  
 Gonçalves (Manuel), 246.  
 Gresnigt (Dom Adalberto), 120.  
 Guerra (Pedro da), 178.  
 Guilherme III de Inglaterra, 140.  
 Guimarães (Antonio Ferreira), 273.
- Gorbalan (Felippe Rexe), 27.  
 Gonzalez (Miguel), 31.  
 Gonzalez (Pe. Tirso), 35.  
 Granica (Fr. João de), 77, 92, 148, 151, 158, 159, 177.  
 Guisard Filho (Felix), 143, 215, 216.  
 Gusmão (Alexandre de), 53.  
 Guzman (Rainha D. Luiza de), 349.  
 Guzman (Maria Riquielme de), 39.  
 Guzman (Violante de), 49.
- Herckmann (Elias), 256-260, 262-264.  
 Isabel (Infanta), 250.  
 Itagiba (Cacique), 267.
- Jaboatão (Fr. Antonio de Santa Maria), 236, 243, 244, 319, 320.  
 Janduy (Cacique), 256, 257.  
 Jaques (Manuel), 31.  
 D. João III, 156.  
 D. João IV, 9, 19, 134, 247, 309.  
 D. João V, 53.  
 Joffily (Irineu), 256, 257, 260, 267-269, 272, 274, 276, 280, 284, 289.  
 Jorge (Francisco), 17, 37.
- Kruse (Abbate Dom Miguel), 119.
- Laço (Diogo Gonçalves), 144.  
 La Croisie (Fr. João Baptista de), 247.  
 La Fontaine (J. de), 250.  
 Lamberto (Francisco), 226.  
 Lamego (Alberto), 66, 343.  
 La Plata (Duque de), 26.  
 Lara (Diogo de Almeida), 152.  
 Lara (Francisco de Almeida), 135, 165.  
 Lara (Gabriel de), 172, 179.  
 Lara (Paulo Rodrigues de), 226.  
 Latham, 261.  
 Leão XIII, 120.  
 Leão (André de), 97, 195.  
 Leão (Manuel do Prado), 314.  
 Ledo (Adriana de Oliveira), 273.

- Ledo (Antonio de Oliveira), 248, 272-277, 295, 299.
- Ledo (Custodio de Oliveira), 272, 273, 277.
- Ledo (Francisco de Oliveira), 273.
- Ledo (Pascacio de Oliveira), 272-275, 277.
- Ledo (Theodosio de Oliveira), 268, 270, 272-278, 295, 298, 311.
- Leite (Pedro Dias), 39.
- Leite (Veronica Dias), 39.
- Leitão (D. Cosma Tavares), 273, 278.
- Leitão (Martim), 267.
- Leme (Braz Esteves), 48.
- Leme (Diogo Barbosa), 111-113.
- Leme (Francisco de Chaves), 303.
- Leme (Leonor), 10, 11, 48.
- Leme (Lucrecia), 48.
- Leme (Luiz Gonzaga da Silva), 10, 13, 38, 39, 47, 48, 80, 101, 140.
- Leme (Maria da Silva), 10.
- Leme (Marianna), 47, 48.
- Leme (Paschoal Moreira Cabral), 1, 3, 5, 13, 32, 40, 46, 57, 59, 231, 233.
- Leme (Pedro Dias Paes), 48, 66, 94, 96, 127.
- Leme (Roque de Macedo Paes), 125-127.
- Lemos (Francisco Correa de), 202
- Lemos (Vicente de), 202, 265, 304, 305, 311, 313, VIII.
- Lencastre (D. João de), 286, 288, 311.
- Leon (André de Zuñega y), 49.
- Leon (Barnabé de), 49.
- Leon (Gabriel Ponce de), 49.
- Leon (Gabriel Barnabé de Contre-ras y), 49.
- Leverger, Barão de Melgaço (Augusto), 6.
- Lima (Alcides), 53.
- Lima (Domingos Vieira de), 293.
- Lima (Diogo Pereira de), 178.
- Lima (João Ferreira de), 293.
- Lima (João Vieira de), 294.
- Lima (Manuel Vieira de), 306.
- Lima (Pedro Vieira de), 293.
- Lima (Sebastião Velho de), 147, 159.
- Lisboa (Balthazar da Silva), 173, 186.
- Lobo (D. Manuel), 113, 143, 167, 168.
- Lomonacco (Emanuel), 271.
- Lopes (Gonçalo), 106.
- Lorenzana (Manuel Robles), 30.
- Lucé, (Fr. Theodoro de), 247, 248.
- Lumbria (Martim Garcia), 47.
- Lumbria (Miguel Garcia), 47.
- Lyra (Augusto Tavares de), 305, 306, 311, 315, VIII.
- Macedo (Jorge Soares de), 108, 163, 165-167, 169, 191, 196, 221.
- Macedo (Pedro Alvares Secco de), 194.
- Machado (Fr. Domingos da Transfiguração), 120.
- Machado (José Pinheiro), 179.
- Machado (Mathias), 201, 203.
- Machado (Maximiano), 280, 286.
- Machuca (Juan de Vargas), 30.
- Maciel (Antonio Antunes), 4.
- Maciel (Gabriel Antunes), 33, 34, 40, 43, 44.
- Maciel (João Antunes), 5.
- Magalhães (Basilio de), 6, 10, 33, 44, 51, 54, 55, 57, 97, 124, 132, 165, 176, 186, 211, 219, 225, 230, 241, 242, 244, 285, 288, 290, 291, 293, 294, VIII.
- Magalhães (Fernão de), 104.
- Maia (João da), 166, 193, 205.
- Mainardi (Francisco Dias), 10, 59.
- Mainardi (Isabel), 10.
- Mainardi (Thomé Dias), 10.
- Mamiani (Pe.), 258.
- Maranhão (Mathias de Albuquerque), 349, 350.
- Marban (Pe.), 35.
- Marcondes (Moysés), 149, 152, 165, 166, 170, 172, 179, 181, 226, VII.
- Marecos (Salvador), 30, 31.
- Marinho (Leonor Pereira), 244.
- Mariz (Celso), 278.



- Marques (M. E. de Azevedo), 7, 10, 17, 79.
- Martius (Carlos F. P. von), 260, 261, 263.
- Mattos (Clemente Martins de), 63, 134.
- Mattos (João de Campos), 165, 168
- Mazzetta (Pe. Simão), 137.
- Medeiros (J. R. Coriolano de) 270-272, 274, 276, 279, 280, 282-284, 289, 297, 298, VIII.
- Medina (Agostinho de), 116.
- Mello (Bernardo Vieira de), 316.
- Mendes (Braz), 13, 14.
- Mendes (João Dias), 189, 222.
- Mendes (Manuel), 19.
- Mendiola (Sebastião Felix de), 44.
- Mendonça (André Furtado de), 218, 222.
- Mendonça (Antonio de Siqueira), 109, 183.
- Mendonça (Bento Fernandes Furtado de), 137-140, 217, 218.
- Mendonça (Estevam de), 46, 47.
- Mendonça (João Furtado de), 88, 89, 147, 153 .
- Menezes (Arthur de Sá), 18, 21, 51, 52, 55, 56, 215, 216, 225.
- Menezes (Antonio de Souza), 253, 306, 307.
- Menezes (Rodrigo Cesar), 17.
- Minas (Marquez das), 253.
- Mirales (D. José de), 309.
- Miranda (Simão da Cunha), 169.
- Molina (D. Antonio de), 44.
- Monforte (D. Francisco de), 26, 27, 30, 50.
- Monjollo (João), 11.
- Monteiro (João), 106.
- Montoya (Antonio Ruiz de), 235.
- Moraes (João Saraiva de), 222.
- Moreira (Antonio de Godoy), 178.
- Moreira (João de Godoy), 54.
- Moreira (Jorge), 48.
- Morphy (D. Carlos), 7, 8, 52, 57.
- Mourato (Anna Mattoso), 152.
- Mourato (Antonio), 152.
- Motta (Euphemia da Costa), 55.
- Moura (Estevam Velho de), 306.
- Mujica (D. Antonio de Vera), 25.
- Muniz (Manuel), 306.
- Nantes (Pr. Bernardo de), 260, 261.
- Nantes (Fr. Colombino), 247, 248.
- Nantes (Fr. Martim de), 245-247, 250-252, 254, 257, 260, 268, 275, Nassau-Siegen (João Mauricio de), 247.
- Navarro (Manuel Alvares de Moraes), 229, 285, 295, 308, 311.
- Navarra (D. Pedro de Lugo y), 35.
- Negrão (Francisco de Paula), 149, 153, VII.
- Negreiros (André Vidal de), 268.
- Nogueira (Baptista Caetano de Almeida), 260, 261, 263.
- Nogueira (Felix Paes), 166, 176, 200.
- Nogueira (Manuel de Brito), 78, 79
- Oalte (Jacques de), 101.
- Oliveira (Anna), 273, 278.
- Oliveira (Antonio Vaz de), 186.
- Oliveira (Christina Rodrigues), 273
- Oliveira (Francisco), 293.
- Oliveira (Francisco Pereira), 273.
- Oliveira (Jeronymo Pedroso de), 227. z
- Oliveira (João Baptista de), 273.
- Oliveira (João Pereira de), 273, 276, 277.
- Oliveira (José Gonçalves de), 159.
- Oliveira (Manuel Rodrigues de), 177.
- Oliveira (Manuel Roiz de), 213.
- Oliveira (Manuel Pereira de), 273.
- Oliveira (Paschoal Gonçalves de), 327.
- Oliveira (Thomaz Fernandes de), 324.
- Orbigny (Alcides d'), 261.
- Orellana (Francisco de Vargas y), 44.
- Ordonhes (Diogo de Toledo Lara e), 34.
- Orellana (Francisco de Vargas y). 44.

- Orellana (Pedro de Vargas y), 44.
- Pacheco (Manuel da Silva), 67.
- Paes (Braz Domingues), 13, 17.
- Paes (Braz Mendes), 13, 24, 47, 59.
- Paes (Fernão Dias), 39, 63-69, 72, 74, 76-80, 82, 85-88, 90, 91, 93, 96-101, 103, 106, 107, 109-11, 113-116, 118, 119, 121, 122, 124-129, 131-133, 135, 140-143, 151, 177, 192, 195-197, 200-202, 211, 218, 219, 221, 225, VII.
- Paes (Francisco), 116.
- Paes (Garcia Rodrigues), 65, 100, 104, 107, 109, 115-118, 120, 129, 130, 139, 197, 201, 206, 207, 211, 216.
- Paes (Isabel), 273.
- Paes (João), 217.
- Paes (José), 104.
- Paes (Paschoal Leite), 34.
- Paraguassú (Catharina), 242.
- Pardinho (Raphael Pires), 152.
- Pardo (Alonso), 44.
- Parente (Estevam Ribeiro Bayão), 74, 77, 78, 133, 229, 255, 301, 302.
- Parente (João Amaro Maciel), 229, 301, 308, VIII.
- Pastells (Pablo), 26, 35.
- Dom Pedro II, 53-56, 65, 82, 85, 101, 108, 113, 174, 177, 178, 218, 225-226, 250.
- Peixoto (Domingos de Brito), 175.
- Pendão (Vicente), 161.
- Penedo (Luiz Porrate), 206, 227.
- Pereira (Anna), 244.
- Pereira (Pe. Antonio), 67, 245.
- Pereira (Francisco de Oliveira), 253.
- Pereira (Garcia d'Avila), 294.
- Pereira (Leonor), 244.
- Pereira (Manuel), 52, 54.
- Pereira (Manuel de Souza), 163, 166.
- Pereira (Mendo de Foyos), 227.
- Pereira (Pedro de Souza), 173.
- Pereira (Roque Dias), 77, 151, 153, 159, 177.
- Philippe IV, 235.
- Pimentel (Pedro da Rocha), 183.
- Pimentel (Sebastião), 329, 335, 336.
- Pinheiro (Catharina), 11.
- Pinheiro (Marianna), 11.
- Pinto (Adolpho A.), 120.
- Pinto (Agostinho Pereira), 273.
- Pinto (Alfredo Moreira), 280, 282.
- Pinto (André), 321, 326.
- Pinto (Antonio), 329, 339.
- Pinto (Antonio Correia), 145-148, 150, 151, 156, 158-160, 168.
- Pinto (Antonio Nunes), 77.
- Pinto (Irineu Ferreira), 283, 284.
- Pinto (Manuel Vicente Luiz), 179.
- Piragibe (cacique), 267.
- Pires (Heliodoro), 287, 296, 298-300, VIII.
- Pitta (Christovam da Rocha), 285.
- Pitta (Dr. João da Rocha), 109, 186, 195, 197, 198, 203, 280, 281, 284.
- Pitta (Sebastião da Rocha), 17, 138, 291, 292, 309.
- Piza (Antonio de Toledo), 2, 5, 6, 10, 11, 38, 53.
- Pizarro e Araujo (Monsenhor João de Souza Azevedo), 137.
- Pombal (Marquez de), 152.
- Pombo (J. F. da Rocha), 311.
- Pontes (Belchior de), 61, 62.
- Pontes (Estevam Sanches de), 189, 222.
- Pontes (Manuel J da Silva), 137.
- Porto (Estevam), 80.
- Porto (Manoel de Oliveira), 293.
- Prado (Catharina do), 101.
- Prado (Domingos do), 222.
- Prado (Domingues Rodrigues do), 110.
- Prado (Felippa Vicente do), 100.
- Prado (João do), 14, 101.
- Prado (Paulo), 42, 85, 125, 127, 213, 215, 222.
- Preto (Manuel), 37, 238.
- Primerio (Fr. Fidelis Motta de), 247.
- Proença (Francisco de), 144.
- Rabbi (Jacob), 260.

- Rangel (Fr. João), 186.  
 Ramos (Manuel Fernandes), 271.  
 Ramos (Balthazar Fernandes), 271.  
 Raposo (Padre Antonio), 55.  
 Ravasco (Bernardo Vieira), 75, 85, 227, 343.  
 Rebello (Francisco), 234.  
 Rego (Diogo Barbosa), 227.  
 Rego (Diogo Pinto do), 129, 130.  
 Rego (Sebastião Fernandes do), 17.  
 Resurreição (Dom Fr. Manuel da), 110, 230, 287, 342, 344.  
 Ribeiro (Francisco), 80.  
 Ribeiro (Francisco Pires), 187.  
 Ribeiro (Isabel), 39.  
 Ribeiro (João), 97, 121, 123, 139.  
 Rocha (J. J. da), 97, 137, 138, 144, 145.  
 Rodrigues (Amaro), 13.  
 Rodrigues (Antonio), 37.  
 Rodrigues (Pe. Antonio), 120.  
 Rodrigues (Garcia), 48, 50.  
 Rodrigues (João Barbosa), 259.  
 Rodrigues (João Pires), 195.  
 Rodrigues (Pedro Leme do Prado) 111, 113.  
 Rodrigues (Sebastiana), 217.  
 Rodrigues (Suzanna), 217.  
 Roiz (Garcia), 178.  
 Roiz (Isabel), 201.  
 Rolim (Ignacio), 287.  
 Rolland (Padre Jacob), 252.  
 Rosario (Fr. Jeronymo do), 39.  
 Sá (Joseph Barbosa de), 2, 46.  
 Saldanha (Martim Lopes Lobo de), 152.  
 Salvador (Frei Vicente do), 265, 267.  
 Sampaio (Theodoro), 144.  
 Sanches (Estevam), 116.  
 Sande (Antonio Paes de), 213.  
 Santos (Antonio Vieira dos), 168, 170, 171.  
 Santa Rosa (Fr. Manuel de), 319.  
 Schkoppe (Sigismundo von), 234.  
 Serra (Julião Affonso), 233, 242, 245, 255, 293.  
 Sertão (Domingos Affonso), 231, 233, 242, 245, 246, 255, 284-286, 291, 292, 294, 296-299.  
 Silva (Antonio Castanho da), 1, 7, 143.  
 Silva (Antonio Leme da), 4, 17, 18.  
 Silva (Antonio Nogueira da), 143.  
 Silva (Antonio Telles da), 234.  
 Silva (Domingos Leme da), 11, 14.  
 Silva (Francisco Dias da), 80.  
 Silva (Henrique Valenzuela), 292.  
 Silva (Padre João Leite da), 16, 106, 115, 132, 133, 139, 199-201, 207.  
 Silva (Lourenço Leme da), 14, 17.  
 Silva (Manuel da), 317.  
 Silva (Manuel Cicero Peregrino da) 18.  
 Silva (Manuel Vieira da), 166, 179, 194, 197, 202-206, 227.  
 Silva (Pedro da), 20.  
 Silva (Pedro Leme da), 2, 4, 14-18, 51.  
 Silveira (D. Braz Balthazar da), 101.  
 Silveira (Carlos Pedroso da), 132.  
 Simões (Roque Furtado), 192.  
 Siqueira (Bartholomeu Bueno de), 132.  
 Siqueira (Francisco Dias de), 223.  
 Siqueira (Francisco Nunes de), 235, 236.  
 Siqueira, (José Tavares de), 52.  
 Siqueira (Joaquim da Costa), 2, 5, 6.  
 Siqueira (Padre Mathcus Nunes de) 134, 237.  
 Soares (Jorge Luiz), 316.  
 Soares (Luiz), 268.  
 Soares (Manuel de Abren), 313, 318-321, 325-327, 330, 332, 337, 338, 345, 346.  
 Southey (Roberto), 66, 97, 127, 309.  
 Souto Maior (João da Cunha), 312, 314, 317, 318.  
 Souza (D. Francisco de), 101, 149.  
 Souza (Gabriel Soares de), 262, 264.  
 Souza (D. João de), 148.

- Souza (João da Silva de), 294.  
 Souza (D. Luiz Antonio de, Morgado de Matheus), 7, 8, 10, 11, 13, 33, 34, 38, 52, 57, 152.  
 Souza (Martim Affonso de), 95.  
 Souza (Manuel Alves de), 135.  
 Souza (Francisco Pedro de), 178.  
 Souza (Fr. Pedro de), 48, 178.  
 Souza (Thomé de), 243.  
 Stein, (Carlos von den), 261, 263.  
 Studart (Barão de), 237, 251, 299, 304, VII.
- Tabira (Cacique), 267.  
 Tanho (Francisco Dias), 169, 170.  
 Taques de Almeida Paes Leme (Pedro), 5, 7, 10, 13, 33, 34, 37, 39, 44, 47-49, 55, 62, 64, 65, 74, 85, 99, 101, 103, 106, 115, 117, 121, 125, 127, 138, 139, 141, 142, 165, 166, 168-170, 173, 175-178, 181, 186, 189, 193, 194, 211-213, 217-219, 221, 235, 309.  
 Taques (Lourenço Castanho), 60, 62, 220.  
 Taubaté (Fr. Modesto Rezende de), 247.  
 Tavares (Antonio Raposo), 1, 6, 7, 11, 22, 55, 58, 238.  
 Tavares (Cypriano), 88, 93, 161, 162.  
 Tavares (João), 168.  
 Tavares (João de Lyra), 304.  
 Tavares (Maurício Pacheco), 166.  
 Taveira (André de Frias), 2, 33, 39, 43.  
 Taveira (Manoel de Frias), 37, 39.  
 Teixeira (Fr. Mauro), 120.  
 Telles (Marcellino), 111, 112.  
 Teschauer (Pe. Carlos), 282.  
 Teves (Braz), 48.  
 Tibyricá (Cacique), 49, 101.  
 Tigre (Antonio Luiz), 176.  
 Tinoco (Diogo Garção), 121-125, 131.  
 Tinoco (Diogo Penedo), 124.  
 Tissange (Fr. Luiz de), 253.  
 Torales (Bartholomeu de), 49, 253.  
 Torres (D. Juan Robledo), 51.
- Tourinho (Sebastião Fernandes), 96, 131.  
 Urban (Marquez Fortia d), 239.  
 Valdez (Diogo Flores), 267.  
 Valdez (João Fernandes), 282.  
 Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, (Francisco Adolpho de), 237-239, 310, 311.  
 Vasconcellos (Diogo L. A. Pereira de), 10, 54, 138, 140, 142, 143, 220-222, 224.  
 Vasconcellos (Diogo Pereira Ribeiro de), 96, 97, 138, 144.  
 Vasconcellos (Zenobio Accioly de), 329, 338.  
 Veiga (Anna da), 217.  
 Veiga (Balthazar da), 111.  
 Veiga (Balthazar da Costa da), 80.  
 Veiga (Domingos de Brito), 178.  
 Veiga (João Pedro Xavier da), 137.  
 Velho (Domingos Jorge), 229-231, 233-236, 239-242, 245, 255, 279-291, 295-300, 308, 311, 321, 326, 328, 329, 333-335, 339-341, 343-345.  
 Velho (Isabel), 48.  
 Vianna (Urbino), 219.  
 Velho (Salvador Jorge), 172, 178, 179.  
 Viegas, (João Peixoto), 302, 306.  
 Vieira (Antonio), 228, 259.  
 Vieira (João Fernandes), 160, 349.  
 Vieira (Manoel da Silva), 320.  
 Vilhena (Luiz dos Santos), 123, 124.  
 Xavier (Francisco Pedroso), 1, 2, 7, 9, 12, 32, 58, 232.  
 Xeria (D. Luis de Cespedes), 58.  
 Young (Ernesto), 173, 174.  
 Zunega (André de), 1, 40, 46, 47, 49, 231, 271,  
 Zunega (Maria de), 49.  
 Warden, 238.  
 Washington Luis P. de Souza, 10, 51.  
 Weiszflog (Irmãos), 265.

## INDICE GEOGRAPHICO

---

- Acaracú, 260, 310.  
Africa, 48.  
Alagoa Grande, 258.  
Alagoado Monteiro, 257, 289.  
Alagoas, 304, 311.  
Alto do Fidalgo, 222, 223.  
Amambahy, (rio), 10, 11.  
Amazonas, 261.  
Angola, 180.  
Anhandoy (rio), 3, 6.  
Anhangohy, 3.  
Anhapurahy, 42.  
Anhemby (rio), 21, 40, 58, 59.  
Anhonhecanhuva, 96, 97, 142, 144.  
Aperé, 36, 42, 50.  
Apody, 257, 306.  
Apucarana, 142.  
Aquiraz, 310.  
Aracapá, 248, 249.  
Araçoyaba, 47.  
Aracugi, 289.  
Araguaya, 142.  
Aramurús, 248.  
Araripe, 286, 294, 295.  
Araruna, 257.  
Arassuahy, 97.  
Assú, 265, 271, 280, 288, 305, 311,  
313, 314, 317, 319, 338, 339, 346.  
Assumpção (Ilha da), 248.  
Assumpção (do Paraguay), 9, 14,  
19, 20, 23, 24, 28, 30, 33, 44.  
Atibaia, 195.  
Avanhandava, 58.  
Baependy, 143.  
Bahia (Capitania da), Cidade d'O  
Salvador, 24, 33, 44, 64, 67-69, 72,  
74, 98, 123, 133, 148, 151, 154,  
155, 160, 163, 166, 215, 219, 228,  
235, 237, 242, 244, 249, 250, 253,  
256, 260, 262, 272, 274, 293, 295,  
301, 311, 312, 315, 319, 321, 323,  
328, 335, 336, 340.  
Baixa Verde, 295.  
Barra do Rio Grande, 236.  
Baruery, 188, 195.  
Batetey, 11.  
Bermejo, (rio), 29.  
Biraçoyaba, 178.  
Bodocongo, 258.  
Bodopitá, 257, 258.  
Boinhay, 42.  
Bongá, 288.  
Boqueirão, 275, 276, 295, 299.  
Borborema, 256-258, 268, 269, 278,  
289.

- Brasil, 8, 24, 25, 27, 29, 37, 40, 42, 43, 48, 53, 56, 59, 62, 65, 87, 90, 95, 99, 113, 119, 138, 140, 146, 147, 157, 158, 160, 161, 165, 167, 177, 217, 219, 226, 227, 247, 260, 263, 267, 268, 276, 281, 288, 290, 322, 327, 329, 342, 343, 349.  
 Brilhante, 7.  
 Bruxaxá, 258.  
 Buenos Ayres, 20, 25-29, 52, 169.  
 Caaçapaguacú, 33, 34.  
 Cabaceiras, 275, 299.  
 Cabo Frio, 160, 227.  
 Cabrobó, 248.  
 Cachy, 11.  
 Caeté, 169.  
 Cahy, 4.  
 Caicós, 257.  
 Camandocaia, 195.  
 Camapuan, 5, 6, 14.  
 Campina Grande, 257, 268.  
 Cananéa, 169-172.  
 Canindé, 291, 296.  
 Canna Brava, 262.  
 Carapicuru, 186.  
 Cariry, 277, 278.  
 Cariry's Novos, 257, 293.  
 Cariry's Velhos, 287.  
 Carnoyó, 269.  
 Casa Forte, 247.  
 Cataguazes, 3, 101.  
 Caturité, 258.  
 Cavallo (Ilha do), 248.  
 Cavallo Morto (Ilha do), 248.  
 Ceará, 132, 218, 256, 257, 265, 285, 286, 289, 296, 298, 304, 306, 307, 309, 310, 321, 325, 326, 333, 337, 339, 345, 350.  
 Ceará Mirim, 315.  
 Chapada Diamantina, 302, 303.  
 Charcas, 44.  
 Chique-Chique, 236.  
 Choró, 306.  
 Cimbres, 257.  
 Colonia do Sacramento, 23, 27, 28, 167, 189.  
 Conceição, 96, 172, 175, 176.  
 Conquista, 74.  
 Corrientes, 9.  
 Coruripe, 280.  
 Coxim, 4, 11.  
 Cuité, 257.  
 Cunhaú, 315, 331, 334.  
 Cuó, 317.  
 Cupaoba, 256, 289.  
 Curamia, 31.  
 Curumaitay, 224.  
 Curema, 257, 289.  
 Curimataú, 289.  
 Curú, 260.  
 Cururuatim, 14.  
 Curral, 281.  
 Curral d'El Rey, 281.  
 Currealinho, 281.  
 Curytiba, 169, 171-173, 175, 176.  
 Cuyabá, 2, 4-6, 13, 14, 17, 32, 50, 57.  
 Diamantina, 96.  
 Dous Irmãos, 284, 286, 295, 296.  
 Embahú, 98.  
 Esmeraldas (Cerro das), 94, 97, 103, 126, 198, 201.  
 Espinhaço, 137.  
 Espinharas, 276.  
 Espirito Santo, 69, 70, 159.  
 Extremoz, 316.  
 Fidalgo, 131.  
 Florença, 10.  
 Fortaleza, 167.  
 Formiga, 286, 299.  
 Geremoabo, 67.  
 Goyaninha, 315.  
 Goyaz, 4, 6, 232.  
 Groahyras, 316, 330, 331.  
 Guacurutí, 41.  
 Guaicuhy, 98, 118.  
 Guaporé, 22.  
 Guaratinguetá, 129, 143.  
 Guarulhos, 195, 196, 201.  
 Guatemy, 57.  
 Guayachê, 145.  
 Guayrá, 8, 11, 25, 29.

- Gurgueia, 233, 246, 293, 294.
- Hespanha, 26, 33, 44.
- Hollanda, 154.
- Ibituruna, 143.
- Icó, 286, 295.
- Iguaape, 86, 87, 169-174, 310.
- Iguassaba, 32.
- Iguatemy, 7, 11.
- Imuncimá, 42.
- Ingá, 268.
- Inglaterra, 220.
- Ipanema, 48.
- Iporanga, 174.
- Itabaiana, 86, 89, 90, 144, 146-148, 150, 155, 156, 167, 228.
- Itacambira, 97, 112.
- Itahibé, 172, 175.
- Itaipú, 256.
- Itamaracá, 317-319, 322, 329, 333, 335, 339.
- Itamarindiba, 94, 97.
- Itamarandiba, 97, 144, 198.
- Itanhaen, 47, 287, 288.
- Itatim, 22.
- Itapicurú, 265, 293, 311.
- Itapoan, 243.
- Itaporocacas, 302, 303.
- Ivinheima, 7.
- Jabitacá, 289.
- Jacarará, 289.
- Jacuabinas, 72.
- Jaguara, 224.
- Jaguaribe, 262, 265, 286, 306, 310, 311.
- Jaguary, 10, 11, 31.
- Jaraguá, 48, 185, 186.
- Jequitinhonha, 97.
- Joazeiro, 248.
- Juguy, 33.
- Jundiahy, 232.
- Jurú, 262.
- Lagoa Santa, 95, 131.
- Laguna, 143.
- Lapa, 132.
- Leritibe, 267.
- Lima, 33.
- Lisboa, 17, 18, 85, 125, 139, 148, 151, 186, 213, 225, 250, 349.
- Macacandupio, 244.
- Madrid, 27, 235.
- Maldonado, 27.
- Mamanguape, 256.
- Mamoré, 22, 35.
- Mappaxós, 65.
- Maracajú, 6, 23-25, 52, 57.
- Maranhão, 262, 265, 288, 309.
- Marianna, 138.
- Maruery, 203.
- Massacará, 295.
- Mateteú, 3, 4.
- Matto das Pedreiras, 94, 97.
- Matto Grosso, 2, 5, 11, 12, 13, 22, 23, 27, 28, 32, 40, 47, 57, 58, 230-232, 262, 282.
- Mbocaytibazon, 41.
- Mboteteú, 1, 2, 4, 7, 22, 27, 32, 40, 46, 47, 49, 50, 233.
- Mearim, 311.
- Minas Geraes, 3, 4, 6, 10, 18, 80, 95, 97, 98, 126, 127, 137, 138, 174, 282.
- Mipibú, 316, 330, 331.
- Miranda (Rio), 1, 7, 22, 50, 230.
- Montevideu, 53.
- Morro do Chapéu, 243.
- Morro Velho, 174.
- Moxotó, 274.
- Natal, 310, 313, 315, 319.
- Natuba, 262, 269, 302.
- Nice, 250.
- Olinda, 247, 318, 319, 328-330, 343.
- Olho d'Agua, 319.
- Oroba, 257.
- Pacoty, 310.
- Pajehú, 246, 295, 299, 301, 312.
- Palmares, 229, 234, 242, 280, 283, 284, 286, 305, 310, 321, 326, 329-331, 336, 340.

- Panema, 3.  
 Pambú, 249.  
 Paó, 258.  
 Pará, 95, 238.  
 Paraguay, 1, 3, 4, 6-9, 11, 12, 14, 15, 19, 20-22, 26, 28-30, 35, 37, 44, 45, 49, 50-52, 59.  
 Paraguassú, 238, 302, 309.  
 Parahibipava, 197, 198.  
 Parahim, 293, 294.  
 Parahyba, 98, 195, 241, 243, 248, 256, 258-260, 262, 267-279, 283-286, 288, 2289, 295, 299, 304, 305, 307, 309, 310, 312-315, 317-319, 321, 322, 325, 326, 329, 332, 334, 338, 344, 349.  
 Parahytinga, 215, 216.  
 Parahibú, 306.  
 Paraná, 6, 7, 29, 31, 40, 59, 142, 144, 153, 217.  
 Paranguá, 27, 86-90, 93, 108, 146-160, 162, 167-173, 176-179, 181, 194, 220.  
 Paranapanema, 21.  
 Paraopeba, 96, 97, 113, 196, 201, 211, 215.  
 Paraubipeba, 129.  
 Paravassú, 238.  
 Pardo (Rio), 3, 6, 7.  
 Parnaguá, 293.  
 Parnahyba, 9, 11, 48, 55, 84, 115, 125, 134, 203, 216, 230, 233, 238, 239, 245, 271, 283, 285, 293, 294.  
 Passagem, 295.  
 Pastos Bons, 293.  
 Paulista, 296.  
 Paulo Affonso, 344.  
 Patos, 276, 295.  
 Payacús, 257.  
 Penedo, 248, 322, 344, 345.  
 Pernambuco, 11, 14, 160, 245-247, 256, 262, 265, 272, 285, 289, 293, 295, 305, 310, 311, 312, 314, 316, 317, 319, 321, 325-328, 331-38, 341.  
 Perú, 7, 12, 20, 23, 29, 40, 45, 59.  
 Peruna, 172.  
 Petrolina, 296.  
 Piancó, 257, 270, 279, 280, 282-284, 286, 287, 289, 295, 299, 312.  
 Piauhy, 229-237, 239-241, 245, 256, 262, 268, 283, 284, 286, 291-293, 295-299.  
 Pilar, 256, 268.  
 Pilcomayo, 23, 25, 29.  
 Pindamonhangaba, 215.  
 Pinharas, 257, 276.  
 Pinheiros, 61.  
 Pinhoques, 42.  
 Piraca, 67.  
 Piracicaba, 224.  
 Piranhas, 234, 257, 269, 270, 276, 283, 287, 288, 298, 312, 317, 327, 340.  
 Pirapora, 236.  
 Pirapetininga, 142.  
 Piratininga, 225.  
 Pitanguy, 101.  
 Poço Verde, 319.  
 Pombal, 258, 278, 295.  
 Pontal, 244, 296.  
 Porto Calvo, 282, 311.  
 Porto de Itatines, 41.  
 Porto Seguro, 70, 160.  
 Portugal, 16, 20, 25, 29, 56, 57, 126, 157, 161, 162, 167, 220, 225, 250, 285.  
 Potengy, 316.  
 Potosi, 20, 23, 25, 29, 150, 151.  
 Poty, 233, 239.  
 Prata (Rio da), 53.  
 Preguiça, 330, 331.  
 Punaré, 238.  
 Puxinana, 258.  
 Quimecas, 42.  
 Quimper, 247.  
 Quixerê, 258.  
 Recife, 237, 265, 344.  
 Remanso, 248, 283.  
 Rio Doce, 215.  
 Rio da Prata, 23, 25, 27, 28.  
 Rio das Bruxas, 295.  
 Rio do Peixe, 257, 289.  
 Rio Grande, 3, 19, 21, 60, 61.  
 Rio Grande do Norte, 133, 218, 256-



- 258, 280, 283, 288, 289, 295, 304-306, 309, 310, 314, 315, 317-321, 323, 326-328, 330, 331-335, 340, 342, 343, 346, 347, 349.
- Rio Grande do Sul, 6, 53, 257, 282.
- Rio Grande dos Tapuyas, 238.
- Rio de Janciro, 16, 28, 59, 60, 68, 107, 133, 148, 161, 163, 165, 166, 168, 181, 197, 198, 231, 282, 324, 329.
- Rio das Mortes, 94.
- Rio das Velhas, 66, 97, 98, 115, 118, 131, 133, 141, 142, 145, 219, 223, 236, 243, 311.
- Rio Verde, 144.
- Roça Grande, 94-97, 126.
- Sabará, 126, 131, 132, 236.
- Sabarabussú, 65, 67, 69, 71-73, 87, 88, 90, 93, 95, 100, 103, 108, 110, 131, 132, 141, 144, 155, 157, 167, 169, 181-183, 185, 188, 189-191, 220, 221.
- Sabugy, 257.
- Sacco dos Morcegos, 262.
- Salgado (rio), 286, 320. „
- Sacramento, 113.
- Salitre (rio), 245, 301, 302.
- Sapucahy, 144, 195.
- Santa Catharina, 53, 188, 191, 193, 194.
- Santa Clara, 269.
- Santa Cruz de la Sierra, 24, 35, 43-45, 50.
- Santa Luzia, 131.
- Santa Luzia do Rio das Velhas, 96.
- Santo Agostinho, (Cabo de), 311.
- Santo Amaro, 216, 217.
- Santos, 64, 76, 134, 151, 165, 166, 168, 169, 172, 176, 179, 197, 208, 214, 236.
- S. Francisco, 3, 67, 72, 95, 96, 99, 132, 196, 215, 224, 234, 236, 237, 243, 245, 260, 262, 265, 274, 280, 285, 286, 293, 295, 296, 299, 301, 302, 307, 310-312, 321, 322, 326, 332, 344, 345.
- S. Gabriel, 23, 25, 27, 29.
- S. João, 195, 198, 207.
- S. João do Cariry, 257, 289.
- S. João do Sumidouro, 103.
- S. Lourenço, 51.
- S. Luiz do Parahytinga, 124.
- São Miguel, 36, 37, 42, 43, 50, 195, 202, 316.
- S. Paulo, 2-4, 6, 8, 10, 12, 15-17, 21, 23-25, 30, 31, 33-35, 44, 46, 49, 50, 52, 54-56, 59, 60, 62, 64, 65, 72, 75, 78, 80, 82, 84-86, 95, 99, 100, 104-107, 109, 110, 113, 115, 118, 119, 121, 125, 126, 129-134, 138, 139, 142, 143, 152, 158, 161, 166, 169, 171, 172, 179, 184, 186, 187, 191, 194, 195, 197, 202, 203, 206, 208, 210, 212, 213, 218, 225-227, 230, 232, 234, 235, 236, 239, 271, 280, 282, 323, 324, 316, 340, 343, 345.
- São Pedro, 113, 115.
- S. Pedro do Parahibipca, 196-198.
- S. Salvador, 75.
- S. Vicente, 25, 65, 73, 75, 78, 88, 125, 129, 133, 160, 162.
- Sento Sé, 248.
- Sergipe, 155, 228, 317, 319.
- Seridó, 288.
- Serra das Esmcraldas, 88.
- Serra Fria, 94.
- Serro, 96, 110.
- Serranay, 51.
- Serro Frio, 97, 144.
- Sete Lagoas, 141, 223, 224.
- Sertão dos Cataguás, 98.
- Sevilha, 26.
- Sincorá, 98.
- Sobrado, 296, 297, 299.
- Soledade, 278.
- Sorocaba, 17, 33, 39, 47-49, 271.
- Sucurú, 257.
- Sumidouro, 87, 96, 129, 131, 132, 142, 201, 207, 208, 210-213, 218, 219, 223.
- Sumidouro do Rio das Velhas, 94, 97, 111, 112, 115, 116.

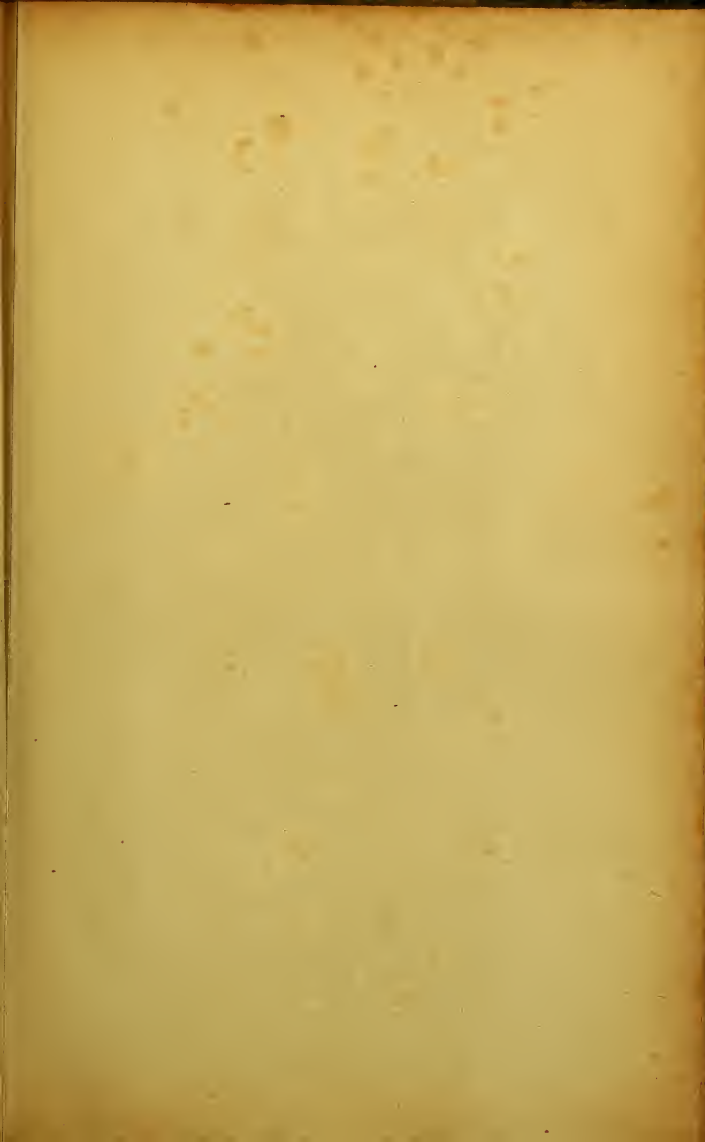
- Tamandatuba, 315.  
Tamanduatehy, 2.  
Tamerandiba, 144.  
Tambú, 248.  
Tapanhoacanga, 96.  
Tapajoz, 261.  
Tape, 25.  
Taperoá, 269, 275, 295.  
Tareiri, 41.  
Tatuapara, 250.  
Taubaté, 85, 98, 110, 115, 143, 144, 184.  
Tayaoba, 25.  
Teixeira, 257.  
Terra Nova, 296.  
Tibery, 267.  
Tietê, 2, 3, 58-60.  
Timbaúba, 269, 278.  
Traipú, 248.  
Tranqueira (rio), 294.  
Tremembé, 262, 263.  
Tres Reis Magos, 306, 325, 343.  
Tucambira, 94, 97, 107, 144.
- Ubatuba, 216.  
Urubú, 245, 246, 280.  
Uruguay, 20.  
Utinga, 316.
- Vaccaria, 5-7, 14-16, 18-21, 32, 33, 49, 51-56.  
Vapabuçu, 97, 107.  
Victoria, 63, 160.  
Villa Bella, 5, 14.  
Villa Rica, 25, 27-30.  
Vituruna, 94, 97.
- Xerez, 8, 22, 25-28, 30, 31, 40, 46, 50, 51.  
Xingú, 261.  
Xiririca, 174.
- Yacú, 41.  
Yacubã, 41.  
Ytú, 10, 15, 17, 39, 51, 52, 54, 58, 127, 186.  
Yvupuranduba, 174.



M. FAZENDA  
D.A - 174403

9834

CC  
FOR



Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

89 NOV 1968

Imp. Nacional —

Biblioteca do Ministério da Fazenda

805-55

981.03

805-55

981.03

T226

Taunay, Affonso de Escagnolle

AUTOR

Historia geral das bandeiras

TÍTULO

Paulistas t. 6

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

29 NOV 1961